

Universidade Federal Fluminense

**NO RASTRO DO VIAJANTE:
CABO VERDE E A SENEGÂMBIA NO *TRATADO BREVE*,
DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1550-1625)**

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro

Niterói

2016

**NO RASTRO DO VIAJANTE:
CABO VERDE E A SENEGÂMBIA NO *TRATADO BREVE*,
DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1550-1625)**

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Professora Doutora Mariza de Carvalho Soares

Co-orientador: Professor Doutor José da Silva Horta

Niterói

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO
NO RASTRO DO VIAJANTE:
CABO VERDE E A SENEGÂMBIA NO *TRATADO BREVE*,
DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA
(1550-1625)

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro

Aprovada em ____/____/____

Professor Doutor Mariza de Carvalho Soares (Orientadora - UFF)

Professor Doutor José da Silva Horta (Co-orientador - Universidade de Lisboa)

Professor Doutor Roberto Guedes Ferreira (Membro titular)

Professor Doutor Monica Lima e Souza (Membro titular)

Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro (Membro titular)

Professor Doutor Marina Annie Martine Berthet Ribeiro (Membro titular)

Professor Doutor Nielson Rosa Bezerra (Suplente)

Professor Doutor Alexander Lemos de Almeida Gebara (Suplente)

Ficha catalográfica

R484 Ribeiro, Francisco Aimara Carvalho.
No rastro do viajante: Cabo verde e a Senegâmbia no Tratado Breve, de André Álvares de Almada (1550-1625) / Francisco Aimara Carvalho Ribeiro. – 2016.
300 f. ; il.
Orientadora: Mariza de Carvalho Soares.
Co-orientador: José da Silva Horta.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
Bibliografia: f. 180-197.

1. História da África. 2. Cabo Verde. 3. Senegâmbia. 4. Tráfico de escravos. 5. Relato de viagem. I. Soares, Mariza de Carvalho. II. Horta, José da Silva. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. IV. Título.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Mariza de Carvalho Soares e ao Professor Doutor José da Silva Horta, sem a ajuda deles esse trabalho não seria possível. O trabalho de doutoramento é longo, árduo e exaustivo, por vezes as encruzilhadas da vida e da pesquisa me levaram a querer desistir do projeto, mas as palavras, ideias, conselhos e tarefas passadas a mim por Mariza e José sempre me fizeram continuar em frente.

Agradeço ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - que proporcionou as bolsas de doutoramento e de pesquisa no exterior para a realização dessa pesquisa, no Brasil e em Portugal.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de participar de seu quadro discente e trabalhar com os excelentes profissionais desse nosso ofício de historiadores, pessoas que contribuíram para a minha formação acadêmica e humana: a Professora Doutora Ana Maria Mauad, o Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro, o Professor Doutor Alexander Gebara, os funcionários Silvana, Thaís e Rafael, sempre prestativos.

Agradeço aos membros da banca de qualificação pelas importantes contribuições que espero ter conseguido incorporar e aos membros da banca de defesa por aceitarem meu convite.

Agradeço ao Professor Doutor Roberto Guedes por sua leitura atenta e colaboração arguta sempre que solicitado; à Professora Doutora Marina Berthet, sempre presente e incentivadora; à Professora Doutora Mônica Lima e aos Professores Doutores Carlos Gabriel Guimarães e Marcelo da Rocha Wanderley que contribuíram para esse projeto de

pesquisa desde o seu início. Agradeço ao Professor Doutor Nielson Rosa Bezerra pelas contribuições em simpósios e congressos.

Agradeço ao Centro de História da Universidade de Lisboa pela acolhida que me deu; às Professoras Doutoradas Ana Paula Tavares, Maria Manuel Torrão e Maria João Soares, que por diversas vezes me receberam tão bem e tiraram minhas dúvidas, durante minha estadia naquele país, mostrando-me o caminho das pedras para a História da África e da Guiné; pelo mesmo motivo, agradeço aos Professores Doutores Eduardo Costa Dias e João Carlos de Senna-Martinez.

Agradeço muitíssimo à Professora Doutora Iva Cabral e aos colegas que me receberam em Cabo Verde, tanto na UniCV, quanto na UniPiaget, que me hospedou. Agradeço à Lília e seu marido, à Rosely, à Rosa e Sandro, que me proporcionaram uma excelente estadia em Santiago e São Vicente.

Agradeço aos meus caros colegas Alexandre Pelegrino, Pedro Paulo Silva, Rachel Saint-Williams, Victor Luiz Oliveira, Thiago Mota, João Gime Baptista, entre outros com quem tive a sorte e o prazer de discutir propostas avaliações e resultados durante os últimos quatro anos.

Por ser um trabalho tão demorado e longo, o doutorado me acompanhou durante a maturação da vida adulta e intelectual. Devo reconhecer que eu não teria começado esse caminho sem o amparo, afeto e estímulo de Naiara Damas, que ajudou-me a pensar as proposições originais do projeto de pesquisa, delimitar o tema, estudar para o concurso e ser aprovado.

Agradeço o acolhimento e torcida dos meus amigos da vida inteira Flávio, Emiliano e Gabi, Sereno e Elaine, Daniel e Carol, Antônio, Fábio e, principalmente, Nadine, que me deu a mão no momento que mais precisei.

Por fim, quero agradecer à minha companheira Juliana, que abraçou as minhas causas como suas, e aos meus pais, Milton e Carlota, que enfrentam sempre tudo ao meu lado.

A todos estes, o meu muito obrigado.

Resumo

NO RASTRO DO VIAJANTE: CABO VERDE E A SENEGÂMBIA NO *TRATADO BREVE*, DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1550-1625)

Em fins do século XVI, o Capitão e Cavaleiro de Cristo cabo-verdiano André Álvares de Almada redigiu o **Tratado Breve dos Reinos da Guiné do Cabo Verde**, título da versão conhecida como Manuscrito de Lisboa, ou **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**, segundo a versão do Manuscrito do Porto. Acredito que o Tratado de Almada é uma importante ferramenta política na defesa dos interesses da elite local de proprietários e comerciantes de Cabo Verde na Costa da Guiné, já que estes que estavam perdendo seus mercados para concorrentes franceses e ingleses e buscavam apoio da Coroa portuguesa. Porém, principalmente, o texto de Almada é um fio condutor que permite apresentar e analisar as relações entre portugueses e africanos na Grande Senegâmbia entre meados do século XVI e o primeiro quartel do século XVII. A análise dos manuscritos conhecidos do Tratado e sua comparação com outros relatos da mesma época permitem perceber os contrastes e as especificidades do olhar e da produção escrita europeia, portuguesa, cabo-verdiana e luso-africana sobre a Guiné.

Palavras-chave: História da África; Cabo Verde; Senegâmbia; tráfico de escravos; literatura de viagens.

Abstract

THE TRAVELER'S TRAIL: CAPE VERDE AND SENEGAMBIA IN THE *BRIEF TREATISE*, OF ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1550-1625)

In the late sixteenth century, the Captain and Knight of Christ from Cape Vert André Alvares de Almada wrote the Brief Treatise on the Realms of Guinea of Cape Verde, according to the version of the Lisbon manuscript, or on the Rivers of Guinea of Cape Verde, according to the version of Porto Manuscript . I believe that Almada's Treatise is an important political tool in the interests of the local elite of landowners and Cape Verdean merchants in the Coast of Guinea, as they were losing their markets for French and English competitors and wanted support of the Portuguese Crown. But mainly, Almada's text is a thread that allows us to show and analyze the relationship between Portuguese and Africans in "Greater Senegambia" between the mid-sixteenth century and the first quarter of the seventeenth. The analysis of the remaining manuscripts of the **Treatise** and its comparison with other contemporaries reports allow perceive contrasts and specific look of European and Eurafican written production on Guinea.

Keywords: African History; Cape Verde; Senegambia; lave trade; travel literature.

Resumé

LA PISTE DU VOYAGEUR: CAPE VERT ET LA SÉNÉGAMBIE DANS LE *TRAITÉ BREF*, DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA

À la fin du XVI^e siècle, le Capitain André Álvares de Almada a écrit le *Traité Bref des Royaumes de la Guinée du Cap-Vert*, selon la version du manuscrit de Lisbonne, ou des *Rivières de la Guinée du Cap-Vert*, comme est intitulée la version du Manuscrit d'O Porto. Je crois que le *Traité* de Almada est un outil politique important pour la défense des intérêts d'une élite des propriétaires de terres et des commerçants locaux du Cap-Vert à la Côte de la Guinée, dans un moment où ils étaient en train de perdre leurs marchés pour les concurrents français et en anglais et demandaient le support de la Couronne Portugaise. Mais, avant tout, je crois que le texte de Almada est un fil conducteur qui nous permet d'afficher et d'analyser les relations entre les Portugais et les Africains en Grande Sénégambie entre la fin du XVI^e siècle et le milieu du XVII^e. L'analyse des manuscrits connus du *Traité* et sa comparaison avec d'autres rapports de la même époque permettent percevoir les contrastes et les spécificités du regard et de des récits des Portugais, des autres Européens (européenne, portugaise) et des luso-africains sur la Guinée.

Mots clefs: Histoire de l'Afrique; Cap-Vert; Guinée; Sénégambie; la traite de esclaves; littérature de voyage.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I:	
A Grande Senegâmbia: problemática regional	13
O conceito de Grande Senegâmbia	17
A configuração espacial, ecológica e humana da Grande Senegâmbia	24
Os grupos linguísticos e sociais da Grande Senegâmbia	31
As redes e interações comerciais regionais	42
Considerações finais	47
Capítulo II:	
O mundo luso-cabo-verdiano-guineense	49
A sociedade de Cabo Verde nos séculos XVI e XVII	52
A economia de Cabo Verde	66
Sociedade mestiça e identidade luso-africana	74
André Álvares de Almada: a personagem e o projeto político	85
Considerações finais	91
Capítulo III:	
A Missão do Cabo Verde e o projeto colonizador da Serra Leoa	92
As primeiras propostas de estabelecimento português na Serra Leoa	94
O projeto da Coroa	104
O projeto da Companhia de Jesus	106
Considerações finais	111

Capítulo IV:

Dois manuscritos quinhentistas: os manuscritos de Lisboa e Porto	112
Manuscrito de Lisboa (capítulo 1) e Manuscrito do Porto (capítulos 1 e 2)	122
Manuscrito de Lisboa (capítulo 2) e Manuscrito do Porto (capítulos 3 e 4)	129
Manuscrito de Lisboa (capítulo 3) e Manuscrito do Porto (capítulos 5 e 6)	137
Manuscrito de Lisboa (capítulo 4) e Manuscrito do Porto (capítulos 7,8 e 9)	142
Manuscrito de Lisboa (cap. 5) e Manuscrito do Porto (caps. 10, 11 e 12)	155
Manuscrito de Lisboa (capítulo 6) e Manuscrito do Porto (capítulo 13)	159
Manuscrito de Lisboa (capítulo 7) e Manuscrito do Porto (capítulo 14)	163
Manuscrito de Lisboa (capítulo 8) e Manuscrito do Porto (capítulo 15)	165
Manuscrito de Lisboa (capítulo 9) e Manuscrito do Porto (capítulos 16)	167
Manuscrito de Lisboa (cap. 10) e Manuscrito do Porto (caps. 17, 18 e 19)	171
Considerações finais	175
Conclusão	177
Bibliografia	180
Fontes Manuscritas	180
Fontes impressas	180
Obras de referência	182
Banco de dados	182
Livros, artigos, capítulos de livros, teses e dissertações	183
Apêndice:	
Manuscrito de Lisboa: cópia modernizada	198

Siglas e abreviaturas

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

AGS - Archivo General de Simancas

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma)

B. Ajuda - Biblioteca da Ajuda

BCGP - Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

BNL - Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto

CEHCA - Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga

HGCV - História Geral de Cabo Verde

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

MMA - Monumenta Missionária Africana

MsL - Manuscrito de Lisboa do **Tratado breve dos rios da Guiné**

MsP - Manuscrito do Porto do **Tratado breve dos rios da Guiné**

RAHM - Biblioteca da Real Academia de la Historia (Madrid)

Lista dos quadros, gráficos e tabelas

Quadro 1: População do interior da ilha de Santiago.....	53
Quadro 2: Os vizinhos nobres.....	60
Quadro 3: Perfil biográfico de André Álvares de Almada, seu pai e seu filho	89
Quadro 4: As versões manuscritas do Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde ...	114
Quadro 5: Organização dos manuscritos de Lisboa e Porto	118
Quadro 6: Organização da apresentação e Prólogo dos manuscritos de Lisboa e Porto ...	120
Quadro 7: Para a datação do Ms de Lisboa	162
Gráfico 1: Os vizinhos nobres.....	61
Gráfico 2: Atividades dos nobres (%)......	62
Tabela 1: Fluxo do tráfico atlântico de escravos, por região de origem, séc. XVI.....	71
Tabela 2: Fluxo do tráfico atlântico de escravos, por região de origem, séc. XVII.....	73

Lista das Figuras

Figura 1 - A Grande Senegâmbia.....	16
Figura 2 - Pluviosidade anual na Senegâmbia	26
Figura 3 - A linha costeira das <i>Rias</i> e a navegação fluvial na Senegâmbia	29
Figura 4 – Mapa Etnográfica da Senegâmbia	32
Figura 5 – Mapa dos Estados da Senegâmbia	37
Figura 6 - Cabo Verde, Guiné e o comércio intercontinental	67
Figura 7 - Carta da "Guiné do Cabo Verde"	154

Introdução

O principal objetivo dessa tese iniciada em 2012 junto à Universidade Federal Fluminense, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, foi investigar a trajetória e a obra de André Álvares de Almada e compreender, a partir da análise do seu **Tratado Breve**,¹ como se apresentavam as relações sociais, culturais e econômicas entre os habitantes do Arquipélago de Cabo Verde e os povos da Costa da Grande Senegâmbia² na virada do século XVI para o século XVII.

Para tal estudo apresentei como ponto de partida duas questões já levantadas pela historiografia. A primeira diz respeito ao papel de Cabo Verde no processo de expansão do comércio e, em alguns casos, do domínio territorial português ao longo da costa ocidental africana impulsionando o estabelecimento de feitorias na costa da Senegâmbia nos séculos XV e XVI. A segunda destaca o fato de que os vizinhos da cidade da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago do Arquipélago de Cabo Verde, tiveram grande influência na expansão dos mercados da Senegâmbia no período estudado tanto no que diz respeito à expansão comercial quanto aos projetos de ocupação territorial ao longo da Costa, contribuindo para a formação de uma cultura crioula na Costa da Senegâmbia.³

¹ Em sua versão mais divulgada: André Álvares de Almada. **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**. Leitura, interpretação e notas de António Brásio. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964. O Tratado no entanto conta com três versões manuscritas diferentes, como se verá a seguir.

² Ao longo do trabalho, fora indicação específica, uso “Senegâmbia” será sempre no sentido geral de Grande Senegâmbia; para este conceito ver o cap. I.

³ Uso o termo crioulo no sentido de uma cultura híbrida que resultou da convivência entre portugueses e os diversos povos africanos que entraram em contato com eles ao longo do processo da expansão portuguesa. Sobre o tema ver: Peter Mark. **“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2002; Toby Green. **Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa**. New York: Oxford University Press, 2012.

Nos dois casos a trajetória de Almada e a análise de seu *Tratado Breve* servem para compreender as configurações das redes sociais e relações culturais que compunham o cenário político e econômico da Senegâmbia da época.

A sociedade cabo-verdiana foi fundada por uma decisão política e constituída sob diretivas administrativas fundamentadas em cartas régias que determinavam o povoamento do arquipélago para o melhor aproveitamento de sua posição estratégica no Atlântico, tanto para o suporte da navegação como para o comércio com as regiões costeiras próximas, na África. Assim, o rei concede duas cartas estabelecendo as condições e privilégios para o povoamento das ilhas: primeiro a *Carta Régia aos habitantes de Santiago*, de 12 de junho de 1466;⁴ seguida da *Carta de Privilégios aos moradores de Santiago*, de 8 de Fevereiro de 1472,⁵ que limitava os privilégios concedidos na primeira carta. António Carreira lembra que entre as várias benesses concedidas pela coroa portuguesa aos vizinhos da Ribeira Grande na carta régia de 1466 estavam o privilégio de armar navios para resgate e a isenção de pagamento do dízimo de entrada em Portugal aos mercadores reinóis e estrangeiros que comprassem mercadorias em Santiago.⁶ Criava-se assim uma situação favorável para o estabelecimento de um lucrativo comércio, fazendo da Ilha de Santiago não apenas um entreposto comercial, mas o centro da vida social e comercial da região, ficando a ilha conhecida como a “feitoria portuguesa da Guiné”, conforme afirma Maria Emília Madeira Santos.⁷

⁴ *Carta Régia aos habitantes de Santiago*, de 12 de junho de 1466. In: António Brásio, **Monumenta Missionaria Africana**, Série II, volume I, documento 64, pp. 431-435.

⁵ *Carta de Privilégios aos moradores de Santiago*, de 8 de Fevereiro de 1472. In: António Brásio, **MMA**, Série II, volume I, documento 67, pp. 446-448.

⁶ António Carreira. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: IPC, 2000. P. 33.

⁷ Maria Emília Madeira Santos & Victor Rodrigues. “A feitoria-fortaleza e o comércio transcontinental da Coroa Portuguesa”. In: Luís de Albuquerque. **Portugal no Mundo**, vol. 4. Lisboa: Alfa, 1989. Pp. 237-250.

As Ilhas de Cabo Verde já eram ocupadas por quase um século quando André Álvares de Almada nasceu. Os homens instalados ali movimentavam a nascente economia atlântica abastecendo de água, mantimentos, pilotos e tripulação dos barcos que faziam a travessia do oceano e, sobretudo, abasteciam de escravos os navios que rumavam à América espanhola. Ao analisar o tráfico negreiro a partir da documentação dos Cartórios Notariais do Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, e do Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, Maria Manuel Torrão afirma que, entre 1541 e 1594, aproximadamente setenta e cinco mil escravos foram exportados de Cabo Verde e Costa da Guiné para a América espanhola.⁸

Em seu livro sobre a produção textual e as representações acerca da Guiné do Cabo Verde, José da Silva Horta demonstra que o período mais profícuo em cartas, relatos e tratados sobre a Guiné foi justamente entre o último quartel do século XVI e o primeiro do século XVII, coincidindo com os esforços cabo-verdeanos para angariar o favor régio para a conquista da Serra Leoa. Datam desse período as principais descrições de terras do *corpus* textual analisado por José Horta.⁹ São elas: a *Relação da gente que vive desde o Cabo dos Mastos até Magrabomba na Costa da Guiné*, de António Velho Tinoco e do Padre Fernão Rebelo; o *Tratado Breve*, de André Álvares Almada; a *Etiópia Menor e Descrição Geografica da Província da Serra Leoa*, do Padre Manuel Álvares; e o texto de André Donelha, sem título, que foi modernamente chamado de *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde*. Posteriormente temos ainda dois textos de Francisco de Lemos Coelho: *Descrição da costa da Guiné desde o Cabo Verde até a Serra Leoa com todas as Ilhas e Rios que*

⁸ Maria Manuel Ferraz Torrão. “Traite négrière entre les îles du Cap-Vert et l’Amérique espagnole”. In: *African Economic History*, nº 39 (2011). Pp. 1-34.

⁹ José da Silva Horta. **A “Guiné do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1684)**. Lisboa: FCG/FCT, 2011.

os brancos navegam, de 1669, e *Descrição da Costa da Guiné e situação de todos os portos e Rios dela e roteiro para se poderem navegar todos os seus Rios*, de 1684.¹⁰

As balizas temporais desse trabalho são justamente a data aproximada de nascimento de André Álvares de Almada, por volta de 1550, e a data do relato de André Donelha em 1625, que pouco depois da morte de Almada, não muito antes de 1623, também advogava a colonização da Serra Leoa pelos cabo-verdianos numa última tentativa já próxima ao fim da Missão jesuíta nas ilhas, em 1642.

Para Horta, as descrições das terras tem diferentes graus de “curiosidade” sobre os costumes e hábitos dos povos da Costa. O autor cita Lemos Coelho quando este diz que escreve “meudezas” por assim o haverem mandado, “e não porque sejam necessarias à intelligencia da costa”,¹¹ diferenciando de forma clara a contraposição entre o roteiro prático para o viajante e a descrição das “terras” percorridas diante das quais se verifica uma narrativa com um carácter antropológico, *avant la lettre*. Para Horta as obras de Almada e Donelha estão mais próximas desse discurso antropológico – no sentido em que tem o homem como objeto, alvo da descrição e da avaliação dos autores - que os demais relatos. Horta defende que, principalmente na obra de Almada, há uma subordinação do discurso descritivo geográfico ao discurso descritivo antropológico. Ele demonstra que a principal preocupação de Almada foi descrever os povos africanos e seus costumes. Tal atenção se confirma na versão

¹⁰ António Velho Tinoco e Pe. Fernão Rebelo. *Carta do Pe Fernão Rebelo ao Pe Geral da Companhia*, de 13 de setembro de 1585. In: A. Brásio. MMA. Série II, volume III, doc. 50, pp. 128-130; André Álvares Almada. **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**. Leitura, interpretação e notas de António Brásio. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964; Pe. Manoel Álvares. *Etiópia Menor e Descrição Geográfica da Província da Serra Leoa*. Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. 3 E-7; André Donelha. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição, introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977; o mesmo texto está publicado sob o título de *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha*, de 7 de novembro de 1625. In: Brásio. MMA, série II, volume V, doc. 36, pp 90-146; Francisco Lemos Coelho. **Duas descrições seiscentistas portuguesas**. Introdução e anotações históricas de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

¹¹ Horta. A “**Guiné do Cabo Verde**”. *Op. Cit.* p. 272. Coelho. **Duas descrições seiscentistas portuguesas**. *Op. Cit.* p. 37.

resumida do manuscrito onde - à exceção do último capítulo sobre a Serra Leoa - cada novo reino, povo ou nação descrito por Almada, abre um novo capítulo.

Uma das justificativas apresentadas por Almada para a escrita de seu tratado seria que "antre os negros da nossa África não houve escritores, nem entre eles se usou escrever cousa que ler se possa" e, por isso, faria ele um relato escrito sobre o que sabia da região.¹² É interessante pensar até que ponto esse *corpus* textual nos permite conhecer as sociedades africanas. A tão repetida escassez de fontes escritas para a história da África e o recurso à fontes da tradição oral tem sido um dos pontos fulcrais do debate sobre a metodologia de pesquisa para a História da África. Já no primeiro volume da **História Geral da África**, os oito primeiros capítulos são dedicados direta ou indiretamente para essa temática, com destaque para os textos de Jan Vansina, "A tradição oral e sua metodologia", e I. Hbek, "As fontes escritas a partir do século XV".¹³ Beatrix Keintze, em seu artigo "Written sources, oral traditions and oral traditions as written sources",¹⁴ sustenta que as fontes escritas podem constituir fontes orais e o confronto destas com aquelas multiplica os problemas sobre a crítica das fontes. José Horta dedica uma seção de seu livro às passagens da oralidade africana e luso-africana à escrita europeia na qual desenvolve uma pista deixada por Yoro Fall sobre Almada escrever textos orais. Segundo Horta André Álvares de Almada registrava os acontecimentos tal como ouvira contar sobre eles por ser costume entre os africanos "trazê-las por histórias (...) que retêm em

¹² Apesar de fazer uma observação quanto à presença de mercadores e pregadores muçulmanos que carregavam papel e tinham o hábito de escrever, Almada não parece considerar esse hábito como disseminado entre os povos locais. Almada. **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**. p. 1.

¹³ Joseph Ki-Zerbo. **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010. Vol. 1. Refiro-me aqui aos capítulos 7 e 6, respectivamente. A HGA foi publicada pela primeira vez em Paris, em 1981, mas somente publicada no Brasil, em português, em 2010.

¹⁴ Beatrix Heintze. "Written sources, oral traditions and oral traditions as written sources". **Paideuma** vol 33, 1987. pp. 263-287.

memória".¹⁵ Nesse sentido, José Horta afirma ter ouvido de Fall que Almada foi o primeiro autor a escrever um texto oral no contexto africano.¹⁶

Assim, por vezes, os relatos escritos podem vir carregados da cultura oral na qual e sobre a qual são produzidos. Esse é o caso tanto no *Tratado* quanto de narrativas escritas dos próprios africanos, como acontece com a correspondência entre os dignitários locais da Serra Leoa e o rei de Portugal. Nesses casos há sempre a suspeita de interferência dos redatores portugueses no conteúdo das missivas, mas como mostraram Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos para o caso do arquivo dos Dembo de Angola, era possível um fenómeno de apropriação da escrita portuguesa pelos africanos.¹⁷

Sobre o *Tratado Breve*, três diferentes versões manuscritas chegaram até os nossos dias:

- A primeira versão é um manuscrito inédito intitulado *Tratado Breve dos Reinos da Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Alvares de Almada natural da cidade e Ilha do Cabo Verde cursado e práctico nas ditas partes*. Contém 109 folhas, arquivado sob códice 297 da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Esta primeira versão datada de 1593 é aqui identificada como Manuscrito de Lisboa (MsL); comparando esta versão com uma cópia sua posterior, arquivada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, códice 1253, contruí uma versão modernizada desse manuscrito para realizar o presente estudo. Tal versão está em apêndice à tese.

¹⁵ Almada. **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**. pp. 1-2.

¹⁶ José Horta afirma ter ouvido essa afirmação durante a comunicação inédita de Yoro Fall intitulada "L'oralité africaine dans le textes portugais de XVe-XVIe siècles: implications dans le renouvellement des méthodes de la recherche historique", apresentada ao Colóquio Internacional "Construção e ensino da História da África", em Lisboa, 8 de junho de 1994.

¹⁷ Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. **Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos**. Lisboa: IICT, 2002. Ver também, das mesma autoras: "Fontes escritas angolanas para a história de Angola", **Fontes & Estudos**, n°s 4-5 (Luanda: 1998-1999), pp. 87-133.

- O segundo manuscrito traz o título *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde des do Rio de Sanaga ate os baixos de Santa Anna de todas as nações de negros que ha na ditta costa e de seus costumes armas trajos juramentos g[u]erras feito pelo Capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde pratico, e verçado nas ditas partes*. Contém 106 folhas e está arquivado na Biblioteca Pública Municipal do Porto sob o código 603. Datado de 1594 esse manuscrito é aqui identificado como Manuscrito do Porto (MsP).

- Por fim um terceiro manuscrito, datado de 1596 apresenta uma versão resumida do primeiro com alguns acréscimos, sem título e sem indicação de autor. Contém 53 folhas e está arquivado na mesma BNP, sob código 525.

A versão do Porto foi várias vezes publicada e teve no Padre António Brásio (**Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**, de 1964) sua melhor edição. Brásio não apenas reproduziu o texto do Manuscrito do Porto como fez notas de rodapé onde indicou as principais diferenças entre os manuscritos do Porto e de Lisboa. O inestimável trabalho realizado pelo Pe. Brásio, editor da **Monumenta Missionaria Africana**¹⁸ permite que, para efeitos da exposição, essa tese siga o texto do *Tratado* publicado por Brásio. Assim, todas as citações e paginações aqui referenciadas ao **Tratado** correspondem a esta publicação, já referida na nota 1. Quando citar alguma das outras versões, explicitarei se trata-se do Manuscrito de Lisboa, MsL, ou Manuscrito de Lisboa Resumido, MsR.

Passo agora a explicar como procedi a transcrição do Manuscrito de Lisboa e a comparação entre os manuscritos. Transcrevi o Manuscrito de Lisboa e comparei-o à edição do Manuscrito do Porto realizada por António Brásio. Sempre que tive dúvidas quanto ao conteúdo de uma das versões comparei diretamente os dois manuscritos,

¹⁸ Brásio (Pe.). **MMA**, 1ª e 2ª Séries. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1952 - 1968.

lendo-os lado a lado. Quanto ao terceiro manuscrito (a versão resumida do Tratado) anotei apenas as passagens constantes dessa versão que não encontrei em nenhuma das outras duas. Comparar e entender o conteúdo de cada uma das versões e a compatibilidade entre elas foi o objetivo principal deste trabalho já que apesar de muito citado pela historiografia um trabalho de exegese dos manuscritos nunca havia sido feito.

A divisão proposta para esse trabalho foi compor a tese de modo a preparar o contexto no qual o **Tratado** foi escrito para então descrever detalhadamente seu conteúdo e analisá-lo. O primeiro capítulo apresenta a região descrita por Almada, a Grande Senegâmbia; o segundo apresenta a sociedade cabo-verdiana da época e situa dentro dela o Capitão Almada; o terceiro apresenta a conjuntura e o projeto que motivaram a escrita do **Tratado**; o quarto faz uma análise comparada dos manuscritos de Lisboa e Porto. Os temas tratados em cada um dos capítulos podem ser assim resumidos:

O primeiro capítulo intitulado "A Grande Senegâmbia: problemática regional" circunscreve espacialmente a área de abrangência da pesquisa. Este capítulo é tributário dos trabalhos de Boubacar Barry, José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias¹⁹ está dividido em quatro tópicos: 1) o conceito de Grande Senegâmbia, no qual se delimita a área de atuação dos comerciantes de Cabo Verde ("Guiné do Cabo Verde"). Discuto a gênese dessa categoria de representação e trabalho a região como uma unidade de análise historiográfica; 2) a configuração espacial, ecológica e humana da Grande Senegâmbia, clima, condições de vida, produção, grupos linguísticos. Para isso me apoio nos trabalhos de Philip D. Curtin, George Brooks,

¹⁹ Boubacar Barry. **La Sénégambie du XVème au XIXème siècle: traite négrière, Islam et conquête coloniale**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1988. Eduardo Costa Dias e José da Silva Horta. "La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués". **Mande Studies** 9 (2007) pp. 9-19.

Walter Hawthorne, Toby Green e Alberto da Costa e Silva;²⁰ 3) a configuração política dos povos da Senegâmbia no século XVI, com destaque para a dissolução da Confederação dos Jalofos e a reorganização política dos povos da região a partir da chegada dos portugueses e do aumento significativos do tráfico de escravos que levou ao deslocamento das relações de poder do interior para o litoral;²¹ e 4) trato das redes comerciais de interação regional e sua importância para a economia regional (pluralidade e complementaridade dos mercados locais) antes da chegada e após a chegada dos europeus. Aqui, além dos trabalhos citados na nota anterior destaco a obra de Paul Hair reunida na coletânea **Africa Encountered**; e as publicações de Avelino Teixeira da Mota e António Carreira sobre a Guiné.²²

O segundo capítulo, intitulado "O mundo luso-cabo-verdiano-guineense", apresenta a sociedade colonial formada em Cabo Verde a partir de 1460, seus grupos sociais, funcionamento político e administrativo, área e modo de operação comercial, ou seja, como essa sociedade se viabilizava economicamente, como obtinha meios de sobrevivência; quais os seus aspectos culturais e identitários, e por fim a apresentação de André Álvares de Almada como representante da elite de terratenentes mercadores que controlavam o poder local no Arquipélago e, conseqüentemente, as interações mercantis com a Costa. O capítulo está dividido em quatro seções: 1) a sociedade de Cabo Verde no século XVI, com ênfase na análise das transformações sociais ocorridas na segunda metade do século XVI. Na transição da representatividade no

²⁰ Philip D. Curtin. **Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975. George Brooks. **Landlords and Strangers e Euraficans in Western Africa: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1993. Walter Hawthorne. **Planting Rice and Harvesting Slaves: Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900**. Portsmouth: Heinemann, 2003. Toby Green. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Alberto da Costa e Silva. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

²¹ Jean de Boulègue. **Le Grand Jolof (XIIIe-XVIe siècle)**. Blois: Façades; Paris: Karthala, 1987.

²² Paul. E. H. Hair. **Africa Encountered: European Contacts and Evidence, 1450-1700**. Aldershot: Variorum, 1997.

poder local de indivíduos filhos de portugueses com mulheres locais, de homens que embora não fossem egressos da pequena nobreza reinol, como a primeira elite do Arquipélago, ainda tinham acesso a cargos e serviços, bem como a pessoas influentes na corte. Aqui a principal referência são os trabalhos de Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral sobre a "primeira elite atlântica".²³ Sobre a questão da mestiçagem e da interação dos diversos atores sociais, destaco aspectos conceituais a partir de Norbert Elias;²⁴ 2) a economia de Cabo Verde na segunda metade do século XVI e o raio de ação dos homens de negócios do arquipélago em escala atlântica;²⁵ 3) a identidade luso-africana e os "práticos da Guiné", item onde discuto as particularidades culturais da sociedade cabo-verdiana centralizando a análise na relação próxima dos cabo-verdianos com a costa africana e seu papel de mediação entre europeus e africanos, sobretudo no caso dos "práticos da Guiné", os homens acostumados a viajar pela região, que conheciam os caminhos, as línguas, as pessoas e os costumes de cada local. Aqui apresento o conceito de *broker* e recorro a obras de Jean Boulègue, Avelino Teixeira da Mota, George Brooks, José da Silva Horta, Peter Mark, Toby Green e, mais recentemente, a dissertação de mestrado de Thiago Mota;²⁶ e 4) André

²³ Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: ICT; INCCV, 1995; Iva Cabral. A primeira elite colonial atlântica: dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do século XV - início do século XVII). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013.

²⁴ Norbert Elias e John Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

²⁵ Os dados iniciais obtidos na obra de Philip Curtin de 1969, o *Trans-Atlantic Slave Trade Database* e os resultados apresentados por Maria Manuel Torrão são referências mais recentes para a abordagem do tráfico de escravos. Philip D. Curtin. **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1969; *Transatlantic Slave Trade Database* (www.slavevoyages.com); Maria Manuel Ferraz Torrão. "Traite négrière entre les Îles du Cap-Vert et l'Amérique Espagnole: formation et développement d'une route commerciale atlantique au seizième siècle". **African Economic History** (2011) vol. 39. pp 1-34. Mais recentemente, imprescindível, o trabalho de David Wheat. **Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640**. University of North Carolina Press, 2016.

²⁶ Jean Boulègue. "Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la 'Guinée du Cap-Vert' aux XVIe et XVII siècles". In: Jürgen Lang. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr Verlag. pp. 48-49; Avelino Teixeira da Mota. **A Guiné Portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. (2 vols); George Brooks. **Landlords and**

Álvares de Almada, a personagem e o projeto político como membro da elite de Cabo Verde com destaque para a importância de quem era André Álvares.

O terceiro capítulo, intitulado "A Missão do Cabo Verde e o projeto colonizador da Serra Leoa", aborda a negociação, a fundação e o funcionamento da Missão da Companhia de Jesus em Cabo Verde e na Serra Leoa, sua relação com os cabo-verdianos e a fracassada tentativa de colonização da Serra Leoa pelos portugueses. O capítulo é dividido em tópicos de forma a apresentar o problema e os diversos interesses em torno desse projeto colonizador, nomeadamente os interesses da Coroa, do donatário, dos jesuítas e da comunidade de Cabo Verde: 1) as primeiras propostas de estabelecimento português na Serra Leoa durante a administração de António Velho Tinoco (reinado de D. Sebastião), o primeiro governador de Cabo Verde a visitar a costa africana; 2) o projeto caboverdiano nas décadas de 1580 e 1590 e seus desdobramentos a partir da documentação publicada na **Monumenta Missionaria Africana**, sobre a negociação política em torno do projeto colonizador da Serra Leoa;²⁷ 3) a forma como a coroa encarava o projeto colonizador na Serra Leoa, como ele funcionava como moeda de troca entre potências no jogo diplomático europeu e no jogo político da corte ibérica. Aqui são importantes os trabalhos de Nuno da Silva Gonçalves.²⁸ 4) o projeto da Companhia de Jesus e como os jesuítas

Strangers e Euraficans in Western Africa: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630. Boulder: San Francisco; Oxford: Westview Press, 1993; José da Silva Horta. **A “Guiné do Cabo Verde”: Produção Textual e Representações (1578-1684).** Lisboa: Fundação C. Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011; Peter Mark **“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries.** Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press. 2002; Toby Green. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012; Thiago Henrique Mota. *A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625).* Dissertação de Mestrado em História defendida junto a Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2014.

²⁷ Brásio, **MMA**, no vol. 3, 2^a. série.

²⁸ Nuno da Silva Gonçalves. "Os jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)". **Brotéria**, Jul., 1996, Lisboa; e "Os jesuítas portugueses e a Serra Leoa (1605-1617). II. Os vários projetos de colonização e a ação missionária do P. Manuel Álvares". **Brotéria**. 1. Vol. 142, jan, 1996.

negociaram sua participação no projeto colonizador da Serra Leoa e como atuaram tanto no Arquipélago de Cabo Verde, quanto na Serra. A relação dos jesuítas com o clero regular e com os religiosos de outras ordens presentes na região, e a atuação missionária dos padres Baltasar Barreira e Manuel Álvares. O diálogo fundamental aqui é com Paul Hair, com Carlos Lopes e em especial Nuno da Silva Gonçalves.²⁹

O quarto capítulo, intitulado "Dois manuscritos quinhentistas: os manuscritos de Lisboa e Porto", faz uma descrição detalhada e comparada dos relatos, principalmente dos textos de Lisboa e Porto. É o capítulo mais extenso onde acompanho a escrita de Almada anotando as principais diferenças entre os manuscritos e as informações que julguei mais relevantes para a historiografia. Neste capítulo o trabalho se concentra nas fontes e apresenta uma metodologia criada para dar conta da análise paralela das duas narrativas. Foi feita uma correspondência entre os capítulos das duas narrativas e a partir deles foram os textos foram cotejados para apresentação das variações entre eles. Esse procedimento inédito levou à possibilidade de perceber certas nuances do texto ainda pouco exploradas assim como contribuir para a datação e localização dos deslocamentos de Almada entre Cabo Verde e a corte ao longo do tempo em que escreveu cada uma das versões do texto.

²⁹ P. E. H. Hair. "The Abortive Portuguese Settlement of Sierra Leone, 1570-1625". In **Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: In Memoriam** (2 volumes). Lisboa: Academia de Marinha/ IICT, 1987. Vol. 1, pp 171-208; do mesmo autor: "Barbot, Dapper, Davity: A Critique of Sources on Sierra Leone and Cape Mount", **History in Africa**, vol. 1, 1974, pp. 25-54; Carlos Lopes. **Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: CNCDP, 1999.

Capítulo I

A Grande Senegâmbia: problemática regional

No prólogo do seu **Tratado Breve**, o capitão André Álvares de Almada afirma que “quis escrever algumas cousas dos Rios da Guiné [e] Cabo Verde, começando do Rio Sanagá (hoje Senegal) até à Serra Leoa que é o limite da ilha de Santiago.”³⁰ Este capítulo apresenta a região que o capitão denominou "Guiné do Cabo Verde"³¹ e que foi por ele descrita e tão bem conhecida a ponto de se apresentar como "prático e versado" nela.³² Qual era a configuração geográfica e política da "Guiné do Cabo Verde" para André Álvares de Almada e os demais cabo-verdianos, portugueses e africanos seus contemporâneos? Por que essa enorme extensão territorial entre o Rio Senegal e a Serra Leoa, entre o maciço do Futa Jalom e o mar eram tomados como uma unidade?

No prólogo da primeira edição francesa de **O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo na época de Felipe II**,³³ Fernand Braudel expõe uma metodologia histórica que alia história e geografia, fazendo do espaço um sujeito histórico. Na primeira parte do livro esse historiador afirma que "trata de uma história quase

³⁰ Almada, **Tratado**. *Op. Cit.* p.2.

³¹ Almada. André Álvares Almada. *Tratado Breve dos Reinos da Guiné do Cabo Verde*, como aparece na versão manuscrita inédita do Tratado breve constante do arquivo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Aqui Manuscrito de Lisboa (MsL)

³² "Prático" era o comerciante acostumado a navegar por aquela região, que dominava a navegação, conhecia os caminhos, tinha os contatos e os línguas, os intérpretes. Tratarei melhor desse assunto mais adiante nesse capítulo na seção intitulada "As redes e e interações comerciais regionais" e mais adiante no segundo capítulo da tese.

³³ O conceito de unidade regional é amplamente utilizado na historiografia desde a geo-história apresentada por Fernand Braudel em seu livro seminal **O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo** (1949) até os preceitos epistemológicos da atual História Regional. Fernand Braudel **O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1983. Ver também: Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - os jogos das trocas**. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996; Boubacar Barry. **Senegâmbia: o desafio da História Regional**. Amsterdam: SEPHIS; Rio de Janeiro: CEAA-UCAM, 2000.

imóvel, a história do homem em suas relações com o meio que o rodeia; a história lenta em fluir e se transformar, feita não poucas vezes de insistentes reiterações e de ciclos incessantemente reiniciados."³⁴ Feito isso, na segunda parte do livro, Braudel dedica-se ao estudo das economias e dos Estados, das sociedades, civilizações e economias; na terceira parte aborda "a da história cortada não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos". Não tenho a pretensão de comparar esse trabalho com a obra-prima de Braudel, mas o fato de ele começar seu livro fundamental, sua tese, pela análise e percepção do Mediterrâneo como uma unidade geográfica inspirou outros a fazerem o mesmo, inclusive Vitorino Magalhães Godinho em **O "Mediterrâneo" saariano e as caravanas do ouro**, em que aborda a geografia econômica e social do Saara Ocidental e Central entre os séculos XI e XVI,³⁵ e Boubacar Barry em **La Sénégambie du XVe. au XIXe siècle**.³⁶ Desse modo, faço eu o mesmo aqui a respeito da Grande Senegâmbia ou Guiné do Cabo Verde e inicio essa tese destrinchando os limites e os nomes dessa região e os significados a eles atribuídos, já que também as palavras servem para tomar posse e delimitar espaços e usos.³⁷

Há diversas terminologias presentes na historiografia de língua portuguesa, francesa e inglesa para designar a região e cada uma delas propõe uma delimitação espacial própria. Apresento aqui a noção de Grande Senegâmbia que engloba a maior parte da Senegâmbia e da Alta Guiné.³⁸ Trata-se de uma Senegâmbia alargada que

³⁴ Braudel, **O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo**. p. XIII.

³⁵ Vitorino Magalhães Godinho. **O "Mediterrâneo" Saariano e as caravanas do ouro: geografia econômica e social do Saara Ocidental e Central do XI ao XVI século**. São Paulo: Coleção da "Revista de História", 1956.

³⁶ Boubacar Barry. **La Sénégambie du XVe. au XIXe siècle. Traité négrière, Islam, et conquête coloniale**. Paris: l'Harmattan. 1988.

³⁷ Agradeço ao Professor Roberto Guedes por essa preciosa sugestão de como iniciar meu trabalho.

³⁸ Essa noção foi apresentada por José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias a partir do alargamento do conceito de Grande Senegâmbia proposto por Boubacar Barry. Eduardo Costa Dias e José da Silva

abarca o espaço de atuação dos comerciantes de Cabo Verde e de seus parceiros comerciais nos primeiros séculos da era moderna. Por falta de mapa mais apropriado apresento a seguir o mapa retirado do livro de Alberto da Costa e Silva que se baseia na toponímia de língua inglesa (o sul do Rio Gâmbia aparece como Alta Guiné ou *Upper Guinea Coast*). Ao longo da tese me refiro à região da Grande Senegâmbia, segundo a terminologia de Boubacar Barry que abarca as bacias dos Rios Senegal e Gâmbia incluindo o Futa Jalom e todo o território até a Costa Atlântica até o Rio Kolonté, na atual Guiné Conacry. José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias, seguindo propõe que a Grande Senegâmbia coincida com a área de atuação dos cabo-verdianos, ao seja, do Rio Senegal, ao Norte, ao Cabo do Monte, no Norte da atual Libéria, mas entendido à época como o limite da Serra Leoa.³⁹

A primeira seção desse capítulo discute esse conceito de Grande Senegâmbia, por meio da análise das transformações históricas resultantes dos contatos entre europeus e africanos, com a atribuição de diversos nomes à região conforme a ideia que cada grupo fez desse espaço e de sua proposta de apropriação para o mesmo. Nas seções subsequentes, discuto a disposição espacial, ecológica e humana da região; os grupos linguísticos e sociais que a habitavam no século XVI e suas formas de organização política; e, por fim, as redes e interações comerciais regionais à época.⁴⁰

Horta. "La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués". *Mande Studies* 9 (2007):9-19.

³⁹ Boubacar Barry. *La Sénégambie du XVe. au XIXe siècle. Traité négrière, Islam, et conquête coloniale*. Paris: l'Harmattan. 1988. P. 25; Ver também: Walter Rodney. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*. New York: Monthly Review Press, 1980.

⁴⁰ Barry, *La Sénégambie du XVe au XIXe siècle*; José da Silva Horta. *A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações (1578-1684)*. Lisboa: FCG/FCT, 2011.

O conceito de Grande Senegâmbia

Entendo que a Grande Senegâmbia coincide geograficamente com os limites do que Almada e seus contemporâneos entendiam ser a "Guiné do Cabo Verde". Ao analisar a gênese dessa categoria de representação na primeira parte de seu livro intitulado **A "Guiné do Cabo Verde"**, Horta alega que os primeiros contatos entre Portugal e o noroeste africano foram marcados por uma oscilação entre duas perspectivas de representação antropológico-geográficas. A primeira percepção seria de sociedades e espaços políticos individualizados caracterizados por dimensões linguística, cultural, econômica e religiosa distintas. A outra percepção seria de espaços geográficos mais alargados em que se projetavam expectativas da expansão portuguesa e delimitavam objetivos estratégicos face a outras potências europeias.⁴¹

A partir dessa segunda percepção fabricaram-se categorias genéricas como *Etiópia* e *Guiné* para designar a África Subsaariana, conceitos que foram modificados com o tempo de acordo com os usos e interesses sobre os espaços designados. *Etiópia* é um termo associado à *Africa Aethiopica* da tradição ocidental.⁴² Por outro lado, *Guiné* tornou-se o termo mais usual, já era corrente quando Gomes Eanes de Azurara, escreveu **A Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**, em 1448.⁴³

Mariza de Carvalho Soares, no primeiro capítulo intitulado "A 'Ethiopia de Guiné'" de seu livro **Os devotos da cor** faz a arqueologia do termo demonstrando

⁴¹ Horta. **A "Guiné do Cabo Verde"**. p. 41.

⁴² Horta desenvolveu a questão destas categorias em trabalhos anteriores: "A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos", **O Confronto do Olhar. O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas. Séculos XV e XVI. Portugal, África, Ásia, América**, em colaboração com Luís de Albuquerque, António Luís Ferronha (coordenação) e Rui Manuel Loureiro. Lisboa, Editorial Caminho, 1991, cap. II; e em **A representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)**, separata de *Mare Liberum*, nº 2, Lisbonne, 1991, pp. 209-339, p. 233 e ss.

⁴³ Gomes Eanes de Azurara. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Introdução, atualização de texto e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América. 1989.

como a região apareceu designada nos textos clássicos, desde Homero, no século V A.C., ao "país dos etíopes ocidentais", de Estrabão e Plínio, no século I. Porém, ela demonstra que o conhecimento da geografia europeia sobre África muda com a tomada de Ceuta pelos portugueses, em 1415 quando cresce o interesse de participação no rico comércio que movimentava as caravanas que cruzavam o Saara transportando sal, ouro, marfim, escravos, noz de cola, pimenta malagueta e outros produtos. E é justamente no texto de Azurara que, segundo Soares, aparece pela primeira vez a descrição daquela costa como "terra dos negros" ou "terra de Guiné".⁴⁴

Assim o atesta a descrição da viagem de Gonçalo de Sintra incorporada por Azurara:

Tendo já passada estas caravelas a terra de Zaara, como é dito, viram as duas palmeiras com que antes topara Dinis Dias, pelas quais conheceram que ali começava a **terra dos negros**, com cuja a vista folgaram assaz; e porém quiseram logo filhar a terra, mas acharam o mar tão bravo na costa, que por nenhum modo puderam sair fora. [...] E se os nossos tinham vontade de cobrar terra, não mostravam os seus moradores menos desejo de os receber em ela; mas do gasalhado não curo de falar, ca segundo sua primeira mostrança [...]. **E esta gente desta terra verde, é toda negra, e porém é chamada terra dos negros, ou terra de Guiné, por cujo azo os homens e mulheres dela são chamados Guinéus, que quer tanto dizer como negros.**⁴⁵
(grifo meu)

A origem da palavra portuguesa Guiné pode vir de *Guinauba* ou *Gnawa* que seriam termos correntes no Marrocos para designar os "negros" e a sua terra. É daí, provavelmente, de onde os portugueses o teriam ouvido e também poderá ser essa a mesma origem de topônimos semelhantes presentes na literatura e na cartografia medieval anterior às navegações portuguesas.⁴⁶

⁴⁴ Soares, **Devotos da cor**. pp. 41-43.

⁴⁵ Azurara, **Crônica do descobrimento**. p. 165.

⁴⁶ Sobre isso, ver: Horta. *A Representação do Africano...*, p. 233 e nota 56; e Leticia Destro. "Serão todos filhos de Adão? A invenção da África negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI". Dissertação de Mestrado em História Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

Fernanda Carrilho, em dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa resume bem o debate historiográfico em torno do topônimo de Guiné. Segundo ela, Manuel Belchior acredita que o termo deriva de *Guinanha* ou *Guinauha*, termo árabe encontrado em várias enciclopédias e que, por sua vez, segundo especulação de Belchior, seria derivado de Gana, império da África Ocidental fundado por volta do ano 300 e arrasado no século XIII, ou Jenné, cidade no baixo Rio Níger que funcionava como importante centro comercial e ainda existente no século XV. Já Rogado Quintino, ainda segundo Fernanda Carrilho, rebateu essa especulação de Belchior alegando que o termo *guinauha* é muito anterior à ocupação islâmica em África. Tal palavra teria origem na Ásia Menor, entre os fenícios. Quando estes fundaram Cartago teriam trazido para o novo local o culto ao deus *Moloc* e realizavam um ritual em que colocavam crianças numa cova - *gehina* ou *gehena* - em que estava uma fogueira acesa. A memória de tais covas e seus corpos calcinados teria permanecido entre os povos mediterrânicos como um culto abominável, daí os árabes atribuírem aos negros o termo *guinawen*, aqueles de pele queimada.⁴⁷

Entretanto, segundo Horta, "da projeção inicial, genérica, da categoria de 'Guiné' para as terras a sul do Magrebe se destacou o espaço que congregava todas as expectativas, espaço definido, seguindo lugares comuns prévios" como a cor da pele de seus habitantes em associação com a especificidade do meio natural.⁴⁸ Ideia essa que coincide com a noção árabe de *Bilad al-Sudan* (país dos negros em árabe).

⁴⁷ Fernanda Carrilho. Sobre as escritas da Guiné nos textos de Francisco de Lemos Coelho. Dissertação de Mestrado em Literaturas Brasileira e Africana de Língua Portuguesa defendida junto à Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa. Lisboa: ULisboa, 2001. Ver também: Manuel Dias Belchior. "Sobre a origem do termo Guiné". In: **BCGP**, n. 65, vol XVII, CEGP, jan., 1962; Fernando Rogado Quintino. "O problema da origem dos termos 'Guiné' e 'Guinéus'". In: **BCGP**, separata n. 78 do ano XX, Bissau, CEGP, 1965.

⁴⁸ Horta. A "Guiné do Cabo Verde" p. 42.

Porém, com o alargamento geográfico das navegações, dos contatos com os africanos e a expansão dos portugueses rumo ao sul o termo "guiné" ganhou um sentido ainda mais lato, com uma pluralidade de significados de acordo com o seu uso, por exemplo, inclusive, na administração régia. Seria essa, continua Horta, "Uma 'Guiné [...] que não reconhecia as fronteiras geográficas e étnicas [...] Retinham-se as vantagens da categoria geográfica mais abrangente que funcionava simultaneamente como uma categoria jurídica" legitimada por bulas papais.⁴⁹ Nesse sentido, António Carreira fala em Guiné como uma "vasta região costeira do Senegal ao Rio Orange, na atual Namíbia".⁵⁰

Tratando do início do comércio de escravos para Portugal e América, Mariza Soares afirma que, conforme a costa ocidental africana vai sendo explorada e nomeada, a "Guiné" se alarga e sua antiga demarcação, presente nos textos dos cronistas do século XV, é substituída por uma multiplicidade de critérios de nomeação que faz surgir um complicado sistema topográfico que entremeia nomes de lugares, etnias, etapas da conquista e relações comerciais fazendo surgir um complexa toponímia toda ela de alguma forma associada ao comércio de escravos que, nos séculos XVI e XVII, se estende da foz do rio Senegal até Benguela.⁵¹

Como forma de recortar essa representação ampla de "Guiné" surge a categoria "Guiné do Cabo Verde". A África atlântica entre o Senegal e a Serra Leoa, aparece então na documentação como "Rios da Guiné do Cabo Verde", "Rios do Cabo Verde", "Rios da Guiné" ou apenas "Guiné". Nesse sentido, o termo tem uma origem ao mesmo tempo política (por estar relacionada aos direitos atribuídos aos

⁴⁹ Horta. **A "Guiné do Cabo Verde"**, p. 43.

⁵⁰ António Carreira. **Documentos para a História das ilhas de Cabo Verde e "Rios da Guiné"**. p. 14.

⁵¹ Soares, **Devotos da cor**. capítulo 1.

moradores do arquipélago desde a *Carta de Privilégios* de 1466) e econômica (por ser engendradora e confirmada pela área de atuação desses homens de negócios e seus parceiros). Assim sendo, a atribuição e afirmação do nome Guiné do Cabo Verde é também uma tomada de posse da região pelos moradores das ilhas. No entanto, além da atividade mercantil dos ilhéus esse é um entre outros fatores de coesão das diversas interações sociais, culturais, políticas e econômicas dos atores autóctones e estrangeiros que fazem a unidade desse espaço.

Quando John Thornton fala sobre um mundo atlântico alargado, operando em rotas marítimas, que incluíam sistemas fluviais e caminhos terrestres adjacentes na América, Europa e África,⁵² certamente poderia usar como exemplo os vales dos rios Senegal e Gâmbia, as planícies alagadas da atual Guiné-Bissau e da Guiné-Conacri e as exuberantes terras e rios da Serra Leoa que funcionavam como um grande sistema de trocas complementares criando aquilo que Boubacar Barry chamou "o país dos encontros e dispersões".⁵³

Para Barry, como já referido anteriormente, o vale do Rio Senegal, ao Norte, e o curso do rio Kolonté, na fronteira entre as atuais Guiné Conacri e Serra Leoa, ao Sul, constituem os limites naturais da Grande Senegâmbia, circunscrita no interior pelos contrafortes orientais do maciço do Futa Jalom. Segundo ele, apesar de uma certa diversidade geográfica, essa região apresenta uma unidade notável de povoação e civilização que conferem à Senegâmbia desde o século XV um destino histórico específico na África Ocidental.⁵⁴

⁵² John K. Thornton. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

⁵³ Barry, **La Sénégambie du XVème au XIXème sicle**. p. 25.

⁵⁴ Barry, **La Sénégambie du XVème au XIXème sicle**. p. 25.

Embora durante séculos a Senegâmbia tenha permanecido dependente do que Barry chama de Sudão Ocidental⁵⁵ - as terras interioranas da África Ocidental e o Vale do Níger - e do Saara, com a chegada dos europeus e o aumento das trocas via Oceano Atlântico e portos fluviais, a região costeira ganhou importância, tornando-se o lugar onde se encontravam as influências do Sudão Ocidental,⁵⁶ do Império do Mali, do Saara, do Islã e das rotas comerciais transaarianas e transatlânticas. Esse lugar de encontros era também um lugar de dispersões de diferentes populações do Sahel e do Sudão até se estabilizarem no fim do século XV quando, de acordo com Barry, a Senegâmbia adquiriu a fisionomia (povoamento, economia, organização política e social) que conservou até a conquista colonial no fim do século XIX.

É dessa Senegâmbia proposta por Barry que partem Eduardo Costa Dias e José Horta para reavaliar a Senegâmbia como objeto de estudo e conceito histórico e sociocultural. Para eles, "a Grande Senegâmbia é um espaço catalizador, um enorme *carrefour* de comércio onde a diversidade econômica, social e política mobiliza as diferenças, para nutrir um macro-sistema social baseado em interesses mercantis comuns". Nesse sentido, eles propõem que a "Senegâmbia deva ser compreendida como um espaço de 'convivência e conveniência' e de 'complementaridade e transição'":⁵⁷

uma 'convivência' entre uma pletera muito rica de identidades étnicas e espaços políticos e religiosos e uma 'conveniência na medida onde os equilíbrios internos são inscritos no próprio genoma comercial constitutivo desse nó, que vive da estabilidade e respeito

⁵⁵ Termo construído a partir da herança da língua árabe que chamava a região *Bilad al-Sudam*, o país dos negros.

⁵⁶ A expressão, no inglês *Western Sudan*, designa de modo genérico toda a extensão entre o Atlântico a Oeste e o Níger a leste; o Saara ao norte e a floresta tropical ao sul. Inclui a Savana, o Sahel, o Futa Jalom e os sistemas fluviais do Níger, do Senegal e do Gâmbia. A região que se segue e hoje corresponde à Nigéria e países vizinhos é comumente designada Sudão Central. Para melhor definição ver: Joseph Ki-Zerbo (ed.). **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010. vol. 1. capítulos 13 e 14.

⁵⁷ Eduardo Costa Dias e José da Silva Horta. "La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués". **Mande Studies** 9 (2007) pp. 9-19.

mútuo entre os poderes estabelecidos (p. ex., Mouros e Peuls ao Norte, os Wolof na região setentrional e os Mande ao Sul). Mas também uma 'complementaridade' comercial, geográfica e econômica entre os diferentes sistemas sociais no interior da Senegâmbia e a necessidade de olhar como um espaço de 'transição' entre o Atlântico e o coração do continente africano, entre o Saara e a floresta, entre o Islã e as religiões autóctones".⁵⁸

A essa pletera muito rica de identidades étnicas, dada à sua abertura desde muito cedo ao comércio atlântico, somaram-se novas categorias sociais capazes de dar sentido às novas situações produzidas pelo contato com os europeus e com o mundo novo que se engendrava. Segundo Costa Dias e Horta, a Grande Senegâmbia foi construída à maneira e à medida do desenvolvimento dos contatos nos espaços costeiros e no baixo curso dos rios. Ao mesmo tempo em que esses contatos reduziam sua condição de dependência das trocas realizadas no interior do continente, eles levaram a um modelo de construção identitária fluido e inclusivo que permitiu a criação de grupos e sociedades mestiças, notadamente os luso-africanos - e, posteriormente, demais eurafricanos -, especializados na mediação das trocas entre europeus e africanos. E também levaram à construção de novas funções e estruturas sociais como, por exemplo, os "alcaldes", ou "alkair" da Petite Côte, no Senegal.⁵⁹

Esses grupos infiltraram-se e deram mais consistência ao comércio pré-existente de cera, panos, peles, couros e cola que envolvia toda a região, do Rio Senegal à Serra Leoa. Como será mostrado adiante a influência das rotas de comércio

⁵⁸ Dias e Horta. "La Sénégambie: un concept historique" p. 10. Tradução livre minha: "Une 'convivialité' entre une pléthore très riche d'identités ethniques et espaces politiques et religieux et une 'convenance' dans la mesure où les équilibres internes sont inscrits dans le propre génome commercial constitutif de ce nœud, qui vit la stabilité et respect mutuel entre les pouvoirs établis (par exemple, les Maures eu Peuls au Nord, les Jalofo dans la région septentrionale et le Mandé au Sud). Mais aussi une 'complémentarité' commerciale, géographique et économique entre les différents systèmes sociaux à l'intérieur de la Sénégambie et le besoin de la regarder comme un espace de 'transition' entre l'Atlantique et le cœur du continent africain, entre le Shara et la forêt, entre l'Islam et les religions autochtones".

⁵⁹ Jean Boulègue. **Les Luso-africains en Senégambie. XVe-XIXe siècles**. Lisboa/Paris: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centre de Recherches Africaines, 1989; George Brooks. **Eurafricans in Western Africa. Commerce, Social Status, Gender and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century**. Athens: Ohio University Press. 2003.

intra-regionais que articulam os eixos atlântico e transaariano é fundamental para a compreensão do conceito de Grande Senegâmbia. É justamente o alcance das redes comerciais para o comércio de cola até a atual Serra Leoa que permite a Eduardo Costa Dias e José da Silva Horta irem além do limite geográfico proposto por Barry, o rio Kolonté, e falar de uma Grande Senegâmbia como uma vasta extensão territorial que vai do Senegal ao Norte da atual Libéria unida pelo comércio.⁶⁰

A configuração espacial ecológica e humana da Grande Senegâmbia

A Senegâmbia é habitada principalmente por povos falantes de línguas dos grupos Atlântico Ocidental (Wolof, Serer e Fula) e Mande distribuídos em espaços geográficos e ecológicos diversos em um vasto território que abarca ao norte o deserto do Saara, ao sul florestas tropicais e também o maciço do Futa Jalom, onde nascem os vários rios da região, incluindo os rios Senegal, Gâmbia e Níger. Segundo George E. Brooks, em seu livro **Landlords and Strangers**, a evolução histórica do clima na Senegâmbia oscilou após o fim do “período atlântico úmido”:⁶¹ Houve um longo período de baixa do volume de água que durou até ca.300 AC; seguido de um período de transição entre 300 AC e 300 DC, em que as condições ecológicas melhoraram a ponto de permitir o aparecimento do comércio intra e transaariano; depois houve quatro séculos de chuvas moderadas entre 300 e 700; seguidos de quatro séculos de chuvas abundantes de 700 até 1100; um longo período seco entre 1100 e 1500; um breve período de chuvas entre 1500 e 1630; seguido por um longo período seco entre

⁶⁰ . Os limites meridionais exatos da Serra Leoa mudaram com o tempo: para Valentim Fernandes incluíam o cabo do Monte, mas para Almada ficavam mais a norte, “nos baixos de Santa Ana”, o limite da sua descrição e portanto área de atuação dos luso-africanos ligados ao mesmo sistema espacial virado para Atlântico.

⁶¹ Originalmente "Atlantic wet period". Essa terminologia foi estabelecida por McIntosh e McIntosh, para o período entre ca.5500 AC e ca.2500 AC. S. K. McIntosh e R. J. McIntosh. "West African Prehistory (from c. 10.000 B.C. to AD 1000)". **American Scientist** (1981) 69. pp. 602-613.

1630 e 1860; um breve aumento de chuvas entre 1860 e 1900; alguns anos bastante secos no início do século XX; três décadas de chuvas moderadas; e, finalmente, o clima sujeito a períodos secos além do comum de forma moderadas dos dias de hoje.⁶²

Portanto, no momento em que se desenrola a nossa história, há a transição de um período seco, até 1500, para um breve período úmido de relativa pluviosidade, entre 1500 e 1630, seguido de um longo período seco. As secas e a fome têm grandes implicações na vida das pessoas na costa da África Ocidental porque interferem diretamente nos fluxos de migração, afetando também as ilhas, como as do Arquipélago de Cabo Verde. Tais migrações tinham grande impacto também sobre o tráfico de escravos e resultavam em grandes mobilidades sociais, em que, muitas vezes, populações inteiras passavam da liberdade ao cativeiro.⁶³

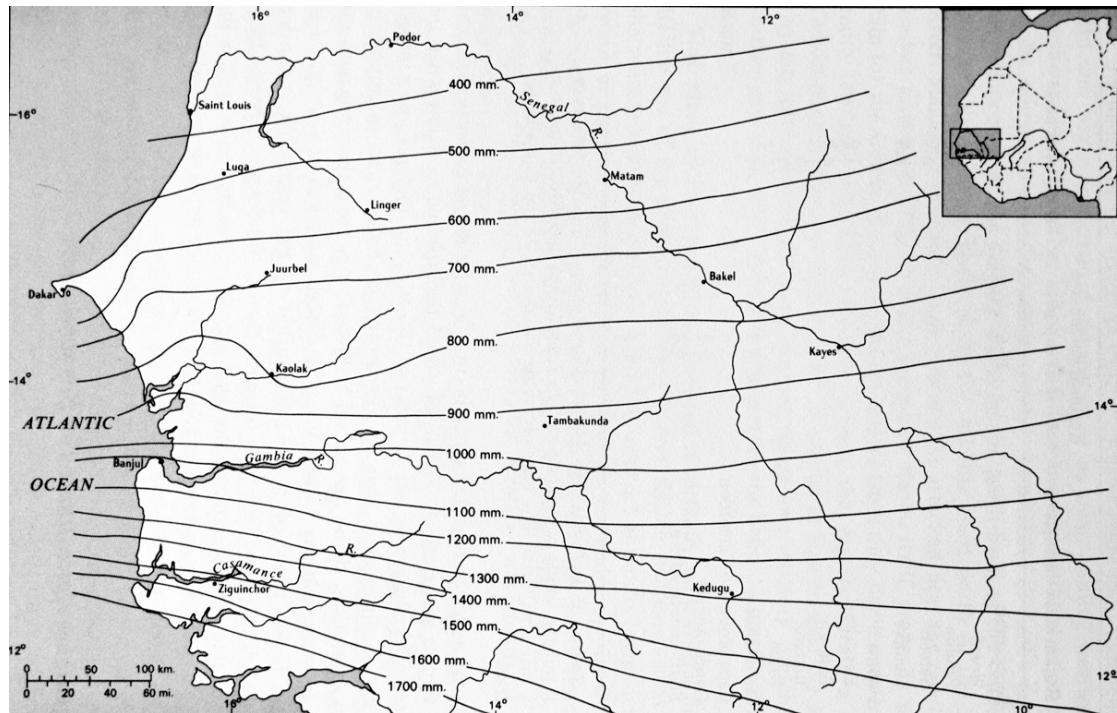
O mapa apresentado na figura 2 faz uma reconstituição dos padrões de pluviosidade anual na África Ocidental em fins do século XX. Embora não estejam apontadas ou delimitadas no mapa a região tem cinco ecossistemas diferentes, de norte para sul: o deserto, o sahel, a savana, a zona de interseção da savana com a floresta e a floresta tropical. A quantidade de precipitação de água de chuvas demonstradas no mapa pode variar de acordo com a altitude, a presença de rios e lagos, e o regime dos ventos. As condições para a exploração de recursos silvícolas, agrícolas e pastorais presentes em cada ambiente variam e contribuem para a complementaridade nas trocas comerciais entre as zonas. Quando os portugueses

⁶² George Brooks. **Landlords and Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Boulder: Westview Press, 1993. p. 7.

⁶³ Sobre o impacto das secas e suas consequências para o tráfico de escravos no vale do Rio Senegal no século XVIII ver James F. Searing. **West african slavery and Atlantic commerce: the Senegal River Valley, 1700-1860**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

chegaram à região no século XV, rapidamente aprenderam os padrões do comércio local, costeiro e fluvial, e buscaram se integrar e participar dele.

Figura 2
Pluviosidade anual na Senegâmbia



Fonte: Philip D. Curtin. **Economic Change in Precolonial Africa**. Madison. The University of Wisconsin Press, 1975.

Em toda a região, o clima é marcado por duas estações opostas, seca e chuva. Na floresta tropical da Serra Leoa as chuvas chegam primeiro e duram mais tempo, de março a outubro ou novembro, chegando a acumular 1700 milímetros de águas anuais. No Senegal podem começar em junho e se estender até setembro, acumulando cerca de 400/500 milímetros de água anuais.

As chuvas concentram-se em torno do maciço do Futa Jalom e depois tomam a direção sul, paralelo à costa, seguindo as terras altas que agem como um divisor de águas: uma corrente de ventos leva as chuvas para o interior na direção norte-nordeste; outra para o litoral vai na direção sul-sudoeste. O Futa Jalom é o nascedouro

da maior parte dos cursos de água doce da África Ocidental, em geral, e da Senegâmbia, em particular. Ali nascem os rios Níger, Senegal, Gâmbia, Casamance, Geba, Corubal, Nunez e Scarcies, assim como de muitos dos seus afluentes. A divisão entre os rios tributários do rio Senegal e do Níger tem uma grande importância histórica pois implicam diretamente na distribuição de rotas comerciais e padrões de distribuição das populações da região.

Devido aos ventos e correntes marítimas do Oceano Atlântico a costa possui condições ambientais distintas. A vasta extensão de costa entre o Rio Senegal e o Cabo Verde é conhecida como "Grand Côte", enquanto a área costeira entre o Cabo e os Rios Sine e Salum é conhecida como "Petite Côte". Na apresentação das condições ambientais da região em seu livro **Eurafricans in Western Africa**, Brooks divide a costa em duas sub-regiões: a primeira que ele chama de Costa da Senegâmbia vai da embocadura do Rio Senegal ao estuário do Sine-Salum, com pouco menos de trezentos quilômetros; a segunda, chamada Alta Guiné, se estende por cerca de mil quilômetros, da embocadura do Rio Gâmbia até o Cabo do Monte, na Serra Leoa.⁶⁴

Nos cerca de 300 quilômetros entre a foz do rio Senegal e o estuário dos rios Sine e Salum há um aumento considerável da média anual de chuvas de 400 milímetros próximo ao Cabo Verde, para cerca de 900 milímetros no estuário do Salum. As águas frias da corrente marítima das Canárias trazem grande quantidade de plâncton, o que contribui para uma vida marinha rica e com grande variedade de peixes com valor comercial, especialmente o atum. A corrente das Canárias flui ao longo da costa para sul até o Cabo Verde, onde se divide em duas: uma parte flui para

⁶⁴ Ressalto que tal divisão não corrobora o entendimento de Grande Senegâmbia como unidade de análise que proponho nesse capítulo, porém, tampouco o contradiz, visto que essa unidade é construída a partir das interações socioeconômicas dos povos da região e a sua divisão geográfica como é feita por Brooks e pela historiografia de língua inglesa permite contrapor e examinar as diferenças entre o norte e o sul de nossa macrorregião.

o oceano e outra parte forma a corrente da Guiné, que segue a costa até o Cabo das Palmas e adentra o Golfo da Guiné. Vindo do Deserto do Saara o vento Harmattan (Armatão no português de Portugal) sopra de nordeste para sudoeste durante a estação seca, castigando a região costeira. Nos séculos XVI e XVII era difícil para os navegadores europeus encontrar um porto seguro para ancoragem e o predileto era o porto da ilha de Gorée.⁶⁵ Na estação da seca esse porto oferecia boa proteção às embarcações. Durante as chuvas, de maio a outubro, o regime dos ventos muda, soprando de sul-sudeste e o porto perde suas condições mais seguras de ancoragem.

A "Petite Côte" era o território dos pescadores Niominka e outros grupos Sereres. Eles viviam nas ilhas do Rio Diombos no delta do rio Salum. Com o contato com os portugueses, no século XV, eles aperfeiçoaram suas pirogas⁶⁶ com o uso de uma vela, o que possibilitava a navegação e comércio durante a estação das chuvas.⁶⁷ De acordo com Brooks, os Niominka produziam sal por evaporação, peixes e ostras secas, que eles levavam até o baixo curso do Gâmbia para trocar com os mercadores Banhuns que controlavam a passagem norte do trato da pimenta e da noz de cola. O alto e o médio curso do Gâmbia estavam conectados aos comerciantes Mandes que ali vinham buscar essas mercadorias em troca de ouro.

O Rio Gâmbia constitui uma das fronteiras ecológica, social e cultural da África Ocidental. Enquanto a norte e leste do rio predominam as sociedades mais estratificadas e produzem milho, sorgo, e arroz de terras altas (ou do tipo "seco"), ao

⁶⁵ Os portugueses chamavam o local Angra de Bezeguiche ou Ilha de Bezeguiche.

⁶⁶ Pirogas são canoas esculpidas num único tronco de árvore e podem variar de tamanho e capacidade.

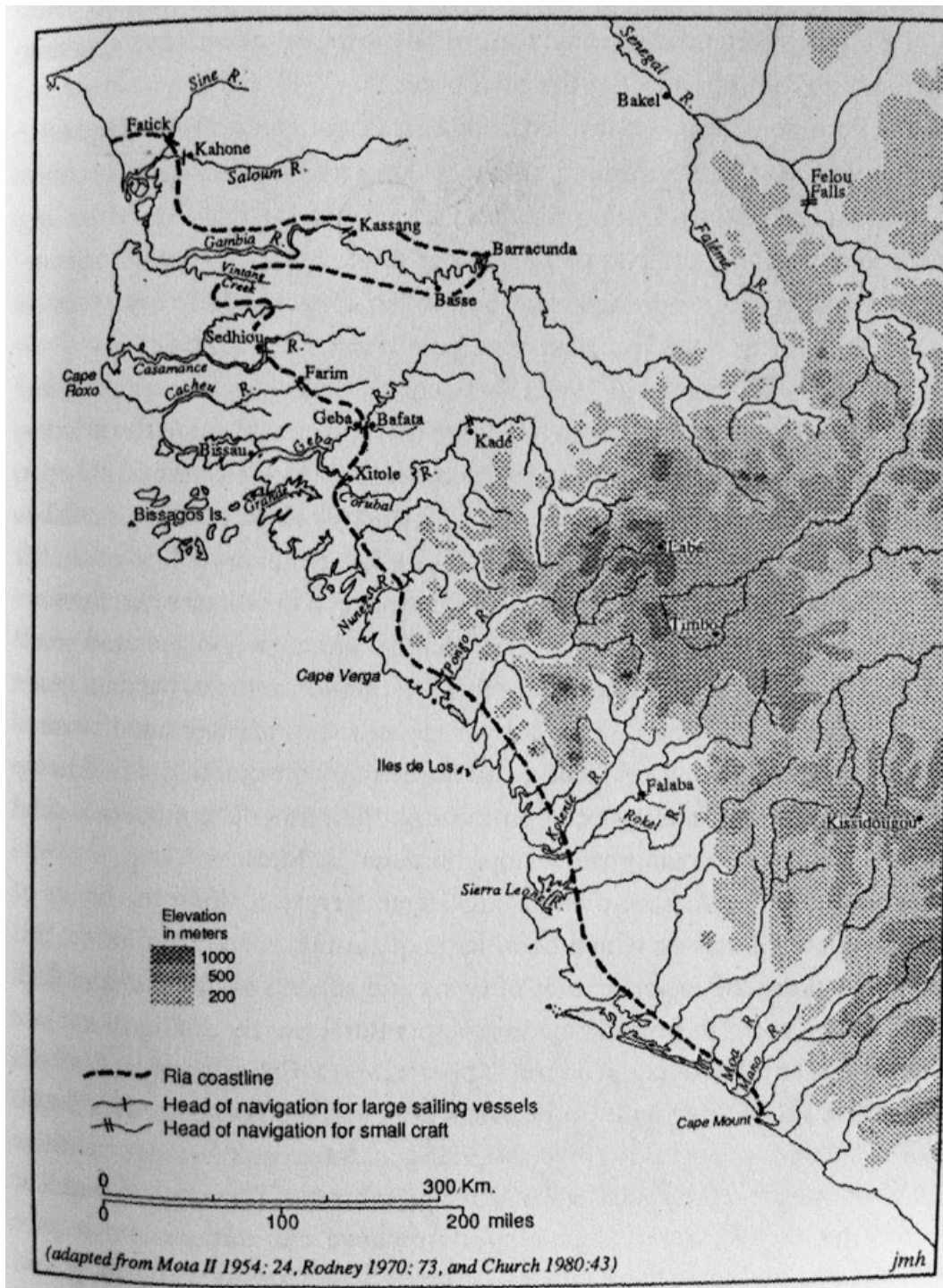
⁶⁷ Segundo Brooks, as comunidades Niominka foram o lugar de origem e aperfeiçoamento das pirogas que revolucionaram o comércio costeiro e fluvial aumentando a quantidade de mercadorias como cola e barras de ferro transportadas entre os mercados. Os portugueses trouxeram a vela, o leme e alguns instrumentos que foram adaptados às necessidades locais. As pirogas pequenas tinham uma vela presa a um poste e eram manobradas por um marinheiro com um remo na popa. Já as pirogas grandes, que podiam carregar toneladas de carga, eram manobradas a partir de um leme no estilo europeu. Os cascos das pirogas eram construídos de maneira a acomodar mastros para uma ou mais velas. Brooks. **Eurafricans in Western Africa**. p. 7.

sul predominam as sociedades sem um poder centralizado produtoras de arroz em terras alagadas. O Gâmbia também demarcava o limite norte de ocorrência das moscas tsé-tsé, transmissoras da tripanossomíase (doença do sono), letal para camelos, cavalos, ovelhas e gado zebu. A área é bastante irrigada e tem uma pluviosidade anual de aproximadamente mil milímetros, o que contribui para a ocorrência da tsé-tsé. O Gâmbia também é um dos rios com maior extensão navegável na região, conectando o Atlântico ao coração da África Ocidental, trezentos quilômetros rio acima de navio a vela até Cação (Casão, Kasang) e 160 quilômetros além em embarcações menores até as cataratas de Barracunda.

A zona costeira e ribeirinha que se estende do rio Gâmbia ao Cabo do Monte (atual Cape Mount) é marcada pela presença de terras alagadas, chamadas *rias*. Atividades geológicas causaram a submersão da linha costeira, permitindo que o oceano inundasse as áreas costeiras e invadisse o curso baixo dos rios transformando-os em estuários. Assim, o litoral entre o rio Salum e o Cabo do Monte é uma sucessão irregular de terras alagadas, pântanos e estuários de rios intercalados com inúmeras ilhas fluviais. A *ria* tem as mais altas marés da África Ocidental que, segundo Teixeira da Mota, auxiliavam os marinheiros experimentados a subirem os rios da Guiné. Com esse aprendizado, durante os meses de chuva, os marinheiros portugueses subiam os rios, quando a força das águas vazantes dificultava a subida, o comércio de longa distância fazia uma pausa.⁶⁸

⁶⁸ Avelino Teixeira da Mota. **A Guiné Portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. (2 volumes)

Figura 3
A linha costeira das *Rias* e a navegação fluvial na Senegâmbia



Fonte: George Brooks. *Eurafricans in Western Africa*. p. 11.

Os grupos linguísticos e sociais da Grande Senegâmbia no século XVI e seus costumes e formas de organização política

As três das principais línguas da Senegâmbia, *serer*, *wolof* e *fula* (no mapa da figura 4 aparece fulbe) são muito próximas entre si dentro da família das línguas do Atlântico Ocidental. A quarta língua, o mandinga, ou malinke, é parte do grupo linguístico *mande*, centrado mais a leste, no vale do Níger. Este teria chegado ao vale do Rio Gâmbia durante o período seco entre 1100 e 1500.⁶⁹

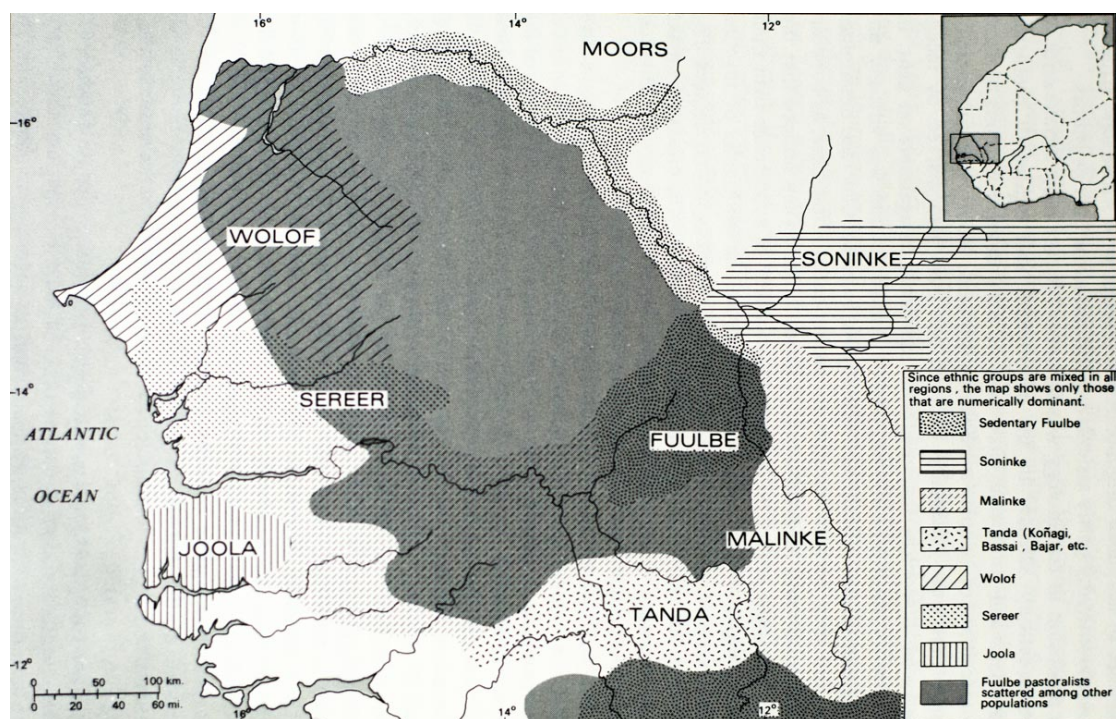
A homogeneidade cultural na região tem raízes antigas e profundas, mas na maior parte das vezes o catalizador da consolidação política veio de fora. Já o antigo Reino de Gana incorporou parte da Senegâmbia, assim como o Mali, a partir do sudeste, e mesmo o Songai pode ter exercido algum tipo de influência na região, ainda que de forma indireta, por algum tempo. Houve também a formação de um Estado bem cedo na Senegâmbia. No médio e baixo curso do rio Senegal, em um ponto de convergência das trocas comerciais e culturais com o norte da África e de grande densidade populacional, surgiu o reino de Takrur, o primeiro centro de poder do Islã ao sul do Saara, cujo primeiro governante foi War Jaabi, morto em 1040. Mais tarde, na segunda metade do século XII, o líder jalofu Njajan Njai fundou um novo estado a sul do Rio Senegal que mais tarde se expandiria até dominar praticamente toda a área do Senegal ao Gâmbia.

Quando os portugueses chegaram a esta região, os primeiros povos com os quais tiveram contato e comerciaram foram aqueles que habitavam próximos ao Cabo

⁶⁹ Devido à vizinhança e às intensas trocas entre os povos, Philip Curtin afirma que no século XX os Sereres e Wolof tinham mais em comum com os Mandinga do rio Gâmbia do que com os povos organizados em comunidades sem estado ou em microestados, mas também da família das línguas do Atlântico Ocidental que vivem no rio Casamance e ao sul deste. Curtin. **Economic Change in Precolonial Africa**. p. 6.

Verde, entre os rios Senegal e Gâmbia. Esses povos estavam organizados sob a administração da Confederação dos Jalofos, que dominavam a região a partir do interior e tinham os povos da Costa como seus tributários. A Confederação dos Jalofos fazia fronteira ao Norte com o Rio Senegal, ao Sul com o Rio Gâmbia e à Leste com o Futa Toro senegalês, terra onde vivia o povo fula – também chamado fulo nas fontes e atualmente conhecidos como fulbe ou fuulbe ou Peuls.

Figura 4
Mapa etnográfico da Senegâmbia



Fonte: Mapa etnográfico da Senegâmbia. Curtin. **Economic Change in Precolonial Africa**.

Sempre que há um soberano, seja um território amplo ou uma aldeia, o texto de Almada atribui a essa unidade política o nome de “reino” e a seu governante o título de “rei”, ainda que esse rei esteja submetido à autoridade de outro rei. Os termos Estado, império, confederação, reino, povoado, aldeia usados na historiografia pertencem a uma terminologia geopolítica ocidental adaptada aos povos não

ocidentais de todas as partes do mundo. Ao relatar a destituição de Bemoim Jelem e subsequente desmembramento dos Jalofos, João de Barros⁷⁰ chama a essa organização política “reino”. Alguns autores, como Boubacar Barry e Alberto da Costa e Silva usam o termo “confederação Jalofos”. Já Jean Boulègue⁷¹ e Toby Green na sequência deste usam o termo “império”, o primeiro entre aspas, para designar o conjunto territorial do Jolof e dos seus tributários.⁷² Ao longo desta tese adoto o termo “confederação” para tratar do Estado dos Jalofos até fins do século XV.⁷³

Numa descrição simples denomina-se reino a unidade territorial e política governada diretamente por um rei;⁷⁴ Império como um conjunto de territórios ou povos governados por um imperador que se sobrepõe a outras autoridades locais ou regionais; confederação é um sistema político que pressupõe a reunião de Estados independentes que reconhecem um governo comum. Segundo Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, "os fatores mais importantes que numa área geográfica pluriestatal, concorrem para a formação de uma Confederação são a necessidade de segurança ou as exigências do desenvolvimento econômico."⁷⁵ Como

⁷⁰ João de Barros. **Década primeira da Ásia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**. Lisboa: Impressa por Jorge Rodrigues. Primeira década, cap. VI. 1628.

⁷¹ Jean Boulègue, **Le Grand Jolof**. Paris: Karthala, 1987; e o mais recente **Les royaumes wolof dans l'espace sénégalais (XIIe-XVIIIe siècles)**. Paris: Karthala, 2013]

⁷² Jean Boulègue, **Le Grand Jolof**; Barry. **La Sénégambie**; Silva. **A manilha e libambo**; Toby Green. **The Rise of the Trans-atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Para estudos sobre os sistemas políticos africanos, ver: Meyer Fortes e E. E. Evans-Pritchard (eds.) **Sistemas políticos africanos**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2010.

⁷³ Agradeço ao Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro por sugerir a inclusão dessa discussão conceitual por ocasião da banca de qualificação.

⁷⁴ José da Silva Horta, em reunião de orientação me fez notar suas dúvidas relativamente a este uso do conceito de “reino” e “rei” que, segundo ele, não é inconsequente do ponto de vista da percepção tendencialmente eurocêntrica do espaço político, que o enforma; por isso, mesmo tendo feito a opção pelo uso destes conceitos, o fiz com a consciência de que os espaços políticos visados não correspondiam à configuração de “reinos” construídos segundo o modelo europeu coevo: o governo direto por um “rei” está longe de fazer jus às lógicas políticas oeste-africanas da época; a mesma questão se coloca para impérios, tal como o define abaixo.

⁷⁵ Norberto Bobbio e outros. **Dicionário de política I**. Tradução de João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: EdUnB. 1998. (2 volumes)

veremos a seguir, o Estado dos jalofos congregava essa pluralidade de povos com chefes militares autônomos que respeitavam a autoridade do Grão Jalofu em função de sua posição privilegiada no comércio transaariano, principalmente de cavalos. O comércio atlântico vem mudar essa conjuntura e permite senhores da guerra locais se levantarem contra a autoridade do Grão-Jalofu.

O centro de poder da Confederação dos Jalofos estava situado no interior, controlando a passagem das caravanas saarianas que atravessavam a região de norte a sul. A Confederação dominava as províncias costeiras do Ualo (Waalo), Caior (Kajoor), Baol (Bawol), Sine (Siin), Salum (Saalum), Niomi e o Uli (Wuli), subindo o Rio Gâmbia. O explorador alemão Heinrich Barth, que viajou pela região em meados do XIX, dá conta de que este nome lhes foi dado pelos Fula, em cujo idioma, *olof* significa negro. Sendo assim, jalofu seria uma corruptela de *olof*, “negro”.⁷⁶ Boubacar Barry afirma que a Confederação dos Jalofos cresceu durante a crise de sucessão do *Mansa Sulayman*, chefe do poderoso Império do Mali, que dominava a região desde o arco do Níger até as costas da Senegâmbia, em meados do século XIV.⁷⁷

Ao longo dos séculos XV e XVI, a chegada dos portugueses e o advento do comércio transatlântico nas praias da Senegâmbia alterou o equilíbrio de forças na região e contribuiu para a dissolução da Confederação dos Jalofos. A mudança do eixo econômico fortaleceu principalmente os chefes militares locais, chamados *sebbe* (*ceddo*, no singular), e concorreu para a mudança das configurações políticas e

⁷⁶ Louis Tauxier. “Le noir de Bondoukou: Koulangos-Dyolas-Abrons, etc.” (1921) Apud: G. A. Beltran. “The Rivers of Guinea”. **The Journal of Negro History**, Vol. 31, Nº 3, pp. 290-316. (1946). p. 294.

⁷⁷ A dissolução do antigo Império do Mali também contribuiu para a ascensão do poderoso reino mandinga do Gabu, também chamado Kaabu, ao sul do rio Gâmbia. Estes eram os mesmos [possivelmente eram do Niomi e não ligados ao Kaabu] que receberam a flechadas as naus de Alvise da Cadamosto, um mercador veneziano a soldo do rei de Portugal, que por ali passou em meados do século XV. Alvise da Cadamosto (1432-1488) descobriu algumas das ilhas de Cabo Verde em 1455 e desbravou os rios Gâmbia e Senegal. Sobre este navegador, ver Alessandra Mauro. “Cadamosto, Alvise da”. In Luís de Albuquerque (dir.). **Dicionário de história dos descobrimentos portugueses**, vol I, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 156-157.

econômicas internas da Confederação dos Jalofos, conforme as províncias costeiras foram conquistando sua autonomia.

Assim, surgiram os reinos que Almada visitou na segunda metade do século XVI. a faixa costeira o rio Senegal e Rufisque, ao sul do Cabo Verde tornou-se o reino do Caior, governado pelo Damel (título do senhor de Caior), de onde deriva o termo Budumel, o *buur* Damel. *Buur* era a palavra wolof para senhor, o que motivou os portugueses e cabo-verdianos a apelidarem vários povos pelo nome de seu governante, como aparece no **Tratado Breve**. Logo, quando Almada se refere aos Barbacins, são na verdade os habitantes do Sine, os súditos do *Buur ba Siin*, o senhor do Sine; e o reino de "Broçalo" é o reino do *buur ba Saalum*, o senhor do Salum.

Almada descreve que, diferentemente dos Fulas, os Jalofos se organizam por linhagens matrilineares, costume também observado entre os Barbacins e Mandingas. Eram muçulmanos e os homens usavam “batas, calças e carapuças, cabelos trançados. Levavam espadas de três palmos e meio, sem guarda”. O autor ressalta ainda que os jalofos, que ele chama de “negros” eram “bons cavaleiros, milicianos disciplinados e homens de guerra”.⁷⁸ Por esse motivo os cavalos tinham grande valor comercial na região. Almada afirma que os Jalofos são grandes criadores de gado *vacum* e *cabrum*, mas que seus cavalos, assim como os dos Mandingas e Barbacins vinham da terra dos Fulos. Isso parece confirmar que a maior parte dos cavalos vinha nas caravanas e que essas tendiam a não vender fêmeas para evitar a criação local e manter a clientela. Entretanto, a incidência da doença do sono parece ser a razão mais adequada para a necessidade de importação constante desses animais.

Os cavalos eram extremamente importantes na guerra e para a reprodução social. Possuir cavalos e até mesmo crinas de cavalos era sinal de riqueza e status social entre

⁷⁸ Almada, **Tratado**. *Op. Cit.* p. 13.

diversos povos da Costa, com os Jalofos não era diferente.⁷⁹ No entanto, a sobrevivência desses animais em terras da mosca tsé-tsé era extremamente difícil, assim como a sua reprodução, daí sua importação, incentivando a criação de cavalos pelos portugueses em Cabo Verde. A oferta de cavalos pelos negociantes de escravos europeus em muito contribuiu para esse comércio na região.⁸⁰

Segundo o mesmo autor, os Jalofos davam extremo valor ao sal, produto que era trazido desde o Rio Gâmbia por mercadores mandingas, o que alimentava o comércio intra-regional muito antes da chegada dos portugueses. Somente os reis e senhores jalofos tinham acesso ao sal e em troca davam ouro, escravos e panos finos. Porém, após a chegada dos portugueses e sua instalação em Cabo Verde, esses últimos tenderam a substituir os mandingas intermediando o comércio de sal na região. Ao que parece, os resgates da Guiné tornaram os portugueses e luso-africanos os principais agentes comerciais locais, dominando o comércio intra-regional, além do trato com a Europa e a América.

Sobre os costumes dos Jalofos, Almada indica que eles tinham entre seus hábitos se alimentarem de “galinhas pintadas”,⁸¹ vacas, cabras, lebres, coelhos e gazelas, além de arroz, milho (maçaroca e branco), gergelim, manteiga, mel e leite. O que é particularmente interessante notar é que a maior parte desses alimentos, principalmente o milho, foi introduzida com sucesso nas ilhas do Cabo Verde e

⁷⁹ Gonçalo Aguirre Beltrán que estudou os escravos africanos no México dos séculos XVI e XVII, informa que a entrada de Jalofos chegou a ser proibida na Hispaniola em fins do século XVI, muito provavelmente por seu caráter belicoso e sua extrema habilidade no combate a cavalo. Beltrán. **The Rivers of Guinea**. p. 292.

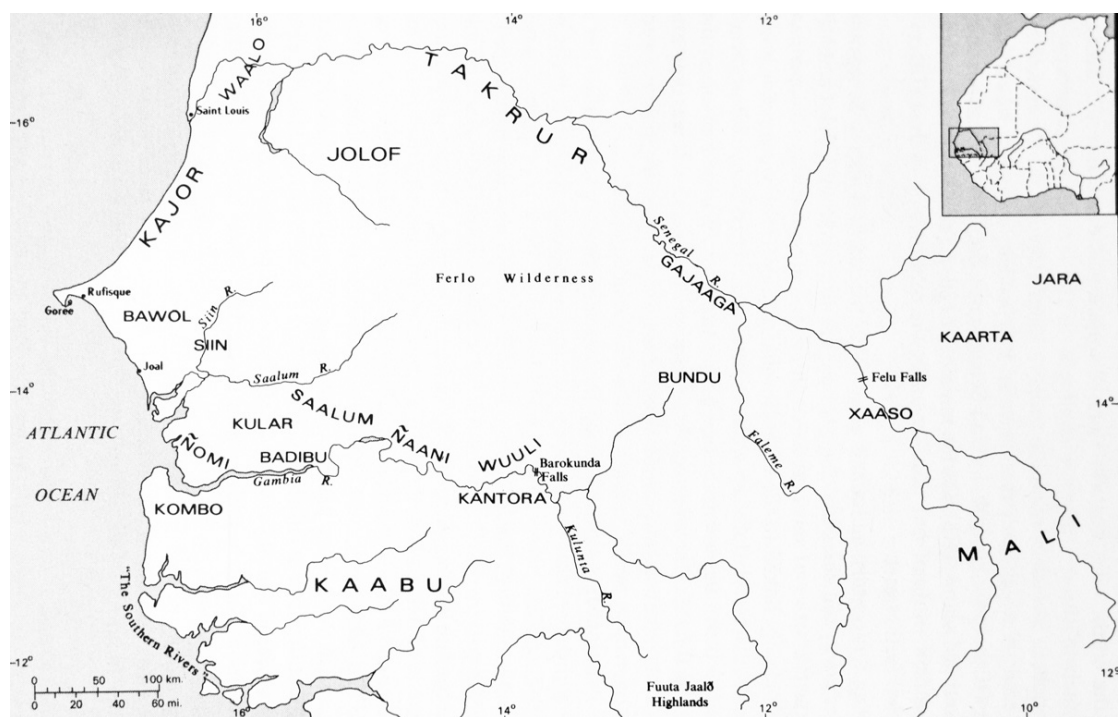
⁸⁰ J. Webb Jr. “The Horse and the Slave Trade between the Western Sahara and Senegambia”. *The Journal of African History*, vol. 34, Nº 2 (1993), pp. 221-246. Ver também: Ivana Elbl. “The horse in Fifteen Century Senegambia”. **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 24. N. 1 (1991). pp. 85-110; Robin Law. **The Horse in West African History: The Role of the Horse in the Societies of Pre-Colonial West Africa**. Oxford: Oxford University Press. 1980.

⁸¹ Na África francófônica ainda hoje essas galinhas são chamadas “pintades” e correspondem à “galinha d’Angola” dos portugueses.

passou a fazer parte da alimentação dos colonos e das provisões para os navios que faziam a travessia do atlântico.

Sobre as roupas e vestimentas, Almada atesta que eram de muito bom algodão, tingido de preto, branco ou anil. Nos portos do Sul, no Uli, durante muito tempo se comerciou com os portugueses que intermediavam também o mercado local de couros, marfim, cera, goma, âmbar, ouro e, sobretudo, escravos.

Figura 5
Mapa dos Estados da Senegâmbia



Fonte: Estados da Senegâmbia em cerca de 1700. In Curtin. **Economic Change in Precolonial Africa**.

No final do século XVI a Confederação dos Jalofos já não existia, tampouco os portugueses podiam comerciar tinham a mesma liberdade para comerciar no Cabo Verde e na *Petite Côte*, então dominada por franceses e ingleses. Mas, embora durante o período que escreve Almada o rei do Caior tenha expulsado os portugueses dali para privilegiar o trato com ingleses e franceses, o comércio seguiu nas mãos dos

lançados afro-portugueses que dominavam as rotas mercantis terrestres e dos rios da região. Um desses homens era o cristão-novo João Ferreira, natural do Crato, a quem Almada atribui grande destaque por ter se tornado genro do Grão-Fulo. João era conhecido como Ganagoga que segundo Almada quer dizer “aquele que fala todas as línguas”, em fula. Ainda segundo Almada, Ganagoga chegou mesmo a dominar o comércio de marfim na região com a licença do senhor de Casão, no Uli.⁸²

Ao Sul de Caior, na margem norte do Gâmbia, aparecem os Barbacins e os Borçalos de quem nos fala Álvares de Almada. Ambos são povos sereres e aparecem em nosso mapa como sendo os habitantes dos territórios de Sine e Salum, respectivamente. Esses povos em sua maioria não eram islamizados e com eles viviam muitos lançados.

No final do século XVI, os Barbacins estavam divididos entre os súditos do reino do Gudumel, ou Budumel, de Caior, ao norte, e os do reino de Borçalo, ou Broçalo, ao sul. Barbacins cultivavam o milho, o arroz, feijões, tomavam vinho de milho e vinho de Palma. Almada relata que eles eram "gentios", pois não tinham seita nenhuma de mouro e cultuavam a lua nova e as grandes árvores eram tidas como "templos" onde se sacrificavam animais. Ao lado desses, estava o reino de Borçalo, onde viviam barbacins, jalofos e mandingas, cada um com um "capitão-governador", para usar as palavras de Almada, designado pelo rei.⁸³

O Rio Gâmbia tinha muitos reinos. Próximo ao reino de Borçalo estava o reino mandinga de Cantor (ou Kantora), vassalo do reino do Gabu que eram senhores do rio. Os habitantes de Cantor eram guerreiros bastante belicosos e guerreavam com azagaias envenenadas. Segundo Almada as embarcações que subiam o rio precisavam

⁸² Almada, *Tratado. Op. Cit.* p. 25.

⁸³ É provável que os Barbacins sejam os Berbesi das listas de escravos no México dada por Beltrán. Gonzalo Aguirre Beltrán. “The Tribal Origins of Slaves in Mexico,” *Journal of Negro History*, 31, 3 (1946), pp. 269-352.

estar atentas a emboscadas, por causa das fortalezas construídas pelos Mandingas nos estreitamentos do rio que facilitavam as emboscadas. Almada destaca também que ao longo do rio havia mais “Ale-manes” (religiosos muçulmanos conhecidos como Al-Iman ou marabutos) do que em qualquer outra parte da Guiné.

E há da banda Norte três casas principais, como entre nós [portugueses] [há] conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para este feito; a primeira é na boca deste Rio [Gâmbia] (...); a segunda casa fica a setenta léguas desta primeira, ao longo deste Rio (...) e chama-se o passo onde está este convento, Malor; fica a terceira casa apartada desta segunda cinquenta léguas e da primeira cento e vinte, em uma aldeia uma légua metida pela terra, chamada Sutuco. O maior destes religiosos (...) chamam eles (sic) Ale-mane, e trazem anel como Bispo. E todas estas três casas estão na parte Norte do Rio.⁸⁴

Os *Ale-mane* andavam sempre com pequenos livros encadernados (provavelmente uma referência ao alcorão) e material para escreverem (tábuas), ambos característicos das atividades de ensino nas madrasas muçulmanas. E tinham bastante contato com caravanas de outros reinos da região. Os principais produtos do resgate eram “cavalos, roupa branca da Índia, contaria da Índia de Veneza, pano vermelho, papel, cravo, manilhas de cobre (...) e entre todas a mais estimada é a cola, fruto que se dá na Serra Leoa e seus limites; e vale tanto neste Rio, que dão tudo a troco dela, assim com roupa, escravos e ouro.”⁸⁵

Em 1578, nesta mesma cidade de Sutuco, no Uli, à margem do Rio Gâmbia Álvares d’Almada encontrou as grandes cáfilas, ou caravanas:

Na aldeia chamada Sutuco, há trato de ouro, que trazem ali mercadores Mandingas, que também são religiosos; este ouro, que aqui trazem, vem o mais dele em pó, e dele em peça é muito fino;

⁸⁴ Almada, **Tratado**. *Op. Cit.* pp. 46-48.

⁸⁵ Almada, “Tratado breve” (MMA).

estes mercadores são mui entendidos, assim nos pesos como no mais; trazem balanças mui subtis, marchetadas de prata, e cordões de retos; trazem uns escritórios pequenos de couro cru, sem fechos, nas gavetas trazem os pesos, que são de latão, da feição de dados; e o marco é como uma maça de espada; trazem este ouro em canos de penas grossas de aves, e em ossos de gatos, escondido tudo em atilhos metidos pelos vestidos; trazem-no desta forma, porque passam por muitos Reinos, e são roubados muitas vezes, sem embargo de trazerem as cáfilas capitães e gente de guarda. E cada cáfila que traz mais de mil facheiros.⁸⁶

Provavelmente essas caravanas vinham do reino Denianke dos Fulbe, o Grão-Fulo, no Senegal, pois o tempo de viagem é o mesmo que as caravanas fulas levavam no século seguinte para viajar até o sul e comerciar com os ingleses. Este fato provocava espanto nos franceses que tinham sua companhia de comércio no Senegal.

Almada faz menção a relatos de uma grande guerra, cem anos antes do momento em que ele escreve, envolvendo Fulas, Mandingas e vários outros povos da região que ainda aparecerão neste tópico, como, por exemplo, Cassangas, Banhuns, Buramos e Beafares. Esta guerra referida pelo autor foi muito provavelmente a grande migração de Fulas comandada por Kolly Tengela que revolucionou a Senegâmbia em fins do século XV, que foi seguida pela ascensão do reino Denianke, no vale do rio Senegal, e do reino do Gabu, entre o Casamance e o Gâmbia.

O Gabu era um reino Mandinga fundado em fins do século XIII após a migração deste povo desde o arco-do-Níger. Eles eram tributários do Mansa do Mali, pois conquistaram e governavam esta terra em nome dele. A organização dos povos da costa da Senegâmbia em sua maioria se dava da seguinte forma, como explica Almada sobre o senhor de Kasa:

Sem embargo deste Rei ser poderoso, dá obediência a um Farim que é entre eles como imperador, e este a dá a outro que fica por

⁸⁶ Almada, “Tratado breve” (MMA).

sobre ele, e desta maneira vão dando obediência uns aos outros até irem dar ao Farim de Olimansa, digo Mandimança, que é imperador dos negros, donde tomaram este nome os Mandingas, e Casamansa, (...).⁸⁷

Por essa passagem se vê que para Almada “reis” no caso são chefes locais, encarregados da justiça e da arrecadação dos tributos a serem passados ao *Farim*, antiga designação do governador mandinga “vassalo” do Mali. O fato de ainda no fim do século XVI, os senhores de Kasa e do Gabu se intitularem *Farim* denota a primazia, mesmo que simbólica, do Mandimansa, chamado “Imperador” do Mali.

Segundo Jean Boulègue,

ao sul do Gâmbia, a maior parte da região dependia em principio do império do Mali, mas, desde o século XVI, isto não era mais que uma autoridade de referência que se diluía através de múltiplas ligações. O *Mansa* do Mali era representado por quatro grandes *farins* (*farem*, chefe, em mandinga).⁸⁸

Outro viajante a relatar tal disposição política e social na região é André Donelha, em 1625. Pelos relatos desses viajantes, sociedades de grande diversidade étnica e formações políticas e territoriais bem definidas, se apresentam diante de nossos olhos. Toda esta diversidade, juntamente com a enorme distância e a frouxidão de laços que separavam a costa da Senegâmbia do Império do Mali, contribuiu largamente para a formação e ascensão de novos poderes ao ocaso daquele. O fato de o *Farim* de Kasa

⁸⁷ Almada, “Tratado breve” (MMA). p. 50.

⁸⁸ Jean Boulègue. “Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la ‘Guinée du Cap-Vert’ aux XVIe et XVII siècles”. In: Jürgen Lang. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr Verlag. pp. 48-49. “Au sud de la Gambie, (...) la majeure partie de la région dépendait en principe de l’empire du Mali mais, dès le XVIe siècle, ce n’était plus qu’une autorité de référence qui se diluait à travers de multiples relais. Le *Mansa* du Mali était représenté par quatre grands *farins* (*faren*, chef, em mandinga)”. Tradução minha.

assumir o título de *Kasa-Mansa* – inclusive emprestando esse nome ao rio –, por exemplo, só vem corroborar esta ideia. O mesmo se deu no reino do Gabu.

Em todas essas terras e nos rios Casamance, Grande, São Domingos até a Serra Leoa, os vizinhos de Cabo Verde tinham tratos e resgates, andando por toda a parte, se instalando junto de Falupes, Buramos, Beafares e Sapes. Lutando e tentando se impor aos hostis Bijagós, muitas vezes se lançando à própria sorte sem o auxílio nem sequer autorização da coroa portuguesa. Estes homens foram os pioneiros do comércio e da colonização europeia na região, asseguraram os investimentos iniciais para suportar o tráfico atlântico e sustentar a ocupação do Novo Mundo. Claro que nisso obtiveram lucro, pois não pensavam em construir um projeto colonial, mas antes fazer fortuna.

As redes e interações comerciais regionais

Rotas comerciais costeiras, fluviais e caravaneiras já existiam há séculos antes da chegada dos europeus. Os povos da Grande Senegâmbia estavam conectados por redes mercantis entre Banhuns, Beafadas e Mandingas, da região da atual Guiné-Bissau, por todo o Gâmbia, até o Futa Jalom, do estuário do Rio Salum, passando pelo arquipélago de Bijagós e por toda a zona alagada da linha *rias* até os mercados produtores de cola na Serra Leoa. Bem antes da chegada dos portugueses no século XV, pirogas ou almadias e outras embarcações de pequeno e médio porte faziam a comunicação das zonas costeiras e do interior. A rede costeira e ribeirinha Beafada-Sape tinha um papel preponderante no sistema de trocas da África Ocidental. Marinheiros Beafadas residentes ao longo dos cursos dos rios Grande, Geba e Corubal

se aventuravam ao sul ao longo da costa para obter noz de cola, pimenta malagueta e outras mercadorias primárias dos mercados Bagas, Temnes e Bolões.

A expansão da rede Beafada-Sape se deu durante o período seco de 1100 a 1500 com as interações cada vez maiores com as redes Mande e com o Império do Mali e seus estados satélites. Paul Hair afirma que os marinheiros Beafadas podiam carregar em suas embarcações até cem pessoas, gado e grande quantidade de mercadorias que incluíam além de cola e pimenta malagueta, barras de ferro e panos.⁸⁹ O comércio dos rios Cacheu, Casamance, Gâmbia até a Petite Côte e o Cabo Verde era controlado pela rede de mercadores Banhuns, Baks (Papeis) e Niominkas. As origens da rede mercantil Banhum-Bak, segundo Brooks, provavelmente deriva da troca de excedentes de grãos, sal, peixes-secos e outros gêneros alimentícios entre grupos residentes a norte e a sul do Rio Gâmbia. Os Banhuns prosperaram trocando manufaturados de ferro, têxteis e outras mercadorias com as redes Mande e Beafada-Sape por cola, pimenta malagueta e outros produtos da floresta.⁹⁰ A noz-de-cola era um dos principais produtos comercializados na região desde tempos imemoriais. Árvores de cola floresciam ao sul do Rio Nunez e forneciam a riquíssima noz, fonte de proteínas, capaz de reduzir a fome e a sede e com vários efeitos terapêuticos que faziam desse produto um dos principais alimentos e ingrediente dos ritos de boa convivência e receptividades entre os povos da região. Era comum receber um hóspede em casa abrindo e mastigando um fruto de cola.⁹¹ A pimenta malagueta era o segundo principal produto de exportação da floresta tropical e seu comércio e

⁸⁹ P. H. Hair. "Barbot, Dapper, Davity: A Critique of Sources on Sierra Leone and Cape Mount", **History in Africa**, vol. 1, 1974, pp. 25-54.

⁹⁰ George Brooks, **Landlords and Strangers e Euraficans in Western Africa: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1993. Sigo genericamente Brooks em toda esta reconstituição.

⁹¹ Sobre esse assunto, ver Brooks. **Euraficans**. p. 39. Y. Person, 1968, p. 101.

consumo também era disseminado tanto pela África Ocidental quanto através do Saara.

As feiras se reuniam semanalmente nas aldeias entre os rios Casamance e Cacheu, atraindo milhares de pessoas dos arredores a procura de produtos do comércio local e de longa distância. Já no fim do século XVI, com os portugueses e luso-africanos totalmente integrados a essas redes, Almada dá testemunho sobre essas feiras: "fazem nessa terra uma feira muito grande em Brucama, que é a corte donde residem os Reis, donde se vende tudo que há nesta terra, assim escravos e mantimentos como outras cousas".⁹²

O **Tratado** ajuda a para compreender os limites da atuação dos atores sociais luso-africanos na região e, portanto, é essencial para a história de Cabo Verde e da Senegâmbia no período. Segundo Thornton, o desenvolvimento do comércio entre europeus e africanos se deu sem que os produtos europeus e suas interações atuassem de forma predatória sobre os mercados africanos.⁹³ Para refutar a tese de Rodney de que a Europa teria contribuído para manter o subdesenvolvimento da África desde o tráfico atlântico de escravos Thornton destaca o fato da Europa oferecer produtos que, em sua maioria, os africanos já possuíam, de melhor qualidade inclusive.⁹⁴ Os relatos de Almada e Donelha apontam que os potentados locais determinavam o funcionamento do tráfico de escravos, fiscalizavam e cobravam seus direitos. A soberania dos territórios permaneceu, até finais do século XIX, nas mãos dos poderes africanos.

⁹² Almada. **Tratado**. *Op. Cit.* p. 70.

⁹³ John Thornton. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.

⁹⁴ Walter Rodney. **How Europe Underdeveloped Africa**. 1973.

Outro viajante do XVII, Richard Jobson, em sua descrição do Rio Gâmbia, revela que a maioria do comércio com os navios visitantes era realizada perto da foz do rio por portugueses do Cabo Verde.⁹⁵ Assim, os europeus não costumavam penetrar muito o território em suas viagens comerciais. Os africanos eram vistos mais como parceiros do que como objetos de ação civilizatória. Se havia algum propósito de imposição cultural esta estava reservada à conversão e à catequização dos gentios, mas tendeu a ser realizada em maior número com os homens escravizados e exportados via tráfico atlântico, basicamente já fora do continente africano. Mesmo na cidade de Cacheu, onde os portugueses possuíam uma feitoria-fortaleza e pagavam foro-de-chão ao poder local, a atividade missionária e, ou, proselitista cristã era pequena e a presença de padres visitantes era insuficiente até para dar conta da comunidade católica.

Se os europeus não penetravam o continente de forma sistemática e organizada, podiam contar com indivíduos empreendedores que se estabeleciam comercialmente e socialmente na região. Estes formavam comunidades euro-africanas especializadas na mediação de uma ponta do tráfico de escravos com a outra. Uma que vende, outra que compra e exporta para o Atlântico. Não foram poucos estes agentes comerciais e não foi pequena sua participação no comércio atlântico. As comunidades de afro-portugueses espalhadas por toda a costa passaram a dominar o comércio local. Já citamos o caso do cristão-novo João Ferreira, que, segundo Almada, se tornou genro do Grande-Fula e dominou o trato de marfim entre os Rios Gâmbia e Senegal. Outro caso notável é o de Dona Catarina. Em 1681, o navegador inglês John Barbot encontrou-a na cidade de litorânea de Rufisque, no Caior, e a descreveu como uma

⁹⁵ R. Jobson. **The golden trade; or the discover of the R. Gambia and the golden trade of Aethiopians.** Londres, 1623.

rica dama negra viúva de um comerciante português. Ao que parece, era comum nas comunidades afro-portuguesas o comércio ser controlado pelas viúvas dos lançados.⁹⁶

Africanos capazes de dialogar com a cultura europeia – muito em função de sua participação no comércio negreiro – e comunidades euro-africanas tiveram importância séculos mais tarde, quando da conquista imperialista e da instalação do colonialismo e, inclusive, posteriormente, no funcionamento das sociedades coloniais. André Donelha observou que Gaspar Vaz, intérprete e alfaiate mandinga escravo de um amigo, era próximo do “Duque” de Cassanga e alegava poder conseguir mercadorias por preços melhores do que os usualmente cobrados aos estrangeiros.⁹⁷ Certamente, essa ajuda não ficaria sem recompensa.

Johannes Fabian, em seu livro **Out of ours minds**, apresenta o viajante europeu presente nos relatos do século XIX como um indivíduo solitário, um desbravador, descobridor, lançando luzes sobre um continente mergulhado nas trevas da ignorância. O europeu ignorava o interior do continente, pois havia realizado suas trocas apenas no litoral durante séculos, mas os seus intermediários conheciam, e muito bem, os caminhos e costumes do interior. Fabian chama a atenção para o fato de que o viajante só parecia sozinho e isolado em seu relato, mas, na verdade, raramente viajava sem contato com outros europeus e, principalmente, sem acompanhantes locais. Uma expedição era uma empreitada complexa para cujo

⁹⁶ Philip Havik. **The Gendered Dynamics Of Trade And Brokerage In The Pre-Colonial Guinea Bissau Region**. Munster. LIT, 2004. John Barbot. **Description of the Coasts of North and South-Guinea, and of Ethiopia Inferior, vulgarly Angola, being a new and accurate Account of the Western maritime countries of Africa**. 1737. Estas pessoas que dominavam as dinâmicas europeia e africana ocupavam um posição estratégica na mediação do comércio e nas trocas culturais, sendo, eles mesmos, resultado de apropriações e adaptações culturais. Mary Louise Pratt propõe o conceito de “zona de contato” ao qual voltarei mais adiante. Mary Louise Pratt. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EdUSC, 1999.

⁹⁷ André Donelha. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota, notas e tradução inglesa por P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. fl. 25.

sucesso continuavam intérpretes, guias, carregadores e soldados, dentre outros intermediários.⁹⁸ Apesar da falta dados sobre a presença de intermediários na maior parte das descrições de viagem o papel dos intermediários era fundamental para o sucesso das expedições. Além deles, as mulheres dos carregadores e soldados cumpriam função de apoio, caminhando à frente e preparando as instalações e os alimentos nos pontos de parada. Não acredito que se possa aplicar esta descrição às caravanas da Senegâmbia dos sécs XVI e XVII, pelo menos certamente não neste uso do termo “soldados” pela implicação formal que tem, talvez sim homens armados, mas creio que nesta época haveria uma coincidência entre mercadores e estes. Também eram de grande ajuda os comerciantes estabelecidos nos pontos de partida e parada das caravanas. Eles proviam alimentos, guias, carregadores, animais de transporte e até homens armados que protegiam a caravana.

Considerações Finais

Apresentei nesse capítulo a região da "Guiné do Cabo Verde", a qual me referi como Grande Senegâmbia, a área de atuação comercial dos habitantes do Cabo Verde. Vimos como essas pessoas se inseriram numa rede mercantil pré-existente em que circulavam mercadorias como colas oriundas da Serra Leoa, panos (que justamente por serem correntes na região passaram a ser conhecidos como panos da

⁹⁸ O autor cita, por exemplo, o caso do africano educado à ocidental Kornelius Bardo, que gerenciou a caravana de Büttner. Kornelius, mas que, anteriormente, havia servido à expedição germânica ao Congo e, somente quando esta se desfez, se juntou a Büttner. Entre os Yaka Bardo era chamado *mundelendombe*, o “homem branco negro”, ou seja, um homem negro com hábitos, conhecimento e status de homem branco. Ele havia sido educado numa missão e vivera alguns anos na Europa. Este conhecimento o credenciou como intermediário entre Büttner e os africanos, gerenciando os problemas logísticos da expedição. Sua contribuição valorosa lhe valeu a menção, entre parênteses, na página final do crítico relato de Büttner, como “fiel companheiro Kornelius, quem, posso afirmar, era o único negro honesto que vi na África Ocidental”. Johannes Fabian. **Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa**. Los Angeles: University of Carolina Press, 2000. p. 32

Costa”, gado dos Rios Gâmbia e São Domingos e cavalos que atravessavam o Deserto do Saara ou vinham das Ilhas de Cabo Verde. Vimos também que tais interações comerciais formam os limites dessa região.

Capítulo II

O mundo luso-cabo-verdiano-guineense

A descoberta, em 1460, do arquipélago de Cabo Verde – situado em frente ao promontório africano que lhe dá nome e com o qual forma uma “garganta” para a navegação – possibilitou aos portugueses um local seguro para se instalarem e comerciarem na Costa da Guiné, na África Ocidental. Quando da sua descoberta, as ilhas estavam desertas, esse fato concorreu para que os portugueses implantassem ali a sua soberania e desenvolvessem uma classe mercantil ao abrigo da instável situação política dos reinos da costa e dos rios da Guiné. Para acessar as redes de comércio dessa região costeira próxima ao arquipélago, constituiu-se em Cabo Verde um espaço privilegiado para a atuação logístico-comercial na costa africana.⁹⁹ Era, portanto, de essencial interesse da coroa portuguesa ocupar este espaço para desenvolver o comércio de escravos, chamado *resgate* de cativos,¹⁰⁰ que ganhava a cada dia mais importância.

Com o propósito de regular e incentivar a ocupação das ilhas, três documentos com força de lei foram emitidos pelo rei D. Afonso V. Em 1462, foi publicada a *Carta de Doação*¹⁰¹ das ditas ilhas ao Infante D. Fernando (que, aliás, possuía também o senhorio das demais ilhas atlânticas, por ser herdeiro de seu tio, o Infante D. Henriques), sendo assim o arquipélago passou a ser patrimônio da Casa do Duque

⁹⁹ Ver José da Silva Horta. “‘O nosso Guiné’: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)”. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2-5 de Nov., 2005; Almada, “Tratado breve” (MMA) Doc. 92.

¹⁰⁰ O termo *resgate* traduz com precisão a justificativa teológica para a escravização e comércio de negros e mouros. Segundo Mariza Soares, “a noção de *resgate* está associada a salvação dos povos gentios. Os portugueses compram africanos supostamente condenados a morte garantindo-lhes a vida e a possibilidade de salvação das suas almas”. Soares, **Devotos da cor.** p. 241.

¹⁰¹ Brásio. MMA, 2ª série, vol. I, doc. 59, pp. 415-416.

de Viseu e esse, responsável por sua povoação. Em 1466, a Coroa emitiu a *Carta de privilégios aos moradores de Santiago*¹⁰² e, em 1472, a *Carta de declaração e limitação de privilégios dos moradores de Santiago*.¹⁰³

Segundo Senna Barcelos, o rei Afonso V doou, por carta régia de 3 de dezembro de 1460, a seu irmão D. Fernando as ilhas de Cabo Verde (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal) descobertas por Antônio de Noli em nome do Infante D. Henrique. Isto se deu pouco menos de um mês após a morte de D. Henrique em 13 de novembro daquele mesmo ano. Dois anos mais tarde, em 19 de setembro de 1462, o rei confirmou a doação em caráter “perpétuo e irrevogável” não apenas das cinco ilhas como também das ilhas restantes descobertas posteriormente (Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Santo Antão e Santa Luzia), já em nome de D. Fernando.¹⁰⁴ Ainda nessa época a ilha de Santiago foi dividida em duas capitânicas: uma ao sul, entregue a Noli, que fundou ali a Ribeira Grande; outra ao norte, chamada dos Alcatrazes e entregue a Diogo Afonso, contador da Ilha da Madeira.¹⁰⁵

Santiago é a ilha maior e com mais recursos hídricos do Arquipélago. Consta que Antônio de Noli, seu irmão Bartolomeu e seu sobrinho Rafael já vinham povoando a ilha desde 1461 com alguns genoveses, portugueses do Alentejo e Algarve, e com muitos negros resgatados na Guiné. Mas é a partir da *Carta de privilégios* de 1466 (e sua posterior limitação em 1472) que a ocupação passou a se dar de forma mais efetiva. A dita *Carta* concedia aos moradores de Santiago o privilégio, ou exclusivo, do comércio com a Guiné, entre o Rio Senegal e a Serra

¹⁰² Brásio. MMA, 2ª série, vol. I, doc 64, pp. 431-435.

¹⁰³ Brásio. MMA, 2ª série, vol. I, doc 67, pp. 446-450.

¹⁰⁴ Christiano José Senna Barcelos. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1899. I, p. 21.

¹⁰⁵ Não se tem as cartas régias que criaram as capitânicas, porém, o fato é referido na carta de doação da Capitania dos Alcatrazes outorgada a Rodrigo Afonso, sobrinho de Diogo Afonso, em 9 de abril de 1473, e ratificada em 1485 e 1496. Brásio. MMA, 2ª série, vol. 1, doc. 79, pp. 521-524.

Leoa. Esse direito concedido aos moradores de Santiago concorreu para que se estabelecesse na ilha uma classe mercantil de intermediários entre os mercados da Guiné, os contratadores da Península Ibérica (principalmente Lisboa e Sevilha), as demais ilhas do Atlântico (Canárias e Madeira, sobretudo) e, posteriormente, as praças americanas (Caribe, México, Nova Granada e Brasil). Esse intenso comércio contribuiu para o surgimento de portos importantes onde se instalavam comerciantes (estantes) e marinheiros (mareantes) reinóis e estrangeiros. O incremento dos resgates fez crescer a cidade da Ribeira Grande de Santiago, centro da vida política e econômica do arquipélago e, desde 1533, sede do bispado de Cabo Verde com jurisdição sob toda a Guiné.¹⁰⁶

Estabelecidos no arquipélago os portugueses puderam facilmente impor sua soberania garantindo a Cabo Verde um papel preponderante no mundo Atlântico. O privilégio dos resgates da Guiné concedido aos vizinhos de Santiago transformou-os em peça fundamental no tabuleiro de xadrez da expansão comercial europeia, no século XVI. O surgimento de uma economia escravista voltada para a produção de gêneros para o tráfico e compra e venda de cativos na Ilha de Santiago levou ainda à formação de uma sociedade híbrida, capaz de dialogar com os mundos europeu e africano e ter participação ativa na construção do chamado mundo atlântico. A sociedade cabo-verdiana e seu envolvimento com o comércio atlântico é o objeto de análise desse capítulo.

¹⁰⁶ A diocese de Cabo Verde foi criada pela bula papal *Pro excellenti praeminentia*, da chancelaria de Clemente VII, datada de 31 de Janeiro de 1533, e abrangia além das ilhas do arquipélago, a Costa da Guiné entre o rio Gâmbia e a Serra Leoa. Brásio. **MMA**, 2ª série, vol. II, pp. 249-252.

A sociedade de Cabo Verde nos séculos XVI e XVII

Em 1513, o corregedor Pedro Guimarães escreveu ao rei informando que viviam na vila da Ribeira Grande, Ilha de Santiago, cinquenta e oito vizinhos homens honrados e brancos, dezesseis vizinhos negros, cinquenta e seis estantes, quatro mulheres brancas solteiras e dez negras solteiras, além de doze clérigos, incluindo o vigário da dita ilha, três frades e dois pregadores.¹⁰⁷ Lamentavelmente o informe do corregedor não descreve com precisão o número de habitantes da Ribeira Grande, na medida em que exclui da contagem as mulheres casadas e as crianças – por certo cada vizinho possuía por trás de si uma família – além da gente flutuante e dos escravos, que se supõe fossem a maioria da população. Em 1582, Francisco de Andrade, Sargento-mor da Ilha de Santiago, estimou em 13.408 almas a população de Santiago, calculando mais de quinhentos vizinhos; para a Ilha do Fogo, estimava 2300 almas.¹⁰⁸ Também esses números podem ser contestados já que excluem as crianças, forasteiros, presos, forros pobres, escravos fugidos, entre outros não foram contados.¹⁰⁹

¹⁰⁷ ANTT, Corpo Cronológico, I-12-120, HGCV, Corpo Documental, volume I, p. 221. 22 de maio de 1513. Os vizinhos eram os moradores abastados, proprietários de casas e terrenos no perímetro do município, somente estes homens possuíam o direito de participar das eleições municipais e servir nos cargos da câmara. Chama a atenção a distinção entre os vizinhos honrados e brancos e os vizinhos negros. Até 1546, apenas os vizinhos brancos poderiam servir na câmara, nesta data, porém, um alvará régio concedeu o mesmo direito aos vizinhos “baços e pretos”. Brásio. MMA, 2ª série. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964. vol. II. Documento nº 117. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963. p. 386.

¹⁰⁸ Brásio. MMA, 2ª série, vol. III, p. 97. Doc. 42. Esse capítulo retoma e resume assunto já discutido pelos autores da História Geral de Cabo Verde.

¹⁰⁹ Para efeito de comparação e para se ter uma ideia quanto a importância desses números, em visita pastoral feita em 1687, portanto um século depois, ao bispado do Rio de Janeiro verificou-se a existência de 3.354 fogos num total de 20.037 pessoas. Cf. ACMRJ. Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687. VP-38; Victor Luiz Alvares Oliveira. "Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII". Dissertação de Mestrado, em História. Rio de Janeiro: UFRJ.

A relação pormenorizada acerca da população e da organização comercial, social e religiosa do arquipélago de Cabo Verde feita pelo Sargento-Mor de Santiago e vizinho da Ribeira Grande, Francisco de Andrade, em 26 de janeiro de 1582, serviu de base a António Correia e Silva para elaborar o quadro apresentado a seguir:

Quadro 1
População do interior da ilha de Santiago
(excluindo-se a vila da Praia e a cidade da Ribeira Grande)

Freguesias	População
Santo Amaro do Tarrafal	40 fogos 400 almas
São Nicolau (Ribeira de São Domingos)	143 fogos 1215,5 almas*
Igreja de Santiago (Ribeira Seca)	225 fogos 1912,5 almas*
São João Baptista	80 fogos 795 almas
Santa Catarina do Mato	369 fogos 3136,5 almas*
Nossa Senhora da Luz (Ribeira de Alcatrazes)	207 almas
São Jorge (Ribeira dos Órgãos)	100 fogos 850 almas*
São Miguel (Ribeira dos Flamengos)	50 fogos 360 almas
TOTAL	1.214 fogos 8.669 almas

Fonte: Silva. “Espaço, ecologia e economia interna”. In: **História Geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 2001. Volume I.

O que se pode inferir a partir desses relatos, é que já no início do século XVI havia uma sociedade organizada em Cabo Verde, e que a mesma conheceu um vertiginoso crescimento ao longo daquele século, tendo seu número de vizinhos multiplicado em quase dez vezes. Foram esses homens, reunidos na Câmara Municipal, que se constituíram armadores de navios e promoveram a escalada do

comércio de escravos na região. Isso nos leva a seguinte questão: quem eram os chamados “vizinhos” de Cabo Verde?

Para ser armador nas ilhas de Cabo Verde, ou seja, ter acesso legal e desfrutar das liberdades e franquias do comércio com a costa africana era preciso possuir o estatuto de morador-vizinho. Segundo Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, as Ordenações Manuelinas determinavam que:

[...] os vizinhos de um "lugar" (vila ou cidade) todos os homens que nele nascessem; que nele tivessem alguma dignidade; os que no dito lugar servissem em officios (reais, câmara, etc.) que lhes proporcionassem os meios de viver "razoavelmente"; os que nele tivessem sido libertos ou perfilhados; finalmente, os que se casassem com mulheres da terra. A legislação também considerava vizinho o indivíduo que, vindo de fora, habitasse um lugar, continuamente, durante pelo menos quatro anos "[...] com sua mulher e toda a sua fazenda, ou a maior parte dela".¹¹⁰

Todos aqueles que reunissem essas condições poderiam usufruir do direito de armar navios para a Guiné, porém, a partir das palavras de Pedro Guimarães, em 1513, citadas anteriormente, podemos perceber que há distinção entre "vizinhos brancos e honrados" e "vizinhos negros".¹¹¹ Inclusive a única referência a uma lei que regia esse estatuto encontra-se em uma carta de 1546, dirigida ao rei pelos moradores e “vizinhos baços e pretos” de Santiago reclamando da atuação dos "homens poderosos" que estariam concedendo o estatuto de vizinho indevidamente aos seus parentes e clientes, sem que esses cumprissem o tempo necessário para alcançarem tal posição social.¹¹² Tudo indica que os vizinhos “baços” e “pretos” não usufruíam dos mesmos direitos políticos dos demais. Os direitos reclamados eram: participar nas

¹¹⁰ Maria Emilia Madeira Santos e Iva Cabral. "O nascer de uma sociedade através do morador-armador". In: **História geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT/INCCV, 2001. pp. 371-430. Volume I.

¹¹¹ ANTT, Corpo Cronológico, I-12-120, HGCV, Corpo Documental, volume I, p. 221. 22 de maio de 1513.

¹¹² Brásio. MMA, 2ª série. Vol. II. Doc. 117.

assembleias municipais, votar nas eleições dos magistrados locais e ser eleito para a Câmara. Ou seja, gozar do estatuto de "homem bom".

Segundo Armando de Castro ser classificado como um “homem bom” implicava no

acesso ao conjunto de privilégios disponibilizados aos cidadãos da monarquia portuguesa, especialmente o de ocupar cargos de governança e o direito de participar no jogo eleitoral, nos termos então vigentes. Ser assim habilitado era a condição para o exercício da cidadania política, da soberania do rei, nos moldes vigentes naquela sociedade.¹¹³

Ao analisar a elite local cabo-verdiana, Iva Cabral afirma que o poder local em Santiago foi ocupado por três diferentes elites em sua composição social, econômica e racial ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Na primeira elite dominava gente da pequena nobreza reinol; na segunda a pequena nobreza reinol estava em menor número que antes predominavam filhos da primeira elite, naturais da terra, como por exemplo André Álvares de Almada; na terceira elite dominavam aqueles que a autora chama de "filhos da terra", os naturais da ilha.

Vou me ocupar por enquanto da primeira elite:

A primeira elite (finais do século XV e século XVI) – reinol, nobre, urbana, cosmopolita, armadora, proprietária rural – era uma ramificação da elite reinol, que se aventurara e se instalara no arquipélago recém-descoberto para comerciar em segurança com o continente fronteiro, aproveitando, plenamente, dos privilégios comerciais e fiscais que D. Afonso doa, em 1466, aos vizinhos de Santiago.¹¹⁴

¹¹³ Armando Castro. "Simbolismo e a estrutura social no Portugal de Seiscentos". In: **Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. Apud: Iva Cabral. A primeira elite colonial atlântica: dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do século XV - início do século XVII). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde. Praia: Univ. Cabo Verde, 2013. p. 45.

¹¹⁴ Iva Cabral. "Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)". In: **Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

Essa elite mantinha estreita relação com os reinóis arrendatários dos direitos reais como os *quartos* e as *vintenas* de todas as mercadorias importadas pelos moradores da costa africana, como também dos *dízimos da terra* na Ilha de Santiago. Eram parceiros preferenciais e grandes interessados na multiplicação de embarcações armadas na ilha que comerciavam na costa da Guiné. Além disso, a primeira elite da Ribeira Grande sempre procurou controlar o poder local, seja ocupando os cargos concelhios (camarários), seja fazendo eleger para esses cargos pessoas da sua relação. Apesar da proeminência local, Iva Cabral ressalta o fato de que essa elite detinha o seu verdadeiro poder através da comunicação privilegiada que mantinham com o reino. Como, por exemplo, apresenta carta do corregedor Pero Guimarães ao rei alegando que “nesta ilha há pessoas que dizem que se o corregedor que Vossa Alteza a ela mandar não for de suas vontades que com mui boas testemunhas falsas os farão sair mais que a passo”.¹¹⁵

Cabe ressaltar que os vizinhos de Santiago que compunham essa primeira elite foram para a ilha possivelmente atendendo a um pedido do Infante D. Fernando, pois eram homens de sua Casa e serviço. A própria *Carta de Doação*, de 1466, nos informa a este respeito quando afirma que “a quantos esta minha carta virem fazemos saber que o Infante Dom Fernando [...], nos enviou dizer como houvera [sic] quatro anos ele começara a povoar a sua ilha de Santiago”.¹¹⁶ Essas pessoas que fundaram a cidade da Ribeira Grande¹¹⁷ e transformaram Santiago no entreposto de escravos mais procurado pelos navios negreiros durante o século XVI e o início do XVII. A sociedade local e o comércio com a Guiné era controlado por proprietário de terra e

¹¹⁵ ANTT, Corpo Cronológico [CC], I-36-93, de 6 de Maio de 1517.

¹¹⁶ Brásio, MMA. *Op. Cit.*

¹¹⁷ O primeiro donatário de Cabo Verde foi Antônio de Noli, que recebeu a capitania sul da ilha de Santiago e ali fundou, juntamente com seu irmão, a cidade da Ribeira Grande.

armadores de navios, que se articulavam em grupo e muitas vezes os dois papéis eram exercidos pela mesma pessoa. Esse fato me levou a chamá-los em minha dissertação de mestrado de terratenentes-mercadores.¹¹⁸

Desde cedo se iniciou a ocupação do interior com a criação extensiva de cavalos e o cultivo do algodão, pautados pelas necessidades, em primeiro lugar, da já mencionada demanda do comércio da Guiné, e em segundo lugar do tráfico atlântico que precisava se abastecer de cativos treinados para a produção em um sistema de *plantation*. Ao lado do comércio de cavalos para o continente africano e escravos para as Américas prosperou a manufatura de panos de algodão que funcionavam como moeda de troca nas transações comerciais.¹¹⁹

Além de todas as vantagens econômicas para a produção dessas mercadorias próximas a seus mercados consumidores pelos próprios agentes comerciais envolvidos nas trocas, a decisão política da coroa portuguesa expressa na *Carta de limitações dos privilégios*, de 1472, estipulava que os moradores não mais poderiam comerciar livremente com a Guiné como faziam anteriormente (incluindo armas, navios e ferramentas, aliás, vender armas e ferramentas a não cristãos já estava proibido há muito com base na *Bula da Ceia*, publicada todos os anos pelo Papa e aplicável a qualquer espaço mercantil), mas somente as mercadorias advindas das suas “novidades e colheita”, ou seja, produzidas na própria ilha. Também os navios deveriam “ser de pertença dos moradores e por eles armados e capitaneados, ficando vedada a parceria com não moradores, nacionais e estrangeiros”.¹²⁰

¹¹⁸ Francisco A. C. Ribeiro. **Terratenentes-mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

¹¹⁹ António Carreira. **Panaria Caboverdiano-Guineense**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

¹²⁰ Brásio **MMA**. 2ª série, I. Doc. nº 67.

Esta medida contribuiu para a conversão do capital mercantil para o capital produtivo, quando não, na conversão de mercadores em *terratenentes*, ou na associação entre os dois atores sociais, formando assim a já referida elite de armadores proprietários rurais.¹²¹ Esses homens atuavam na costa africana e reexportavam os escravos para a Europa, Antilhas e depois Américas. O poder e o prestígio social frequentemente acompanhavam o sucesso econômico.¹²²

Os *terratenentes-mercadores* dominavam o tráfico com o continente e abasteciam os outros moradores do arquipélago de comida e escravos através de encomendas feitas aos navios armados por eles. Estes homens também detinham o controle sobre os principais cargos locais, como ofícios régios e cargos camarários, utilizando-os para controlar o mercado de escravos, regulando o preço de acordo com suas próprias expectativas. Em 1549, o Frei Gaspar da Silveira atesta que “não vem navio da Guiné que velho e menino antes que saia já vem com o preço feito”, razão pela qual a ilha estaria “muito rica”.¹²³

De passagem por Cabo Verde em fins do XVI, o mercador florentino Francesco Carletti testemunhou que o Atlântico seria sulcado na vertical até Santiago e na horizontal até Cartagena. Ainda segundo ele, em Santiago, “os grandes mercadores locais guardavam nas suas fazendas no interior da ilha parte dos cativos que possuíam para vender. Assim, quando corria a notícia da chegada de navios negreiros, apressavam-se a organizar mostras e loteamentos de africanos”.¹²⁴ A melhor descrição do poder econômico e social desses moradores-armadores encontra-

¹²¹ Carreira. **Cabo Verde...** p. 41.

¹²² Santos e Cabral. "O nascer de uma sociedade"

¹²³ ANTT, Corpo Cronológico, I-83-49, de 9.12.1549, publicado em Brasília **MMA**. 2ª série.

¹²⁴ Maria Manuel Ferraz Torrão; André Teixeira. “Negócios de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XVI”. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2-5 Nov., 2005. (p. 9).

se em documento, datado de 1533, que apresenta o perfil de um dos primeiros homens negros de Santiago que alcançaram, através de seu poder econômico e prestígio social, o status de “homem branco”.

Em documento da Chancelaria de D. João III Diogo Gonçalves¹²⁵ é descrito como homem que

sempre continuamente tivera [sic] cavalos e que andara e mantevera [sic] sua casa honradamente [...] e dava de comer a muitos cavaleiros e escudeiros na sua mesa e todo o necessário agasalhamento [sic] por espaço de hum ano e as vezes mais e menos tudo a sua custa e tinha navios que mandava a Guiné como pessoa principal que era na dita ilha [...].¹²⁶

O “viver honradamente” foi, certamente, importante condição para sua ascensão social, nas sem dúvida seu património e suas atividades comerciais concorreram de modo definitivo para esse reconhecimento. A sociedade caboverdiana de então era dividida entre a “câmara e os oficiais dela fidalgos cavaleiros e pessoas nobres do regimento da terra” (proprietários e armadores, em geral) e “homens baços e pretos forros” (carpinteiros, mercadores, mareantes, entre outros).¹²⁷ Notadamente, fazer parte da Câmara dava aos mulatos membros da chamada nobreza da terra, um claro sinal de ascensão social, possibilitando a eles o lugar de súditos privilegiados que dispunham de um canal de diálogo com o poder central.¹²⁸

Iva Cabral defende que o processo de transição e miscigenação entre uma elite e outra está intimamente ligado à decadência dos terratenentes-mercadores e do

¹²⁵ Sobre Diogo Gonçalves, ver Zelinda Cohen, “O caso do preto que virou branco”, no semanário *Tribuna*, 1 de Dezembro de 1989.

¹²⁶ ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações e Privilégios, liv. 45, fl. 62 v.º, documento 1, de 11 de Julho de 1533.

¹²⁷ ANTT, Fragmentos, maço 9, nº 10, de 23 de Dezembro de 1555.

¹²⁸ Para um melhor entendimento do termo nobreza da terra, ver “Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII”. In: João Fragoso. *O Brasil colonial*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

Arquipélago de Cabo Verde como principal ponto de abastecimento de escravos e arrecadação de tributos ligados a esse comércio. Consequentemente, Santiago tornou-se um lugar cada vez menos atrativo para a pequena nobreza reinol, como demonstram os quadros criados por Iva e que reproduzo a seguir:

Quadro 2

Os vizinhos nobres

	1473-1549	1550-1599
Fidalgos	10	3
Cavaleiros fidalgos	6	12
Escudeiros Fidalgos	1	6
Cavaleiros da Casa Real	11	5
Escudeiros da Casa Real	21	1
Moços da Câmara do Rei	2	21
Cavaleiro da Ordem de Santiago	3	-
Cavaleiro da Ordem de Santiago	-	1
TOTAIS	54	49

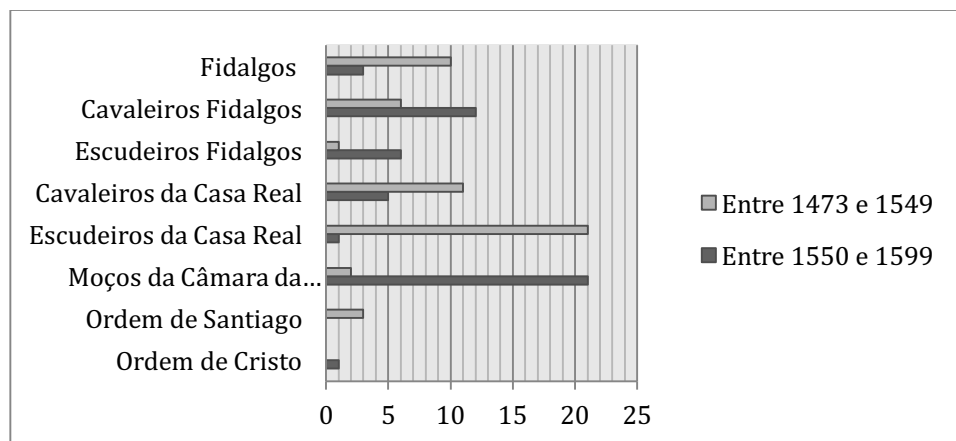
Fonte: Cabral. **A primeira elite colonial atlântica.**

Segundo Cabral são cinquenta e quatro vizinhos nobres para o período de 1473 a 1549 contra cinquenta para o período de 1550 a 1599. Para a autora, esse recorte temporal é importante por marcar o início de uma transformação da sociedade local quanto à sua composição social e origem de seus componentes, principalmente em função de indícios de crise no comércio com a costa africana. As novas dificuldades advinham da entrada de concorrentes, franceses, ingleses, holandeses

(desde o princípio do século XVII) e dos contratadores (ou rendeiros) do trato da Guiné e comércio de Cabo Verde (na década de 1560 a Coroa retirou as limitações impostas aos rendeiros pela Carta de 1472, liberando-os para comerciarem com produtos e parceiros de fora das ilhas). Além disso, muitos navios passaram a pagar os impostos sobre mercadorias nas alfândega de Cacheu, Lisboa ou Sevilha, reduzindo a arrecadação em Santiago.

Gráfico 1

Os vizinhos nobres¹²⁹



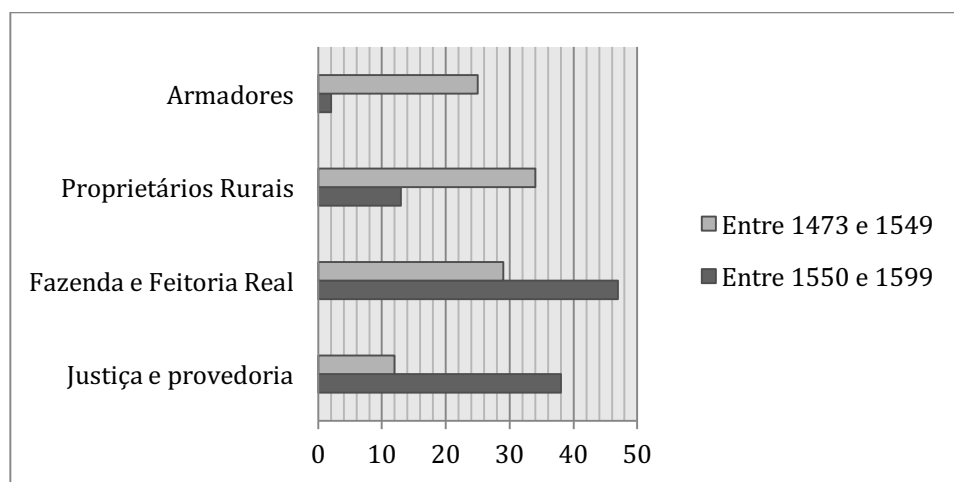
Fonte: Cabral. **A primeira elite colonial atlântica.**

Com a perda da primazia do resgate e da arrecadação Cabo Verde começou a empobrecer e na cidade da Ribeira Grande não circulavam mais grossos cabedais como antes. Essa nova conjuntura levou à desorganização dessa primeira elite de terratenentes-mercadores. Como demonstram os dados apresentados a seguir sobre a ocupação da nobreza de 1473 a 1549 e 1550 a 1599, sem os lucros avultantes do

¹²⁹ Iva Cabral escolheu apresentar esses dados em forma de porcentagens, mas, por se tratar de tão poucas pessoas, me foi sugerido pelo professor doutor Roberto Guedes na banca de qualificação que mudasse a apresentação mostrando os números globais, que inferi a partir das porcentagens divulgadas pela professora Iva Cabral e usei-os para construir esse gráfico comparativo baseado no trabalho dela. Cabral, **A primeira elite colonial atlântica**, pp.116-117.

comércio negreiro, Santiago deixou de ser atrativa para os reinóis. No primeiro período os nobres são em sua maioria proprietários rurais (34%) e armadores (25%), o que mostra como o estatuto de vizinho de Cabo Verde e o investimento no comércio com a Senegâmbia era valorizado no Império Português.

Gráfico 2
Atividades dos nobres (%)¹³⁰



Fonte: Cabral. *A primeira elite colonial atlântica*. p. 119.

No segundo período, a participação de nobres nesses dois grupos cai para apenas quinze por cento, sendo treze por cento de proprietários rurais e apenas dois por cento de armadores. Ou seja, de todos os nobres que passaram ou viveram na Ilha de Santiago entre 1550 e 1599, apenas um (dois por cento de cinquenta nobres) era armador, enquanto a maior parte servia nos cargos da administração pública (trinta e

¹³⁰ Há que se considerar que um mesmo indivíduo pode aparecer atuando em duas ou mais atividades distintas, portanto a atribuição de uma atividade principal para um indivíduo é arbitrária e definida por quem edita o gráfico. Os dados apresentados por Iva Cabral apontam para que no período de 1473 a 1549, de um universo de 50 vizinhos nobres, 18 atuassem como armadores de navios, 25 como proprietários rurais, 21 eram oficiais da fazenda e feitoria real e 9 eram oficiais da justiça e provedoria. Para o período seguinte, ela nos conta que 45 dos 49 vizinhos nobres eram oficiais régios da fazenda e feitoria ou da administração da justiça e provedoria dos defuntos e dos órfãos. Outros dados não são referidos e o modo de apresentação dos dados pela autora foi por meio de porcentagens. Como não pude aferir quais indivíduos realizavam quais atividades, escolhi reproduzir integralmente o teor dos gráficos de Iva Cabral mudando apenas a forma de apresentação para mostrar os dados lado a lado facilitando assim a comparação e compreensão dos dados. Cabral. *A primeira elite colonial atlântica*. pp. 119-122.

oito por cento dos nobres na justiça e provedoria; e quarenta e sete por cento nos cargos da fazenda e da feitoria) e estavam apenas de passagem pelas ilhas.

Em fins do XVI, com a perda da primazia do resgate e, conseqüentemente, da arrecadação, nas costas da Guiné, Cabo Verde se empobrecia e na cidade da Ribeira Grande não circulavam mais grossos cabedais como antes. No início do século XVII, a perda do monopólio dos vizinhos de Santiago sobre o resgate da Guiné para mercadores de Lisboa e de Castela, além da invasão do litoral africano por piratas franceses, ingleses levou a não renovação da elite de *terratenedores-mercadores* que sustentava o tráfico. Sem os lucros avultantes do comércio negreiro, Santiago deixa de ser atrativa para os reinóis.

Assim, abre-se espaço em Cabo Verde para a emergência de uma nova elite de “filhos da terra”. Há então uma crescente interiorização da sociedade de Santiago. A cidade da Ribeira Grande já não é mais um importante centro comercial e a ilha passa a viver praticamente da subsistência. Nesse processo, os mestiços chegam ao poder local, filhos de portugueses e também senhores de terras e escravos, estes homens ainda estão ligados ao tráfico Atlântico de cativos, mas sofrem com a concorrência dos contratadores da Guiné, que em vez de fazerem escala em Cabo Verde, preferiam ir direto de Cacheu ou dos rios da Guiné para seus destinos. Diferentemente dos arrendatários de direitos régios parceiros da primeira elite de Santiago, estes contratadores não tinham nada a ganhar com as escalas na ilha. Santiago perde cada vez mais importância no Atlântico português e, após a Restauração, esta segunda elite de mulatos que ainda persistiam na Ribeira Grande, dá lugar a uma elite mestiça e endógena, extremamente rural e militarizada.¹³¹

¹³¹ Maria João Soares. “Crioulos indómitos e vadios: identidade e criouliização em Cabo Verde – séculos XVII-XVIII”. In: **Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

Foram os europeus, organizados na primeira elite do arquipélago, que impuseram o modelo de sociedade no espaço de Cabo Verde. Porém, este modelo não foi transposto de forma pura e simples da Península Ibérica para as ilhas. Ele obviamente sofreu adaptações às especificidades das relações sociais que deveria regular. Diferentemente dos arrendatários de direitos régios parceiros da primeira elite de Santiago, esses contratadores não tinham nada a ganhar com uma escala na ilha. Assim, Santiago progressivamente perdeu sua importância no Atlântico português. Após a Restauração, a segunda elite de mulatos que tinha uma relação direta com o reino dá lugar a uma elite mestiça e endógena, extremamente rural e militarizada a quem Maria João Soares chamou de "crioulos indômitos".¹³²

Pelos mecanismos de transmissão de patrimônio é possível seguir os rastros das enormes transformações da sociedade de Cabo Verde a medida que passou a receber cada vez menos imigrantes do reino. Segundo Correia e Silva, em 1622, o padre jesuíta Sebastião Gomes observou que em Santiago a maioria das fazendas e casas era de capelas e morgados. A transmissão de patrimônio, da primeira elite de proprietários-armadores de Cabo Verde obedeceu a uma lógica peninsular segundo a qual a propriedade fundiária tinha de ser mantida de forma solitária e conjunta a fim de concentrar e perpetuar o poder econômico, político e o status da família do instituidor do vínculo. Tratava-se, na prática, de preterir os filhos segundos nas heranças, concentrando a maior parte dos bens imóveis de um casal na terça e deixá-la de herança de forma vinculada, indivisível e inalienável, para o filho mais velho, administrador do morgado. Por várias vezes, até mesmo o limite da disposição dos bens que era estabelecido pela divisão destes entre a legítima, que deveria ser dividida

¹³² Soares, "Crioulos indômitos".

igualmente entre os herdeiros, e a terça, da qual se podia dispor livremente, era contornada por licenças régias para a instituição do vínculo.

A prática da vinculação atribuía aos filhos valores completamente distintos. Embora fosse mais comum a eleição do primogênito varão como administrador, não raro este papel coube a filhos segundos, filhas ou mesmo filhos naturais. A instituição da Capela da Nora, por Duarte Rodrigues, nos dá um bom exemplo: após a sua morte, a Capela deveria ser administrada por seu primogênito, Sebastião. Em caso de morte prematura deste, sem deixar herdeiros, deveria passar a seu filho segundo, Jorge. Em caso de falta deste, sucederia na Capela a sua filha bastarda Maria Duarte, havida de sua escrava de nome Domingas.

Esta prática servia não somente para a manutenção do estatuto de riqueza material da família, mas também à glória e salvação da alma do instituidor do vínculo. Ao mesmo tempo em que estabelecia as condições materiais que as propriedades deveriam ser mantidas – número de casas, escravos, por exemplo -, também estabelecia a quantidade e a frequência das missas pelas almas dos instituidores, assim como a quantia a ser oferecida como esmola ou o dever de sustentar um leito em seu nome no hospital da Santa Casa da Misericórdia, na Ribeira Grande.

Aliás, condições como essas também eram impostas aos escravos alforriados em testamento. As quatro forras de Rodrigo da Silveira deveriam mandar rezar anualmente, enquanto fossem vivas, uma missa em seu nome, ou voltariam à escravidão.¹³³

As alforrias eram mais comumente concedidas a escravos em posição de autoridade funcional diante dos outros escravos, como feitores, que dominavam algum saber específico, tecelões ou escravos com quem os senhores tinham relações

¹³³ Silva. “A sociedade agrária”.

afetivas. Esses escravos alforriados acabaram por constituir uma camada intermediária na sociedade de Cabo Verde que tendia a reproduzir o comportamento social dominante. Por ocasião de seu casamento com Catarina de Andrade (“branca”), Duarte Rodrigues alforriou Antônia, Ignez e Domingas, escravas com quem tinha filhos bastardos. A todas concedeu terras em sua propriedade de São Domingos para que lavrassem em usufruto. Após a morte delas, as terras deveriam voltar ao domínio da Fazenda de São Domingos. Nessas terras trabalhavam os forros e seus escravos. Das três escravas alforriadas por Duarte Rodrigues, Ignez possuía quatro escravos, Antônia, três, e Domingas, dois. Em pouco tempo, os forros constituíram uma camada intermediária decisiva para o funcionamento da sociedade insular. Alguns tornaram-se membros da elite, como o já citado Diogo Gonçalves.¹³⁴

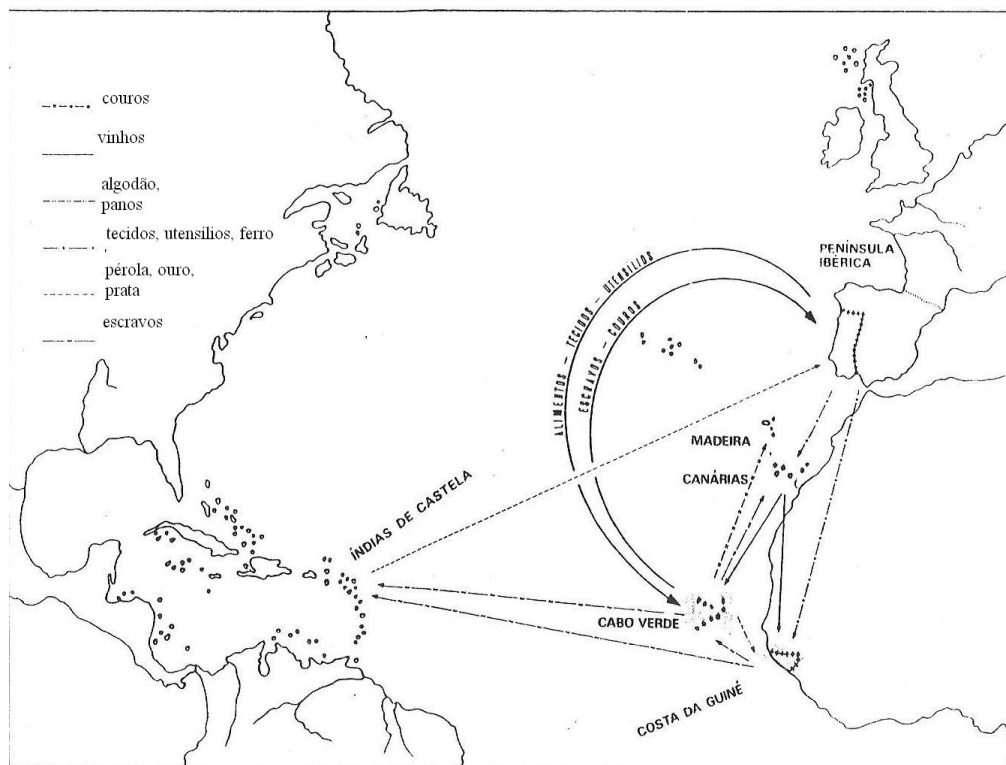
Segundo Francisco de Andrade, em sua “Relação” (1582), viviam em Santiago seiscentos brancos e pardos, quatrocentos pretos forros casados e cinco mil escravos. Note-se que o número de pretos forros não é demograficamente impressionante, ou superior ao dos brancos ou pardos. No entanto, era já considerável. Na medida em que faltam imigrantes europeus, filhos mulatos são convertidos em herdeiros, ganhando importância social. Assim sendo, a incapacidade da elite local de manter-se como grupo social capaz de atrair novos colonos e controlar o comércio com a costa levou a uma mulatização da elite *terratente*, os chamados “brancos da terra”.

A economia de Cabo Verde

Outra abordagem sobre esse processo mostra a abrangência do espaço econômico de Cabo Verde e Guiné em relação ao comércio transatlântico.

¹³⁴ Sobre Diogo Gonçalves, ver Cohen, “O caso do preto que virou branco”.

Figura 6
Cabo Verde, Guiné e o comércio intercontinental



Fonte: TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. “Rotas comerciais, agentes econômicos, meios de pagamento”. In: Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. p. 95.

Não resta dúvida de que a ocupação do arquipélago de Cabo Verde se deu em função da necessidade portuguesa de fazer valer sobre a Guiné seu senhorio marítimo e comercial, funcionando como centro das operações portuguesas na região e para afugentar mercadores a serviço de outras potências europeias. Para acessar as redes de comércio desta região, Cabo Verde constituiu-se em um espaço privilegiado de atuação logístico-mercantil na costa africana. Era, portanto, de essencial interesse da coroa portuguesa ocupar efetivamente o arquipélago. A expansão marítima portuguesa foi incentivada pelo Infante D. Henrique e após a sua morte, em 1460, seu sucessor e sobrinho D. Fernando, Duque de Viseu, continuou a patrocinar viagens exploratórias no Atlântico. A casa de Viseu impulsionava as viagens ultramarinas

armando navios e fornecendo homens e cavaleiros para esta empreitada, pois, por determinação régia, possuía o senhorio marítimo e das terras encontradas.

Inicialmente, o modelo de ocupação e uso econômico das ilhas foi servir de base para os resgates da Guiné e assegurar o controle da rota comercial do Atlântico Sul. Para garantir meios de sobrevivência e tornar interessante para algum colono reinol se instalar em Cabo Verde, a *Carta de privilégios* de 1466 concedeu aos vizinhos de Cabo Verde, os primeiros homens a se instalar por lá, o direito de resgatar na Guiné, tirando o trato de Arguim.¹³⁵ Em 1472, este privilégio de comerciar na Costa africana foi limitado geograficamente e ao uso de mercadorias produzidas nas ilhas, incentivando que o tráfico de cativos servisse para a real ocupação do território das ilhas.¹³⁶

O Tratado de Tordesilhas (1494) confirmou à coroa portuguesa o direito exclusivo dos portugueses de explorar a costa da África. Portugal reservava à coroa a exploração do trato na fortaleza de Arguim, na carta de 1466, concedia aos vizinhos de Cabo Verde o comércio desde ali até a Serra Leoa, na carta de 1472, e arrendava o direito de explorar a Costa da Pimenta em diante rumo ao sul a grandes comerciantes lisboetas. Nenhum navio deveria se dirigir à costa africana sem a autorização expressa da coroa portuguesa. Ficava reservado aos colonos de Cabo Verde um importante papel no comércio com a África. Uma vez que a Carta de privilégios lhes concedia o direito de resgatar na Guiné, os cabo-verdianos podiam agir como intermediários na compra e exportação de cativos africanos. Este direito contribuiu para que os homens instalados em Cabo Verde se estabelecessem como únicos representantes da monarquia portuguesa ao Sul do Cabo Branco, não incluindo este cabo que abria a baía de Arguim, e a Serra Leoa. Santiago era a sede do Bispado desde 1532 e desde

¹³⁵ História Geral de Cabo Verde. Corpo documental. Vol. I. Lisboa: IICT, 1988.

¹³⁶ Brásio, MMA, 2ª série, I. Doc. nº 67.

muito antes disso se apresentava como ponto culminante de diversas redes comerciais que se espalhavam pela Guiné.

Na seção anterior desse capítulo, vimos como se formou em Cabo Verde uma sociedade hierarquizada, extremamente católica e pautada na mesma lógica de Antigo Regime em vigor em Portugal, mas em que no topo da pirâmide social, ou seja, do poder local, estavam proprietários rurais e traficantes de escravos. Homens que produziam panos de algodão, milho, criavam cavalos, com o único objetivo de armar navios para comerciar no continente africano próximo. Estes homens eram, na maior parte das vezes, oriundos da pequena nobreza a serviço da Casa ducal e, ou, pessoas que chegaram às ilhas para cumprir algum cargo administrativo e se deixaram ficar envolvendo-se no lucrativo comércio da região. Cabo Verde pôde se viabilizar como espaço colonial e ponto de apoio e viragem de pessoas, navios e capitais pelo Oceano Atlântico, graças ao privilégio concedido aos seus moradores e, logicamente, à interdição deste mesmo direito a outros comerciantes.

O privilégio do Resgate da Guiné permitiu a elite cabo-verdiana transformar o arquipélago no principal entreposto de escravos do Atlântico durante o século XVI. Conforme a colonização da América avançava e as primeiras plantações de açúcar em Hispaniola, no México e em Cuba se desenvolviam, Cabo Verde via sua importância e volume de tráfico de escravos se multiplicarem.¹³⁷

Em maio de 1510, o Procurador dos moradores de Santiago junto ao Rei, João Jorge, refere-se à ilha como “huã das principaes escapullas¹³⁸ da Jndia e Guinee” e ressalta ainda a doação, por parte dos moradores da ilha, de setenta negros à armada

¹³⁷ Sobre este assunto, ver: Germán Peralta Rivera. **El comercio negrero em América Latina, 1595-1640**. Lima: Editorial Universitaria, 2005. Ver também: Solange Alberto, Diana Bonnett Vélez. **La Nueva Granada Colonial**. Bogotá: Uniandes; CESO, 2005.

¹³⁸ O mesmo que esteios, apoios.

de Afonso de Albuquerque que rumara para a Índia, em 1504.¹³⁹ Este testemunho nos confirma a posição privilegiada e imprescindível do estabelecimento em Cabo Verde para a navegação e comércio no Atlântico.

Segundo dados *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*,¹⁴⁰ foram embarcados na Senegâmbia, Costa Atlântica e Serra Leoa cento e sessenta e dois mil seiscentos e dezesseis africanos escravizados durante o século XVI, ou aproximadamente cinquenta e dois por cento do total para o período, como fica claro na tabela 1 "Fluxo do tráfico Atlântico de escravos, por região de origem, no séc. XVI". Praticamente todos eles passaram por Cabo Verde, que funcionava então como principal entreposto de comércio de escravos no Oceano Atlântico. O relato de viagem de Francesco Carletti demonstra isso.¹⁴¹

¹³⁹ Brásio. MMA. vol 2. doc. nº 14. p. 38.

¹⁴⁰ David Eltis; David Richardsdon; Stephen Berhens; Manolo Florentino. **The Trans-Atlantic Slave Trade Database**. (www.slavevoyages.com).

¹⁴¹ Francesco Carletti. **Voyage autour du monde de Francesco Carletti**. Introdução e notas de Paolo Carile. Tradução de Frédérique Verrier. Paris: Chandeigne, 1999.

Tabela 1**Fluxo do tráfico atlântico de escravos, por região de origem, séc.XVI - soma de escravos embarcados**

	Senegâmbia e Costa Atlântica		Serra Leoa		Baía de Biafra e Ilhas do Golfo da Guiné		África Centro- Occidental e Ilha de Santa Helena		Outra África		Totais
1501- 1525	324	24.8%	0		359	27.5%	624	47.7%	0		1307
1526- 1550	28.673	88.8%	0		2.154	6.7%	359	1.1%	1.092	3.4%	32.278
1551- 1575	40.337	75.5%	3.590	6.7%	2.980	5.6%	0		6.553	12.3%	53.460
1576- 1600	89.692	39.7%	0		6.290	2.8%	33.551	14.9%	96.294	42.6%	225.827
Totais	159.026	50.8%	3.590	1.1%	11.783	3.8%	34.534	11.0%	103.939	33.2%	312.872

Fonte: **The Trans-Atlantic Slave Trade Database**. www.slavevoyages.com
Acessado pela última vez em 07 de Março de 2016.

Porém, o fluxo de exportação de cativos via Cabo Verde foi ultrapassado pela primeira vez pelos escravos exportados da África Centro-Ocidental durante o primeiro quartel do século XVII: trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis, quinze por cento do total para o período, contra cento e quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete, ou cinquenta e oito por cento do total para o período, conforme aparece na tabela 2 "Fluxo do tráfico Atlântico de escravos, por região de origem, no séc. XVII". Tais números são muito expressivos, pois contrastam com os oitenta e nove mil seiscentos e noventa e dois escravos exportados via Cabo Verde no último quartel do século XVI, ou cerca de quarenta por cento do total de embarcados para a época em que Almada atuou como comerciante nos "Rios da Guiné do Cabo Verde". A flutuação das exportações e o fluxo do tráfico de escravos em Cabo Verde e suas consequências para a economia das Ilhas e poder econômico dos habitantes foi estudado por mim em trabalho anterior.¹⁴²

¹⁴² Francisco Ribeiro. **Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XVI-XVII**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

Tabela 2

Fluxo do tráfico atlântico de escravos, por região de origem, séc. XVII- soma de escravos embarcados

	Senegâmbia e Costa Atlântica		Serra Leoa		Costa do Barlavento	Costa do Ouro	Baía do Benim	Baía de Biafra e Ilhas do Golfo da Guiné	África Centro- Occidental e Ilha de Santa Helena		Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico	Outra África	Totais
1601- 1625	37.456	15.1%	0		0	0	4.386	9.579	144.857	58.4%	0	51.672	247.950
1626- 1650	20.292	11.8%	90	0.1%	0	1.061	5.550	15.691	113.447	66.2%	0	15.351	171.482
1651- 1675	14.172	7.7%	793	0.4%	316	15.579	32.031	30.483	41.909	22.7%	1.294	47.875	184.452
1676- 1700	32.815	6.9%	1.997	0.4%	180	41.891	143.441	42.647	89.457	18.8%	10.688	112.433	475.549
Totais	104.735	9.7%	2.880	0.3%	496	58.531	185.408	98.400	389.670	36.1%	11.982	227.331	1079.433

Fonte: **The Trans-Atlantic Slave Trade Database.** www.slavevoyages.com
Acessado pela última vez em 07 de Março de 2016.

Sociedade mestiça e identidade luso-africana

Em 26 de maio de 1546, alguns moradores de Santiago escreveram uma carta¹⁴³ ao Rei D. João III de Portugal agradecendo à Sua Majestade o fato de tê-los feito mercê e privilégio de servirem nos cargos da Câmara da dita cidade, “apesar de serem mulatos e de raça preta”,¹⁴⁴ estendendo, assim, a eles um privilégio concedido já aos mulatos da Ilha de São Tomé em 1528.¹⁴⁵ No caso dos vizinhos¹⁴⁶ de Santiago, o argumento usado por eles para alcançar tal mercê era de que, ao se colocarem a serviço de Deus e do Rei, estariam fazendo o bem da “república e do povo miúdo”, uma vez que a “terra seria mais bem vigiada, corrigida e resguardada, não andando tantos escravos no campo fugidos”. Não sendo “vexados” pelos ricos e poderosos, os pobres poderiam ser senhores de sua vontade e os escravos não teriam ânimo para formar quadrilhas e causarem danos à ordem, pois disso se assegurariam pessoalmente os novos oficiais.

Em tempo, os ditos vizinhos mulatos aproveitam a carta para salientar que tomariam sempre o partido dos interesses de Sua Majestade contra os interesses de pessoas poderosas – possivelmente membros da primeira elite ou funcionários régios, que, segundo eles, estariam agindo exclusivamente em interesse próprio ao trazerem cada vez mais parentes para tornarem-se vizinhos da ilha e atuarem no resgate de cativos na costa da Guiné, inflacionando o mercado em detrimento dos interesses régios. Os vizinhos de Santiago possuíam o privilégio de resgatarem escravos na costa

¹⁴³ Brásio. MMA, Série II, vol. II, p. 386. doc. 117.

¹⁴⁴ Ilídio Cabral Baleno analisou esse documento na HGCV, pp. 160-163. Ilídio Cabral Baleno. "Povoamento e formação da sociedade". In: **História Geral de Cabo Verde**. *Op. Cit.* Vol. I, pp. 125-177.

¹⁴⁵ Brásio. MMA, I Série, vol. I, p. 500. doc. - 10-08-1520; 07-08-1528.

¹⁴⁶ Vizinho é o termo utilizado na documentação coeva para designar o morador com plenos direitos políticos em cada localidade. Sendo assim, um vizinho de Cabo Verde é aquele que goza de todos os privilégios concedidos pela monarquia ao habitante do arquipélago.

defronte ao arquipélago. Tais pessoas poderosas – provavelmente, os membros da primeira elite de terratenentes-mercadores – estariam agindo igualmente em prejuízo das “honras” dos referidos mulatos, razão pela qual pedem ao Rei que envie um corregedor que faça cumprir seu alvará e fazê-los entrar nos cargos da oficialidade local, assim como previsto.

As demandas dos mulatos ao rei permitem discutir a relação entre indivíduo e sociedade no Arquipélago de Cabo Verde no século XVI. Essa relação tem sido um tema recorrente de debates no campo das ciências humanas. Norbert Elias, em **Sociedade dos indivíduos**, se preocupa em construir uma alternativa de análise social que responda como se dá a relação entre indivíduo e sociedade sem cair no reducionismo das teses liberais (sociedade como somatório de todos os indivíduos) ou das teses totalitárias (sociedade como agente de determinação dos atos e desejos de cada indivíduo). Elias propõe que a sociedade é formada por indivíduos em relação uns com os outros, porém esta relação se dá entre as funções desempenhadas por cada indivíduo dentro do grupo. Esses indivíduos não precisam estar em contato direto entre si, sendo apenas necessário que reconheçam a função desempenhada por cada um na operação da sociedade como um todo. Cada indivíduo está preso a um determinado ritual ou modo de comportamento no qual se insere.¹⁴⁷ O historiador João Fragoso coloca em dúvida o papel do indivíduo nas sociedades de Antigo Regime. Fragoso ressalta que as sociedades situadas no que se chama Antigo Regime se caracterizavam pela organização em torno de núcleos familiares ou mesmo famílias

¹⁴⁷ Norbert Elias. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

extensas (parentelas fictícias).¹⁴⁸ No entanto, não creio que o pertencimento a um grupo familiar seja impedimento para a ação individual.

A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções pré-existentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais (...).¹⁴⁹

Elias afirma ainda que as pessoas só propiciam o surgimento de instituições permanentes de controle e organização social na medida em que haja entre elas uma ligação funcional pré-existente que não resulte apenas em uma somatória, é necessária a existência de uma rede de dependências e tensões específicas. Esta rede é o parâmetro para o desenvolvimento dos indivíduos e o limite para as suas ações individuais. Um homem se torna um indivíduo à medida que aprende a dominar os códigos e normas de seus pais e parentes, isto é, de seu grupo ou rede. Da mesma forma, o modo como os indivíduos se portam é determinado pelas relações passadas e presentes com outras pessoas: “somente nas relações com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto”.¹⁵⁰ Ou seja, o indivíduo só pode existir dentro das normas do

¹⁴⁸ João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁴⁹ Norbert Elias. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 21.

¹⁵⁰ Elias. **A sociedade dos indivíduos**. p. 27.

grupo a que pertence, de sua sociedade, muito embora, tenha alguma incidência sobre elas, pois como agente e transmissor das mesmas transforma-as no exercício de suas funções.

Os “vizinhos mulatos” e de “raça preta” de Santiago compartilhavam determinadas normas e comportamentos comuns a todo o império português, reivindicando sobre si o amparo das resoluções régias para dirimir os conflitos resultantes da interação social dos diversos indivíduos presentes em Cabo Verde. Por reconhecerem estas normas e agirem de acordo com elas, reivindicaram o direito de participar ativamente da ordem política estabelecida. Estes indivíduos (“mulatos de raça preta”), mesmo marcados pela escravidão e pela cor da pele consideravam-se e eram tidos com súditos do rei de Portugal e também como “homens bons”, aptos ao serviço régio e legítimos representantes da comunidade portuguesa em Cabo Verde.

A interação social desse grupo com outros segmentos da elite local gerava conflitos sobre os quais a coroa deveria intervir, trazendo a justiça. A esta interação social Georg Simmel dá o nome de sociação. Para Simmel a sociedade é um círculo de indivíduos ligados uns aos outros por relações mútuas. “Ela [a sociedade] é um *acontecer* [grifo do autor] que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino e uma forma”.¹⁵¹ Por isso, para ele não se deveria falar em sociedade e sim em sociação. Para esse sociólogo alemão sociação é

a forma na qual os indivíduos, em razão dos seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente –, se desenvolvem conjuntamente na direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses (...) formam a base da sociedade humana.¹⁵²

¹⁵¹ Elias. **A sociedade dos indivíduos**. p. 18.

¹⁵² Georg Simmel. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 60.

Simmel vê o indivíduo como o diferente, o mais capaz, aquele que se destaca da massa. Segundo ele, há entre as pessoas uma igualdade inconsciente (nos seus instintos mais básicos) e uma diferença consciente (uma busca por diferenciação). Há uma diferença de nível, entre o sujeito indivíduo e o sujeito massa, que se dissemina na sociedade. Os homens, quando estão na massa, na coletividade, estariam sujeitos a comportamentos que os rebaixaria aos seus instintos mais primitivos.

O comer e o beber, as funções mais antigas e, espiritualmente falando, as mais vazias, são o meio de reunião – frequentemente o único – que propicia a ligação entre pessoas e círculos mais heterogêneos. Mesmo o contato social entre pessoas muito cultas mostra uma tendência a desembocar no relato das anedotas mais baixas. (...) Por isso, a necessidade de prestar tributo às grandes massas – e sobretudo a necessidade de se expor continuamente a elas – arruína facilmente o caráter: ela rebaixa o indivíduo, retirando-o da posição elevada por sua formação e levando-o a um ponto no qual ele pode se adequar a qualquer um.¹⁵³

O que vemos na carta dos moradores de Santiago de 1546 pode ser entendido como um traço deste acontecer, no qual os vizinhos mulatos buscam se diferenciar de todo o resto de sua sociedade. Construir para si um espaço de legitimidade distante dos segmentos da sociedade que ficam à margem do acesso ao governo. Ao mesmo tempo, os mulatos de Cabo Verde atribuem para a sua aptidão aos cargos oficiais uma importância na garantia da ordem pública e da liderança da comunidade ante a ameaça do desgoverno de escravos fugidos, marginais à sociedade legal e organizados em quadrilhas.

Temos diante de nós dois exemplos: o dos mulatos de Santiago, que buscam se individualizar dentro das normas; e os escravos fugidos, que buscam na

¹⁵³ Simmel. **Questões fundamentais da sociologia**. p. 49.

transgressão das normas mecanismos de construção de uma norma alternativa; uma sociedade paralela na quadilha. Como chegamos a isto e como estudar estes processos? Volto à tese de Norbert Elias sobre sociedade para então analisar a transgressão social. Para Elias, um problema específico da psicologia confere-lhe um papel importante na análise científica das dimensões cultural e social dos seres humanos. Fato este que concorre para que a psicologia contribua bastante para a formulação do estudo da sociedade enquanto rede de relações funcionais entre indivíduos. Assim, cabe à psicologia por um lado,

investigar a estrutura e as leis naturais de todas as funções auto-reguladoras humanas, dirigidas para os outros seres e coisas, que desempenham um papel nas relações que a pessoa mantém com eles e que, por sua maleabilidade natural, compõe o material a ser moldado por essas relações. Por outro lado, ela tem que rastrear o processo pelo qual essas funções de controle mais maleáveis, juntamente com determinada estrutura social e com o convívio com outras pessoas, diferenciam-se de maneira a dar origem a uma forma individual específica. Por fim, ela tem que esclarecer a estrutura geral deste processo de diferenciação e moldagem e explicar, detalhadamente, como é que a forma particular de controle comportamental que se consolida num “caráter”, numa composição individual dentro do indivíduo, com base num determinado conjunto de relações, numa moldagem social específica, funciona, posteriormente, no convívio com as outras pessoas.¹⁵⁴

Em suma, o que para os animais em geral é um padrão fixo de comportamento diante do mundo, no homem tem que ser construído culturalmente e socialmente no convívio com os outros homens. Só assim surge o indivíduo, o homem social realiza o que o homem natural só é em potência. No entanto, este processo que Simmel chama de sociação e de individuação não ocorre sem tensões de tipo e intensidade específicos entre pessoas e grupos sociais pelo monopólio de bens e valores sociais dos quais dependem a subsistência e sobrevivência do grupo.

¹⁵⁴ Elias. **A sociedade dos indivíduos**. p. 41.

Por exemplo, questões ligadas à esfera econômica, como o monopólio dos bens de produção, ou a atuação no resgate de cativos nos mercados escravos da Guiné, são condicionadas à esfera de poder e legitimação, que em último caso estão ligadas ao monopólio da violência. Assim, diferenciações econômicas dependem de diferenciações de poder. A tensão entre quem domina a esfera econômica e a esfera de poder, em caso de não ser o mesmo grupo, gera uma divisão cada vez maior no interior da sociedade e, conseqüentemente, mudanças nas suas relações. É possível que os mulatos de Cabo Verde neste período, por serem o maior contingente populacional e cada vez mais se tornarem proprietários de terras e dos meios de produção, buscassem uma posição política condizente com suas demandas econômicas e sociais.

Estes processos de mudança podem dar margens a diferentes espaços de ação individual, como demonstra Marshall Sahlins ao discutir a importância do indivíduo na história. Este autor propõe duas circunstâncias diferentes de atuação individual no processo de mudança histórica: a ação conjuntural, em que o indivíduo se apresenta enquanto motivador da história; e a ação sistêmica, em que a estrutura das relações sociais ou um encadeamento de fatos aparece como principal motivador da mudança histórica.¹⁵⁵

Simmel também se preocupa com o peso e o significado do indivíduo como tal na circunstância social. Sobre isto afirma que somente se a sociabilidade não tiver qualquer finalidade objetiva fora do instante sociável, esta se apoiaria totalmente nas personalidades. Elias, por sua vez, sustenta que o que caracteriza o lugar de cada indivíduo na sociedade e a margem de decisão que lhe é acessível depende da estrutura e da constelação histórica da sociedade na qual ele vive e age. A liberdade

¹⁵⁵ Marshall Sahlins. **História e Cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

de ação de cada um está de acordo com a função que se exerce na sociedade, “aquilo que chamamos ‘poder’ não passa de uma expressão para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais”.¹⁵⁶

Sendo assim, toda posição de mando só existe se há quem a reconheça. Se a posição social define seu grau de individuação e sua margem de ação na história, resta aos escravos e às camadas camponesas – para alcançar algum tipo de liderança e margem de ação histórica – abandonar a terra e o convívio da sociedade dominante para viver à margem, no banditismo, criando suas próprias normas no interior de suas quadrilhas. A posição de mando nestes grupos marginais é só o que resta aos miseráveis. No entanto, esta posição os exclui completamente da sociedade, tornando-os delinquentes e anômicos, pois indivíduos só existem dentro da norma.

Para os ex-escravos em Cabo Verde no século XVI ser reconhecido socialmente significava reconhecer sua própria condição inferior de escravo e, dentro dos limites dela, isto é, submetendo-se às normas, negociar as melhores condições possíveis de cativo e manumissão. Porém, é possível para um escravo diferenciar-se e até ser indivíduo? Primo Levi relata no livro **É isto um homem?** como é possível individuar-se, diferenciar-se, mesmo sob as condições mais adversas. No caso, um campo de concentração e extermínio de judeus e outras minorias durante a II Guerra Mundial. Segundo este livro, a capacidade de adaptação, sobrevivência e criação de novas identidades e formas de sociabilidade do homem é impressionante. Isto não necessariamente é uma coisa boa, mas a alternativa é bem pior, como demonstra o diálogo a seguir sobre o campo de concentração de Auschwitz: “[por que passarmos por tudo isto?] A explicação é repugnante, porém simples: neste lugar tudo é proibido,

¹⁵⁶ Elias. **A sociedade dos indivíduos**. p. 50.

não por motivos inexplicáveis, e sim por que o Campo foi criado para isso. Se quisermos viver aqui, teremos de aprendê-lo, bem depressa”.¹⁵⁷

Neste mundo de privações, novas sociabilidades se constroem, a principal delas atribui à antiguidade no Campo um status mais elevado socialmente. Os novatos não conhecem as regras do jogo, os antigos, já faz tempo, brigam por cada sopro de vida. Onde há pouco pão, não necessariamente há tanta fome quanto deveria: as pessoas diferenciam-se pelos mais diversos aspectos e estratégias, desde a lei do mais forte até a do mais frágil que é amigo de todos e consegue as melhores funções. Todos estão em busca de algo que lhes permita se alimentar e sobreviver de alguma forma. Para isso, criam regras. O conhecimento destas regras e o fato de agirem de acordo com elas determinam quem são os estabelecidos – os mais antigos, que já conhecem as normas de funcionamento do Campo e desenvolveram relações e formas de diferenciação que lhes permitissem sobreviver – e quem são os outsiders – os recém-chegados que ainda não conhecem as regras.

Norbert Elias trata este tema em outra obra, **Os estabelecidos e os outsiders**.¹⁵⁸ Nesse livro, o autor estabelece um método de análise sociológica das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, empregando os conceitos elaborados em **A sociedade dos indivíduos** num estudo de caso a partir, do qual tenta formular uma constante universal da relação entre estabelecidos e outsiders. Esta, segundo ele, é a seguinte:

o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno destes contatos era mantido através de meios de controle social como

¹⁵⁷ Primo Levi. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 27.

¹⁵⁸ Norbert Elias e John Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

a fofoca elogiosa, no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão.¹⁵⁹

Ora, não é justamente este o procedimento das “pessoas poderosas” estabelecidas no seio da sociedade cabo-verdiana contra as aspirações de poder dos mulatos? As famílias mais antigas estariam agindo – com “injúrias de feias palavras” – em prejuízo das honras dos mulatos, razão pela qual pedem a presença de um corregedor régio que faça cumprir o alvará que lhes tornava aptos a servir na câmara e observar o respeito entre estes dois grupos.

Elias afirma que os estabelecidos formam uma coletividade – *nós* ou *we group* – que busca na coesão interna de comportamentos de seus membros estabelecer uma identidade como membros de um grupo superior, estigmatizando os outros. Assim, o *outsider* é tido como um anômico em relação ao estabelecidos, por não dominarem ou compartilharem seus códigos. Isto se dá exatamente por haver entre estes dois grupos uma tensão por poder. O monopólio dos valores e, também, a crença sobre quem é melhor que quem, são armas poderosas nesta disputa. A estigmatização pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Por outro lado, se os outsiders os injuriam, os estabelecidos estão tão bem protegidos em sua coesão interna grupal que não se importam com o que dizem os outros. “Enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes [dos outsiders contra os estabelecidos] não significam nada, não tem poder de feri-los. Quando eles começam a ser insultuosos, é sinal de que a relação de forças está mudando”.¹⁶⁰

O autor chama a atenção para as conotações raciais da relação estabelecidos-outsiders, dizendo que

¹⁵⁹ Elias e Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**, p. 20.

¹⁶⁰ Elias e Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**, p. 27

foi em decorrência desse longo processo de interpenetração, no qual grupos com diferentes características físicas tornaram-se interdependentes como senhores e escravos, ou ocupando outras posições com grandes diferenciais de poder, que as diferenças na aparência física passaram a ser sinal de pertença das pessoas em grupos, com pertenças diferentes e com normas distintas.¹⁶¹

Assim, a relação entre senhor e escravo também seria marcada por diferenciais de poder fundados não na cor da pele, mas em suas funções, em quem são os estabelecidos e quem são os outsiders. “Todos os grupos que se distinguem dos demais por sua posição e suas funções sociais tornavam-se hereditários, sendo, em princípio, ainda que nem sempre na prática, inacessíveis aos que não nasciam no seu seio [do grupo estabelecido]”.¹⁶²

Deste modo, podemos chegar a duas conclusões parciais sobre os papéis sociais de cada uma das personagens (mulatos, escravos fugidos e “pessoas poderosas”) que se apresentam no documento: 1) todas estas personagens só poderiam atuar dentro da dinâmica de funcionamento da sociedade, isto é, pelo exercício de uma função dentro da norma estabelecida; 2) Ao fazerem isto reconheciam suas funções hierarquizadas dentro da norma e assim atribuíam estigmas às diferenças de funções e grupos. Estes estigmas eram cada vez mais acentuados na medida em que crescia a tensão por poder entre os grupos.

Por exemplo, os escravos podem escolher fugir e viver fora da norma, mas só vão poder interferir na norma à medida em que a aceitam e atuam nela e sobre ela. O banditismo, a quadrilha, é o não ser. Mas, quando se reconhece o sistema de relações e se age no interior dele, mesmo que em uma posição inferior, está aberto o caminho da transformação, das trocas e diferenciações. O caminho da individuação. Este caminho também leva a uma resposta dos grupos estabelecidos em posições

¹⁶¹ Elias e Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**, p. 46.

¹⁶² Elias e Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**, p. 47.

superiores de poder, à medida que reforçam neles um sentimento de coesão interna e formação de uma moral, para a proteção de sua posição privilegiada, que estigmatize o outro sempre como inferior e, cada vez mais, atribuindo a características físicas e morais, diferenças que são primordialmente sociais.

Cabo Verde do século XVI – assim como todas as sociedades humanas – está repleto de tensões sociais e lutas por poder. Nestas tensões aparecem indivíduos atuando junto com outros indivíduos com que se relacionam e formam grupos contra outros grupos de indivíduos. Não nos foi possível, desta vez, identificar as assinaturas e perseguir as trajetórias dos mulatos que assinaram a carta de 1546, mas acreditamos que este é um caminho possível para observarmos, na prática, as imbricadas relações sociais presentes no processo de expansão portuguesa da época moderna.

André Álvares de Almada: a personagem e o projeto político

De acordo com Avelino Teixeira da Mota, muito pouco se sabe sobre a vida de André Álvares de Almada, autor do **Tratado breve dos rios da Guiné**. Foi Cavaleiro de Cristo, Capitão de uma companhia militar e mercador da Ilha de Santiago onde provavelmente nasceu e viveu entre meados do século XVI e o primeiro quartel do século XVII. Deve ter aprendido as primeiras letras com os padres da ilha. Seu **Tratado breve** é uma das fontes escritas mais importantes para a história noroeste africano no período moderno.

André filho do português de Cipriano Álvares de Almada, Cavaleiro da Ordem de Santiago, que se estabeleceu em Cabo Verde, provavelmente em meados do século XVI. Na ilha o pai se casou com uma “mulata”, filha de um proprietário de terras com uma “negra”. Beneficiado pelo privilégio concedido pela coroa em 1466, o

pai foi representante dos interesses dos comerciantes da Península Ibérica em Santiago, armando navios para o comércio na costa africana próxima ao arquipélago. Atuou também como comandante na defesa militar das ilhas e como almoxarife (funcionário da fazenda real) da cidade de Ribeira Grande na Ilha de Santiago, entre 1563 e 1564.

André nasceu e cresceu na Ilha como filho de um armador e funcionário régio com uma mulata de algumas posses já que seu pai era proprietário de terras. De acordo com Paul E. H. Hair, a família de Almada era relativamente próspera e, como as outras famílias prósperas do Arquipélago, era proprietária de escravos. Nas primeiras décadas de ocupação da ilha, a pequena população de pioneiros colonos portugueses estava em grande desvantagem numérica em relação aos escravos africanos e aos libertos e seus descendentes, quase todos “pretos” e “mulatos”, ou “baços”. Ainda jovem André Álvares Almada foi várias vezes aos Rios da Guiné do Cabo Verde. Provavelmente a primeira viagem aconteceu na década de 1570, quando acompanhou o pai em uma viagem de negócios. Nas duas mais extensas cópias manuscritas do **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**, as primeiras referências à presença dele na Guiné remontam a 1570 segundo o Manuscrito de Lisboa e 1576 segundo o Manuscrito do Porto.

Os habitantes da ilha de Cabo Verde estavam situados numa excelente posição para intermediar os contatos entre europeus e africanos. Eles dependiam do comércio com os potentados costeiros, e para isso contavam com uma rede comercial de lançados e luso-africanos. Almada se tornou muito próximo de vários lançados, a quem ele defende em seu **Tratado breve**, chamando-os de "os nossos"¹⁶³ e evitando citar nomes, talvez para não atrair complicações legais a seus amigos e parceiros

¹⁶³ José da Silva Horta. "Quem são os 'nossos'? Identidades duais". In: **A "Guiné do Cabo Verde"...** *Op. Cit.* p. 81.

comerciais. Entre os lançados havia judeus portugueses, cristãos novos fugidos da inquisição que em fins do século XVI e princípios do século XVII viviam em liberdade religiosa na costa da Senegâmbia. A esses Almada atribuiu a falta de lealdade comercial que levou à perda do comércio na *Petite Côte*, que passou às mãos de comerciantes franceses e ingleses, dada a alegada falta de lealdade desses comerciantes.¹⁶⁴

Almada estabeleceu contatos comerciais com muitos povos costeiros africanos que ele descreveu em seu **Tratado breve**, como mostrado no capítulo primeiro. Andou entre eles, conversou com seus líderes e anotou seus costumes e crenças. Segundo Almada, em 1576 ele estava negociando escravos entre os Jalofos quando o rei de Salum teve seu cavalo ferido durante um assalto a um reino vizinho. Almada evitou que o animal fosse sacrificado, curando-o com uma alimentação a base de toucinho. Em 1578, Almada esteve com uma caravana de comerciantes mandingas na aldeia de Sutuco, no rio Gâmbia. Ele os descreve como homens religiosos e pregadores da fé islâmica, que sempre traziam ouro em pó escondido dentro de grossas penas de aves costuradas nas barras de suas roupas. Conta então que mesmo viajando cercados por aparato militar com muitos arqueiros, os comerciantes mandingas eram frequentemente roubados. Essas e outras passagens do **Tratado** desvelam a desenvoltura, o conhecimento e a versatilidade do Capitão André Álvares de Almada lidava com essas situações de contato com as populações africanas.

Os cabo-verdianos tinham muitos interesses na costa africana e Almada foi um legítimo representante da elite de terratenentes-mercadores que dominavam a armação de navios e o trato com a Guiné a partir de Cabo Verde. Esses homens também atuaram como intermediários e foram agentes comerciais de grandes comerciantes de

¹⁶⁴ Peter Mark e José da Silva Horta, **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Lisboa e Sevilha que no final do século XVI se viam a cada dia mais ameaçados com crescente presença de embarcações holandesas, francesas e ingleses que chegavam à costa.

O fato é que o tempo de Almada foi marcado pela tentativa dos luso-cabo-verdianos de viabilizar um projeto de colonização na Costa da Guiné. Em 1578, o primeiro projeto para a colonização da Serra Leoa pelos cabo-verdianos, com o apoio dos jesuítas portugueses foi desfeito com a morte de António Velho Tinoco que pretendia vir a ser o primeiro capitão da Serra Leoa, na batalha de Alcácer-Quibir. Entre 1570 e 1577 Tinoco tinha acumulado as funções de corregedor, provedor da Fazenda Régia e capitão da Ribeira Grande em Cabo Verde, os mais altos cargos da administração régia em Cabo Verde. Em 1580 Almada foi eleito pelo povo da Ribeira Grande para ir a Lisboa mas não pode viajar porque foi impedido de deixar seu posto pelo magistrado Gaspar de Andrade.¹⁶⁵

Por vias pouco conhecidas Almada leva adiante o projeto de colonização de Serra Leoa pelos cabo-verdianos e em 1592 estava em Lisboa, onde provavelmente o tratado foi escrito. Em 1598, André Álvares de Almada recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo mas para isso precisou aguardar a isenção do seu defeito sangue (avó negra, mãe mulata). Por fim foi autorizada a consagração, embora em lugar de três cavaleiros o ato tenha sido realizado apenas pelo então governador de Cabo Verde, o único que ali dispunha da dignidade exigida. O ingresso na Ordem de Cristo mostra a particularidade de André Álvares de Almada, um mulato, letrado, comerciante e cavaleiro. Morto em data desconhecida já tinha falecido em 1624. Um documento daquela ano se refere a ele como "André Álvares de Almada cavaleiro que

¹⁶⁵ Gaspar de Andrade acumulou funções militares, fiscais e de justiça nas ilhas. José Horta lembra que, juntamente com o sargento Francisco de Andrade, ele foi crucial para a aclamação do rei Felipe II nas ilhas.

foi fazer Hábito de Cristo", fazendo supor seu falecimento anterior, como aventa Iva Cabral.¹⁶⁶

Quadro 3

Perfil biográfico de André Álvares de Almada, seu pai e seu filho¹⁶⁷

Nome	Naturalidade	Categoria social e genealogia	Funções na Administração Pública e Camarária	Outras Atividades	Cronologia na documentação
Ciprião Álvares de Almada		Cavaleiro da Ordem de Santiago Vizinho da cidade da Ribeira Grande Filho de João Álvares de Almada Casou em Santiago com uma mulata	Serviu de Almoхарife da Ribeira Grande (1563-1564) Assina documento Câmara da Ribeira Grande (1614)	Age como procurador de moradores reinóis (1579) Capitão de uma Companhia (1598)	1563-1614
André Álvares de Almada	Mulato natural de Cabo Verde	Cavaleiro da Ordem de Cristo Vizinho da cidade da Ribeira Grande Filho de Ciprião Álvares de Almada		Eleito procurador pelo povo de Santiago para ir a Portugal tratar com a Coroa o modo como povoar a Serra Leoa (1580) Escreveu o Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1594) Capitão de uma Companhia (1598) Procurador em Santiago de moradores reinóis (1601)	1580-1647

¹⁶⁶ Agradeço a Iva Cabral por tal informação em conversa que tivemos em seu gabinete no dia 18 de janeiro de 2013, confirmada por missiva do dia 24 de Abril do mesmo ano. Conferir: AGS, Secretaria Provinciales, Libro 1467, 262-265 fl., 1624.

¹⁶⁷ Quadro construído a partir de Iva Cabral. "Vizinhos da cidade da Ribeira Grande". In: Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. Apêndices, pp. 515-516.

<p>Dinis Eanes de Afonseca</p>	<p>Mulato natural de Cabo Verde</p>	<p>Vizinho da cidade da Ribeira Grande Filho de André Álvares de Almada</p>	<p>Assina documento da Câmara da Ribeira Grande (1614)</p> <p>Juiz da Câmara da Ribeira Grande (1615)</p> <p>Pede ao Rei a Capitania de Cacheu (1624)</p> <p>Assina o assento tomado na Câmara da Ribeira Grande contra os Jesuítas (1626)</p> <p>Provedor da Fazenda Real em Santiago (1634)</p> <p>Assina documento da Câmara da Ribeira Grande (1639)</p>		<p>1613-1639</p>
---------------------------------------	-------------------------------------	--	--	--	------------------

Considerações Finais

A sociedade cabo-verdiana era, portanto, marcada pelo tráfico de escravos e pela mestiçagem. A ocupação das ilhas foi inicialmente comandada por membros da pequena nobreza reinol, pessoas da Casa Real ou que vinham servir nos cargos da administração régia e se intalavam nas Ilhas casando-se com mulheres da terra e formando família. Esse foi por exemplo o caso de Ciprião Álvares de Almada, pai de de André. Ele serviu como Almoхарife da Ribeira Grande, onde casou-se com a filha mestiça de um importante proprietário de terras e, posteriormente, passou a atuar como comerciante nos "Rios da Guiné" e representante de comerciantes de Lisboa e Sevilha em Cabo Verde.

Em fins do século XVI, com a forte concorrência de navios franceses e ingleses na Costa da Senegâmbia, a economia de Cabo Verde entrou em declínio, com cada vez menos navios pagando tributos na alfândega da Ribeira Grande, principalmente após a elevação de Cacheu à vila. Assim, a elite cabo-verdiana passou a ser cada vez mais fechada em si mesma, com cada vez menos relações de proximidade com o poder na metrópole.

Capítulo III

A Missão de Cabo Verde e o projeto colonizador da Serra Leoa

O percurso de André Álvares de Almada e o seu *Tratado* não podem ser compreendidos sem a abordagem de uma questão subjacente à sua obra: a colonização da Serra Leoa. Desde a década de 1580 discutiu-se intensamente a viabilidade da colonização da Serra Leoa. Conselhos foram reunidos, pareceres foram pedidos e apresentados, diversas partes envolvidas foram ouvidas em negociações que mobilizaram a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho de Portugal, a Companhia de Jesus e a comunidade mercantil luso-cabo-verdiana quando finalmente em 1606 a capitania foi doada a Pedro Álvares Pereira para a sua *conquista*.¹⁶⁸ O texto de abertura da Carta de doação da capitania apresenta os elementos que nos permitem perceber o jogo de interesses por trás dessa iniciativa e as condições para que tal empreendimento fosse aventado e tentado ser levado a cabo.

Dom Phelippe per Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues, **daquê e dalém mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, nauegaça, comercio de Ethiopia**, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta uirem, que sendo eu informado que conuinha muito ao seruiço de Deos e meu mandar que na **Serra Leoa**, e na costa de Guinee (em que ella estaa), **que uay correndo desde o Rio em que se acabaõ os limites do contrato do Cabo Uerde**, até o cabo das Palmas (em que se diz que há cento e trinta legoas de Costa, ou as que de mais ou menos uerdadeiramente ouuer) **se facão pouoações, e se contrate, e resgate nos portos, e Rios da dita costa, e que se conquistem, e sogeitem, asi para nas ditas terras** (que são muy grandes, e pouoadas de Genthios Jdolatras) **se celebrarem os officios diuinos, e se promulgar o Santo Euangelho, e acrescentar a nossa Sancta fee Catholica**, reduzindo a ella a dita Gentilidade, como pelo muito proueito que se seguiria a minha fazenda Real de as ditas pouoaçoês, resgates, e conquistas se fazerem; e que seria também em beneficio comum de meus Reinos, e Senhorios, e dos naturaes delles; e que **tendo-se tratado isto em vida delRey meu Senhor, e Pay**, que Santa gloria

¹⁶⁸ Conquista aqui aparece em itálico por que creio que para o caso em questão o conceito que essa palavra encerra necessita ser melhor discutido, o que farei mais adiante no decorrer desse capítulo.

aja, e tendo sua Magestade tomado alguãs informações de pessoas que tinhaõ conhecimento das ditas terras e os pareceres dos seus Gouveraadores que entaõ tinha no Reyno de Portugal, e de outras pessoas de seus conselhos, o leou nosso Senhor para si antes de se acabar de resolver; e sendome despois de seu falecimento, e de eu por Mercê de Deos erdar estes Reynos, feita lembrança deste negocio, o fuy uendo e considerando atêgora, e com parecer e deliberação dos do meu Conselho ouue ora por bem, por todos os ditos respeitos, e considerações de seruiço de Deos, e meu, e de proueito comum de minha fazenda Real e de meus uassalos, de **mandar fazer a dita conquista, pouoações, e resgates**. E pella muyta, e grande confiança que tenho de **Pedr'Alvarez Pereira, do meu conselho do estado**, e ter por certo que neste negocio me seruiraa a toda a minha satisfação, e contentamento, e de tal maneira que se consigaõ os ditos bons effeitos que se pretendem; e me possa auer delle por taõ bem seruido nisto como atêgora o fuy de todas as cousas de que o encarreguey e **querendolhe também fazer nisso mercê por seus muitos, e grandes seruiços**, e mais causas, e respeitos ao diante declarados [...].¹⁶⁹ (grifo meu)

Assim começa a Carta de doação da Capitania da Serra Leoa ao fidalgo Pedro Álvares Pereira, secretário do Conselho de Portugal, pelo Rei D. Felipe II de Portugal, em 4 de março de 1606, conforme a transcrição do original feita por António Brásio. Os reis de Portugal desde o reinado de Dom Manuel I (1495-1521) arrogavam-se entre outros títulos os de reis d'aquém e d'além mar em África, Senhores da Guiné, da conquista, navegação e comércio em Etiópia. Os portugueses tinham uma presença constante em África e dominavam as trocas e caminhos nos mares do Atlântico Sul, tinham possessões, enclaves, entrepostos, fortalezas e feitorias que promoviam o comércio com os povos locais, movimentavam mercados em todo o globo e guardavam o caminho da chamada Carreira das Índias. Os arquipélagos Atlânticos funcionavam como pontos de apoio, articulação e viragem de rotas, pessoas e mercadorias de um lado para o outro do oceano. Em Cabo Verde não foi diferente e, como vimos no capítulo II, ali se desenvolveu uma sociedade e uma economia capazes de mediar as relações das sociedades africanas da Costa da África Ocidental

¹⁶⁹ Brásio, MMA. 2ª série, vol.4. doc. 37. pp. 128-144.

com as sociedades europeias e o Novo Mundo em formação do outro lado do Atlântico.

Desde a segunda metade do século XV, os portugueses e súditos de Portugal estabelecidos no arquipélago de Cabo Verde visitavam a Serra Leoa, que veio a ser o limite dos seus resgates, por determinação régia. Por isso não causa estranheza que, mais de cem anos depois da fundação da colônia na Ilha de Santiago, no momento em que a concorrência das outras potências europeias afastava e dificultava o comércio dos navios cabo-verdianos na Costa da Guiné, os ilhéus tenham voltado suas atenções e expectativas para o projeto de ocupação de uma terra próxima fértil, razoavelmente segura e habitada por pessoas com que mantinham relação amistosa e comercialmente promissora. Na Serra Leoa, a comunidade mercantil de Cabo Verde via sua possibilidade de manter sua atividade comercial e desde a década de 1570 começou a articular pessoas, produzir textos e elogios, congregar interesses religiosos e seduzir poderosos simpáticos à causa. Entretanto, o projeto foi desde o princípio marcado por uma sucessão de malfadados acontecimentos que atrasaram a sua implementação e chegaram mesmo a inviabilizar o seu sucesso.

Nesse capítulo apresento a concepção e evolução do projeto colonizador português para a Serra Leoa e as diversas facetas dessa empresa conforme os interesses dos envolvidos, nomeadamente a coroa, o donatário, a Companhia de Jesus e a comunidade de Cabo Verde.

As primeiras propostas de estabelecimento português na Serra Leoa

O avanço ao longo da costa, passando pela Serra Leoa é parte das expedições exploratórias portuguesas na costa africana. Em 1445 foi criada a Casa de Guiné que

controla tanto os contratos da exploração da geografia africana quanto, principalmente, os negócios e o comércio que dali advinham. Esse avanço ao longo da costa e a exploração da então chamada Guiné foi descrito por Rui de Pina, cronista da Casa de Avis (1440-1523). Em 1460 os portugueses chegam a costa da Serra Leoa. Nesse mesmo ano morre o Infante D. Henrique criando uma interrupção nos contratos ligados à exploração atlântica. Esse projeto é retomado pela coroa em 1469 com a assinatura de um contrato com Fernão Gomes que retoma a exploração da costa. Em 1471 uma expedição chega ao local onde mais tarde foi construída a Fortaleza da Mina e em 1472 a São Tomé. Praticamente dez anos ficam perdidos no vazio das crônicas portuguesas entre a chegada a Serra Leoa e a chegada à Costa da Mina. De acordo com o contrato de arrendamento concedido a Fernão Gomes ele deveria avançar a cada ano cem léguas na costa africana e suas expedições foram nomeando os lugares por onde passavam, criando uma toponímia que se consagrou na época e em muitos casos, permanece até hoje.

Luís de Cadamosto afirma que "o rei de Portugal mandou até lá [em Guiné], depois da morte do infante D. Henrique, duas caravelas armadas, por capitão um Pero de Sintra, escudeiro do dito senhor Rei",¹⁷⁰ a quem é atribuída a descoberta da Serra Leoa. Pedro de Sintra havia sido escrivão em uma das viagens de Cadamosto à região e tornaram-se amigos. Quando Pedro regressou de Guiné, um anónimo companheiro de viagem seu hospedou-se na casa de Luís e fez-lhe o relato de sua viagem que Cadamosto tratou de registrar na parte final dos relatos de suas próprias andanças pelas partes de Guiné. Diz ele que "passando para além deste Rio Verde [possivelmente o Kolente] cerca de 24 milhas, encontra-se um outro cabo a que

¹⁷⁰ Luís de Cadamosto. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988. p 173.

puseram o nome de Cabo Ledo, que é como se dissesse entre nós Cabo Alegre".¹⁷¹ O autor justifica que atribuíram este nome ao cabo pois julgaram tanto o cabo quanto o país muito alegres, o que me parece uma referência à receptividade da população local, tendo em vista que o mesmo se passa na descrição da descoberta do Cabo do Monte, mais adiante no relato, onde a população autóctone fez fogueiras na praia para contatar os navios portugueses. Cadamosto escreve assim sobre a descoberta da Serra Leoa:

e deste Cabo Alegre [o Cabo Ledo] em diante começa junto à costa, uma montanha que dura bem sessenta milhas. E é esta montanha muito alta; e está cheia de árvores muito altas e sempre verdes. No fim desta montanha, no mar junto à costa, encontram-se três ilhéus, cerca de oito milhas ao mar: o maior deles pode medir, em toda a volta, de dez a doze milhas. E puseram nome a esta ilha, Ilha Selvagem; e também puseram nome a esta montanha que se alonga pela costa, Serra Leoa.¹⁷²

Apesar da precariedade de registros sobre portugueses ao longo da costa da Serra Leoa em fins do século XV, é possível supor que já então haviam *lançados* na região e que eram na sua maioria ligados ao arquipélago de Cabo Verde. Isso por que a *Carta de Limitação de Privilégios* (1472)¹⁷³ que regula a querela entre os comerciantes instalados em Cabo Verde e Fernão Gomes (arrendatário dos contratos dos resgates da Guiné desde 1469)¹⁷⁴ estabelecia o limite dos resgates de Cabo Verde na Serra Leoa, sendo interdito aos habitantes das ilhas irem mais para o sul. A presença dos cabo-verdianos na Serra é reforçada por Eustache de La Fosse que trata da região em 1480 como "tudo tão chegado a Cabo Verde."¹⁷⁵ Na década de 1480 as

¹⁷¹ Cadamosto. **Viagens de Luís de Cadamosto**. p. 176.

¹⁷² Cadamosto. **Viagens de Luís de Cadamosto**. p. 176.

¹⁷³ Brásio, **MMA** 2ª série, vol.1. doc. 67. pp. 446-450.

¹⁷⁴ Brásio. **MMA** 2ª série, vol.1. doc. 65. pp. 436-443.

¹⁷⁵ Eustache de la Fosse. **Crónica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: ed. Vega, 1992. p. 61.

explorações já tinham atingido a costa do que veio a ser o reino de Angola mas todas as viagens continuavam a ter Cabo Verde como um ponto de apoio.

Segundo Viterbo, uma proclamação de 1509 condenava os portugueses que andavam *lançados* na Serra Leoa e outra de 1537 condenava um homem que havia vivido vinte e oito anos entre os negros na Serra Leoa tendo portanto ali chegado em 1509.¹⁷⁶ Em 1574, na primeira visita de um governador das ilhas de Cabo Verde à Guiné, António Velho Tinoco, que partira de Santiago comandando uma armada de galés¹⁷⁷ para a perseguição de piratas franceses nos então chamados “Rios de Guiné”, visitou a Serra Leoa, onde lutou contra os franceses. André Donelha estava entre os tripulantes da armada e em seu relato de 1625 registra o episódio:

Estando António Velho Tinoco com a armada de galés na Serra Lioa, na augoada das Naos da India, donde pelejou com os Franceses e os desbaratou, veio aí ter com ele um embaixador d'el-rei **Xere Mambeia** com um presente, e logo daí a dous dias o rei bem acompanhado, mas ainda que passaram o rio em almadias, os não sentimos senão quando apareceram antre as árvores. Seriam trezentos homens. Foi em dia santo que António Velho tinha mandado fazer em terra um toldo de seda e **armado um altar pera se dizer missa cantada**, por que levava boa capela, vozes e estromentos músicos. Foi recebido o rei com muita cortezia; **esteve à missa, fez tudo o que nos via fazer**. Disse a António Velho Tinoco, e **lhe rogou, que fosse povoar a Serra, que folgaria muito ter os cristãos por hóspedes e vizinhos**, o que António Velho agradeceu, dizendo que o faria saber a el-rei de Portugal, seu senhor. E **mandou pintar a Serra Lioa**, pera mostrar a el rei Dom Sebastião, que Deus tem. **E os seus desejos era pedir a Serra**, mas a morte e a perda africana, donde morreo, atalhou tudo. Disse mais el-rei Xere Mambea que el-rei Humá, seu senhor queria vir ver tão nomeado capitão, e que daí quatro dias chegaria a Tagarim, que lhe faria sinal que o esperasse. Mas nesse dia nos deu ãa tão grande trevoada, pelo que detreminamos a partida, por vir o enverno carregando. O dia que partimos da augoada era chegado o rei Jumá da outra banda, e foram tantos os fogos que fizeram que mais de ãa légoa. Dizem ficar el-rei Humá mui pezante da nossa partida, e se aí estivera mais António Velho, não duvido virem-no a visitar el-

¹⁷⁶ Francisco Marques de Sousa Viterbo. "Os portugueses e o gentio". **O Instituto**, 43, 1896, pp. 228-233. Apud P. E. H. Hair "The Abortive Portuguese Settlement of Sierra Leone 1570-1625". In: **Africa Encountered: European Contacts and Evidence 1450-1700**. Variorum Collected Studies Series, 1997. pp. 171-208. Nota 3. Maria João Soares. "Para uma melhor compreensão dos lançados nos Rios da Guiné, século XVI - meados do século XVII. *Sivdia*. n.º 56/57, 2000, pp 147-222.

¹⁷⁷ Galés foram usadas na Guiné do Cabo Verde e, mais frequentemente na Costa da Mina, para patrulhar as regiões costeiras. A utilização de navios a remo para esse fim explica-se muito provavelmente pela sua melhor capacidade de manobra independentemente dos ventos.

rei Farma e outros, segundo corria a fama da vitória que houvera dos Franceses, e de ouvirem um dia bombardadas, por que começamos a peleijar em amanhecendo e acabou a briga ãa hora antes de se pôr o sol.¹⁷⁸

Donelha parece ter razão quando afirma que Tinoco ficara bem impressionado com a Serra Leoa. Ao retornar a Portugal em 1578, atendendo ao chamado de D. Sebastião, António Velho Tinoco teria ditado aos padres do Colégio jesuíta de Coimbra antes de partir para a guerra no Marrocos um relato da expedição. Em "Relação da gente que vive desde o Cabo dos Mastos té Magrabomba na Costa da Guiné", que chegou até nós por ter sido copiado na correspondência do Padre Fernão Rebelo com o Superior dos jesuítas Padre Aquaviva, em 1585, Tinoco faz diversos elogios à Serra Leoa, a qual se refere como "ũa das terra das mais aprazíveis que haviam achado naquela navegação, por que a terra é muito sadia, regada com ágoas de muitas fontes muito boas".¹⁷⁹ O relato também faz referência à população local e como sendo amistosa e à disposição dos seus governantes para receber bem os portugueses e fé cristã. "A gente desta terra é também gente de boa massa, branda, singela, e que toda receberá a lei de Cristo". E mais, "dizia António Velho Tinoco e os que lá estão que havendo quem semeasse naquela gente a palavra de Deus, que creceria de tal maneira que daria cento por um".¹⁸⁰

Ainda a propósito do tema da disposição dos chefes locais para receber a fé cristã Tinoco teria contado aos padres do Colégio de Coimbra um episódio em que ao receber um rei local da Costa da Guiné em sua galé, o capitão teria lhe mostrado um retábulo representando a adoração dos reis magos e lhe contado sua história. O rei teria ficado com lágrimas nos olhos e lhe pedido o retábulo de presente, ao que

¹⁷⁸ Donelha. **Descrição da Serra Leoa.**

¹⁷⁹ Donelha. **Descrição da Serra Leoa.** p. 352.

¹⁸⁰ Donelha. **Descrição da Serra Leoa.** Apêndice I. p. 354

Tinoco retorquiu dizendo que se ele, o rei, mandasse construir uma igreja para a peça sacra, lhe daria o retábulo. Quarenta dias mais tarde, quando passaram novamente pelo local no regresso a Cabo Verde, o rei havia feito a igreja e lhe pediu padres que os batizassem, declarando que daí em diante em seu reino não haveriam outros *chinas*.¹⁸¹

O último parágrafo da carta de Rebelo confirma as informações de André Donelha sobre o desejo de Tinoco de pedir ao rei D. Sebastião a capitania da Serra Leoa que anos mais tarde seria dada a Pedro Álvares Pereira.

António Velho Tinoco vindo do Cabo Verde chamado por el-Rei Dom Sebastião, que está em glória, pera jornada d'África onde morreo, disse aos padres do colégio de Coimbra, com lágrimas nos olhos pelas necessidades extremas que lá deixava, que tinha assentado de tornar ao Cabo Verde com ùa dúzia de religiosos da Companhia pera bautizarem aqueles reinos. E que ele, per sua indústria, lhe daria sustentação sem gastar nada da fazenda del-Rei, e que per duas vezes representara a el-Rei Dom Sebastião estas necessidades movido de scrúpulo de consciência, mas a jornada d'África estorvou todo este bem."

A proposta de Tinoco para um estabelecimento português na Serra Leoa parece ter congregado apoios de dois grupos fundamentais para a empresa e que atuaram efetivamente para que ela se realizasse após a morte dele, são eles: os moradores de Santiago e os jesuítas portugueses.

O projeto cabo-verdiano nas décadas de 1580 e 1590 e seus desdobramentos

Em 1580, reunidos em assembleia, os *vizinhos* da Ribeira Grande elegeram André Álvares de Almada seu representante para levar à corte o pleito da colonização da Serra Leoa pelos cabo-verdianos. Alegando que o capitão faria melhor serviço

¹⁸¹ Donelha. **Descrição da Serra Leoa**. p. 354. Sobre as Chinas é o termo comum dos portugueses para se referirem aos objetos de culto animista. Almada também faz uso desse termo. Voltarei a esse assunto mais adiante.

guardando seu posto à frente da companhia militar, o governador das ilhas, Doutor Gaspar de Andrade impediu a viagem de Almada.¹⁸²

Nos capítulos finais do seu **Tratado breve** Almada incluiu um panegírico da Serra Leoa através do qual defende o interesse dos cabo-verdianos na sua colonização. Almada alegava ter estado em Lisboa e/ou Madrid ("na Corte") onde teria aconselhado ("fiz lembrança") tal projeto ao Rei D. Felipe I de Portugal. Segundo Paul Hair, Almada teria estado na Europa possivelmente em 1582, porém, segundo o mesmo autor, o assunto da Serra Leoa havia sido discutido na Mesa de Consciência e Ordens em 1587. Na ocasião os jesuítas não apoiaram a ideia de uma missão na região.

A partir da carta de doação da Serra Leoa a Pedro Álvares Pereira, em 1606, pode-se deduzir que o assunto já vinha sendo discutido no Conselho de Portugal desde o fim do reinado de Felipe I (1581-1598). É possível que justamente nesse período André Álvares de Almada estivesse na Corte e que a discussão da matéria pelos governadores encarregados do reino de Portugal tenha motivado a escrita do **Tratado breve**.

No trecho do **Tratado breve** em que trata das das linhagens endogâmicas de diferentes grupos profissionais da África Ocidental Almada descreve os griôs a quem chama de “judeus”, por sua marginalização ou apartamento social:

importunos no pedir, andam de Reino em Reino com suas mulheres, como **cá** os ciganos. Servem todos os ofícios mecânicos que se usam entre eles, a saber: tecelões, sapateiros, ferreiros. Servem de atambores para as suas guerras, cantando e animando os que pelejam, crazendo-lhes à memória os feitos dos seus antepassados.¹⁸³ (grifo meu)

¹⁸² O Sargento-Mor Francisco de Andrade, autor da Relação das ilhas de Cabo Verde e da Guiné, mencionadas no Capítulo 2, era irmão do Doutor Gaspar de Andrade.

¹⁸³ Almada, **Tratado**. pp. 35-36.

Ao se referir ao Reino como "cá", penso que o autor nos indica que a obra teria sido escrita em Portugal ou na Espanha.

No capítulo dezenove da versão do Manuscrito do Porto publicada por Brásio, na parte em que faz o elogio da Serra Leoa, Almada diz que "haverá catorze anos fui eleito **nela** [a ilha de Santiago], para **vir** tratar com Sua Majestade sobre povoar a Serra", outra indicação de que o tratado estaria sendo escrito fora de Cabo Verde. Almada foi eleito pela Câmara para tratar desse assunto com o rei em 1580, daí a datação do Manuscrito do Porto ser de 1594. Porém, no Manuscrito de Lisboa, o mesmo trecho aparece como "haverá doze ou treze anos que fui eleito...", o que sugere que o texto foi escrito em 1592 ou 1593. Segundo Paul Hair somente entre 1593 e sua morte em 1598, Felipe I deixou o Reino de Portugal a cargo de governadores nomeados.¹⁸⁴ Se pusermos fé no que diz a *Carta de Doação* a Pedro Álvares Pereira sobre a referida doação da Serra Leoa já ter sido discutida no tempo de Felipe I de Portugal, II de Espanha, é bem possível que o **Tratado** tenha sido escrito para informar a decisão dos ministros do rei na década de 1590. Voltarei a esse assunto mais adiante no capítulo dedicado a discutir exclusivamente o **Tratado**.

O certo é que Pedro Álvares Pereira servia como secretário do Conselho de Portugal à época. Aliás, ele serviu nesse cargo durante várias décadas, como já havia feito seu pai, Nuno Álvares Pereira, antes dele. Em petições por ofícios e privilégios feitos em 1599-1600 por Pedro e por seu filho após a sua morte em 1622, arrolam-se os serviços prestados pela família à coroa. O irmão de Pedro, Luís Álvares Pereira, morreu em Marrocos a serviço da monarquia. Nuno Álvares Pereira, que precedeu Pedro como secretário, ganhou a alcunha de "Grande secretário" por seus serviços a

¹⁸⁴ Hair, "The Abortive Portuguese Settlement of Sierra Leone, 1570-1625" In **Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: In Memoriam**. Lisboa: Academia de Marinha/Instituto de Investigação Científica Tropical. 1987. (2 vols.) Vol 1, pp. 171-208.

quatro reis em sequência: Dom João III, Dom Sebastião, Dom Henrique e Dom Felipe. Este último teve em Nuno um de seus apoiadores de primeira hora durante a vacância do trono em 1580 o que, tanto Felipe I, quanto Felipe II saberiam reconhecer e retribuir.

Segundo Francisco Rodrigues, o Padre Baltasar Barreira, que tinha sessenta e seis anos quando começou a Missão de Cabo Verde, era um homem de grande capacidade física e mental que tinha a merecida reputação de ser um homem de determinação e ação. No início da década de 1590, atuando pela missão jesuíta em Angola, ele entrou em atrito com o governador, provavelmente Luís Serrão que governou entre 1589 e 1591. Chamado de volta a Portugal, Barreira foi inocentado das acusações do governador por seus superiores e pela Coroa, e em seguida foi enviado a Madri para lá representar os jesuítas portugueses. Em 1595-1596, ele se engajou em uma intrincada negociação com a Coroa no Conselho de Portugal a respeito de uma nomeação para a Universidade de Coimbra, e certamente encontrou Pedro Álvares Pereira.¹⁸⁵

Segundo Hair, Pereira recebeu a doação sem saber da presença de Barreira na Serra Leoa. Da mesma forma, o missionário não soube da doação a Pedro Álvares Pereira até ser contatado por ele em 1607. Nesse momento, Barreira, que já havia se envolvido na proposição da conquista militar das ilhas de Bijagós pelos portugueses com o auxílio de campo do Capitão Sebastião Fernandes Cação, estabelecido no Rio Grande, e que afirmara poder levantar dez mil homens em armas entre os potentados da costa já que os Bijagós eram um inimigo feroz e constante tanto para os portugueses quanto para os habitantes da região costeira. Para Cação, a empresa poderia ser realizada com o apoio de uma armada portuguesa.

¹⁸⁵ Francisco Rodrigues. **História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa. 1931. Vol. 2. p. 543.

Barreira defendia que com uma necessária força militar preventiva que inspirasse temor e respeito entre os povos locais, seria possível uma conquista espiritual da costa. De fato, essa opinião é coerente com o que defenderiam Almada, Cação e mesmo Donelha, anos mais tarde.

Na Serra Leoa, a partir de 1605, Barreira teve oportunidade de por seu plano em prática, verificar sua viabilidade. Logo que chegou à Serra, foi apresentado pelo Capitão Bartolomeu André, o principal dos capitães portugueses na região, ao rei local e iniciou as negociações para a sua catequese e conversão. Esse rei foi batizado Felipe de Leão em homenagem a Felipe II. A primeira providência de Barreira foi convencer o rei local a escrever uma carta apresentando-se ao rei de Portugal e pedindo mais navios, missionários e colonos. A carta certamente foi escrita por jesuítas, mas o seu conteúdo não deveria ser completamente estranho ao rei, pois era costume entre os povos da costa trocar mensagens e cortesias, de forma oral, e havia entre os membros da sua corte pessoas versadas na língua portuguesa escrita e falada, inclusive, um de seus cunhados, educado em Santiago. Mesmo que não houvesse qualquer intensão da coroa no sentido de estabelecer qualquer acordo a presença portuguesa era compreendida e ostentada como uma distinção diante de outros soberanos da região. Por outro lado, sem uma aliança formal o rei Felipe de Leão se dava a prerrogativa de encorajar outros europeus de fazerem comércio nas suas terras.

Juntamente com Bartolomeu André, Barreira elaborou um plano da ação para a conquista da Serra Leoa que propunha: 1) criação de uma governadoria e de um bispado independentes de Santiago; 2) autorização e encorajamento para estabelecimento de colonos da Ilha de Cabo Verde na Serra como agricultores, comerciantes e mineiros; 3) instalação de um estaleiro na Serra para construir e consertar embarcações destinadas à defesa da costa; 4) construção de igrejas em torno

das quais residiriam os portugueses e colonos ali residentes; 5) divisão da Serra em três capitanias governadas por súditos de Sua Majestade que pudessem trabalhar com eles.

Esse projeto não estava em consonância com os objetivos da coroa. A coroa concedeu a capitania da Serra Leoa a Pedro Álvares Pereira e nunca demonstrou interesse no seu povoamento com colonos de Cabo Verde por temor de despovoamento das ilhas ameaçando a segurança daquelas ilhas para a Carreira das Índias e a navegação no Atlântico. Sendo assim, não parece ter havido acordo entre as diversas partes sobre a forma de proceder à colonização da Serra.

O projeto da coroa portuguesa

Em 1607, o donatário da Serra Leoa Pedro Álvares Pereira caiu em desgraça na corte depois de envolvido em escândalo que o levou a prisão, acusado de corrupção. Ao longo do processo que se arrastou por alguns anos, teve parte dos seus bens confiscados e embargados; e foi obrigado a se desfazer de outra parte para custear sua defesa. Teve como consolo não lhe terem retirado nada da casa, nem prendido a mulher. Em sete de março de 1609, seu irmão, Frei Francisco Pereira de Lisboa escreveu ao Padre Manuel Ximenes, em Florença:

A melhora que os negocios de meu irmão vam tendo devo a memoria e orações de V.P. Brevemente se dará sentença e como convem [...] Aqui corre no juízo das ordens a causa de meu irmão e se tem vindo com libelo contra nós sem conter mais que fantasias de que se anda rindo a praça. E assim será a sentença com o favor de Deus por que nos alegramos.¹⁸⁶

¹⁸⁶ ASF. Mediceo del Principato, 960, f. 364r-v. Apud: Nuno da Silva Gonçalves. “Os jesuítas portugueses e a Serra Leoa (1605-1617). II. Os vários projetos de colonização e a ação missionária do P. Manuel Álvares”. **Brotéria**. 1. Vol. 142, jan, 1996.

Em 1611, justamente quando deveria iniciar o povoamento da capitania, embora tendo recuperado sua posição diante da corte em Madrid, o donatário era descrito como "gasto e cansado dos trabalhos causados pela prisão e desejo de uma vida calma e repousada". Diante desses rumores outras propostas de colonização para a Serra Leoa ganharem força.

Fernando I, Grão-Duque da Toscana, demonstrava bastante interesse em fundar uma colônia a qual pudesse encarregar do governo algum dos filhos. Em 1608 propôs a Felipe I de Portugal, a compra de um território na Costa do Espírito Santo, no Brasil, frequentada por comerciantes florentinos. Diante da negativa do monarca ibérico que não admitia dividir a América com possíveis rivais, Fernando I passou a considerar a possibilidade de negociar com Felipe um território na costa africana.¹⁸⁷ Possivelmente, a ideia do Duque da Toscana de investir na Serra Leoa partiu do próprio Pedro Álvares Pereira, então em dificuldades na prisão. Essa hipótese se apoia no fato de ter vindo do padre Manuel Ximenes, interlocutor de seu irmão, a sugestão dessa negociação. O próprio frei Francisco Pereira, irmão do donatário, então assistente do Superior dos Agostinhos em Roma, teria apresentado a ideia ao soberano florentino.¹⁸⁸

Em 1611, talvez encabeçada pelos jesuítas, que temiam que a desgraça de Pedro Álvares Pereira pudesse ser a ruína de sua missão na Serra Leoa ou por algum outro agente no Conselho de Portugal em Madri, surgiu a ideia de conceder a

¹⁸⁷ P. E. H. Hair e J. D. Davies. "Sierra Leone and the Grand Duke of Tuscany". *History in Africa*, 20 (1993). pp 61-69.

¹⁸⁸ Aparentemente o duque da Toscana gostou da ideia. Em dezembro de 1608 escreveu ao cardeal Francesco Maria del Monte, pedindo cópias dos documentos e informações que porventura a Companhia de Jesus tivesse sobre a Serra Leoa. Paralelamente, Fernando enviou frei Paulo Simão de Jesus Maria como emissário para consultar a corte de Madri sobre a disponibilidade em apoiar o projeto africano dos florentinos. Segundo o próprio emissário, em carta do dia 24 de dezembro, o duque de Lerna, valido do rei de Espanha, se mostrou favorável à iniciativa. Porém, a morte de Fernando I, em 1609, pôs fim às tratativas para o prosseguimento da empresa. Gustavo Uzielli. **Cenni storici sulle imprese scientifiche marittime e coloniale di Ferdinando I Granduca di Toscana (1587-1609)**. Firenze: pei tipi di G. Spinelli, 1901. p 82.

capitania à rainha D. Margarida da Áustria, esposa de Felipe. A ideia - elaborada na **Relación de las terras de la Sierra Leona en Guinea**, está arquivada em meio à documentação dos jesuítas conservada na Real Academia de la História, em Madri. A **Relación** propõe a troca da capitania com o donatário por algum benefício em Portugal, e que a administração temporal e espiritual da colônia passasse às mãos da Companhia de Jesus. Esse documento carrega o mesmo tom de elogio à Serra Leoa presente no **Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde**, de André Álvares de Almada, afirmando que "Las tierras de la capitania y guovierno de Pedralvarez son por relacion de todos los platicos dellas mejores y mas ricas de todo Guinea". E mais, que o "clima es muy sano y templado principalmente la Serra, que es muy fresca y tan sana y aplazible que no se pode mas desear".¹⁸⁹ O documento aponta ainda três possibilidades de exploração: 1) o tráfico de escravos; 2) o comércio do ouro; e 3) a implantação de engenhos de açúcar. O documento estima que para isso seriam necessários além da presença de um capitão governador para a capitania, de oitenta a cem soldados e oficiais mecânicos. Por morte de D. Margarida em 1611 ou por outros motivos a ideia não foi adiante, mas Pedro Álvares Pereira livrou-se da cadeia e voltou a investir na colonização da Serra.

O projeto da Companhia de Jesus

Como vimos, desde muito tempo antes da chegada do Padre Baltasar Barreira à Santiago, em 1604, se discutiu o envio de missionários jesuítas à Cabo Verde e mais partes da Guiné. Em 1578, António Velho Tinoco tinha a intenção de voltar às ilhas com os jesuítas e, de lá, organizar a colonização da Serra Leoa. Em 1587, pela

¹⁸⁹ ANÔNIMO. "Relación de las tierras de la Sierra Leona en Guinea". RAHM. Papeles jesuitas. 185, doc. 16. Apud: Hair. **The Abortive...** *Op. Cit.*

correspondência de 18 de abril enviada pelo padre Sebastião Morais, provincial de Portugal, ao Padre Geral da Companhia, Cláudio Acquaviva, provincial, ficamos sabendo do interesse do próprio Padre Geral, sobre a possibilidade de uma missão na Costa da Guiné. Ele teria pedido informações ao Padre Fernão Rebelo sobre a sua Relação e sobre os reis locais que desejavam o batismo e pediam o envio de padres. Em seu **Tratado** de 1594 Almada afirma que teria pedido ao rei a fundação de uma "casa de padres da Companhia ou outros religiosos, por que estes fariam nas ilhas e em Guiné muitos serviços de Deus e de Sua Majestade".¹⁹⁰

Sebastião Morais menciona a presença em Lisboa do padre João Pinto. O padre era natural da Costa da Guiné, provavelmente jalofo. Estudou em Portugal com os jesuítas com quem tinha muito boa relação. João Pinto estava empenhado em partir para a Guiné e converter os seus conterrâneos, como atesta o Alvará de mercê, datado de 3 de setembro de 1587, em que o rei manda pagá-lo anualmente sessenta mil réis enquanto ele se ocupasse na conversão dos gentios de Cabo Verde e Guiné, tarefa a qual esperava contar com a cooperação dos jesuítas.

Transcrevo abaixo o trecho da carta de Sebastião de Morais ao P. Geral Acquaviva em que se trata desse assunto.

En vna [carta] que V. P. escreuió al P." Ferna Rabello le dizia me informase de cierta mtsío para la Costa de Guinea, por la relació que auia que deseatiá y pedia algunos Reys de aquellas partes el Baptismo, y para que yo anisase a V. P.; esto fué propuesto en la Mesa de Cósciencia, y trata de enbiar algunos religiosos frayles, pero no tuuo effecco, y aora anda aquí vn sacerdote por nombre Juá Pinto que en este Reyno estudió latin y casos co los nuestros, el quai avn que de nació Jalofo es, pero hóbre de muy buena prudécia, virtud c zelo de las animas, y mouido deste zelo se uino de S.º Thomé do[nde] tenia vn canonicato, afin de alcãçar de Su Magestad despachase y diese comodidad de embarcado y comissio para lleuar dos sacerdotes á la Costa que tengo dicho, para ally se enplear' en la cóuersió de las animas, lo que todo el Rey le cócedió; desea mucho este buc hóbre, por la affeció y exeplo que tiene de los desta Cópaña y pide có instancia que va co el dos de

¹⁹⁰ Almada. "Fiz lembrança...". **Tratado**. p. 75.

los nuestros por modo de missió, para ajudar aquellas animas y denúciar ally el euágelio.¹⁹¹

O primeiro documento dos jesuítas a tratar de uma missão em Cabo Verde e em Guiné é a carta do Padre Fernão Rebelo ao Padre Geral da Companhia de 13 de setembro de 1585, em que vai anexada a Relação de António Velho Tinoco.¹⁹² Aparentemente, a troca de correspondências de 1587 é fruto dos desdobramentos dessa primeira carta e da discussão do tema na Mesa de Consciência e Ordens. Entretanto, enquanto o Padre Rebelo se mostra favorável, sugerindo que os jesuítas que passassem por Cabo Verde a caminho do Brasil se detivessem ali para conhecer melhor a região e população, o Padre Sebastião de Moraes demonstra preocupação com o fato de a Guiné não estar sob controle efetivo do rei de Portugal e desaconselha o investimento na missão, acreditando que a conversão dos povos autóctones não duraria, conforme citado a seguir:

Pero por la expcriécia que se tiene, que enquáto esta géte preta no está sugeta al señorío del Rey de Portugal, no se haze mucho fructo en su couersio, no parece que por aora se deue intentar esto; ansy por esta causa, como por parecer que seméjate enpreza no se deuia tomar sin avisar primero a V. P. y hasta tener mas noticia de la disposició de la tierra; esto se ha respondido al dicho sacerdote y encomendado auise de alia como se dispone las cosas. Do esta relacio a V. P. para que sepa lo que passa.

Em 1596, foi a Coroa que tomou a iniciativa de propor aos jesuítas que fossem para Cabo Verde e Guiné. Primeiro, a Mesa de Consciência e Ordens, numa consulta sobre o assunto, deu parecer favorável ao envio de padres da Companhia para lá, visto que estes possuíam maior aptidão para ensinar e doutrinar em terras tão remotas. Diz a consulta:

pelo grande proueyto spiritual que disso se poderia seguir ás almas dos moradores daquellas partes, assi christaõs como gentios. [...] E

¹⁹¹ Brasio. MMA. II-3. doc. 56

¹⁹² Brasil. MMA. II-3. doc. 50

que os ministros que S. Magestade pera isso deue mandar ás ditas partes deuem ser Padres da Companhia, por quanto, conforme a seus Institutos, sam mays aptos pera ensinar e doutrinar, e pera terem a seu cargo em partes tam remotas semelhantes Seminários.¹⁹³

Depois, em carta do dia 06 de Maio de 1596, o rei mandou que se tratasse com os padres da mesma ordem da construção de um colégio em Santiago, que deveria ensinar gramática e casos de consciência. A carta estipula os rendimentos para a manutenção do seminário e a área de atuação prevista, no rio de São Domingos, em Cacheu, conforme está transcrito a diante:

Vi a consulta da Mesa da Consciência sobre o Collegio que se entende que cumpre a seruiço de Deus e meu que se faça na Ilha do Cabo Uerde pera se poder plantar milho nossa Santa Fee na Costa de Guiné, e sobre Jacob Crudo Judei de Berbéria. E cõ tudo o que nella se contem me cõformo, como uos parece. E encomédouos que ordeneys que se trate com os Religiosos da Companhia que acejem este Collegio com os duzétos mil reaes, que estam dados pera o Seminário, que com este Collegio se escusaria, e que os tres ou quatro mil cruzados que estam depositados dos rendimétos delles, se lhes daram pera a fabrica da Casa. E que se lhes dará o regimêto do Seminário, e que leram gramática e casos de consciência. E se lhes daram os ordenados que estas lições te. E assi mays os quorenta mil reaes do ordenado do púlpito da See, quãdo o Deam e Mestre Escola ã forem pregadores, porque sendo o lhes pertence este ordenado. E que do dito Collegio iram pregar e fazer residência á pouoaçam e igreja que está feyta no rio de Santo Domingo e aos mays rios da Costa. E á pessoa que vos bem parecer ordenareys que trate esta matéria com elles, e do que resolver e assentar se façam apontamentos e se vejam na dita Mesa da Consciência e se vos dem com o que nella parecer sobre elles, pera mos enuiardes com o vosso.

A resposta do padre provincial de Portugal foi positiva, embora não muito entusiasmada. Em sua correspondência com o Padre Geral da Companhia, Padre Acquaviva, o Padre Francisco de Gouveia disse que estava disposto a mandar quatro padres junto com o recém nomeado governador de Cabo Verde, D. Francisco Lobo da Gama,¹⁹⁴ mas acreditava que os jesuítas portugueses já estavam sobrecarregados com

¹⁹³ Brásio, MMA. II-3. doc 95.

¹⁹⁴ Brásio, MMA. II-3. doc 97

a atividade missionária em Angola, além de Madeira, Açores, Brasil e no Oriente, e não suportariam tantas frentes de atuação, principalmente por se tratar de uma terra doentia onde seria difícil sustentarem-se materialmente.¹⁹⁵

Após tanta resistência, a opinião quanto à fundação da missão de Cabo Verde mudou durante a Congregação Provincial reunida em Lisboa, em 1603. Presididos pelo Padre João Correia, os jesuítas portugueses decidiram encaminhar ao Padre Geral um postulado clamando pela aceitação da missão, justificando que as ilhas distavam apenas quinze ou vinte dias de viagem do reino.

Praeterea quanuis nulla coeli, soliuue inclementia a salute proximorū procuranda nos deterrere dēbeat, tarnen Jnsula quidem D. Jacobi, et pars aliqua maritima est insaiubris, regio autem introrsū dicitur esse temperata, et non insaiubris. Neque longus, difficilisue est e Lusitânia **traiectus ad illas gentes transmarinas cum nauigatione quindecim, uigintiue dierum** eo perueniatur.¹⁹⁶ (grifo meu)

Foi nessa ocasião que Baltazar Barreira foi designado para uma missão exploratória que visava a tomar conhecimento da região e preparar as bases para um projeto de conversão a partir de uma missão instalada em Cabo Verde. Barreira viajou em companhia dos padres Manuel de Barros e Manuel Fernandes e do Irmão Pedro Fernandes. Chegaram em Santiago em meados de 1604 e, em dezembro do mesmo ano, Barreira e o Irmão Fernandes partiram para a Guiné. O padre Manuel de Barros ficou em Cabo Verde devido ao falecimento do padre Manuel Fernandes. Também ele veio a falecer pouco tempo depois, em 1605. Ficou conhecido como um missionário extremamente atuante na catequese, no combate à feitiçaria, na denúncia do cativo ilegal e das péssimas condições de transporte dos escravos nos navios. Após a sua morte, as ilhas ficaram sem a presença de jesuítas até fevereiro de 1607, quando

¹⁹⁵ Brásio, MMA. II-3. doc 99

¹⁹⁶ Brásio, MMA. II-4. doc 7.

chegou o segundo grupo de missionários, entre os quais se encontrava o Padre Manuel Álvares, que iria substituir Barreira à frente da missão na Serra Leoa.

Considerações finais

Em fins do século XVI, apresentaram-se três projetos colonizadores da Serra Leoa: o dos cabo-verdianos, o da Coroa e o da Companhia de Jesus. Esses projetos apresentaram intercessões possíveis. Os cabo-verdianos tentaram pela primeira vez o apoio e autorização do Rei para o projeto na década de 1570, com António Velho Tinoco, mas sua morte prematura pôs termo à iniciativa. Na década de 1580 tentaram enviar Almada como preposto à Corte para advogar pela mesma causa, mas este foi impedido de fazer a viagem pelo Governador das Ilhas. Os Jesuítas, que haviam sido procurados por Tinoco, foram sondados pela Coroa sobre a viabilidade de uma Missão em Cabo Verde no fim da década de 1580, novamente, em meados da década de 1590 e, finalmente, encamparam a proposta colonizadora com a instalação de sua Missão em 1604. O mandatário escolhido para a Capitania da Serra não correspondeu aos ensejos dos cabo-verdianos e, tampouco, foi uma parceria profícua para os Jesuítas, que tentavam conciliar os seus interesses próprios, com os dos lançados portugueses e cabo-verdianos e dos dignitários locais da Serra Leoa. Por fim, a falta de continuidade no investimento da Coroa, do Capitão-donatário, da Companhia de Jesus e o impedimento dos habitantes das ilhas em participarem do projeto, levaram à sua derrocada. Como destacou Maria Emília Madeira Santos, era mais importante preservar o Arquipélago como ponto estratégico para a navegação no Atlântico do que deixar-se seduzir pelo "mito" da Serra Leoa.

Capítulo IV

Comparação de duas versões do Tratado: os manuscritos de Lisboa e do Porto

Neste capítulo apresentamos três versões conhecidas do *Tratado*. Embora a historiografia concorde que nenhuma dos manuscritos é autógrafo de André Álvares de Almada,¹⁹⁷ os três são de autoria e coevos a Almada.¹⁹⁸ Seguindo a cronologia estabelecida pela historiografia são elas:

1) Conhecido como Manuscrito de Lisboa (ca.1592-1593) tem como título completo: *Tratado breve dos reinos do Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Álvares de Almada natural da cidade e ilha de Cabo Verde cursado e prático nas ditas partes*. Códice 297 da Biblioteca Nacional de Portugal-BNP, em Lisboa;

2) conhecido como Manuscrito do Porto (1594) tem como título completo: *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o Rio Sanagá até os Baixios de Santa Anna de todas as nações de negros que há na dita Costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos e guerras, feito pelo Capitão André Álvares de Almada, natural da Ilha de Santiago do Cabo Verde, prático e versado nas ditas partes*. Códice 603 da Biblioteca Pública Municipal do Porto-BPMP;

3) Conhecido como Manuscrito de Lisboa Resumido (ca.1596)¹⁹⁹ não tem título. Códice 525 Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

José Horta corrobora as três datas atribuídas a partir da informação sobre a fundação da Cacheu que aparece nos três manuscritos: o primeiro indicando três anos

¹⁹⁷ José Horta argumenta que nenhum de seus editores considera os textos do Tratado autógrafos. Horta, A **'Guiné do Cabo Verde'**. pp. 179-181 e nota 223.

¹⁹⁸ Para um balanço historiográfico sobre as várias versões do Tratado de Almada e outros relatos da época ver Horta, A **'Guiné do Cabo Verde'**. cap. 2.

¹⁹⁹ Segundo datação de Teixeira da Mota, *apud* Horta, A **'Guiné do Cabo Verde'**. p. 196.

da fundação, o segundo cinco anos e o terceiro oito anos.²⁰⁰ Como aponta Horta, a escrita de várias versões indica uma grande circulação do Tratato. Para efeitos de análise optamos por priorizar as duas versões mais longas, deixando de lado o códice 525 que segundo Horta corresponde a uma versão resumida. Ainda segundo Horta, o Manuscrito de Lisboa (MsL) seria um texto de trabalho com pequena circulação; já o Manuscrito do Porto (MsP) seria a versão mais acabada.²⁰¹ Por fim é importante destacar a atenção de Horta para o fato de que não é possível atribuir a Almada a grafia de nenhum dos manuscritos e que, certamente, ele jamais “sequer suspeitou do impacto que a sua obra, mesmo quando reduzida a algumas folhas impressas, acabou por obter no seu próprio tempo.”²⁰²

A partir de uma leitura detalhada das três narrativas foi possível proceder a uma comparação visando entender as diferenças entre elas. A comparação sistemática entre as versões assim como uma reflexão sobre cada uma delas levando em conta essa comparação é uma abordagem inédita na historiografia e permite perceber nuances entre elas até aqui pouco exploradas. Partindo da exposição do procedimento metodológico adotado passamos à comparação entre os manuscritos de Lisboa (MsL) e Porto (MsP). O quadro apresentado a seguir oferece informações básicas sobre cada um deles.

²⁰⁰ Horta, A ‘Guiné do Cabo Verde’. p. 196.

²⁰¹ Horta, A ‘Guiné do Cabo Verde’. p. 202-203. Sobre essa versão resumida do tratado ver mesma obra, pp. 178-179;

²⁰² Horta, A ‘Guiné do Cabo Verde’. p. 206-207.

Quadro 4

As versões manuscritas do Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde

	Ms Lisboa	Ms Porto	Ms Resumido
Data	ca. 1592-1593	1594	1596
Localização	BNL (códice 297)	BPMP (códice 603)	BNL (códice 525)
Tamanho	102 fólhos (frente e verso)	100 fólhos	56 fólhos
Título	Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Álvares de Almada natural da cidade e ilha de Cabo Verde cursado e práctico nas ditas partes	Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde desdo Rio de Sanaga até os baixos de Santa Anna de todas as nações de negros que há na dita Costa e de seus costumes, armas trajos juramentos guerras feito pelo Capitão André Álvares de Almada natural da Ilha do Santiago de Cabo Verde práctico e verçado nas ditas partes	(sem título)
Organização	10 capítulos	19 capítulos	10 capítulos

Os três manuscritos deram origem a sete edições do Tratado, sendo cinco em língua portuguesa, uma em francês e outra em inglês. A primeira delas veio a público, em Lisboa, em 1733, e nela o autor aparece como André Gonçalves de Almada.²⁰³ Provavelmente essa edição foi baseada no manuscrito resumido (MsR), parcialmente publicado em 1605 pelo Padre Fernão Guerreiro nas *Cartas ânuas sobre os feitos dos*

²⁰³ André Gonçalves Almada. [sic, por Álvares] de, **Relaçãõ, e Descripção de Guiné na qual se trata das varias naçoens de negros, que a povoaoõ, dos seus costumes, leys, ritos ceremonias, guerras, armas, trajos, da qualidade dos portos, e do commercio, que nelles se faz, que escreveo o Capitaõ [...], offerecida ao Senhor D. Gabriel Antonio Gomes [por Antonio da Costa Vale], que a copiou "fielmente, para a fazer publica pelo meyo da estampa"**, Lisboa, Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1733.

jesuítas no mundo.²⁰⁴ A segunda edição do Tratado apareceu no Porto em 1841, com leitura e anotação de Diogo Kopke. Baseou-se principalmente no Manuscrito do Porto, com enxertos e adaptações dos outros dois. A metodologia adotada por Kopke deu origem a uma edição que não corresponde a nenhum dos manuscritos.²⁰⁵ Em 1842, o Visconde de Santarém publicou em Paris um opúsculo intitulado **Notice sur André Alvarez d'Almada et sa description de la Guinée**²⁰⁶ no qual inseriu uma tradução francesa editada pelo geógrafo Ternaux-Compans e baseada, em parte, no texto de Kopke. Em 1946, por ocasião da comemoração dos Quinhentos anos de Descobrimento da Guiné, o governo português patrocinou a edição de Luís da Silveira que seguiu fielmente o texto de Kopke por considerar que era essencialmente idêntico ao do MsP e também acrescentou em notas algumas variantes incompletas do MsL, além de atualizar a ortografia e a linguagem necessárias à mais fácil compreensão do texto.²⁰⁷

Vinte anos mais tarde, em 1964, foi publicada uma nova edição do Tratado. Esta edição foi organizada pelo Padre António Brásio que transcreveu o Manuscrito do Porto. Brásio teve a preocupação de inserir, em notas de rodapé, as partes mais discrepantes deste manuscrito com o Manuscrito de Lisboa.²⁰⁸ Em 1984, foi lançada a

²⁰⁴ Fernão Guerreiro (Pe.). **Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões...**, ed. dirigida e prefaciada por Artur Viegas, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. Tomo 1.

²⁰⁵ André Álvares de Almada, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde desde o Rio do Sanagá até aos Baixos de Sant'Anna [sic] Pelo Capitão André Alvares d'Almada, Natural da Ilha de Santiago de Cabo-Verde, pratico e versado nas ditas partes**. 1594, publicado por Diogo Köpke, Porto, Tipografia Comercial Portuense, 1841.

²⁰⁶ [sinopse em Francês da ed. de Köpke], in Visconde de Santarém, **Notice sur André Alvarez d'Almada et sa Description de la Guinée**, [sinopse de Henri Ternaux-Compans], Paris, Arthus Bertrand Libraire, 1842, pp. 6-77.

²⁰⁷ André Álvares de Almada. **Edição Nova do Tratado Breve dos Rios de Guiné feito pelo Capitão André Álvares d'Almada**. Editada por Luís Silveira com patrocínio do Governo da Colónia da Guiné no V Centenário do Descobrimento. Lisboa. 1946.

²⁰⁸ André Álvares Almada. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dès do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha**

edição inglesa onde Paul E. H. Hair, Avelino Teixeira da Mota e Jean Bolègue juntaram os dois manuscritos num único texto e colocaram, em nota, variantes de um e de outro manuscrito.²⁰⁹ Por fim, em 1994, baseado na versão de Luís da Silveira para o Manuscrito do Porto, António Luís Ferronha publicou a última e mais atualizada versão ortográfica do Tratado.²¹⁰

O Manuscrito do Porto é o mais bem organizado para publicação, talvez por isso tenha tido várias edições; não foi feita nenhuma edição do Manuscrito de Lisboa. Essa lacuna foi assinalada tanto por Brásio quanto por Hair que salientaram a importância de se fazer uma edição anotada do Manuscrito de Lisboa e um estudo comparativo com o Manuscrito do Porto, tarefa à qual esta tese se dedicou. Quanto à edição do Manuscrito de Lisboa, que tem a caligrafia de difícil compreensão, foi feito um esforço no sentido de propor uma versão atual para o seu conteúdo cujo resultado encontra-se no Apêndice 2 desta tese. A partir da comparação sistemática do MsL com uma cópia modernizada do mesmo arquivada sob código 1253 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, concluímos tratar-se do mesmo texto. Em função disso ao longo do trabalho recorreremos a leitura de um e outro para preparar a versão apresentada no Apêndice 2.

Passamos agora à comparação entre os manuscritos do Porto e de Lisboa. Para o Manuscrito de Lisboa, foi usado o texto do próprio código 297, conforme explicado

de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes. Ano 1594. Leitura, introdução e notas de António Brásio, Lisboa, Editorial L. I. A. M., 1964. O mesmo texto, sem a Introdução, foi publicado no mesmo ano na **MMA**, III, pp. 229- 378.

²⁰⁹ André Alvares Almada. **An interim and makeshift edition of André Álvares de Almada's Brief Treatise of the Rivers of Guinea, being an English translation of a variorum text of Tratado breve dos Rios de Guiné (c. 1594)** organised by the late Avelino Teixeira da Mota, together with incomplete **annotation**. Translation, a brief introduction and notes on chapters 13-19 by P. E. H. Hair and notes on chapters 1-6 by Jean Boulègue. Liverpool: Department of History/University of Liverpool. 1984.

²¹⁰ António Luís Ferronha, "Introdução", in André Álvares de Almada, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**, leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 7-18.

acima. Para o Manuscrito do Porto foi usada a versão publicada pelo Padre António Brásio na **Monumenta Missionária Africana**, por ser a melhor edição da obra e mais fiel ao original, à qual correspondem as folhas/páginas indicadas ao longo do texto.

O Quadro 2 apresentado a seguir mostra a distribuição dos capítulos de cada manuscrito e a correspondência entre eles. Como complemento faz um pequeno resumo dos principais temas tratados em cada um de modo a facilitar a comparação entre eles. Essa comparação é detalhada ao longo deste capítulo da tese. Note-se que a datação do Manuscrito de Lisboa é estimada pela historiografia para os anos de 1592-93 enquanto há acordo entre os historiadores na datação do Manuscrito do Porto para 1594.²¹¹

²¹¹ Sobre a datação do Manuscrito de Lisboa ver Horta, A **‘Guiné do Cabo Verde’**. nota 218, p. 178.

Quadro 5
Organização dos manuscritos de Lisboa e Porto²¹²

Manuscrito de Lisboa (ca.1592-3)	Manuscrito do Porto (1594)
Título: Tratado breve dos reinos de Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Álvares de Almada natural da cidade e ilha de Cabo Verde cursado e prático nas ditas partes	Título: Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o Rio Sanagá até os baixos de Santa Anna de todas as nações de negros que há na dita Costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos e guerras, feito pelo Capitão André Álvares de Almada, natural da Ilha de Santiago do Cabo Verde, prático e versado nas ditas partes
Autor: André Álvares de Almada	Autor: André Álvares de Almada
(Texto de abertura sem título)	Prólogo
1: Que trata dos negros Jalofos que são os primeiros e mais chegados a nós e dos seus costumes e leis	1: Que trata dos negros Jalofos, que são os primeiros e mais chegados a nós, e dos seus costumes e trajos
	2: Dos mais costumes desses Jalofos
2: Que trata do Reino do Ale- Embiçane, Barbasim que confina com este dos Jalofos Budumeis	3: Que trata do Reino de Ale-Embiçane, Barbasim, que confina com esses Jalofos, e dos costumes, nos quais são conformes
	4: Que trata do Reino de Borsalo, que são Jalofos e Barbasins e do mais que nele há
3: Que trata do Reino de Gâmbia chamado por outro nome o de Cantor, que é o Reino dos Mandingas, mui grande em si como se dirá	5: Que trata do Reino de Gâmbia chamado por outro nome o de Cantor, que é o Reino dos Mandingas, mui grande em si
	6: Que trata do que mais há neste rio de Gâmbia
4: Que que trata dos Arriatas, Falupos, Casangas, Banhuns e Papeis, chamados por outro nome Buramos	7: Que trata dos Arriatas e Falupos, negros que habitam do Cabo de Santa Maria para o Sul
	8: Que trata do Reino de Casamança e o que nele há
	9: Que trata do Reino dos Buramos e seus trato e costumes
5: Que trata dos Bijagós e Beafares, das suas leis e costumes, vestidos, armas e de todo o mais que nestas partes há	10: Que trata dos Bijagós e seus costumes
	11: Que trata do Rio Grande, terra dos Beafares e seus costumes

²¹² Para este quadro foram utilizadas as seguintes versões: para o MsL: códice 297 da BNP. Para o MsP a edição de António Brásio aqui resumida como: Almada/Brásio.

	12: Que trata do que mais nesta terra dos Beafares
6: Que trata dos Nalus, Cocolins e Bagas, dos seus costumes e vestidos	13: Que trata dos Reinos dos Naluns, Bagas, Cocolins e dos seus costumes
7: Que trata do Reino dos Sapes, que começa do Cabo da Verga, que está de nove graus e dois terços, até os baixos de Santa Ana, que estão em sete graus, dos seus costumes, tratos, guerras e outras cousas	14: Que trata do Reino do Sapes, que começa do Cabo da Verga, que está em 9 graus e 2 terços, até os baixos de Santa Ana, que estão em sete graus, dos seus costumes, tratos, guerras e outras cousas
8: Que trata de como alevantam o Rei no Reino dos Sapes, e as cerimônias com que o alevantam, e como fazem os solategis, que são fidalgos	15: Que trata de como alevantam o[s] Rei[s] na terra dos Sapes, e as cerimônias com que os fazem, e como fazem os solategis, que são fidalgos
9: Que trata dos Sumbas chamados entre eles Manes, de como vieram, das guerras que fizeram e de como residem agora na Serra Leoa e seus limites	16: Que trata dos Sumbas, chamados entre eles Manes, de como vieram e das guerras que fizeram
(continuação do 9 no 17) 10: Que trata de algumas guerras que tiveram estes manes chamados Sumbas com os Bolões e Souzos	17: Que trata de algumas guerras que tiveram estes Manes chamados Sumbas ²¹³
	18: De como quiseram conquistar os Manes a terra dos Sousos, que fica por cima dos Sapes pelo sertão, e do que passou entre eles
	19: Da fresquidão desta terra

A primeira observação sobre os dois manuscritos diz respeito ao texto introdutório. No de Lisboa esse item precede o primeiro capítulo, não tem título, e dá conta das razões do autor para a escrita do documento. No do Porto o texto introdutório traz o título de “Prólogo” e difere do primeiro na ordem em que as informações e argumentos são apresentados e em alguns aspectos do seu conteúdo. Assim sendo, os principais argumentos de Almada para justificar o seu empenho em

²¹³ O capítulo 17 do Manuscrito do Porto reúne parte ao capítulo 9 e parte ao capítulo 10 do Manuscrito de Lisboa.

deixar um testemunho sobre a Guiné estão presentes em ambos, mas em ordem inversa, como mostra o Quadro 3 a seguir:

Quadro 6

Organização da apresentação e Prólogo dos manuscritos de Lisboa e Porto

Manuscrito de Lisboa	Manuscrito do Porto
<p>(apresentação)</p> <p>- <i>Quis escrever algumas cousas dos Rios da Guiné do Cabo Verde (...) por que destas partes sei honestamente e de algumas cousas em que tive dúvidas me informei de algumas pessoas práticas e versadas nas ditas partes</i></p> <p>- <i>Antre (sic) os negros da nossa África não houve escritores (...)</i></p>	<p>“Prólogo”</p> <p>- <i>Antre (sic) os negros da nossa África não houve escritores, (...)</i></p> <p>- <i>Quis escrever algumas cousas dos Rios da Guiné do Cabo Verde (...) por que destas partes sei honestamente e de algumas cousas em que tive dúvidas me informei de algumas pessoas práticas e versadas nas ditas partes</i></p>

O eixo da argumentação é o mesmo: o autor argumenta escrever para deixar um registro sobre as terras onde, embora haja pessoas aptas a escrever, seus escritos não são lidos por outros, "por que são certos sinais e particulares conceitos que letras inteligíveis". Por esse trecho, acredito que Almada se refere ao fato de os escritos dos bixirins não serem entendidos pelo grosso da população. Por outro lado argumenta que seu relato tem valor próprio e se distingue de outras possíveis narrativas porque o que está registrado foi narrado “honestamente”, e resulta de observação direta ou registro de relatos de terceiros tidos como “pessoas práticas e versadas nas ditas partes”, indicando que em parte o autor fala do que viu e em parte do que ouviu dizer de pessoas por ele consideradas qualificadas sobre cada tema tratado. Assim, seguindo a mesma lógica dos textos clássicos, o autor afirma que viu ou se informou com pessoas que viram com os próprios olhos, estabelecendo dessa forma a veracidade das informações.

No fim do texto introdutório do Manuscrito de Lisboa há um parágrafo com informações sobre um costume dos Jalofos que não consta do Manuscrito do Porto:

Há um costume entre estes Jalofos que se não tratou em nenhum dos capítulos que é usarem de um desafio que eles chamam **gibapiba**, que é matarem-se ambos ao pegoado com um só punhal desafiando-se a pegar um do outro e levam do punhal e dando o primeiro ao outro, dá-lhe o punhal para que dê nele e assim se matam e às vezes escapam alguns; e o mesmo usam os bárbaros. (MsL, fl. 2)

Na comparação entre os dois manuscritos, partimos sempre da divisão em capítulos do Manuscrito de Lisboa (MsL) para a acomodação dos mesmos na versão do Manuscrito do Porto (MsP), que lhe é posterior. Desta forma, o capítulo 1 do MsL, intitulado "Que trata dos negros Jalofos que são os primeiros e mais chegados a nós e dos seus costumes e leis", desdobrou-se em dois capítulos no MsP. O primeiro traz quase o mesmo título ("Que trata dos negros Jalofos que são os primeiros e mais chegados a nós e dos seus costumes e trajos"); e o segundo "Dos mais costumes desses Jalofos", indicando um acréscimo ao que fora dito anteriormente.

Como o objetivo desse capítulo é estabelecer um paralelo entre os dois manuscritos seguimos fielmente o texto reproduzindo, com frequência, palavras e expressões de época. Também reproduzimos os nomes dos povos e sua grafia segundo a versão de Almada, o que nem sempre corresponde ao atual entendimento histórico e antropológico da composição e distribuição das etnias que ocupam a região descrita por Almada.

Manuscrito de Lisboa (capítulo 1) e Manuscrito do Porto (capítulos 1 e 2)

O capítulo 1 do MsL trata dos negros Jalofos que confinam com os Alarves,²¹⁴ divididos estes para a banda do norte do Rio Senegal e aqueles para a banda do sul, e com os Fulos Galalhos (segundo o autor "chamados cá dos nossos Guagos") que viviam nas terras mais para o interior do continente. O uso recorrente da expressão "nossos" merece ser destacado porque em grande parte organiza a narrativa e mostra os povos considerados mais próximos ou que tem uma relação mais assídua com os portugueses. A expressão "nossos" aparece 131 vezes no MsP e 104 vezes no MsL, e ajuda a entender a percepção e o alcance da identidade luso-cabo-verdiana na Guiné e sua interação com outras identidades, como mostrado no primeiro capítulo da tese. Do ponto de vista da composição do texto é importante notar que o autor fez constar no título do capítulo quem eram os Jalofos, "que são os mais chegados a nós", o que pode indicar tanto um sentido geográfico, por ser a região costeira mais próxima ao Arquipélago, quanto uma proximidade sociocultural, dada a proximidade sociocultural, no contexto do mundo cabo-verdiano-guineense.²¹⁵

Almada abre o primeiro capítulo do Tratado explicando a dissolução da Confederação dos Jalofos:

este reino dos jalofos era muito grande e estava debaixo da obediência de um rei muito poderoso e grande, o qual era antre esta nação como imperador, e quando se falava nele se dizia grão jallofo.

²¹⁴ Jean Boulègue dá conta nas suas notas à edição inglesa do Tratado de que por Alarves, entenda-se árabes (Ver Boulègue. In Hair. **An interim and makeshift edition of André Álvares de Almada's Brief Treatise of the Rivers of Guinea [...]**, 1984). No entanto, os autores do século XV e do início do Século XVI, como por exemplo o viajante e geógrafo andaluz Hassan al-Wazzan, localizavam na margem norte do rio Senegal os Azenegues, Berberes Zanaga (ou Sanhaja), e não os árabes. Boulègue afirma que os Azenegues foram progressivamente submetidos pelos árabes Bani-Hassan, mas que isso não aconteceu até o século XVII. Então, são os Azenegues que Almada qualifica como árabes, o que pode denotar uma assimilação abusiva por parte dele, ou a auto atribuição de genealogias árabes pelos Azenegues.

²¹⁵ A costa do Senegal entre o cabo Verde e o rio Gâmbia ficou conhecida como Petite Côte. Sobre o tema ver Horta, A **"Guiné do Cabo Verde"**, pp. 81-101.

Tinha outros Reis que lhe davam obediência e pagavam tributos, mas como o tempo costuma a desfazer huns e a levantar a outros muitas vezes de nada assim foi isto do Império dos jalofos, que sendo muito grande e temido e obedecido, veio o tempo a fazê-lo ser pequeno (...) (Almada/Ribeiro: fl. 2v)

Isso porque o governador do Caior "soube dar a tão boa manha que pouco a pouco se foi fazendo senhor dos mais lugares que governava ele e os outros, adquirindo com dádiva e promessas as vontades e amizades de muitos fidalgos e dos mais" (Almada/Ribeiro: fl. 3). Assim, Almada relata que embora o rei jalofos de nada suspeitasse, pois o seu capitão e governador jamais deixou de pagar os tributos que devia ao soberano até o momento em que sublevou-se, fez-lhe frente em campo de batalha e derrotou-o, obrigando o Grão Jalofos a refugiar-se na corte do Grão Fulo, seu vizinho.

Esses fatos foram tratados com atenção anteriormente no capítulo 2 da tese quando analisamos a reconfiguração política da Senegâmbia nos séculos XV e XVI. No entanto, é importante fazer aqui algumas observações sobre a história contada por Almada. Segundo ele, esses capitães e governadores, mesmo sendo de "geração honrada" (famílias livres), seriam "escravos" do Grão Jalofos e governariam em seu nome na corte de Lambaia que, por sua vez, pertenceriam à "casta do Gudumeis" (MsP), Bedumeis (MsL).²¹⁶

Alguns episódios da história dos Jalofos eram conhecidos por Almada devido à tradição oral presente na costa da Senegâmbia e também nas ilhas de Cabo Verde. Isso fica claro no trecho em que ele apresenta essa história desse conflito no

²¹⁶ Jean Boulègue demonstrou, em suas anotações à edição inglesa do Tratado, que Budumel é uma corruptela da expressão wolof *Buur-Damel*, onde *buur* significa senhor e *Damel* é o título honorífico dos governantes do Caior. Lambaia, por sua vez, era a capital do reino do Baol. Essa passagem remete ao acontecimento em que o senhor do Caior sublevou-se contra o Grão Jalofos separando-se da Confederação e conquistando também o Baol que, segundo Almada relata mais adiante neste mesmo capítulo, ficou sob a administração do filho do Budumel, Amad Malique. Boulègue, In: Hair. **An interim and makeshift edition.**

Manuscrito de Lisboa dizendo que “segundo o contam os negros antigos daquelas partes” o rei mandou alguns capitães à costa “para terem conta com os governos daquele reino que era grande e estes capitães e governadores eram escravos seus e vinham a governar Lambaia e os mais portos do mar” (Almada/Ribeiro: fl.3) Esse é um dos episódios mais bem desenvolvidos na tradição oral do Caior segundo a qual Amari Ngoone, o vencedor do Jalofo, sucedeu a seu pai como rei do Caior.²¹⁷

Outro testemunho, de 1591, do inglês Rainolds corrobora a tradição oral afirmando que havia um rei Zamba, no Caior e um rei Amar Meleck, filho do primeiro, no Baol.²¹⁸ O fato de Almada ter ignorado um conflito tal qual esse entre Masamba e Mamalik, leva Boulègue a aventar a possibilidade de que suas informações fossem muito anteriores à redação do Tratado e aos fatos reportados por Rainolds, talvez do ano de 1576, quando Almada afirma ter estado no Caior.²¹⁹

Por essa mesma tradição oral, Almada deve ter tomado conhecimento da história de Bomuim Gilem, rei Jalofo que teria ido a Lisboa no tempo de D. Manuel pedir apoio contra os usurpadores do reino dos seus antepassados em troca de autorização para a construção de uma feitoria e uma fortaleza no rio Senegal.²²⁰

²¹⁷ O "Budumel Bixirim" de Almada seria então Amari Ngoone. Segundo a tradição, Amari queria designar como sucessor seu neto e sobrinho Mamalik (que corresponde à Amad Malique exceto no que toca à paternidade), a fim de ligar a sua linhagem materna e paterna. Porém, após sua morte, os reinos foram divididos entre seu filho Masamba (pai de Mamalik que ficou com o Caior) e Mamalik (que ficou com o Baol). Então, Mamalik invadiu o Caior e venceu seu pai Masamba que morreu no combate. Depois foi ele mesmo vencido e morto por outro meio-irmão. Diau, 1933, p. 269. Almada parece ignorar esse conflito e a existência de Masamba quando trata Mamalik como filho de Amari, o "Budumel bixirim". Almada chama Amari de "Budumel bixirim", por este não tomar vinho. Bixirim, segundo Almada seria um "caciz Jalofo". Caciz é uma palavra oriunda do árabe *qissīs*, ou seja, padre. Era comum entre os autores portugueses chamar de bixirins os *marabus*. Provavelmente uma corruptela do árabe *al-mubashshirīn*, "aquele que anuncia a boa nova". Boulègue. In Hair **An interim and makeshift edition**

²¹⁸ Rainolds, 1971, p.6.

²¹⁹ Boulègue propõe o seguinte esquema: 1. Mamalik herda de Amari, se instala no Baol e coloca seu filho Chilao no Caior, o fato de haver um bisneto em idade para reinar seria possível pois o reinado de Amari foi muito longo; 2. Masamba toma o poder no Caior; 3. Masamba e Mamalik se enfrentam. Boulègue. In Hair. **An interim and makeshift edition**.

²²⁰ Trata-se da história de *Buumi Jeleen* já contada por João de Barros. João de Barros, **Década primeira da Ásia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e**

Buumi Jeleen governou os Jalofos em nome de seu irmão. Após a morte desse irmão foi derrotado por outros meio-irmãos e refugiou-se em Portugal onde se converteu ao cristianismo e obteve a ajuda dos portugueses. Esse episódio ocorreu no tempo de D. João II (1481-1495), e não D. Manuel, como aparece no texto. Uma expedição, comandada por Pedro Vaz zarpu para o Senegal para construir a fortaleza e apoiar a demanda do príncipe Jalof, mas assim que chegou lá, *Buumi* (*Buumi* é um título político equivalente a “príncipe”) foi assassinado, em circunstâncias desconhecidas, pelo capitão português que deveria protegê-lo.²²¹ O texto também informa sobre a perseguição aos *Jonais*, todos aqueles da geração e descendência do Grão Jalof, "para os quais foram os Budumeis outro Herodes", numa associação entre o infanticídio bíblico e o dos governantes do Caior contra a linhagem real dos Jalofos.²²²

Esse segmento do Tratado apresenta também um longo relato sobre a razão de os Jalofos respeitarem a linhagem matrilinear linha de sucessão e na atribuição da herança. A matrilinearidade dos Jalofos é explicada a partir da narrativa de um episódio no qual o rei dos Jalofos contrai lepra e recorre a um *bixirim* que o recomenda banhar-se no sangue de dois de seus filhos. Na ocasião as duas esposas favoritas se recusam a entregar os filhos mas duas de suas irmãs lhe oferecem cada

conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: Impressa por Jorge Rodrigues. Primeira década. 1628. livro terceiro capítulo segundo.

²²¹ Boulègue afirma que tal história ainda permanecia viva na tradição oral em 1912, quando coletada por Dyau. p. 6

²²² Boulègue dá conta que *Jonais* seria o plural de *Jonai*. A linhagem real da Confederação dos Jalofos portava o nome de Nja (Ndiaye). Avelino Teixeira da Mota aproximou Njaay de Jonai, que também aparece em Donelha para designar a mesma linhagem. Boulègue (1984), Teixeira da Mota (1977, pp. 130-131). Isso é corroborado pela tradição oral, recolhida no início do século XX, que dá os dois como equivalentes: "Puis ce fut la famille des Dionaye (N'Diaye) qui établit sa suprématie dans le Djoloff..." (monographie du Bawol par l'administrateur Belly, Archives du Sénégal, citado por Martin e Becker (1976, p.453). Para esses autores, o nome Jonay é usado, no Bawol por uma linhagem real matrilinear, enquanto que os Njaay dos Jalofos eram um linhagem patrilinear.

uma um filho, garantindo a cura do rei. Tal relato é mais um exemplo da passagem da tradição oral para a escrita pela pena de André Álvares de Almada.

A seguir, o autor se preocupa em expor as fronteiras do Caior, a sua relação com os reinos vizinhos, as armas que usavam, as roupas que vestiam e os produtos que trocavam. O Caior se estendia do Cabo Verde até o Porto de Cabaceira, na embocadura do Rio Senegal, onde ancoravam as embarcações de resgate. Do Cabo Verde para o Sul, ficava o reino de Bala (ou Baol) que fazia fronteira com o reino de Broçalo e com o Reino de Ale (dos Barbasins), à beira-mar. No interior o Caior divisava com os Fulos Galalhos.²²³

Segundo Almada, os Jalofos se entendiam com os Fulos, por “andarem entre eles” uma "casta de Fulos pretos (...) chamados Tacurores" (Almada/Ribeiro: fl.7) ou Tucurois (Almada/Brásio: p. 11) em menção aos habitantes do Takrur, antigo nome do vale do rio Senegal. Almada foi o primeiro a estabelecer uma relação entre os habitantes do Takrur e os outros Fulas. Segundo ele, embora falem a mesma língua, os Tucurois ou Tacurores tem a pele mais escura que os Fulas, que Almada diz não serem negros.²²⁴ Os Jalofos também se entendiam com os mouros, "pela continuação de virem com cavalos a venderem (...) e andarem sempre metidos muitos na corte do rei desta terra". (Almada/Brásio: 11)

Os Jalofos “andavam vestidos com umas roupetas de algodão preto e branco” compostas por uma camisa sem gola, um palmo acima dos joelhos e mangas até o cotovelo e calças largas na parte superior e estreitas nas pernas, com as canelas nuas.

²²³ Segundo Boulègue sob o comando de Tengela e seu filho Koli, no início do século XVI, eles constituíram o estado Denianke do Fuuta Tooro, no vale do rio Senegal. Boulègue. In Hair **An interim and makeshift edition** Part II: Notes. Gualalho é provavelmente a corruptela portuguesa de Gelajo (ou Tengela), nome do primeiro governante Fula. O primeiro governante do Fuuta Tooro era chamado Tenda Gelajo. Note-se que o quarto, quinto e sexto governantes do Fuuta, que governavam à época de Almada ou próximo a ela, portavam o nome Gelajo: Gelajo Bambi, Gelajo Tabara e Gelajo Gaysi (Robinson, Curtin, Curtin e Johnson). Ver também Teixeira da Mota (1972, p. 369)

²²⁴ O que pode indicar uma grande circulação de populações do norte da África no vale do rio Senegal.

Calçavam sandálias de couro cru, traziam os cabelos trançados e carapuças na cabeça. Carregavam a tiracolo espadas de três palmos com empunhadura ornamentada. Usavam ainda facas na cintura e azagaias com flechas envenenadas. Eram excelentes domadores e combatentes a cavalo, formando milícias bem disciplinadas. Os Jalofos retratados por Almada eram grandes criadores de gado *vacum* e *cabrum*; criavam pequenos animais (galinhas, lebres, coelhos) e outros animais de maior porte. Na agricultura cultivavam milho branco (sorgo) e milho negro (maçaroca). (Almada/Brásio: 11-12)²²⁵

Seguindo a regra islâmica, no reino do Budumel ou Baol não se comia carne de porco ou bebia vinho. Os cacizes ou bixirins tinham a devoção do povo e faziam muitas nóminas, amuletos para proteção da população (MsL fls. 13v-14). Também havia muitos “jabacouces”, uma aproximação do verbo wolof *jabaran* que quer dizer curar. Esse termo era empregado nas Ilhas do Cabo Verde para designar curandeiros.²²⁶ Era comum que ao fracassar na cura de uma pessoas o curandeiro acusasse um feiticeiro pelo mal que Almada chama de "comedores de almas" (*dema*, em wolof, *nax*, em sereer).

Por fim, Almada conta a história de como os cabo-verdianos eram bem tratados nos portos da costa atlântica, principalmente em Angra de Bezeguiche que servia para internada dos navios da carreira das Índias. Segundo ele, os “nossos” tinham bons negócios com o rei chamado Nhogor. No tempo desse rei, os portos de Sereno, d'Ale e Bezeguiche²²⁷ eram visitados todos os anos por navios que partiam da

²²⁵ Ver Apêndice II.

²²⁶ Donelha. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné do Cabo Verde**. Nota 218.

²²⁷ Provavelmente Noxor Njaay (ou Niokhor Ndiaye) na tradição oral, rei do Baol cuja a herança caiu sobre Amari Ngoone, o Budumel bixirim. Sereno, atualmente Pointe Serène, é o limite tradicional do Sine e do Baol; Porto d'Ale, chamado pelos franceses Portudal, permaneceu sendo o principal porto do Reino do Baol (corresponde hoje ao vilarejo de Sali-Portudal); Bezeguiche é o antigo nome dado pelos portugueses à angra e atual ilha de Gorée em frente a Dakar, no Senegal.

Ilha de Santiago carregados de cavalos e outras mercadorias. Com a sucessão do já mencionado rei Nhogor ("amigo dos brancos"), subiu ao trono de Lambaia o Budumel bixirim que "fazia maus pagamentos aos nossos, e recolhia nos seus portos os franceses, e folgava com eles" (Almada/Brásio: 23).

Esse episódio é lembrado para justificar o afastamento dos portugueses de Angra de Bezeguiche e a presença constante de ingleses e franceses, ajudados por lançados portugueses do Porto de Joala, no Reino de Ale-Embiçane, terra dos Barbasins (Siin):

todos os anos tiram da Costa os Franceses e Inglezes mais de **sessenta mil couros vacuns** afora muitos couros de búfalos e gazelões e de outros animais, chamados no Rio de Gâmbia dacoï, o qual dizem que é a verdadeira anta. E assim muito marfim, cera, goma, âmbar e outras coisas; e algálias, tratando com ferro e outras mercadoria que trazem de França e Inglaterra (MsL. Fl. 15) (grifo nosso)

Os sessenta mil couros constam apenas do MsL, no MsP aparece apenas "muita soma de couros".

Logo a seguir temos outra diferença significativa entre os dois manuscritos. Almada diz que se não fosse a atuação dos lançados portugueses em favor de ingleses e franceses, esse trato não estaria perdido. No MsL ele alega:

Verdade é que há muitos anos que os Franceses continuam [a vir] a esta costa do Porto d'Ale, mas não tinham tanto trato por que quando haviam os Resgates da mãos dos negros importava muito pouco por que quando muito tiravam destes portos seis [a] sete mil couros em um ano somente, sem as outras coisas que hoje levam por que os negros não tinham habilidade para trazerem as suas mercadorias do sertão nem de muito poucas léguas do mar para virem vender aos inimigos. (MsL. Fl. 16)

Ele cita especialmente o caso do lançado João Ferreira, o Ganagoga, "um homem nosso", português natural do Crato, que atravessava "todos os rios e terras dos negros, adquirindo tudo o que acha nelas, para estas naus dos seus amigos". Segundo Almada o apelido Ganagoga vem do "idioma dos Beafares" e quer dizer "o homem

que fala todas as línguas", apelido adequado a quem negocia com muitos povos.²²⁸ Ferreira era cristão novo (descrito por Almada como "da nação"). Peter Mark e José da Silva Horta demonstraram que em princípios do século XVII era pujante a comunidade judia em Joal e Porto d'Ale. Talvez já ali houvesse um ou mais judeus/cristãos novos em meados da década de 1570, quando Almada esteve naquela Costa.²²⁹

Manuscrito de Lisboa (capítulo 2) e Manuscrito do Porto (capítulos 3 e 4)

O capítulo segundo do Manuscrito de Lisboa, “trata do Reino do Ale-Embiçane, Barbasim, que confina com este dos Jalofos Budumeis”.²³⁰ O capítulo aparece desdobrado e reorganizado em dois outros no Manuscrito do Porto, a saber: “Capítulo Terceiro: que trata do Reino de Ale-Embiçane, Barbasim, que confina com esses Jalofos, e dos costumes, nos quais são conforme”, e “Capítulo Quarto: que trata do Reino do Borsalo, que são Jalofos e Barbasins e do mais que nele há.”

De início, somos informados que, na beira-mar próximo aos Jalofos, habitam os Barbasins. São chamados “gentios”, portanto não são muçulmanos e entre eles não há bixirins, apenas jabacouces (ou jambacoses). São apresentados como grandes guerreiros, hábeis a cavalo e a pé, chegando a vencer os Jalofos. O reino está dividido em dois territórios: o chamado reino do Ale e a terra dos Barbacins. No primeiro ficam o porto de Ale e Joala onde vivem os lançados e também “negros”, todos sob a autoridade de um alcaide nomeado pelo rei. Nesses portos ancoram embarcações de

²²⁸ O mesmo homem é citado por Rainolds (1971) e por Teixeira da Mota (1969).

²²⁹ Mark e Horta. **The forgotten diaspora.**

²³⁰ A palavra Barbasim é uma corruptela de *buur-ba-Siin*, rei do Siin (Sine). É utilizada por Cadamosto para designar os habitantes do Sine e Sereres em geral. O termo Ale-Embiçane somente é utilizado por Almada e Donelha. Este último escreve Ale Embissan Jufo e atribui esse nome ao rei, identificado com Wali Mbisan Juf, na lista tradicional dos reis do Sine. Boulègue. In Hair **An interim and makeshift edition.**

até sessenta “moios” de carga.²³¹ Ao sul dos portos fica a terra dos Barbasins propriamente. Esse território se prolonga por cerca de 25 léguas ao longo do rio e os portugueses tem trato com o rei visando facilitar o comércio.

O MsP traz no fim do seu capítulo terceiro um parágrafo que não consta do MsL:

Fica o reinado deste Rei [Barbasim] correndo pelo Rio acima, da banda do Norte, donde tem alguns portos onde há poços de água e aldeias perto; como é o porto da Palmeirinha, o de Gomar, o de Gindim, que é o derradeiro deste Rio, e fica perto de sua corte, que se chama Jagão.²³²

Para Almada, o reino é pequeno em terras mas tão belicoso que ganhou o respeito dos vizinhos. O rei é um “bom capitão” e governa com um conselho:

(...) quando a determinam fazer, [o rei] toma primeiro conselho com os seus para isso deputados, e se mete com eles no bosque que está apegado aos seus paços, e ali fazem uma cova de altura de três palmos, redonda e todos os do conselho se pões à roda dela com as cabeças baixas olhando nela; ali praticam todos sobre se farão guerra ou não. E depois de tudo bem examinado, e a decisão do que hão de fazer tomada, tornam a cobrir a cova. E diz o rei: "a terra não há de descobrir isso, por que fica enterrado nela"; hão os do conselho tamanho medo de descobrirem o que ali passam, que jamais se sabe. (Almada/Brásio. p. 29)

Sobre os cultos e ritos dos Barbasins, Almada diz que eles fazem sacrifícios nas árvores da floresta:

(...) tem umas árvores grandes, que eles tem por templos, e as caiam de farinha de arroz e com o sangue dos animais que matam e sacrificam a estas árvores, ou a alguns paus que fincam no chão, alevantados para cima para esse efeito. (Almada/Brásio: 31)²³³

²³¹ Moio é uma antiga unidade de medida de volume derivada do latim e da unidade de medida romana *modius*. No reinado de Manuel I o moio equivalia a aproximadamente 60 alqueires, cerca de 13 litros. Ver Apêndice.

²³² Jagao ou Jaxao (Diakhao) era a capital do Sine. O porto da Palmeirinha, atual Palmarin, está na embocadura do Rio Saloum. Guindim e Gomar são mais difíceis de se identificar. Talvez Gomar se refira à península de Sangomar, ao norte do estuário do Saloum. Almada/Brásio, p. 31.

²³³ Boulègue diz se tratarem essas árvores de baobás.

Mais adiante no texto, ao tratar do rio e reino de Casamansa, Almada descreve a mesma prática religiosa chamando "chinas" a esses paus fincados no chão. Para Vanicléia Santos, "a palavra *china* tinha vários significados. Era o local onde se fazia o ritual de oferta aos deuses" e "era também o próprio objeto de culto, feito de madeira ou pedras".²³⁴ Tais *chinas* ou *irãs* representavam os antepassados, podiam ser coletivos, familiares e individuais, e assumiam as mais variadas formas, mas raramente eram figuras antropomórficas. As *chinas* coletivas representavam antepassados longínquos do grupo e os seus deuses ou entes sobrenaturais, frequentemente eram árvores grandes como *baobás* ou *poilões*. As *chinas* familiares ficavam à entrada das *tabancas*, as habitações coletivas de cada clã e as *chinas* individuais eram amuletos destinados a proteger os indivíduos quando estes se afastassem das suas *tabancas*, portanto da proteção dos seus antepassados.²³⁵

Segundo Almada, os moradores de Cabo Verde frequentavam a terra dos Barbasins para negociar escravos, roupa (branca e preta) e marfim. Almada informa ainda que, "por tostões", se obtinha prata lavrada e ouro. Esse comércio estava interrompido pela presença dos franceses e ingleses que ali negociavam cavalos, vinhos, roupa branca e pintada da Índia, pano vermelho da Grã-Bretanha, chapéus com cordões de seda ou de lã vermelho, fio vermelho e amarelo de Flandres e

²³⁴ Vanicléia Santos. As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008. p.48. Segundo António Carreira o termo era também usado por alguns povos como cassangas, felupes e banhuns, com o acréscimo do sufixo *bú*. Este autor salienta que "seja pela facilidade de exprimir e grafar, seja pela influência definitiva do crioulo, o certo é que o termo *irã* teve franco acolhimento e hoje substitui nos falares correntes as designações de *China*, *Chinabú*, *ídolo*, *feitiço* ou qualquer outra com idêntica ou similar equivalência, sobrepondo-se às próprias designações vernáculas nas línguas nativas." António Carreira. "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichistas na Guiné Portuguesa". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, 1961, nº 63, pp. 505-541; p. 508.

²³⁵ Sobre isso, ver Fátima Leister. Um prefácio a povos da Guiné: o Boletim da Guiné Portuguesa (1946-1973)". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social da PUC, São Paulo, 2012.

continhas de Veneza e da Índia, além de uma redonda do tamanho de uma avelã grande chamada “quepo”. (MsL fls. 17-20)

A seguir Almada passa a descrever o reino do Borsalo. No MsP abre um novo capítulo para as terras do *Buur- Saalum*, o senhor do Saalum. O reino do Borsalo (ou *Saalum*) fazia fronteira reino de Cantor, que ficava indo da banda do mar pela banda do Rio Gâmbia perto de 60 léguas. O Cantor era o maior e mais poderoso co terras e reinos vassalos na banda norte do rio Gâmbia. O rei do Cantor (chamado Borsalo) reinava sobre três nações: Jalofos (Wolof), Barbasins (Sereres) e Mandingas (Malinke). Governava através de dois capitães, um para os Jalofos e Mandingas, e outro para os Barbasins.

Esses reis se diziam “pais dos brancos”, a quem ninguém podia molestar, sendo essa a terra mais segura para os “brancos” em toda a Guiné. Consta que um rei chamado Lagatir Balhana, grande amigo dos brancos, sabendo que ia morrer de uma doença, mandou chamar o primo Bomujn a quem disse que sabia que ia morrer. Deixava o reino para o primo a quem, segundo ele, o reino cabia por direito. Mas o tio advertiu que o primo para: “tratar muito bem os meus brancos, como eu sempre os tratei, já que são filhos e gente de Deus e se não o fizeres terei de voltar aqui e tomar o reino de volta”. Até a escrita do Tratado o rei herdeiro vivia com receio que algo de ruim acontecesse aos brancos e o rei morto retornasse. Segundo Almada, o rei herdeiro tratava os brancos ainda melhor que o rei anterior, seu primo.²³⁶ O sucessor desse rei foi Wali Bummi, também citado no Tratado que era rei quando da passagem de Almada pelo Saalum. Almada diz ter estado no Saalum em 1576, o que

²³⁶ Sobre o tal Lagatir Balhana, Jean Boulègue afirma que Balhana é a forma portuguesa de Bajan (Badiane). Há na lista dinástica tradicional um "Lat-Tilor Badiane", que teria reinado entre 1551 e 1560. Note-se que Lat é a abreviação de Latir e que uma forma mais antiga, como Lagatir, é possível. Boulègue . In Hair, **An interim and makeshift edition**.

corresponde ao reinado de Wali Bummi, que aparece no MsL como Bomuim e a quem ele chama o rei de "hoje" (MsL fls. 19v-20).²³⁷

Neste reino havia juízes que julgavam os casos junto com mais velhos. Ouviam-se as partes em disputa e quando havia dúvida sobre o veredicto lançava-se mão do juramento do ferro e do juramento da água que colocavam em cheque a lisura das partes envolvidas. No juramento do ferro pronunciava-se as seguintes palavras: "Deus sabe a verdade e, se eu fiz tal coisa que me acusam, que este ferro me queime a língua de modo a que eu nunca mais volte a falar". O acusado que recusasse a prova era considerado culpado (MsL fl.20). No juramento colocava-se uma agulha ou pedrinha no fundo de um recipiente com água fervendo. Se conseguisse tirar o objeto três vezes sem se queimar era considerado inocente, caso contrário era escravizado (MsL, fl.21). Segundo Almada, havia casos em que famílias inteiras ("geração") eram escravizadas e vendidas (MsL, fl.21v). Tal prática de justiça, sem dúvida deve ter-se intensificado com o tráfico, pois possibilitava ao soberano vender os indesejáveis.

Nos casamentos, os homens deviam pagar ao pai ou ao irmão do pai da mulher um dote em escravos, vacas e outras mercadorias, segundo a importância de quem dava o dote. Quando havia divórcio, o pai devia devolver o dote e ficar com a filha. Não havia limitação de número de esposas, desde que o homem pudesse mantê-las. (MsL, fl.22)

Segundo Almada ao longo de toda a costa atlântica havia uma nação de negros chamada "judeus". Não comiam porco, andavam de reino em reino a pedir com suas mulheres. Estes homens eram hábeis em todos os ofícios, tecelões, sapateiros, carpinteiros, tocavam tambores na guerra cantando e animando os que lutavam, celebrando a memória dos seus antepassados. Usavam dois tipos de instrumentos, um

²³⁷ Boulègue. In Hair, **An interim and makeshift edition.**

“como as nossas caixas”, segundo Almada, e outras de uma só pele comprida de sete ou oito palmos, com as quais anunciavam o sinal de guerra ou de fogo. Creio se tratarem dos *atambores* e *atabales* descritos anteriormente pelo autor e que constam do glossário do Apêndice II. Esses "judeus" não entravam em casas de "não-judeus", nem comiam, nem bebiam onde outros bebiam e se houvesse entre eles intercuro sexual com um não "judeu" o casal era vendido, ou morto. Almada conta que estando um dia na corte de um rei viu um "judeu" próximo ao rei andar nos seus paços pedindo que lhe dessem alguma coisa, já que ele não podia entrar em casa de quem não era "judeu" e como não lhe deram nada, ele proferiu as seguintes palavras: “Forte geração foi a minha, não me fizera Deus antes rato ou cão que não judeu, entram os ratos e os cães em casa do rei e eu não posso entrar”. (MsL, fl. 23) Almada afirma que quando morriam, esses “judeus” não eram enterrados como os outros negros e sim pendurados em árvores, já que acreditava-se que se fossem enterrados não choveria nem haveria colheita naquele ano (MsL, fl.23v).²³⁸

Em suas notas António Brasio comenta a expressão de Almada “como cá” os ciganos. Segundo ele essa expressão indica que a passagem teria sido escrita em “Portugal metropolitano”. (Almada/Brásio: 36) Essa e outras passagens contribuem para o debate sobre onde, quando e por quem teria sido escrita cada versão do Tratado. Jean Boulègue explica que a citação dos "judeus" por Almada é a primeira descrição dessa "casta" de artesãos. Valentim Fernandes já fizera referência à linhagens endogâmicas de diferentes grupos profissionais da África Ocidental, a dos

²³⁸ O sepultamento usual era feito em cemitérios nas aldeias onde os corpos eram depositados em uma espécie de casa de sobrado onde era feita uma cama para deitar o morto que era coberto com panos brancos e pretos. Fechava-se a porta e cobria-se o recinto com terra. Nos túmulos dos reis, punham cinco ou seis camadas de madeira uma sobre a outra cobrindo de terra cada uma delas e, desta maneira, faziam montes muito altos, com oferendas de vinho, leite e outros mantimentos para alimentar os mortos. Em sinal de luto raspavam a cabeça. Um velho ou uma velha se encarregavam de louvar em voz alta o defunto e ao fim todos davam grandes urros, isso durante vários dias enquanto duravam os mantimentos acumulados, e ao fim faziam uma grande festa ao som dos tambores e atabaques. Chamavam a isso “tirar o dó”. (MsL, fl. 23v)

griôs inclusive,²³⁹ comparando-os também aos judeus na Europa. A única semelhança entre uns e outros é o status social inferior tanto dos judeus entre os portugueses quanto dos artesãos e griôs na Senegâmbia. Quanto ao costume de não se enterrar esses "judeus", mas pendurá-los nas árvores, ele afirma que esse costume, válido para a casta dos griôs, não desapareceu totalmente.²⁴⁰

O Tratado conta ainda que nas terras de Borsalo, as mulheres andavam vestidas com panos pretos muito finos, usavam os cabelos trançados com véu preto. Levavam no pescoço colares de contas da “nossa” Índia e andavam com passo lento e um meneio suave, principalmente as rainhas (MsL, fl. 24). Quando as pessoas se encontravam era costume as mulheres se porem de joelhos. A mais velha beija a mão da mais moça que, por sua vez beija a mão da mais velha. Para falar ao rei faziam-se três continências, a primeira inclinando a cabeça, a segunda alargando o gesto e soltando as armas e a terceira prostrando-se ao chão e jogando terra sobre a cabeça em reverência. E assim faziam todos, embora os que frequentavam a corte e encontravam com o rei todos os dias não se prostrassem como os de fora. De joelhos colocavam a mão no chão e encostavam na própria cabeça. Em sinal de obediência aos reis, todos os súditos, (Jalofos, Barbasins e Mandingas) cumpriam esse ritual. (MsL, fl. 24v)

Os reis comiam à vista de todos. Almada alega que o rei oferecia “excelentes refeições para nós”. Antes de comer, o rei mandava chamar os brancos e comia com eles; todos comiam com a mão (MsL, fl. 24v). Os reis tinham alcaides que recebiam as dádivas e compravam as coisas consumidas por eles, capitães-generais a quem chamam de *jagarafes*, capitães-locais chamados *farbas*, estribeiros-móres, chamados

²³⁹ Tal Tamari utiliza o termo "casta" entre aspas quando se refere às linhagens endogâmicas profissionais dessa região, “Linguistic Evidence for the History of West African “Castes””, in David Conrad e Barbara Frank (eds.), **Status and Identity in West Africa. Nyamakalaw in West Africa**, Indiana U. Press, 1995.

²⁴⁰ Boulègue. Notas aos capítulos 1 a 6, In Hair. **An interim and makeshift edition**. Ver também: Mauny, 1955, pp. 62-76.

bigeos e camareiros chamados *buquinegues*. O rei se fazia acompanhar por largo séquito que o precedia nos seus deslocamentos. (MsL, fl. 25).²⁴¹

Nesta terra, segundo o autor, se fazia vinho de uma fruta chamada "sãobirão". Tal informação está no Manuscrito do Porto, mas não no Manuscrito de Lisboa. (Almada/Brásio: 39.) Há ainda *tambarindo*, que são *alfarrobeiras*, e dão cabaças com uma espécie de farinha branca dentro. As árvores que dão essa cabaça são muito altas e grossas e há outras que dão cabaças compridas e pequenas, cheias de um tipo de algodão cor de seda que é misturado ao verdadeiro algodão para tecelagem de panos que parecem de seda. (MsL, fl. 25) Desta árvore, cuja madeira é macia, são feitas embarcações chamadas *almadias*, um tipo de canoa que chega a carregar duzentas pessoas em operações de guerra. No entanto, nessa costa não se faziam embarcações tão grandes como as feitas ao longo do rio de Gâmbia e rio Grande, porque os *Jalofos* não fazem guerra por mar (MsL, fl. 25v).

Os jovens eram circuncidados. A circuncisão era feita pelo cirurgião sem a presença de outras pessoas. Os jovens eram levados para um bosque onde passavam o tempo em jogos e danças.²⁴² Se fossem vistos sofriam muitas pancadas e, por vezes, chegavam a morrer. Ao sair do mato podiam se casar. (MsL, fl. 25v)

Segundo Almada as mulheres *barbasins* "cortavam" partes do corpo e do rosto e muitas desejavam ter lábios grandes, principalmente os inferiores e para isso espetavam espinhos agudos que causavam essa deformação. As escarificações eram

²⁴¹ Todos esses títulos ainda estavam em vigor quando da colonização, mas nem sempre com a mesma definição dada por Almada: os títulos de *Farba* e *Jagarefe* (*jaraaf*) poderiam designar, de acordo com o reino, e às vezes no mesmo reino, funções diversas; *Jagodi* (*jagodin*) - que também aparece tanto para o reino de Borsalo quanto para os *Jalofos* - tornou-se *jawdin* ou *jawrîn*, designava apenas os chefes de aldeias em alguns lugares; *Bigeo* parece corresponder a *bitew*, título portado no Siin e no Saalum pelo ajunto do *Grande Jaraaf*; *Buquinegue* (*bekaneg*) se traduz por valete ou camareiro. Quanto a *alcaide*, é certamente um termo de origem portuguesa para designar alguém que exercia uma função criada pelo tráfico atlântico. A. Kobes (monseigneur). **Dictionnaire wolof-français**. Dakar: Imprimerie de la Mission. 1902.

²⁴² Ritos de iniciação. Ver Carreira CARREIRA, António. "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimofetichistas na Guiné Portuguesa". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, 1961, nº 63, pp. 505-541.

feitas no mato onde permaneciam até a completa cicatrização. As mulheres usavam um pequeno pedaço de madeira nos lábios e, enquanto não estavam curados, usavam uma manteiga crua misturada com pó de carvão para ficarem pretos. (MsL, fl. 26)

Segundo Almada os Mandingas “pareciam” adeptos de “Mafamede” (Maomé), já que os bixirins faziam gestos semelhantes aos muçulmanos que ele chama de “mouros” (MsL, fl. 26). Almada esclarece que nenhuma dessas “nações”,²⁴³ quando na terra dos cristãos, se recusava a receber o batismo. Segundo ele até pediam, e se tornavam muito bons cristãos. Almada sugere então que o rei de Portugal envie padres para assistir a esses negros, o que estimularia outros a lhes seguirem o exemplo. Tal alvitre consta do Manuscrito de Lisboa (MsL, fl. 26), mas foi omitido no Manuscrito do Porto poucos anos depois.

Segundo ele, os homens tinham o hábito de jurar pela vida do rei quando bocejavam ou espirravam, nomeando o rei que então governava. Informa ainda que havia um juramento, chamado *socano camate*, que só podia ser feito pelos reis e fidalgos, sendo proibido aos plebeus. (MsL, fl. 26; MsP, p.42.)²⁴⁴

Manuscrito de Lisboa (capítulo 3) e Manuscrito do Porto (capítulos 5 e 6)

O capítulo terceiro do Manuscrito de Lisboa, “trata do Reino de Gâmbia chamado por outro nome o de Cantor que é o Reino dos Mandingas mui grande em si como se dirá” foi dividido em dois no Manuscrito do Porto. O rio Gâmbia é

²⁴³ Horta. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.649-675, set/dez 2013.

²⁴⁴ Jean Boulègue anota que o termo *camate* (Kamate) é mencionado nos textos europeus dos séculos XVI ao XVIII e traduzido geralmente por “diabo”, o que é apenas uma interpretação. A palavra não está mais em uso. Boulègue. Notas aos capítulos 1 a 6, In Hair. **An interim and makeshift edition.**

apresentado como um ambiente de grande circulação de pessoas e produtos, sendo um destino assíduo das caravanas.

O chamado "reino de Gâmbia" é apresentado como uma sucessão de pequenos reinos sujeitos uns aos outros a cada vinte léguas a medida em que se sobe o rio Gâmbia cuja a entrada fica a cinco léguas da barra do rio dos Barbasins. Segundo Almada, o Rio Gâmbia estava todo povoado de Mandingas, sendo que os que habitam a margem Norte do rio prestavam vassalagem ao senhor do Borsalo. Esses reis pequenos prestavam vassalagem também aos farões (MsP) ou farins (MsL, fl. 26v), título que entre os Mandingas era de maior dignidade que o de rei.²⁴⁵

O Rio Gâmbia é descrito como sendo de fácil entrada, navegável por cerca de 160 léguas, doce e com força suficiente para empurrar suas águas mar adentro por trinta léguas no verão e seis ou sete no inverno. Há muito arvoredo em ambas as margens, também mangues e *lalas* (planícies alagadiças). Almada informa que ali se plantava arroz e que o rei de Portugal deveria mandar plantar canaviais ao longo do rio, assim como milho e legumes. Segundo Almada o rio Gâmbia era um local de grande comércio de escravos, além de roupa branca e preta, algodão, muita cera e mel. Nesse rio se fazia também o maior comércio de marfim dos rios de Guiné. (MsL, fl. 27; Almada/Brásio: 44)

As aldeias eram bem assentadas, de muitas casas e moradores que viviam em casas redondas de taipa, cobertas com palha. Essas povoações ficavam todas ao longo do rio porque, segundo Almada as pessoas eram para ali atraídas "por amor do trato que tem com os nossos". Subindo o rio, chegava-se ao porto de Cação (MsP, p. 45) ou

²⁴⁵ Sobre isso, Boulègue explica que o emprego do termo reino para se referir à Gâmbia é bastante aproximativo. Como o próprio autor indica, a maior parte das regiões ribeirinhas dependiam do Império do Mali que se estendia bem acima da Gâmbia, enquanto uma parte da margem norte pertencia ao reino do Saalum. Farões ou Farins deriva do título Malinke *Faren*: chefe, governante. Os chefes de província do Império do Mali tinham sob sua autoridade os reis locais das populações submissas. Boulègue. In Hair **An interim and makeshift edition.**

Casão (MsL, fl. 27v), pouco receptivo aos brancos. Segundo o autor, toda a banda do Sul do rio era perigosa para os brancos porque seus habitantes eram “maus e traiçoeiros”: “prezavam-se de matarem brancos, e de tomarem navios, como já teriam feito a alguns”. Construíam fortalezas ao longo do rio e esteiros, “fortes de madeira muito forte, fincada toda a pique e terraplanada, com suas guaritas, baluartes, praças de armas, nas quais pelejam e flecham”(MsL, fl. 28; (Almada/Brásio: 45). Almada chama a atenção para o fato de haver muitos roubos de carga nesse rio, principalmente de escravos. A mercadoria mais valorizada para o resgate de escravos nessa região era a cola, que os luso-cabo-verdianos traziam da Serra Leoa. Era proibido comprar escravos roubados: “viu-se já em Guiné trazerem a vender alguns escravos destes aos nossos, e eles por respeito de os defenderem os não compraram. E os que os traziam e vinham vender, por não serem descobertos, os mataram em terra” (MsL, fl. 29).

Nessa passagem do Manuscrito do Porto, Almada se posiciona como um súdito cumpridor das leis e leal a seu soberano. Por outro lado, de forma respeitosa, expõe seu argumento sobre a legitimidade do tráfico e diz: “não sei se fora bom comprá-los [aos escravos furtados], por que resultava disso receberem o baptismo e serem cristãos; não me meto mais largo nessa matéria, por que são casos que eu não sei determinar” (Almada/Brásio: 47).

Esse trecho tem versões bastante distintas em cada manuscrito que, de certa forma, se complementam. No ano de 1578 (MsP, p. 49) ou 1579 (MsL, fl.30), Almada estava na aldeia de Sutoco para comerciar com mercadores Mandingas. Esses mercadores traziam ouro, principalmente em pó, para trocar por manilhas (argolas) de cobre, na proporção de um arrátel de ouro para 1440 manilhas, segundo o MsL. Esse ouro, muito fino, era escondido em canos de penas grossas de aves e em ossos de

gatos, sob a roupa. Almada negociou com o capitão da guarda de uma caravana, No MsP esse capitão aparece com o nome de Anhadelen e teria contado terem vindo de Timbuctu, de onde traziam o ouro, para comprar manilhas de cobre.

Havia entre os cabo-verdianos a preocupação de saber o uso dado a tais manilhas. Esses mercadores mandingas eram também religiosos e suspeitava-se queriam as manilhas de cobre para levar ao Grão Turco, o Sultão do Império Otomano que as fundia para fabricar peças de artilharia. Tal preocupação motivou Almada a interrogar o capitão e descobrir que essas manilhas seriam vendidas aos “cafres” que as usavam como ornamentos nos braços e pernas (MsL, fl30v-31).

Nesse ponto, há divergências na escrita dos relatos embora um e outro não se distanciem no que diz respeito à explicação. Enquanto no manuscrito de Lisboa Almada escreve:

estes negros fazem sua veniaga [comércio] com os cafres e esta é a verdade, e não há outra cousa, e o mesmo levam ao reino do Gualhalho, chamado por nós Gago e ao Grão Fulo, e o que me faz certo ficar mais de como não queriam manilha senão para ornamento de as trazerem, foi por que das que levei se quebraram como mil manilhas em pedaços; e cometendo eu ao capitão da guarda daquela cáfila que as comprasse, disse-me que não serviam; dizendo-lhe que lhe daria duas quebradas por uma, respondeu-me que ainda que lhe desse dez por uma as não tomava, por que lhe não serviam e as não queriam senão sãs para as trazerem, por onde me desenganei da suspeita que tinha. (MsL fl. 30v-31)

No manuscrito do Porto Almada fornece mais informações sobre o uso das manilhas:

por que algumas pessoas punham em dúvida se estes mercadores vinham por ordem do Turco a resgatar esta manilha de cobre; para fundir artilharia, informei-me bem dos mercadores, donde iam fazer este resgate deste ouro, e para que queriam lá as manilhas. Soube de certo que as manilhas lhes não servem para mais que para ornamento e arreio das suas pessoas, e as trazem nos braços e pernas; em tanta estima as tem e em mais do que cá temos o ouro. E sem falta nenhuma vem este ouro e o que vai a Tumbocutum, das terras de Sofala. Por que falando com Anhadelen, capitão daquela cáfila perguntando-lhe miudamente donde iam e donde levavam as manilhas, me disse que aos Cafres, nomeando-os por este próprio nome. (Brásio, **Tratado breve**. p. 49)

Havia no rio Gâmbia três grandes “casas de religião” ou “conventos”, como Almada também se refere às mesquitas e madrasas muçulmanas. A primeira era na boca do rio, de grande veneração, por poderem ver dela o mar oceano; a segunda ficava setenta léguas subindo o rio, na localidade de Malor; e a terceira estava a cinquenta léguas da segunda, na aldeia de Sutoco.²⁴⁶

Almada conta que oitenta ou noventa anos antes, os Fulos invadiram essa terra com tantas pessoas que cobriram as *lalas* e conquistaram todos os Mandingas, Cassangas, Banhuns e Buramos até chegarem ao rio Grande, terra dos Beafares, onde foram derrotados. No Manuscrito de Lisboa o episódio teria ocorrido cerca de 120 anos antes (ca.1470), enquanto no do Porto o autor sugere que isso teria se passado oitenta ou noventa anos antes (ca.1500). Para atravessarem o rio Gâmbia, os Fulos construíram uma barragem no rio. Segundo a história, seu exército era tão grande que não precisaram carregar mais que uma pedra cada soldado. Almada diz ter visto o chamado “Passo dos Fulas”.²⁴⁷

Almada conta ainda que rio acima haviam dois farins e que os cabo-verdianos davam dádivas aos dois. O primeiro era o farim de Olimança;²⁴⁸ o segundo é nomeado apenas no manuscrito de Lisboa, onde é chamado *Cabo*. Creio tratar-se do reino do Gabu ou Kaabu.

²⁴⁶ Para Boulègue, esses religiosos poderiam ser Jaxanke, grupo de origem soninke, especializado nas funções religiosas e instalado sobretudo em Jaxa, no Bambuk, região do Alto Senegal, na atual República do Mali. O mesmo autor frisa que as aldeias de Sutoco e Jagrançura, citadas por Almada, já haviam sido indicadas por Pacheco Pereira como lugares de comércio de ouro. Sutuko é assinalado em mapas do século XVIII e existe ainda hoje uma localidade com esse nome no Wuli, na atual República de Gâmbia. In Hair. **An interim and makeshift edition.**

²⁴⁷ Jean Boulègue afirma que essa passagem dos Fulas figura em mapas do século XVIII e que o episódio é uma página importante da história da Senegâmbia referido por Donelha, que o data de 1460; e por João de Barros que o data durante o reinado de D. João II (1481-1495). Donelha e Barros dão nomes diferentes ao líder da invasão: Temalá, para este, Dulo Demba para aquele. Temalá pode ser Tengela, conhecido na tradição oral como o conquistador do Fuuta Jalom. In Hair. **An interim and makeshift edition.**

²⁴⁸ Olimansa era o rei do Oli, senhor do Uli ou Wuli, um reino mandinga situado na margem norte do Rio Gâmbia onde ficava Sutuko, principal lugar de comércio de ouro no Gâmbia. Na outra margem do rio, ao sul, ficava localizado o Gabu ou Kaabu.

Manuscrito de Lisboa (capítulo 4) Manuscrito do Porto (capítulos 7, 8 e 9)

Trata o capítulo quarto do MsL “dos Arriaatas, Falupos, Casangas, Banhuns e Papeis chamados por outro nome Buramos”, apresentados em três diferentes capítulos na versão do Porto. São eles: capítulo sétimo “que trata dos Arriatas e Falupos, negros que habitam do Cabo de Santa Maria para o Sul”; capítulo oitavo “que trata do Reino de Casamança e o que nele há”; e capítulo nono “que trata do Reino dos Buramos e seus tratos e costumes”.

Almada informa que na banda do Sul da foz do rio Gâmbia situa-se o Cabo de Santa Maria, a treze graus e meio, próximo ao qual se encontram uns baixios com recifes de pedra. Ao sul estão os Mandingas (chamados Combomansa no MsP), com quem se podia negociar arroz. Esses "gentios" eram considerados bravos pois cumpriam ordem do seu senhor de rio acima para defenderem a entrada do rio.²⁴⁹ Do Cabo de Santa Maria até a entrada da Barra de São Domingos, dada à resistência daquelas populações aos brancos e ao comércio Atlântico Almada alega que os “negros” se encontravam por “amansar”.²⁵⁰

Dos baixios para o sul estavam os Falupos, que constituíam uma outra nação. As terras dos Falupos se estendiam do Cabo de Santa Maria ao Cabo Roxo, que fica a uma légua da Barra de Casamansa. Em frente aos Falupos, habitavam os Mandingas, que eram bastante aguerridos, utilizavam pirogas de guerra em incursões ao longo da costa entre o Cabo de Santa Maria e o Roxo. Nessas incursões capturavam muitos

²⁴⁹ Creio que Brásio tenha feito confusão nessa passagem do texto, pois chama o lugar de Combomansa, provavelmente o copista entendeu errado Cabomansa, em referência ao senhor do Gabu, e grafou Cõbomansa, induzindo Brásio ao erro.

²⁵⁰ Nestes Baixios estavam os Arriatas, que falavam Mandinga (malinke) e também a língua dos Falupos. Os Arriatas não se circuncisavam como os Mandingas e Banhuns da região.

Falupos. Entrando pela Barra de Casamansa encontravam-se os Jabundos, que falavam a língua dos Banhuns, e se entendiam bem com os Cassangas e Mandingas. Ao sul ficava a terra dos Banhuns, onde se negociava cera e escravos.

Sobre essa região Almada informa que há mais de vinte e cinco anos não entram lá embarcações para comércio por causa da guerra entre eles, tendo o rei de Casamansa determinado o fechamento da entrada. Sendo o rio muito estreito, as embarcações ficavam vulneráveis. Os Falupos atacavam e matavam todos os brancos. Eram bons marinheiros com suas pirogas e, se um navio ancoravam eles cortavam as amarras para que o navio chegasse à margem e então o tomavam.

A entrada na região se fazia então pelo rio de São Domingos, chamado Putamo, até o estreito chamado Timis, onde se negociavam escravos e vacas, principal mercadoria dos Bijagós. Ali viviam os Falupos, que andavam nus como os Buramos, cobertos apenas por peles de cabra ou por uma saia de folhas de palmeira. Suas fechas eram envenenadas (“ervadas”) e na ponta, em lugar de ferro, usavam a espinha de um peixe chamado bagre. Acima deles viviam os Banhuns e mais além os Cassangas. Todos se entendiam. Os Cassangas se vestiam à maneira dos Jalofos e Mandingas. Nesta região, encontravam-se alguns cavalos vindos de Cabo Verde, da terra dos Jalofos ou dos Mandingas.

Os bixirins faziam parte da corte do rei local e o principal deles, com o título de “Alemane”, era próximo do rei. Dessa informação Almada inferir que um *Imam* (al-Imam) frequentava a corte Casamansa. Narra um episódio no qual que um bixirim próximo ao rei dos Cassangas interrogou um rapaz estrangeiro com o qual não conseguiu se entender. O bixirim escreveu algumas letras na testa do rapaz. Uma bacia de água foi posta diante do moço que, não conhecendo a língua, era capaz de ler as letras escritas em sua testa. Essa passagem do texto corrobora a tese que o Islam já

era amplamente disseminado na região, pois, ao que parece, os dois se comunicaram pelo uso do árabe escrito. Com as informações fornecidas pelo rapaz o rei atacou navios emprestados pelos portugueses. Durante o ataque o bixirim com uma varinha na mão, dirigindo os homens, e ajudando na vitória do rei (MsL, fl. 39). Esse trecho mostra a participação de religiosos muçulmanos e dos traficantes de escravos luso-cabo-verdianos nas querelas locais.

A seguir, o relato de Almada faz mais revelações importantes no que diz respeito ao tráfico de cativos. Na administração da justiça, a exemplo de outras regiões, nesta terra também havia um tipo de juramento para dirimir dúvidas, chamado da água vermelha. Tratava-se de uma água tingida com folhas maceradas de determinada árvore que era dada às partes em confronto. Aquele que vomitasse primeiro ficava livre. Muitos morriam tomando essa água, geralmente aqueles que o rei queria. O costume era dar de beber primeiro à pessoas que o rei não queria que morresse. Depois disso o rei punha o dedo polegar embebido em veneno na bacia envenenando a água para seus desafetos. Quem morria tinha todos os seus bens confiscados e sua família escravizada. Mais uma vez o tema do tráfico de escravos aparece com destaque. Os próprios juízos e costumes daqueles povos estavam diretamente associados à escravização.²⁵¹

Nestas terras, antes de ser enterrado o morto era colocado em uma armação de paus e coberto por panos pretos. A armação era carregada nos ombros em desfile ao som de trombetas de marfim e buzinas. O cortejo caminhava com grande ímpeto, como se estivessem possuídos por demônios, a quem chamavam de *jabacouce*. Durava o funeral muitos dias som de tambores e trombetas com muitas danças, o que

²⁵¹ Há um estudo da Catarina Madeira sobre a transformação no Reino do Kongo no século XVIII quando tornou-se mais comum escravizar os próprios súditos.

demandava grande provisão de mantimentos e bebidas. Esse era o costume entre os Cassanguas, Banhuns e Papeis (ou Buramos).

Outro costume bem proveitoso para o rei era aquele que determinava que toda pessoa que caísse de uma palmeira fosse considerado feiticeiro, o que permitia ao rei confiscar todos os seus pertences, bem como a toda a sua descendência e esposas. Conta Almada que, “estando nesta terra no ano de 70”, ou seja 1570, com objetivo de cobrar uma dívida do rei, o qual não lhe pagava de propósito para retê-lo lá, presenciou a morte de um homem que caiu de uma palmeira. Sua morte levou à escravização de cerca de quarenta pessoas de sua família, entre homens e mulheres, tendo sido uma delas oferecida a ele pelo rei.

Quando o rei comia ou bebia em público, protegia-se atrás de panos brancos, para que não fosse visto pelos circunstantes, mas, dentro de sua casa, costumava comer com os brancos.

Em público diante dos seus come coberto como fica dito. E ali lhe trazem suas mulheres muitas gamelas grandes que levam muitas delas doze e treze alqueires de mantimento cozido com grandes postas de carne dentro; e apresentando ao Rei estas gamelas toma elas salva dos mantimentos se estão bem guizados e reparte aquelas gamelas por os fidalgos que o acompanham ajuntando dez, doze, segundo o tamanho do vaso e estes se metem dentro em um bosque dentro do qual estão os paços e em muito breve espaço as despejam; destribuídos os mantimentos recolhe-se o Rei a jantar ou cear com os brancos, se os tem na sua corte; jamais com o Masatamba depois de ser Rei comeu negro nenhum, nem seus irmãos, nem filhos. (Almada/Ribeiro: fl. 40v)

Almada conta ainda que nessa terra havia um rei de nome Masatamba que comia em mesa alta com toalhas brancas e cadeira de espaldar, e que, depois de ter sido entronizado, embora comesse às vezes com os brancos, nunca mais comeu junto negro nenhum, nem com filhos ou irmãos (MsL. fl. 40v)

Com a morte do rei abria-se a disputa sucessória. O “capitão dos escravos” do rei morto escolhia o novo rei entre os pretendentes (irmãos, sobrinhos e filhos do rei).

Pela descrição é possível perceber que a guarda real era constituída por escravos e que o papel preponderante na sucessão do reino era desempenhado pelo chefe da guarda que não podia, ele mesmo, aspirar ao trono.

Almada afirma que esses povos, a exemplo dos demais, faziam oferendas a seus mortos na forma de mantimentos cozidos e vinhos. Não se bebia vinho sem antes derramar um pouco no chão, pronunciando palavras semelhantes às orações dos funerais. Seus “ídolos” eram paus fincados no chão debaixo de uma árvore grande e frondosa. Esses paus eram chamados *china* (pronuncia-se kina). Eram reverenciados com oferendas de vinho e alguidares com papas de farinha de arroz e de milho e com sangue de vaca, cabras e outros animais que era, protegidas de ataques de animais por uma cerca de paus fincados à sua volta. Nas guerras, costumavam cortar o membro viril dos mortos. Os vencidos eram trocados por vinho, cavalos, algodão, tintas, ferro, contas das índias, vestidos bons para o rei, peças de prata e ouro. Criavam abelhas em colmeias feitas de canastras de palha revestidas de excremento de boi, que eram dependuradas em árvores que chegavam a abrigar mais de duzentas colmeias.

O rei de Casamansa teria poder sobre os Banhuns, mas devia obediência um ao farim Cabo (provavelmente Gabu) que, por sua vez, devia obediência a outro e assim por diante, até chegar ao Mandimansa, o imperador de todos os negros do “*nosso* Guiné do Cabo Verde”. No MsL, Almada conjectura a possibilidade de estarem sob seu poder os povos Congo e Angola (MsL, fl. 42v).

A doze graus para o interior ficavam os Falupos, dos quais já se falou, que faziam fronteira com os Buramos pela parte Norte do seu território e ao sul do Rio São Domingos. Neste ponto da narrativa o autor divide os capítulos oitavo e nono no MsP.

O reino dos Buramos era muito grande. A primeira povoação a entrar em contato comercial com os portugueses foi Cacheu, situada no rio Farim que deságua em um canal chamado São Domingos pelos portugueses. As casas dessa povoação eram redondas, feitas de taipa, agrupadas em núcleos cercados segundo as posses dos seus proprietários. A taipa era feita de um barro branco tão bom quanto o cal e cobertas por folhas da mesma palha com que era feita a cestaria. Almada conta que no passado lá teriam habitado brancos lançados. Em cerca de 1588, sem ajuda do rei de Portugal ali se estabeleceram brancos lançados em aldeias fortificadas, preparadas para enfrentar os ataques de grupos locais que habitavam entre o rio e o mar. Contavam com alguma artilharia que usavam para defender a entrada da aldeia dos ingleses e franceses, que costumavam tomar seus navios. Esse forte e a própria aldeia foram construídos por um certo Manoel Lopes Cardozo, vizinho da Ilha de Santiago, que obteve para isso a licença do soberano da terra, chamado Chapala, com o argumento de defender o porto dos inimigos. Feito o forte, disse ao rei que era preciso construir casas para os brancos que defenderiam o forte e assim foi levantando a aldeia que atraiu muitos brancos que viviam nas redondezas. Em 1590 o povoado resistiu a ataques de grupos locais. Depois de três dias de luta e tendo sofrido pesadas baixas, conseguiram resistir e garantir novamente condições de residir e comerciar na região.

Um indicativo da importância do povoado era a celebração da Quaresma. Ali se confessavam mais de setecentas pessoas entre brancos e escravos cristãos. Os lançados faziam negócio com os franceses e ingleses vendendo couro, marfim e cera. Esse comércio levou o bispo de Cabo Verde a intervir para garantir a remessa de cera e o culto nas Ilhas. O principal item de comércio do rio de São Domingos era o

algodão, tecido à maneira local e trocado pelos lançados por ferro e vinho, roupa de linho, vestidos e calçados, além de contas das Índias.

Cacheu tinha dois soberanos, um chamado Mompata (uma espécie de governador) e outro Chapalas, com poder acima do primeiro. A terra do Buramos era muito vasta se estendendo pelo Farim rio acima e barra afora muitas léguas. Toda essa área era densamente povoada sob as ordens de vários chefes locais. Os habitantes da região andavam nus, escassamente cobertos por uma pele de cabra ou por folhas de palmeiras e untados com azeite. Suas armas eram azagaias e fechas, mas não eram considerados muito aguerridos. Os reis destas terras tinham muitos vestidos levados pelos portugueses usados apenas em situações especiais como entrevistas com capitães de navios ou com o feitor.

O rei Chapala de Cacheu, achando-se algumas vezes na povoação dos brancos quando era rezada a missa, prestava-se a acompanhá-la com muita atenção, repetindo todos os gestos como ajoelhar-se e fazia todas as demais mesuras tendo chegado mesmo a advertir algum branco que ousasse conversar durante o serviço religioso. Certa vez, por ocasião de uma missa de Natal, ele ofereceu ao padre oficiante uma escrava muito boa e formosa. Na opinião de Almada, não há mais conversões ao cristianismo por falta de quem faça a catequese, já que os gentios eram idólatras e ficavam muito admirados quando presenciavam as celebrações das quintas-feiras de indulgências, quando se saía em procissão com os penitentes carregando as insígnias da Paixão. Diz ele que já havia quem enviasse os filhos para serem evangelizados junto aos escravos dos brancos quando por ali passava algum clérigo, como o padre João Pinto, enviado por Sua Majestade para evangelizar aquelas paragens.

Negro, o padre vivia exemplarmente e merecia o respeito de todos, brancos e negros. Segundo Almada quando ele entrava no recinto o próprio feitor do rei se

levantava para oferecer-lhe o assento. Sob alegação de que os lançados não observavam as leis da igreja, o bispo da Ilha de Santiago suspendeu o padre, ordenando que permanecesse na Ilha de Santiago. Inquirido pelo bispo sob as ordens de quem tinha vindo para a Guiné, o padre respondeu que havia sido enviado por Sua Magestade, que também enviara o próprio bispo.

Segundo Almada a aldeia de Cacheu era a mais saudável da região porque se situava na parte mais aprazível do rio, onde a terra era arejada. Subindo o Farim, um a noroeste um braço do rio vai a Bugundo, terra dos Banhuns que mais adiante fazia fronteira com a terra dos Casangas que ficavam cercados pelos Buramos. No passado brancos tinham morado na aldeia de Bugundo pelo forte comércio de escravos e de mantimento que abrigava. Os Banhuns andavam vestidos com camisas como os Cassangas e traziam uns panos como calções. Suas armas eram massas com quinas com as quais acertavam a cabeça dos inimigos e os matavam. As mesmas armas eram usadas pelos Cassangas. Banhuns, Cassangas e Buramos se davam bem e frequentavam as mesmas feiras o que indica fortes laços comerciais entre eles, provavelmente sustentados pelo sucesso do comércio de escravos na região. Esse era, com certeza, um forte atrativo para os portugueses que ali se estabeleceram para comprar escravos.

Os três povos faziam o juramento da água vermelha. Na terra havia muito milho, arroz, vacas, cabras, galinhas, marfim, cera, mel e vinho feito de milho ou tirado da palmeira. As boas mercadorias de troca eram o algodão, tecidos, tintas do rio Nuno, vinho, ferro e cavalos. Todos eles domesticavam os bois que recebiam uma correia nas ventas usada como freio.

Sendo esta uma terra forte no comércio muitas vezes destrataavam os brancos e, segundo Almada, não raro lhes aplicavam bofetadas. Alguns fidalgos da casa real,

conhecidos como Reinaldos e Roldaes, estavam entre os que mais maltratavam os brancos, espancando-os e deixando-os nus em público. Dez anos antes do relato, Francisco de Andrade, sargento-mór da Ilha de Santiago, acertou com o Masatamba, rei de Casamansa, a transferência dos brancos da região para a aldeia do Buguedo. Eles acabaram por se instalar em um braço pequeno do rio Farim, num local chamado Sarar, onde fundaram um povoado ao qual deram o nome de São Felipe em honra de Sua Majestade.²⁵² A aldeia de Buguedo era muito insalubre, com muitas mortes, enquanto São Felipe era mais saudável e segura, com boa água, ficando a um dia de viagem de Brencomar, sede da corte do rei Masatamba.

Por muito falar de marfim, Almada resolve contar como se matavam os elefantes em algumas partes da Guiné. Na costa, os caçadores os atacavam com azagaias à pé ou a cavalo, animal desconhecido dos elefantes e que lhes causa grande espanto. No rio Gâmbia usavam o mesmo método e conta Almada que, achando-se no rio de Cantor, presenciou o farim de Olimansa abater mais de doze elefantes em menos de um mês. Os Cassangas, por sua vez, costumam fazer tocaias no alto das árvores cujos frutos são apreciados pelos elefantes, armados com lanças de bom peso com comprimento de dez palmos e grossura de duas mãos juntas que tinham na extremidade um buraco onde entrava uma ponta de ferro de pelo menos palmo e meio de comprimento por um palmo de largura devidamente envenenada. Quando o elefante vinha comer as frutas, eles lhe saltavam em cima, cravando a lança. O elefante se punha a correr, livrando-se da lança, mas guardando a ponte envenenada no dorso. Quando o veneno chegava ao coração, o bicho morria. Seguindo o rastro de sangue, o caçador localizava o animal e avisava os oficiais do rei, a quem destinavam

²⁵² Felipe II (1578-1621) foi entronizado rei de Portugal em 1598. O fato recente deu origem ao nome do povoado indicando a data aproximada do evento.

as patas do elefante. O caçador e sua gente comiam as carnes e vendiam o marfim e os demais dentes.

O rei dos Cassangas era mais poderoso do que o dos Banhus e os sujeitava. Os Cassangas andavam vestidos como os Jalofos e Mandingas e usavam nas guerras azagaias e flechas, e também mandugos, que eram feitiços de que já tratamos. Havia outros negros da mesma nação dos Banhuns chamados Chãos, que viviam ao norte de Buguendo e eram mais belicosos do que os que viviam em Buguendo. Eles costumam descer o rio em pirogas para atacar os habitantes de Buguendo de dia e de noite. Sua terra chamava-se Bichangor e o seu rei era amigo dos brancos, que negociavam com ele escravos e mantimentos. Buguendo tinha boa água e um local para conserto de navios.

Do rio São Domingos se tiravam mais escravos do que de qualquer outro local da Guiné. Havia feiras todos os dias em locais diferentes. Os Buramos e Banhuns de Buguendo e Cacheu falavam muito bem o português o que facilitava o comércio.

Era costume nessas terras que o rei tivesse muitas mulheres e todos os fidalgos que tinham filhas as ofereciam ao rei como esposas. Estas, depois de passarem um tempo na corte, voltam para casa dos pais e seguíam a vida, e seus filhos eram considerados fidalgos. Certa vez o rei de Casamansas convidou Almada para comer com seus filhos, mais de setenta. Almada teria dito que achava difícil que um homem pudesse ter tantos filhos, a menos que tivesse sido ajudado por outros. As mulheres do rei são tantas que ele nem as conhece a todas, já que Almada conta que viu o rei da Casamansa interpelar uma mulher que vinha lhe dar de comer, dizendo que ela não era sua esposa, o que a levou a mostrar um sinal que tinha na perna, que demonstrava ser ela uma esposa real.

Nesta terra dos Banhuns havia uma pimenta que trepava pelas árvores e dava em pencas como uvas, a qual chamavam mantulinha, e outra a que chamam malagueta que davam em grandes árvores também em cachos, era comprida e tinha caroços redondos muito pequenos que, segundo os negros, curavam dor de barriga. Havia poucas frutas e a melhor era uma chamada mompata, que era redonda do tamanho de um limão e da cor de uma pera parda. Bem doce, possuía um caroço, e dela se fazia um vinho. Havia muitas cabaças que dão uma farinha branca da qual já se falou, havia bananas. Também havia muito bom pescado e ostras que eram frequentemente vendidas de porta em porta para os brancos, além de galinhas e outros mantimentos. Os Banhuns são muito espertos e servem aos homens como às mulheres, viajam nos rios como grumetes a soldo como se fossem criados entre os portugueses.

No caso de furtos ou querelas mais graves, havia um outro juramento feito pelos reis e senhores sobre obedecer às leis, no qual comiam carne de cão, cujo sangue é oferecido aos "chinas". Nessa ocasião, jogavam no rio dois frangos atados pelas pernas e amarrados a uma pedra para irem ao fundo.

A barra do rio São Domingos é de difícil acesso, com muitos bancos de areia e baixios dificultando a sua travessia. A foz é composta por três canais: o grande que fica abaixo do Falulo a leste; o canal do sudoeste que fica abaixo do Falulo a noroeste; e o canal dos caravelões que demanda a ajuda dos ilhéus para ser usado. O nome indica que por ali entravam as embarcações maiores. Mais acima, entre os baixios do norte e a Praia das Vacas, na terra dos Falupos, fica o Canal de Afonso de Rião. Saindo da barra existem três ilhotas. Adiante das ilhas ficava o porto de Busix, aí habitava um povo rico em prata lavrada que eram inimigos dos "brancos": matavam os portugueses e tomavam suas embarcações.

Próximo à terra firme dos Buramos estava um porto usado pelos navios portugueses que ali se abasteciam de água e mantimentos. Os habitantes desse porto tinham seu próprio rei. Andavam nus, assim como o rei, ainda que possuíssem muitas roupas europeias. Suas casas eram redondas, feitas de taipa ou de adobe, cobertas de um tipo de palha. Possuíam várias portas e muitas divisões feitas com madeira, de modo que mais pareciam labirintos. A arquitetura das casas tinha como objetivo proteger seus moradores dos ataques dos Bijagós que viviam na barra do rio São Domingos.

No rio São Domingos havia comércio de tecidos e escravos mas a principal mercadoria era a noz de cola vinda de Serra Leoa e era trocada por fio vermelho, pano vermelho e contas da Índia.

Figura 7

Carta da "Guiné do Cabo Verde"



Fonte: Santarém. *Notice sur André Alvarez d'Almada et sa Description de la Guinée*, [sinopse de Henri Ternaux-Compans]. Paris: Arthur Bertrand Libraire. 1842. Sem numeração de página.

Do capítulo 5 do Manuscrito de Lisboa e dos capítulos 10, 11 e 12 do Manuscrito do Porto

O capítulo quinto do Manuscrito de Lisboa, "que trata dos Bijagós e Beafares, das suas leis, costumes, vestidos, armas e de todo o mais que nestas partes há", equivale aos capítulos décimo, "que trata dos Bijagós e seus costumes", décimo-primeiro, "que trata do Rio Grande, terra dos Beafares e seus costumes", e décimo-segundo, "que trata do que mais há nessa terra dos Beafares", da cópia Tratado na versão do Manuscrito do Porto. Há bastante informação adicional na versão editada por António Brásio em relação à versão inédita, vou tentar contar a seguir a história tal qual é apresentada por Almada salientando as diferenças entre uma versão e outra.

À entrada do rio Grande, estão as Ilhas dos Bijagós: Roxa, Bonabo, Orango, Xoga, Farangue Huno, Formosa, Curete, Carraixa, Grão Camona (no Manuscrito do Porto chamada Ilha de João Vieira), do Meio, dos Cavalos, do Polão, dos Fanados, das Galinhas, de Matambole (também chamada Ilha dos Escravos) e Ilhéu dos Papagaios. Excetuando-se a Ilha das Galinhas, que era habitada por Beafares, todas as demais eram habitadas por Bijagós.²⁵³ O rei de Portugal outorgou aos povoadores e moradores desta ilha os mesmos privilégios, franquezas e liberdades já concedidas aos povoadores das ilhas do Cabo Verde.

Os Bijagós não tinham rei, apenas "fidalgos" que viviam apartados com suas famílias distantes uns dos outros, sob a autoridade dos mais velhos. Eram grandes guerreiros no mar e tinham o costumes de dar grandes assaltos às terras dos Buramos

²⁵³ Estas ilhas eram chamadas Ilhas do Boão ou do Infante. Segundo Brásio em sua edição para o Tratado, essa seria uma referência ao Infante Dom Luís, irmão de Dom João III, que as mandou povoar, conforme está documentado na Carta de 5 de Setembro de 1534, constante da **Monumenta Missionária Africana**. Brásio. **Tratado breve**. p. 87; MMA. II-2, doc. 84. pp. 226-263.

e mesmo fazer guerra uns aos outros no mar em suas almadias (Almada/Brásio: p. 88).

Antes da construção do forte português de Cacheu os Bigajós também atacavam esse povoado com homens treinados usando rodela²⁵⁴ para a luta corpo a corpo. Também lançavam azagaias (chamadas *canicos*). Almada descreve as azagaias medindo "de dois palmos, de ferro roliço, e na ponta tinham um ferro como uma gínetta nossa". Tinha ainda adagas, alfanges e flechas feitas de espinha de bagre envenenadas (Almada/Ribeiro:124).

O autor do Tratado afirma que os homens Bijagós tinham três ocupações: construir embarcações; fazer a guerra; e tirar vinho de palma. As mulheres construíam as casas e desempenhavam. Antes de irem para a guerra, os Bijagós consultavam espíritos, aos quais Almada chama "demônios", e iam para a batalha untados com almagre (uma espécie de argila avermelhada) e gesso. Cobriam-se com muitas de aves nos cabelos trançados e com rabos de cavalo pendentes do pescoço sobre as costas. As guerras resultavam em muitos cativos vendidos como escravos. Já no tempo de Almada resgatava-se naquelas ilhas muitos escravos Buramos e Beafares. Para isso era necessário seguir o seguinte ritual contado no Tratado:

entrando algum navio nosso em qualquer dos seus portos, vem o fidalgo da terra ao mar na sua almadia; dizem-lhe que aquele navio é seu; tomam o cabo da driça e dão-lhe na sua mão; feito isso traz ele da terra uma cabra ou capão, que matam, sangrando-o com uma faca, e tomam um pequeno do sangue e untam ao senhorio do navio nos pés, e põem-lhe a cousa morta nos peitos; fazendo-se esta cerimônia fica tudo seguro. (Almada/Brásio: p.89)

Os Bijagós também vendiam escravos de seu próprio povo, obtidos nos juízos. Almada alerta que os Bijagós não eram bons cativos, salvo se comprados ainda muito pequenos, pois senão "todas as vezes que querem morrer, morrem (...) não fazem mais

²⁵⁴ Tinham rodeleiros, homens armados com rodela que era um escudo redondo de couro, coberto por chapas ou lâminas de metal, usado pela infantaria no combate corpo a corpo.

que tomarem o fôlego e morrerem", principalmente os homens (Almada/Brásio: p.90).

As mercadorias correntes nas Ilhas dos Bijagós eram panos vermelhos, cobres feitos em caldeirões, bacias de latão, margarideta grossa, vacas, *gibosos* (bezerros de um ano) e ferro, além de mantimentos como o milho, o arroz e *mancarras* (um tipo de fava comestível de feitio redondo). Em 1569, Francisco Barroso, um homem da Ilha de Santiago, encontrou grande quantidade de âmbar nas ilhas do Bijagós, mas, segundo Almada, não se soube aproveitar esse comércio.

Depois dos Bijagós Almada trata dos Beafares que viviam no rio Grande. O autor descreve as condições de navegação no rio até a aldeia de Bisegue. Onde o rio Grande encontra com o rio Guinala, ficava o mais importante porto comercial daquele rio: a aldeia chamada Guinala. Esta aldeia estava repartida entre três "fidalgos" que Almada chama de "duques". Um governava Mompara (terras do Noroeste), outro Bixioli (terras do Sudeste), e um terceiro que nada informa sobre ele. Segundo Almada era costume entre eles a alternância entre "reis fidalgos" e "reis plebeus" (ferreiros ou sapateiros), sendo escolhido sempre o mais velho entre os candidatos. Assim os reinados nunca duravam muito, passado um tempo os reis eram assassinados em seus palácios, chamados *bruco* e isso não provocava espanto. Feito o sepultamento realizava-se o juramento da água vermelha, perguntando ao rei morto quem o matara.

Os homens andavam vestidos com camisas compridas até quase os joelhos, em lugar de calças, e como em todos os demais povos vestiam peles de cabra curtidas. Alguns homens não usavam camisas, apenas as peles de cabras na forma de calções. Usavam das mesmas armas que os Bijagós e eram tidos por grandes

flecheiros. As mulheres andavam vestidas com panos curtos até a metade das pernas. As donzelas andavam nuas com um paninho cobrindo o sexo.

O rio Grande era visto por Almada como um dos principais lugares de comércio de escravos em toda a Guiné. Nas terras de Guinala, estava a feira de Bijorreí, tida como a maior de toda a Guiné onde se reuniam mais de doze mil pessoas. As principais mercadorias eram panos de algodão, cavalos, vinho, ferro, vacas, bezerros de um ano e, principalmente, cola em troca de escravos e algum ouro fino. Os lançados que atuavam nessa feira tinham o auxílio de comerciantes e intermediários locais que falavam português e, segundo Almada, andavam vestidos ao "nosso modo". A maior parte deles eram mulheres, geralmente escravas, que acompanhavam seus senhores por todos os rios e até a Ilha de Santiago, com a licença dos seus pais e tios.²⁵⁵

Em seus treinamentos de guerra, jogos e até como sistema de avisos os homens usavam o *bambalos*, um instrumento feito com um "pau" de três ou quatro palmos de altura, uma cabaça e uma corda, tocada com pequenos gravetos. Almada diz que se "acertam de fugir alguns escravos nossos, vão dar conta disso ao senhor da terra e lhe levam uma botija de vinho ou qualquer outra coisa e não faz mais o fidalgo que tocar o instrumento (...) que não escapam os escravos" (Almada/Ribeiro: 137).

²⁵⁵ Sobre a relação entre mulheres locais e lançados e outros estrangeiros há uma farta literatura. Para a região Peter Mark. **"Portuguese" Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth - Nineteenth Centuries**. Indiana University Press, 2002.

Do capítulo sexto do Manuscrito de Lisboa e do capítulos 13 e 14 do Manuscrito do Porto

O capítulo sexto do Manuscrito de Lisboa – “que trata dos Nalus, Cocolins e Bagas, dos seus costumes e vestidos” - encontra-se transcrito no capítulo 13 do Manuscrito do Porto, com pequenas alterações que comentaremos a seguir, a começar pelo título, que nesta versão ficou sendo: “que trata dos Reinos dos Naluns, Bagas, Cocolins e dos seus costumes.

Neste capítulo somos informados que a terra dos Nalus começava logo depois da Ilha dos Escravos, e que nela há um rio pequeno que segue até os Beafares da terra de Bisegue no qual não podem navegar navios com mais de sessenta moios. Os Nalus, embora fossem vizinhos dos Beafares, eram muito diferentes deles tanto na linguagem quanto na maneira de se vestirem. Eram bravos e andavam quase nus, cobertos apenas com peles sendo que os homens usavam uma espécie de estojo peniano que deixava livre a bolsa escrotal; traziam os narizes furados na ponta, e marcas nas pernas e pescoço. Estavam pouco habituados ao contato com os brancos. Não havia ainda muito comércio com eles. Os escravos que eles forneciam eram comprados por comerciantes locais e não vendidos diretamente aos brancos. Nesta terra matava-se os elefantes de um modo surpreendente: o caçador se punha embaixo do elefante armado com uma azagaia presa em uma haste de madeira ou de ferro quase da largura de um palmo, com a qual furava a barriga do elefante quantas vezes conseguisse. O animal fugia e deixava as tripas pelo caminho até morrer. As patas e a tromba eram oferecidas ao rei, se alimentavam da carne e vendiam presas pequenas. Segundo Paul Hair reproduz um trecho de Valentim Fernandes (fl. 129) quando em 1500 um elefante foi morto na Serra Leoa, sua carne foi enviada ao rei que a comeu

juntamente com os mais velhos em frente a um “ídolo”. Segundo Hair as partes do elefantes eram ao mesmo tempo um tipo de tributo e um ritual religioso e uma declaração de declaração de propriedade.²⁵⁶

A mercadoria mais valiosa era o chumbo, que devia ser levado em barras pequenas e trocado por marfim. Como não era uma região muito frequentada pelos comerciantes era possível obter mercadorias a baixo preço. Almada relata um episódio no qual homens foram apreendidos a bordo durante uma negociação e levados como escravos. Desde então não se fazia mais negócios nessa região. A região tinha muitos búfalos e gado vacum mas desconheciam os cavalos. Almada reitera que na terra dos Nalus todo comércio era intermediado pelos Beafares. Os Nalus frequentavam o rio do Nuno, a terra dos Bagas e Cocolins, os quais negociavam na costa com os portugueses. A barra deste rio era perigosa porque tem uma maré vazante muito forte e, não raro, navios ficavam presos a espera da maré enchente.

Os Bagas eram conhecidos por atacar e matar os portugueses que se aventurassem pelos seus rios. Decapitavam os mortos e usavam as caixas cranianas como “copos”. Quanto mais “copos” houvesse em uma casa, mais honrado seria o seu dono. Suas armas eram azagaias, espadas e flechas, além de um tipo de azagaia feita de palha muito forte. Possuíam embarcações e navegavam entre as duas margens do rio e por outros rios. Os principais itens de comércio eram o sal, bacias de estanho, cobre ou ferro, carne de porco e pano vermelho. Segundo Almada, ainda que matassem os portugueses, havia muitos lançados na região que, por medo dos ataques, andavam sempre em grupos de cinco ou mais, em busca de prata. Sublinha Almada que, por falta de conhecimento, os portugueses não descobriram as minas da região.

²⁵⁶ Hair. **An interim and makeshift edition.**

Na entrada do rio de Nuno havia pepitas e por esse rio andou um certo ourives que teria achado veios de prata e chegou mesmo a fundir prata com outros metais, mas, por medo de ser morto, acabou por fugir.

Nesse rio não se vendiam negros, proviam bons mantimentos como arroz, milho, pescado, vinho de palma. Os Sosos eram vizinhos dos Bagas e comerciavam as melhores tintas. Os Putazes, organizavam expedições de mil a dois mil homens para negociar sal em troca roupa branca, vestidos, algum ouro e armas de flechas. Na beira do mar os Bagas faziam o sal e no rio da Furna plantavam arroz.

Almada diz que na Ilha de Santiago se pode fazer muito anil por haver nela a mesma erva que a produz em grande quantidade. Ele mesmo alegava saber fazer a tinta. Voltando ao rio de Nuno, o Manuscrito informa que as tintas eram levadas para o rio de São Domingos, terra de Buramos e Banhuns onde se fazia com ela bom comércio em troca de escravos. Deste rio tirava-se muito marfim, sendo os elefantes caçados da mesma forma como faziam os Nalus. A propósito do comércio de anil o Manuscrito de Lisboa dá uma importante pista para sua datação. Almada cita o ano de 1592 como o ano em que os ingleses apreenderam uma caravela portuguesa carregada de anil (“E ho ano passado de 92”, MsL: fl. 73v). Assim a narrativa do episódio teria sido escrita no ano seguinte, o que levaria a datar pelo menos parte do Manuscrito de Lisboa para 1593. Na versão do Porto esse mesmo trecho se refere apenas ao ano de 1592 (“E o ano de 92”, MsP: p.114).

O quadro a seguir põe lado a lado as duas citações:

Quadro 7

Para a datação do Ms de Lisboa

MsL (ca. 1592-93)	MsP (1594)
<p>Capítulo 6: que trata dos Nalus, Cocolins, Bagas e dos seus costumes e vestidos</p> <p>"E já nos outros anos governando a Rainha Dona Catarina que esta em glória se mandou carregar e trazer a esta cidade uma caravela destas tintas para a experimentarem, não sei de que modo a acharam, mas sei que da Ilha de Santiago se levou por muitas vezes a tinta que se nela faz a Sevilha e a Cadiz e a acharam boa por que é da erva com que se faz o verdadeiro anil o qual se faz já na mesma Ilha. E eu o sei fazer e o ano passado de 92, vindo da mesma Ilha de Santiago uma caravela nossa a qual foi tomada dos Ingleses e nela acharam um barril de anil em tabuletas ao qual festejarão muito"</p>	<p>Capítulo 13: Que trata dos Reinos dos Naluns, Bagas, Cocolins e dos seus costumes</p> <p>"E já nos outros anos, governando a Rainha Dona Catarina que Deus haja, se mandou carregar e trazer à cidade de Lisboa uma caravela destas tintas, para experimentarem, e se levou a Cadiz parte da tinta; não sei de que modo a acharam, mas sei que da Ilha de Santiago se levou por muitas vezes a tinta que se nela faz a Sevilha e a Cadiz e a acharam boa, por que é da erva que se faz o verdadeiro anil. E já se faz na mesma Ilha. E o ano de 92, vindo dela caravela nossa, a qual foi tomada pelos Ingleses, e nela acharam um barril de anil em tabuletas, ao qual festejaram muito."</p>

No Manuscrito de Lisboa Almada informa que se devia levar uma caravela de tintas “para a experimentarem”. Esse detalhe pode indicar estar Almada se referindo à cidade de Lisboa já que naquele ano o anil seria bem conhecido nas ilhas, mas talvez não no reino. Além disso fica claro ter o episódio ocorrido em 1592. Esse trecho nos leva a crer estar sendo o manuscrito redigido em Lisboa (“trazer a esta cidade”) no ano de 1593 (ano seguinte ao “ano passado de 92”). Essa hipótese fica reforçada pela alteração das duas frases no Manuscrito do Porto datado de 1594 onde consta: “trazer à cidade de Lisboa” e em seguida “ano de 92”, indicando ter já se passado mais de um ano, no caso dois. No Manuscrito do Porto menciona ainda que o anil teria sido enviado a Cadiz, informação talvez ainda não disponível ao autor em 1593.

Do capítulo 7 do Manuscrito de Lisboa e do capítulo 14 do Manuscrito do Porto

O capítulo 7 do Manuscrito de Lisboa - “que trata do Reino dos sapes que começa no Cabo de Verga que esta de nove grãos e dois terços até os Baixos de Santa Ana que estão em sete grãos, dos seus costumes tratos guerras e outras couzas” - se repete integralmente, com o mesmo título, no capítulo 14 do Manuscrito do Porto.

Embora apresentando o mesmo conteúdo, o capítulo 14 do Manuscrito do Porto está organizado de forma diferente. Almada corta o primeiro parágrafo no meio, para introduzir um relato sobre um certo “Bento Correia da Silva, natural de São Tomé, o qual achando a terra boa, se aposentou nela com um irmão seu”. Continua relatando que o dito Bento juntou parentes e amigos, dentre eles as filhas de um irmão chamado Jordão Correia da Silva, que morreu por lá. Bento Correia da Silva fundou uma povoação ao sul do Cabo da Verga onde reuniu cerca de três mil negros e mais umas “quinhentas pessoas desamparadas dos Sacramentos”, (...) “por não haver um convento de religiosos na Ilha de Sacramento, donde podem ir fazer muito serviço a Nosso Senhor e a S. Majestade”. Conclui dizendo que “querendo-se acabar de povoar essa terra, ou passar esta gente a povoarem em outra parte, não é necessário mais que a proverem de sacerdotes e justiça.” A seguir, retoma ao relato de Lisboa, realinhando as informações de onde tinha parado. O trecho incluído mostra a preocupação tanto com o povoamento da região quanto com sua evangelização.

A parte comum aos dois manuscritos, ou seja, o que está consignado no Manuscrito de Lisboa, nos dá conta, logo no início, da geografia do reino dos Sapes, que começa nas Ilhas dos Caguasas, situadas quando o rio das Pedras, abaixo do Cabo da Verga, se divide em vários esteiros. Seguindo esse rio, informa Almada, encontram-se também os Baguas e os Tagumchos (sic). As Ilhas de Caguasas são um

entreposto onde se negocia âmbar, cera, marfim e escravos, vendidos pelos Putases. Já os Sozos negociavam sal em troca de tintas, panos e roupas e os Baguas traziam dos Fullos uma outra palha que produzia tinta, comprada por negros e brancos que depois repassavam estas mercadorias na região dos rios da Bagar, Bomba, Toto, Balla e outros que vão da Serra Leoa para o Sul. Informa ainda que, por medo dos Sumbas, assunto que será tratado adiante, os Putazes mudaram seu comércio para os rios do Numo e Furma. Além das mercadorias já listadas, Almada aponta a presença de algum ouro, negociado por negros vestidos com camisas compridas, provavelmente Mandingas, portando azagaias, espadas e flechas.

Conta ele que um costume peculiar desse povo é que, quando chega um hóspede a uma casa, primeiramente lhe oferecem água quente para se lavar, para depois o levarem até o aposento onde se encontra o dono da casa. Se o hóspede for demorar algum tempo, o dono da casa manda vir suas mulheres e pede ao hóspede que escolha uma para servi-lo durante a sua estada, em contrapartida o hóspede se encarrega de seu cuidado, incluindo tecidos usados como vestimenta. Se a mulher engravidasse os filhos eram considerados do dono da casa. Se o hóspede fosse branco tinha o direito de levar o filho consigo. No caso do hóspede se envolver com outra mulher teria seus bens apreendidos o que, no caso dos comerciantes seria uma grande perda.

Este capítulo trata ainda da administração de justiça, explicando que o rei tem uma casa grande com um alpendre redondo (chamada *funqo*). Ali o rei fazia sua justiça assistido pelos os notáveis do reino (*solasquetis*). As partes querelantes se posicionam diante do rei, que está em assento alto, e dos *solasquetis*, em plano mais baixo, acompanhadas pelos seus advogados, que portavam máscaras representando animais ferozes, com chocalhos e azagaias nas mãos. As máscaras tinham a função de

evitar que serem envergonhados por suas derrotas. As sentença eram cumpridas de imediato. Na questões mais usuais o rei dava sua decisão na própria sala. No caso de pena de morte os “feiticeiros” decapitavam os condenados e levavam os corpos para fora da aldeia. Almada explica que a condição para se tornar um “cavalheiro” era matar um homem, fosse numa guerra ou mesmo briga. Os condenados eram muitas vezes vendidos por cinco ou seis cruzados de ouro a homens que os executavam e assim se tornavam “cavalheiros”.

Do capítulo 8 do Manuscrito de Lisboa e do capítulo 15 do Manuscrito do Porto

O capítulo oitavo do Manuscrito de Lisboa, “que trata de como alevantam o Rei no Reino dos sapes E as cerimônias com que o alevantam e como fazem os solatequis, que são fidalgos”, está integralmente contido no capítulo 15 do Manuscrito do Porto, do qual constitui o único assunto apresentado da mesma forma, embora com um título ligeiramente diferente: “Que trata de como alevantam o[s] Rei[s] na terra dos Sapes, e as cerimônias com que fazem, e como fazem os solategis, que são fidalgos.” Além do que o próprio título indica, no capítulo 15 do Porto são mencionados outros costumes, como cerimônias fúnebres, cerimônias religiosas, muitas frutas e mercadorias, como ouro e marfim, e são feitas observações sobre os rios da região e os povos que ali habitam.

Na abertura desta parte, Almada explica que a sucessão passa sucessivamente pelos seus filhos e irmãos do rei. Almada descreve o ritual de entronização. Terminado o funeral iam à casa do herdeiro e o levavam à casa real onde ele era amarrado, açoitado e depois desamarrado. Depois disso o herdeiro era lavado e vestido nas vestes reais com o barrete vermelho e recebia um cetro (*queto*) que era a

arma usada na decapitação dos condenados. A seguir era conduzido à casa principal (chamada *funço*) onde o esperavam os *solatiquis* ou *solategis* os principais do povo. O mais velho entre eles informava ao herdeiro que lhe cabia herdar o reino e que para tanto era necessário que administrasse a justiça com retidão, razão pela qual, como exemplo, tinham começado por castigá-lo.

O texto ainda descreve como é atribuído o título de *solatiqui* àqueles que se tornarão fidalgos da corte e terão assento no *funco*, o salão real onde é administrada a justiça, em cadeiras próprias feitas de madeira lavrada de forma redonda. O ritual consiste na imolação de uma cabra, cujo sangue é usado para untar o rosto e os pés dos escolhidos que se deitam sobre aquele sangue misturado com farinha de arroz, antes de receber do rei o barrete vermelho que marca a sua condição de dignitário. Almada observa ainda que esta condição é respeitada nos reinos vizinhos, onde os *sollatiquis* também desfrutam do respeito que lhes é devido no reino de origem.

Outro costume descrito é aquele em que a aldeia se recolhe completamente para dar passagem ao “demônio que eles tem por deus a que chamam há contuberia”. Esta *contuberia*, na verdade, é composta pelo rei e seus *solatiques* que desfilam nus, soprando uma espécie de trombeta de madeira e agitando chocalhos que produzem muito barulho. Quem, por acaso, for apanhado fora de casa nessa ocasião será imediatamente morto a pancadas, a menos que o rei lhe proteja colocando na sua cabeça o barrete vermelho, fazendo dele um *solatique*.

Se durante a cerimônia um cão ladrasse dentro de uma casa ou alguém fizesse barulho os moradores da casa eram obrigado a entregar o culpado que sofria o mesmo castigo. A *contuberia* tinha uma casa própria, maior e separada das outras, que Almada chamou de “casa da Religião”, guardada por um velho fidalgo tido e havido como um “homem de boa vida”. Ali as moças donzelas da aldeia eram recolhidas e

doutrinados pelo velho. Depois de um ano recebiam novos nomes e saíam todas juntas, muito bem vestidas para dançar ao som do *bambalo*, indicando que estavam prontas para retornar às suas famílias e se casar. Outro assunto tratado são os funerais. Os corpos eram enterrados nas próprias casas sob uma cobertura de palha. Para que todos vissem, os reis eram enterrados ao longo da estrada, fora da aldeia.

Há várias observações sobre a geografia, nomeando os principais rios: das Pedras, de Capor, de Tambasira, Macamalla (“honde está há serra de cristal”), de Calerche Cafuu, dos Calis, dos Cases, do Taguarim, do Mitombo (“que corre ao longo da serra lioa”). Dá conta da existência de marfim, ferro e ouro, além de salientar que há na região boa madeira para construir embarcações. Lista ainda uma série de recursos vegetais, como o pau-brasil (“de que fazem as tintas e chama se como dizem que das sete tintas E a derradeira he parda”), cana de açúcar, algodão, malagueta, laranjas, limões, sidras, bananas, arroz, milho e muitas “pallmares, dos quaes tirão hazura os negros que é o seu vinho”. Dentre os animais destaca que “vacas não nas há por que os negros destas partes as não crião E algumas que ali vem ter he por via dos fullos”. No campo religioso, cita os *chinas*. Dá conta também de negócios envolvendo cera, marfim e escravos, sendo o sal a principal mercadoria.

Do capítulo 9 do Manuscrito de Lisboa e do capítulo 16 do Manuscrito do Porto

O capítulo nono do Manuscrito de Lisboa, "que trata dos Sumbas chamados entre eles Manes de como vieram e das guerras que fizeram e de como residem agora na Serra Leoa e seus limites", corresponde ao capítulo décimo sexto do Manuscrito do Porto, com praticamente o mesmo título.

Segundo diz Almada ter ouvido dos Sapes mais antigos, a cada cem anos os Manes do interior vinham fazer guerra contra eles, e muitos iam ficando e sendo assimilados pelos Sapes.²⁵⁷ Talvez por isso, Almada afirme que na época de sua grande migração, na década de 1550, Sapes e Manes já se entendiam. O texto do Tratado afirma que por esse tempo, "estando a Serra Leoa quieta e os seus moradores contentes, por que se havia uma terra boa entre os negros era ela, abundante de todas as coisas; (...) quis o Fazedor das coisas castigá-los de maneira que ficassem mais abatidos que todas as outras nações de Guiné" (Almada/Brásio: p.130). E para isso, não escolheu nenhum animal feroz, nem "quis que viessem os Caribes das Índias nem o gentio do Brasil, por que posto que sejam bárbaros, são de diferente cor" (Almada/Brásio: p.130). Mandou ele alguém de sua própria natureza e próximo a eles, visto que já se entendiam. Assim, vieram os Sumbas até a terra dos Sapes com um grande exército do qual só se viu a vanguarda, pois bastou para a conquista: "passaram palavra à retaguarda que não marchassem avante, por que já tinham a terra por sua" (Almada/Brásio: p.131).

Almada relata que os Manes vieram com tanto "ímpeto e ferocidade" que jamais se havia visto naquela parte. Almada toma os Manes como um povo Mandinga, pois falavam a mesma língua e carregavam as mesmas armas e vestimentas que os súditos do *Mandimansa*, Imperador do Mali.²⁵⁸ Levavam uns arcos pequenos e flechas igualmente pequenas, pois assim não poderiam ser tomadas pelos inimigos, que usavam arcos grandes. As suas espadas eram curtas, traziam também facas e azagaias de ferro com um coldre com muitas flechas envenenadas

²⁵⁷ Os reis Manes na Serra Leoa tomaram o título de *Farma*. O principal deles era o *Farma* de Mitombo, embora houvesse muitos outros e continuamente fizessem guerras entre eles em que juntavam muita gente em praças fora das aldeias, a que chamavam *Arrifal*. Suas guerras começavam sempre numa Lua Nova. (MsL, fl. 83)

²⁵⁸ Almada considera o Mandimansa imperador dos negros, por que ouvindo o seu nome, se descobrem todos a cabeça (Almada/Brásio: 132).

com a seiva de uma árvore, e não com folhas como entre os demais. Vestiam camisas de algodão, sem gola, largas, com mangas até os cotovelos, e calças largas até os joelhos, a partir de onde estreitam por meio palmo. Também trazem muitas plumas pelas camisas e barretes.

Quando chegavam a um povoado, usavam sempre do mesmo expediente que era enviar um embaixador com promessa de amizade, levando roupas e armas como presentes. Se a amizade não se estabelecia diziam que seria com aquelas armas que os venceriam e que traziam muita gente cujos “estômagos” (Almada/Ribeiro: fl. 90v) ou “peitos” (Almada/Brásio:134) “seriam as suas sepulturas”. A estratégia de ataque era assassinar os principais reis, nobres e governadores e alimentar os exércitos. Dominada a terra treinavam os jovens transformando-os em soldados fortes e disciplinados. Segundo Almada, os Manes não comiam carne humana, mas se utilizavam os prisioneiros de guerra para alimentar a tropa que crescia a cada nova conquista com a incorporação dos vencidos.

Outra hipótese aventada por Almada para a origem dos Manes é a de que eles teriam atravessado o continente vindos do Congo, de onde teriam trazido os guerreiros canibais (lá chamados jagas). No caminho teriam atravessado a Costa da Mina e da Malagueta de onde teriam trazido dois “homens nossos”: “um branco do Alentejo, por nome Francisco Vaz, e um preto por nome Paulo Palha, os quais se perderam na mesma Costa em um galeão nosso”, diz Almada. Os dois estavam vestidos como Sumbas, e teriam sido usados como soldados até encontrarem os caboverdianos na Serra Leoa e fugirem com eles para Santiago (Almada/Ribeiro: fl. 89).

A história de Francisco Vaz e Paulo Palha se assemelha a outro relato do capítulo décimo do Manuscrito de Lisboa e décimo sétimo do Manuscrito do Porto. Durante a conquista da Serra Leoa os Sumbas teriam encontrado e comido alguns dos

"nossos". Estando quatro ou cinco companheiros presos, tinham-nos apartados de dois em dois e tiraram da companhia deles um dizendo que o mandavam a outra parte, mas o mataram, cozeram e serviram com arroz. Os companheiros só teriam percebido o acontecido quando encontraram na comida o dedo aleijado do companheiro (Almada/Brásio:140) Tal história estenderia aos prisioneiros “brancos” a má sorte de servir de alimento para os guerreiros que eram alimentados com carne humana.

O exército Mane era liderado por uma mulher, e "vinham comendo (...) os que cativavam e matavam nas guerras, e desenterravam os mortos por causa do ouro que achavam nas sepulturas" (Almada/Brásio:134). O medo gerado pela chegada de tais inimigos serviam para despovoar as quase oitenta léguas de costa e do interior ocupada pelos Sapes. Em vez de se juntarem e resistir, mantiveram-se desunidos. Para Almada os Sapes eram “gente fraca e covarde” enquanto os Manes eram “bons capitães” e guerreavam com armas de fogo como os portugueses: “há negro Mane muito bom bombardeiro e alguns escopeteiros; quando há guerra entre eles se fortificam e acertam nos seus fortes artilharia E folgam de ter gente nossa escopeteira e compram escopetas”. (Almada/Ribeiro: fl. 98v-99; Almada/Brásio:146-147)

Ainda segundo Almada, para escapar da morte e do canibalismo os Sapes se entregavam aos cabo-verdianos que "andavam como aves, que muitas vezes quando se queima algum bosque andam ao longo dele, esperando que saia alguma coisa para se cevarem [alimentar] nela" (Almada/Brásio:135). Os portugueses e outros comerciantes de escravos andavam pelos rios em pequenas embarcações acompanhando os Manes e recolhendo a população em fuga para vender os escravos às grandes embarcações que os levavam até a costa. Algumas vezes as populações ribeirinhas embarcavam voluntariamente fugindo dos Manes. Quando aprisionados eram igualmente vendidos, geralmente a muito baixo preço como um cinto ou pano

que na Ilha de Santiago não custaria mais do que sete vinténs (MsP) ou dois tostões (MsL).

Do capítulo 10 do Manuscrito de Lisboa e dos capítulos 17, 18 e 19 do Manuscrito do Porto

No Manuscrito de Lisboa o capítulo 10 "trata de algumas guerras que tiveram estes Manes chamados Sumbas com os Bolões e Sousos". Trata-se de um capítulo bastante extenso que foi desmembrado nos três últimos capítulos no Manuscrito do Porto: o capítulo 17 trata da guerra e conquista dos Bolões, o capítulo 18 de guerra contra os Sousos e o capítulo 19 "da fresquidão desta terra", sendo um alvitre para a colonização da Serra Leoa.

Neste capítulo, Almada explica que os Sapes chamavam de Sumbas os exercitos Manes invasores. Acrescenta ainda que os Manes não comiam eles mesmos carne humana, mas davam-na de comer ao seu exército, composto por Sumbas que ao que parece podiam pertencer a varias etnias. Manes e Sumbas guerreavam juntos eram genericamente chamados Sumbas. Os Sapes diziam que os Sumbas eram "gente que come carne sem lhe custar dinheiro" ou "*suma fumo cachim*" (Almada/Ribeiro: fl. 92) O primeiro rei a defrontar-se com eles foi um rei Boulão que apelou aos vizinhos, conclamou possíveis aliados, mas, sem sucesso, decidiu combater os Sumbas sozinho. Juntou seu povo contra os invasores e com muito custo e bravura, conseguiu derrotar e matar o capitão Mane Macarico, contendo a vanguarda do exército Mane. Mais tarde, após a batalha, sozinho, com medo do que faria ao seu povo o restante do exército Mane, vendeu-se junto com os seus aos portugueses e foi levado para a Ilha de Santiago onde foi batizado como Pedro e mandado como esmola à Santa Casa da

Misericórdia da Ilha de Santiago; depois foi vendido a um senhor a quem serviu por muitos anos. (Almada/Ribeiro: fl. 93)

Durante o seu governo nas Ilhas de Cabo Verde, António Velho Tinoco (1573-76), deu liberdade a muitos fugitivos dessas guerras (Almada/Brásio: p.138). Sobre o rei Boulão diz que continuou como escravos servindo aos portugueses que viajavam pela costa (Almada/Ribeiro: fl.93; Almada/Brásio: 138). A julgar por essa passagem do texto, Pedro deve ter participado ativamente do tráfico de escravos entre a Costa da Guiné e Cabo Verde. Almada chega a afirmar que ele teria ido à Lisboa. Segundo o Manuscrito de Lisboa, Pedro "veio a **esta** cidade" e no no Manuscrito do Porto se lê "veio à cidade de Lisboa". É provável que Pedro tenha sido um dos informantes de Almada.

Segundo o MsL os Manes fizeram um funeral para o Capitão Macarico. Para a cerimônia, a irmã e as mulheres de Macarico vieram por mar em muitas almadias e marcharam ao som dos *bambalos*. Então a irmã puxou de um traçado²⁵⁹ que trazia à cintura e cortou fora o próprio dedo mínimo da mão esquerda, dizendo que em memória e honra de seu irmão todas as suas mulheres deveriam fazer o mesmo. Durante o "choro", sacrificaram muitos animais para dar de comer aos Manes e prisioneiros para alimentar aos exércitos.

Após o enterro, muitos capitães Manes atacaram a Serra praticamente despovoando a região por morte ou escravização. Ao tomar uma localidade os Manes tinham por costume "atabancar" o lugar fazendo trincheiras e fortificações. Seus exércitos eram tidos como corajosos e acostumados a ir buscar o inimigo em suas casas, mas também habilidosos para defender uma posição ocupada. Terminada a conquista dos Sapes, os Manes se voltaram contra os Sousos, mandando

²⁵⁹ Traçado, provavelmente trata-se de um terçado, um tipo de facão.

embaixadores e presentes. Os Sousos retribuíram enviando roupas e armas e dizendo que se quisessem fazer comércio em paz seriam muito bem recebidos, como eram os Sapes anteriormente, caso contrário não poderiam passar por seu território.

Os Manes juntaram novamente seu exército, composto por mais de quarenta mil homens - já incluídos os Sapes recentemente dominados - e marcharam contra os Sousos. Bem preparados, eles resistiram. Os Sousos receberam reforços dos Fulas seus vizinhos e aliados. O general Sousa escolheu o local da batalha, numa posição privilegiada no alto de um barranco, próximo a um rio e fez acampamento. Os Manes não atacaram imediatamente, se fortificaram e aguardaram. À noite, os Sousos atacaram e venceram. Esse episódio foi narrado a Almada por Salvador Homem da Costa (“homem *nosso*”) que combateu com três escopetas e um escravo seu ao lado dos Manes e se salvou por pouco à perseguição dos Sousos. Após esse episódio, o comércio dos Sousos passou para o rio do Nuno. Mas já no tempo de Almada tinham voltado a ter algum comércio na Costa. Almada explica o retorno alegando que os Manes de sua época eram já “naturais”, ou seja, nascidos na região e não mais invasores (Almada/Ribeiro: fl 95).

Desde a chegada dos Manes na região os portugueses combatiam a seu lado como mercenários. Os portugueses eram também parceiros comerciais privilegiados dos Manes a quem vendiam armas de fogo e artilharia. Por outro lado estavam do lado dos portugueses quando esses se batiam contra os franceses e ingleses que vinham fazer comércio naquela costa e rios. Almada narra que quando o capitão inglês John Acle e o piloto português Bartolomeu Baião (que servia aos ingleses) vieram a essa terra rei Sacena dos Manes enfrentou a ambos com apoio dos portugueses. Almada reforça a aliança entre os Manes e os portugueses argumentando que o único risco a essa aliança eram os lançados portugueses.

No MsL esse caso aparece no fólho 99, já no MsP o caso serve a Almada para introduzir o assunto do 19^o e último capítulo intitulado "da fresquidão dessa terra", um alvitre pela colonização da Serra Leoa. Para o autor, creio que sempre em comparação à Cabo Verde, a Serra era um lugar abundante de tudo onde nunca falta nada, abastada de mantimentos, muito fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas de açúcar, muitos palmares e muita madeira. Um lugar muito melhor para ser povoado do que o Brasil, onde não havia mais que açúcar, pau e algodão, pois na Serra havia também essas três coisas e mais marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, ferro, madeira para embarcações, terras boas para engenhos de açúcar e escravos.

No Manuscrito de Lisboa fica claro que Almada diz saber todas essas coisas sobre a Serra Leoa por que ouviu por muitas vezes dizerem homens muito velhos na Ilha de Santiago, de onde é natural. Ele aproveita então para frisar que os moradores de Cabo Verde e seus filhos não iriam a parte alguma, salvo se Sua Majestade os mandasse povoar a Serra Leoa. Lembrava também que poucos anos antes ("doze ou treze") havia sido eleito pelo povo da Ilha para tratar com o rei sobre a Serra. Lembra que à época o Licenciado Gaspar de Andrade, então governador, sugeriu-lhe guardar esse negócio em segredo e dizendo-lhe que cumpria mais ao serviço de Sua Majestade se não se ausentasse de Santiago, e que não se falasse mais nos negócios da Serra que acabariam por desamparar a Ilha.

Assim, no momento da escrita de seu Tratado, o capitão André Álvares de Almada só lamenta o fato de irem buscar uma empresa duvidosa no Brasil apesar de haver uma terra tão boa e tão perto como a Serra Leoa que além de menosprezada corria o risco de ser perdida para os navios franceses e ingleses, cada vez mais frequentes. Almada argumenta:

hoje não vejo senão leis postas contra nós, por que nos defendem que não vão à Costa da Malagueta, nem da Serra para baixo, sob pena de perdimento de navio e fazenda e mais penas crimes; com isto estão tirando o remédio aos vassallos e naturais e ficam as terras sem serem domadas nem amansadas por nós; e além disso serem conquistadas dos inimigos franceses e ingleses que, sem embargo das leis e penas postas, eles são os que vão as ditas partes e delas tiram muito proveito; por que não farão os vassallos de S. Magestade o que fazem estes inimigos que bem podiam ir com despachos a Costa da Malagueta a resgatar e do que trouxessem pagariam os direitos à fazenda de Sua Magestade (...) por que me doe ver isto, defendernos a nós e as portas estarem abertas pera os inimigos, e de seus tratos nas ditas partes não receberem estes Reinos nenhuns proveitos, mas antes perda.

(...)

Proveja Deus em tudo pela sua santa misericórdia por que já que vemos quase a maior parte da Europa apeçonhçada de muitas seitas luteranas pode ser que povoando-se alguma parte desta África dos negros que se aumente nela a sua santa fé e que disto resulte muito serviço seu; que se salvem muitas almas destes gentios os quais, ainda que em suas terras sigam muitas gentilidades e ritos, vindo à nossa eles mesmos pedem o batismo E com isto dou fim a este tratado por que se não pode dizer tudo. (Almada/Brásio: 150).

Considerações finais

Em suma, em seu Tratado breve de 1592 Almada apresenta os costumes, juízos, tratos e guerras dos povos da Guiné do Cabo Verde, suas vestimentas, armas e principais mantimentos e o modo como os portugueses e lançados ali se instalaram visando o comércio de escravos e outras mercadorias. No manuscrito de 1594 apresenta um texto mais bem acabado. Em ambos encontramos as características de um alvitre, um conselho a Sua Magestade pela colonização de terras no continente africano, seja no rio Gâmbia, São Domingos ou na Serra Leoa.

Almada defende a tese de que, com o apoio de missionários e autorização da Coroa para a fixação dos cabo-verdianos na região, o comércio tenderia a aumentar e se poderiam explorar os diversos recursos naturais abundantes na região. A Serra Leoa seria "um lugar muito melhor para ser povoado do que o Brasil" onde se iniciava então o projeto colonizador e "não havia mais que açúcar, pau e algodão". Lá, além

destes produtos, se poderia tirar "marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, ferro", utilizar a madeira para embarcações, e cultivar as terras, que seriam boas para engenhos de açúcar e próximas a um grande mercado fornecedor de escravos. (Almada/Brásio: 148).

Resumindo, a argumentação de Almada a Serra Leoa era uma terra rica em mercadorias desejáveis, de fácil acesso e que expandiria os domínios portugueses, contendo, em contrapartida a expansão do comércio francês e inglês na costa ocidental africana. Por fim, a receptividade para a conversão era um forte argumento para a entrada dos jesuítas na região o que interessava tanto aos caboverdianos quanto à Companhia de Jesus que nisso se empenhou.

Conclusão

Ao longo do texto, apresentei as sociedades cabo-verdiana e dos povos da Grande Senegâmbia, entendida pelos primeiros como "Guiné do Cabo Verde", entre a segunda metade do século XVI ao primeiro quartel do século XVII, e as interações entre elas. Vimos a proximidade cultural e comercial entre os habitantes do Arquipélago e os povos da Costa seguindo, na medida do possível, a trajetória de André Álvares de Almada e, principalmente, a partir do texto do *Tratado Breve*.

Ou seja, a partir da obra de Almada, observamos a grande circulação de produtos, pessoas, ideias e histórias dos atores sociais com o objetivo principal de compreender a relação entre as partes e o alcance da mediação comercial, cultural e política dos habitantes das Ilhas. Procurei destacar também em que proporção esse papel mediador dos cabo-verdianos contribuiu para a formação de uma sociedade mestiça nas ilhas, ligada a grupos sociais, e a parceiros comerciais, também mestiços no continente africano. Esses grupos partilhavam elementos de uma cultura de transmissão oral e transitavam entre as diversas sociedades.²⁶⁰

No primeiro capítulo apresentei a região de atuação desses comerciantes, chamada na época de "Guiné do Cabo Verde", delimitando as fronteiras desse espaço e aproximando-o do conceito de Grande Senegâmbia tal como é entendido por José Horta e Eduardo Costa Dias a partir da ampliação do mesmo conceito estabelecido por Boubacar Barry, a saber a região compreendida entre o Rio Senegal e o Cabo Monte, no Norte da atual Libéria. Também relacionamos a configuração espacial e ecológica da região com a distribuição política e linguística dos povos e a interação

²⁶⁰ Como é o caso dos grumetes e de ganagoga, por exemplo.

comercial entre eles, demonstrando os limites de atuação direta e o alcance indireto dos vizinhos da Ribeira Grande.

O segundo capítulo fez um balanço da sociedade de Cabo Verde e de sua economia durante a segunda metade do século XVI e o início do XVII. Vimos, então, como se formou uma sociedade mestiça e uma identidade luso-africana nas ilhas num período de transição entre o auge do poder econômico do grupo de traficantes e proprietários de terras das Ilhas, na sua maioria reinóis oriundos da pequena nobreza da Casa Real com acesso à Corte, e que dominavam inteiramente as transações com a Costa africana, para seus filhos e netos que já não possuíam as mesmas ligações metropolitanas e nem gozavam mais do monopólio do trato com a Costa, o *Resgate*. A personagem de André Álvares de Almada serve para ilustrar tal período, sendo ele próprio um membro dessa elite, mestiço, filho de pai português com mãe mestiça, o Almada era ainda neto pela parte da mãe de um importante proprietário e mercador de Santiago, casado com uma mulher *preta*. No entanto, essa apregoada identidade luso-africana está muito mais no discurso da historiografia sobre pessoas e autores que, como Almada, dominavam, ou ao menos acessavam, as culturas africanas e europeias com seus códigos e tradições distintas.

O terceiro capítulo versou sobre o projeto colonizador da Serra Leoa apoiado pelo projeto evangelizador da Companhia de Jesus, com ênfase no papel dos cabo-verdianos e de seus interesses comerciais e políticos para a implementação e desenvolvimento da Capitania da Serra Leoa contextualizando os diferentes projetos: da Coroa, dos Jesuítas e dos cabo-verdianos, e apresentando as interseções e oposições entre eles.

Por fim, o quarto capítulo analisou e comparou sistematicamente as duas versões mais conhecidas do *Tratado Breve*, evidenciando as principais diferenças

entre eles e as novas possibilidades de interpretação a partir dessa comparação. Cabe destacar a proposta de datação do Manuscrito de Lisboa, matéria até então controversa.

Minha conclusão é que os cabo-verdianos, embora tenham ocupado um papel de destaque na expansão e consolidação de presença portuguesa no oceano Atlântico, perderam muito do seu poder político e econômico durante o final do século XVI e o início do século XVII. O prestígio de seus moradores com acesso ao governo da Coroa portuguesa em Lisboa e Madri ainda proporcionou tentativas de recuperar o protagonismo perdido, com a instituição da Missão da Companhia de Jesus em Cabo Verde e da Capitania da Serra Leoa, ambas fadadas ao fracasso. O *Tratado breve* de André Álvares de Almada é, então, como um "canto do cisne", o anúncio do fim de um projeto colonizador pensado e propagado pelo grupo mercantil das Ilhas de Cabo Verde.

BIBLIOGRAFIA GERAL

1. FONTES MANUSCRITAS

ANÔNIMO. Relación de las tierras de la Sierra Leona en Guinea (ca. 1611) R. A. H. Papeles jesuitas. T. 185, doc. 16.

AGS, Secretaria Provinciales, Libro 1467, 262-265 fl., 1624

ANTT, Corpo Cronológico, I-12-120

ANTT, Corpo Cronológico, I-36-93 - 06.05.1517.

ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações e Privilégios, liv. 45, doc. 1, fl. 62v – 11.07.1533.

ANTT, Fragmentos, maço 9, nº 10 – 23.12.1555.

BNL. André Álvares Almada. Reinos da Guiné do Cabo Verde

HGCV, Corpo Documental, volume I, p. 221 - 22.05.1513.

ÁLVARES, Manuel (Pe)

ACMRJ. Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687. VP-38;

2. FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE, L. e Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental**, volumes I e II. Lisboa: IICT; Praia: INCCV, 1988 (volume I), 1990 (volume II).

ALMADA, André Álvares Almada. “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras...”. In: António Brásio. **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série. Volume III. Doc. 92.

ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde práctico e versado nas ditas partes.**(1594) Leitura, introdução e notas de António Brásio. Lisboa: Editorial L. I. A. M.. 1964.

ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde desde o Rio do Sanagá até aos Baixos de Sant'Anna [sic] Pelo Capitão André Alvares d'Almada, Natural da Ilha de Santiago de Cabo-Verde, pratico e versado nas ditas partes.** (1594). Publicado por Diogo Köpke. Porto: Tipografia Comercial Portuense. 1841.

ALMADA, André Álvares de. **Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Álvares d'Almada ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

ALMADA, André Alvares. **An interim and makeshift edition of André Álvares de Almada's Brief Treatise of the Rivers of Guinea, being an English translation of a variorum text of Tratado breve dos Rios de Guiné (c. 1594)** organised by the late Avelino Teixeira da Mota, together with incomplete **annotation.** Translation, a brief introduction and notes on chapters 13-19 by P. E. H. Hair and notes on chapters 1-6 by Jean Boulègue. Liverpool: Department of History/University of Liverpool. 1984.

ALMADA, André Alvares. **Edição Nova do Tratado Breve dos Rios de Guiné feito pelo Capitão André Álvares d'Almada.** Editada por Luís Silveira com patrocínio do Governo da Colónia da Guiné no V Centenário do Descobrimento. Lisboa. 1946.

ALMADA, André Gonçalves. [sic, por Álvares] de, **Relaçãõ, e Descrição de Guiné na qual se trata das varias naçoens de negros, que a povoaoõ, dos seus costumes, leys, ritos ceremonias, guerras, armas, trajos, da qualidade dos portos, e do commercio, que nelles se faz, que escreveo o Capitaõ [...], offerecida ao Senhor D. Gabriel Antonio Gomes [por Antonio da Costa Vale], que a copiou "fielmente, para a fazer publica pelo meyo da estampa".** Lisboa: Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1733.

AZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné.** Introdução, atualização de texto e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América. 1989.

AZURARA, Gomes Eanes de. **Crônicas dos feitos da Guiné.** Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.

BARBOT, John. **Description of the Coasts of North and South-Guinea, and of Ethiopia Inferior, vulgarly Angola, being a new and accurate Account of the Western maritime countries of Africa.** In six books, 1737.

BARROS, João de. **Década primeira da Ásia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.** Lisboa: Imprensa por Jorge Rodrigues. Primeira década. 1628.

BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana, 1ª e 2ª Séries.** Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1952 - 1968.

CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

CARREIRA, António. **Documentos para a História das ilhas de Cabo Verde e "Rios da Guiné".** ????

COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas portuguesas.** Introdução e anotações históricas de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição, introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

FOSSE, Eustache de la. **Crónica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: ed. Vega, 1992. p. 61.

GUERREIRO, Fernão (Pe.). **Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões**. Edição dirigida e prefaciada por Artur Viegas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. (3 volumes)

JOBSON, R.. **The Golden Trade; or the Discover of the R. Gambia and the Golden Trade of Aethiopians**. Londres, 1623.

SANTARÉM (Visconde de). **Notice sur André Alvarez d'Almada et sa Description de la Guinée**, [sinopse de Henri Ternaux-Compans]. Paris: Arthus Bertrand Libraire. 1842.

SENNA BARCELOS, Christiano José. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**, I, pp. 21. Tipografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1899.

TINOCO, António Velho e Pe. Fernão Rabelo

3. OBRAS DE REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, L. & SANTOS, M. E. M. **História Geral de Cabo Verde**, volume I. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1991.

AUGÉ, Paul. **Larousse du XXème siècle**. Paris: Larousse. 1930. 6 vol.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva. 1712-1728. (8 volumes) Disponível online em

BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: EdUnB. 1998. (2 volumes)

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**, Série II, volume I- 7.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.

FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

KOBES, A. (monseigneur). **Dictionnaire wolof-français**. Dakar: Imprimerie de la Mission. 1902.

SANTOS, M. E. M. (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995.

SENNA BARCELOS, Christiano José. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1899.
 SERRÃO, Joel. (direção). **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas. s/data. 3 vols.

SILVA, Antonio Moraes e. **Dicionário de língua portuguesa**. Lisboa: Officina de Simão T. Ferreira. 1889. 2 tomos.

4. BANCOS DE DADOS

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. www.slavevoyages.com

5. LIVROS, ARTIGOS, CAPÍTULOS DE LIVROS E TESES/DISSERTAÇÕES

ALBERTO, Solange e Diana Bonnett Vélez. **La Nueva Granada Colonial**. Bogotá: Uniandes/CESO, 2005.

ALBUQUERQUE, Luís. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: publicações Alfa, 1985.

ALENCASTRO, Luíz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ANDRADE, Elisa Silva. **As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)**. Paris: L’Harmattan, 1996.

BALENO, Ilídio Cabral. "Povoamento e formação da sociedade". In: ALBUQUERQUE, L. & SANTOS, M. E. M. (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**, volume I. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1991. pp. 125-177.

BALENO, Ilídio Cabral. “Pressões externas. Reações ao corso e à pirataria”. In. SANTOS, M. E. M. (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. pp. 125-188.

BARBER, Karin, FARIAS, Paulo de Moraes (eds.), **Discourse and Its Disguises: The Interpretation of African Oral Texts**. Centre of West African Studies: University of Birmingham, 1989.

BARKER, Anthony J., **The African Link: British Attitudes to the Negro in the Era of the Atlantic Slave Trade, 1550-1807**. Londres: Frank Cass, 1978.

BARRETO, Luís Filipe, “A Ordem do Saber na Antropologia dos Descobrimientos Portugueses”, **A Ciência e os Descobrimientos**, [s.l.], Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, pp. 25-67.

BARRY Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da História Regional**. Amsterdam: SEPHIS; Rio de Janeiro: CEAA-UCAM, 2000.

BARRY, Boubacar. "Reflexion sur les discours historiques des traditions orales en Senegambie", **Afrika Zamani. Revue d'Histoire Africaine**, n° 4, Dakar, Juillet 1996, pp. 101-127.

BARRY, Boubacar. **La SÉNÉGAMBIE DU XVÈME AU XIXÈME SIÈCLE: TRAITE NÉGRÈRE, ISLAM ET CONQUÊTE COLONIALE**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1988.

BARTH, Fredrik. **Process and Form in Social Life: Selected Essays of Fredrik Barth**, vol. I. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BAUM, Robert M. **Shrines of the slave trade: diola religion and society in precolonial Senegambia**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1999.

BELCHIOR, Manuel Dias. "Sobre a origem do termo Guiné". In: *BCGP*, n. 65, vol XVII, CEGP, jan., 1962.

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. "Historical Background". **The Journal of Negro History**, Vol. 31, N°3, pp. 269-289. (Jul. 1946).

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. "The Rivers of Guinea". **The Journal of Negro History**, Vol. 31, N° 3, pp. 290-316. (Jul. 1946).

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. "The Tribal Origins of Slaves in Mexico," **Journal of Negro History**, 31, 3 (1946), pp. 269-352.

BETHANCOURT, Francisco e Luiz Felipe Alencastro. **L'Empire portugais face aux autres Empires**. Paris: Maisonneuve & Larose / Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2007.

BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de política I**. Tradução de João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: EdUnB. 1998. (2 volumes)

BOILLEY, Pierre e THIOUB, Ibrahim, "Pour une histoire africaine de la complexité", in Séverine Awenengo, Pascale Barthélémy, Charles Tshimanga (eds.), **Écrire l'Histoire de l'Afrique Autrement?** Paris, L'Harmattan, 2004. pp. 23-45.

BOULÈGUE, Jean. **Le Grand Jolof**. Paris: Karthala, 1987;

BOULÈGUE, Jean. **Les Luso-africains en SÉNÉGAMBIE. XV^e-XIX^e siècles**. Lisboa/Paris: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centre de Recherches Africaines, 1989;

BOULÈGUE, Jean. **Les royaumes wolof dans l'espace sénégalais (XII^e-XVIII^e siècles)**. Paris: Karthala, 2013.

BOULÈGUE, Jean. "Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la 'Guinée du Cap-Vert' aux XVI^e et XVII^e siècles". In: Jürgen Lang. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr Verlag. pp. 48-49;

BOXER, C. R. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - os jogos das trocas**. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. (1949) Lisboa: Dom Quixote, 1983.

Brooks George, **Landlords and Strangers e Eurafricans in Western Africa: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1993. Sigo genericamente Brooks em toda esta reconstituição.

Brooks George. **Eurafricans in Western Africa. Commerce, Social Status, Gender and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century**. Athens: Ohio University Press. 2003.

CABRAL, Iva. "Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)". In: **Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

CABRAL, Iva. "Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercadoria e estagnação". In: Maria Emília Madeira Santos (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. pp. 225-274.

CABRAL, Iva. "Vizinhos da cidade da Ribeira Grande". In: Maria Emília Madeira Santos (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. Apêndice, p. 515-547.

CABRAL, Iva. A primeira elite colonial atlântica: dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do século XV - início do século XVII). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013.

Carletti Francesco. **Voyage autour du monde de Francesco Carletti**. Introdução e notas de Paolo Carile. Tradução de Frédérique Verrier. Paris: Chandeigne, 1999.

CARREIRA, António. "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichistas na Guiné Portuguesa". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, 1961, nº 63, pp. 505-541

CARREIRA, António. "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichistas na Guiné Portuguesa". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, 1961, nº 63, pp. 505-541; p. 508.

CARREIRA, António. **Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: IPC, 2000.

CARREIRA, António. **Notas sobre o tráfico português de escravos**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

CARREIRA, António. **O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão**. Lisboa: Europam, 1983.

CARREIRA, António. **Os portugueses nos rios da Guiné, 1500-1900**. Lisboa: [Ed. do Autor, 1984.

CARREIRA, António. **Panaria Caboverdiano-Guineense**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

CARREIRA, António. **Panaria Caboverdiano-Guineense**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

Carreira. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: IPC, 2000.

Carreira. **Documentos para a História das ilhas de Cabo Verde e "Rios da Guiné"**.

CARRILHO, Fernanda Maria Figueira Godinho. "Sobre as escritas da Guiné nos textos de Francisco de Lemos Coelho". Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

CASTRO, Armando. "Simbolismo e a estrutura social no Portugal de Seiscentos". In: **Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. Apud: Iva Cabral. A primeira elite colonial atlântica: dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do século XV - início do século XVII). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde. Praia: Univ. Cabo Verde, 2013. p. 45.

CASTRO, Graça Maria Correia de. **O percurso missionário e geográfico de Baltasar Barreira em Cabo Verde, Guiné e Serra Leoa**. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2001.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. "Combats pour l'Histoire de l'Afrique", **Afrique & Histoire. Revue Internationale**, nº 7, mai 2009, pp. 9-11.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. "Pourquoi l'Afrique, pourquoi l'Histoire", **Afrique & Histoire. Revue Internationale**, nº 1, sept 2003, pp. 7-19.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

COHEN, Zelinda, "O caso do preto que virou branco", no semanário *Tribuna*, 1 de Dezembro de 1989.

COHEN, Zelinda. **Os filhos da folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)**. Praia: Spleen Ed., 2007.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. "Réflexions comparées sur l'historiographie africaniste française et anglaise", *Politique Africaine*, nº 66, juin 1997, pp. 91-100.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. & CARDIM, Pedro, (eds.). **Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa: ICS, 2005.

CURTIN, Philip D. **On the Fringes of History: A Memoir**. Athens: Ohio University Press, 2005.

CURTIN, Philip D. **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1969.

CURTIN, Philip D. **The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850**, Londres: Macmillan, 1965.

CURTIN, Philip D.. **Africa and the West: Intellectual Responses to European Culture**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

CURTIN, Philip D.. **Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.

DAVIDSON, Basil, **The Search for Africa. A History in the Making**. London: James Currey, 1994.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. **Trickstar Travels: A Sixteenth-century Muslim between Worlds**. London: Faber & Faber, 2007.

DESTRO, Letícia. "Serão todos filhos de Adão? A invenção da África negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI". Dissertação de Mestrado em História Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

DIAS, Eduardo Costa e HORTA, José da Silva. "La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués". *Mande Studies* 9 (2007) pp.9-19.

ELBL, Ivana. "The horse in Fifteen Century Senegambia". **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 24. Nº1 (1991). pp. 85-110.

ELBL, Ivana. "The horse in Fifteen Century Senegambia". **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 24. N. 1 (1991). pp. 85-110.

ELBL, Ivana. "The Volume of the Early Atlantic Slave Trade, 1450–1521". **The Journal of African History**, 38, 3/1997: 31-75.

ELIAS, Norbert e John Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTEVES, Maria Luísa. **A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné**. Lisboa: IICT; INEP, 1988.

FABIAN, Johannes. **Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa**. Los Angeles: University of Carolina Press, 2000.

FAGE, John D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FAUELLE-AYMAR, François-Xavier & HIRSH, Bertrand. **Les ruses de l'historien: essais d'Afrique et d'ailleurs en hommage à Jean Boulègue**. Paris: Karthala, 2013.

FAUELLE-AYMAR, François-Xavier; Jean-Pierre Chrétien e Claude-Hélène Perrot (eds.), **Afrocentrismes: l'Histoire des africains entre Égypte et Amérique**, 3ª ed., Paris: Éditions Karthala, 2010.

FEIERMAN, Steven. "African Histories and the Dissolution of World History", in Robert H Bates, V. Y. Mudimbe, e Jean O'Barr, (eds.), **Africa and the Disciplines: the Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1993, pp. 167-212.

FERREIRA, Marieta de Moraes, Janaína Amado (orgs.), **Usos & Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FERRONHA, António Luís. "Introdução". In André Álvares de Almada, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

FLORENTINO, Manolo. "Aspectos do tráfico negreiro na África ocidental (1500-1800)". In: Fátima Gouvea e João Fragoso. **O Brasil Colonial**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FORTES, Meyer e E. E. Evans-Pritchard (eds.) **Sistemas políticos africanos**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Universidad Autónoma Metropolitana/Universidad Iberoamericana, 2010.

FOSSE, Eustache de la. **Crónica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: ed. Vega, 1992. p. 61.

FRAGOSO, João e outros (orgs.) **Nas Rotas do Império: eixos mercantis e relações sociais no mundo português**. Vitória: EdUFES; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. "Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII". In: João Fragoso. **O Brasil colonial**. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM/CEAA, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães de. **A economia dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães de. **O “Mediterrâneo” saariano e as caravanas do ouro: geografia econômica do Saara Ocidental e Central do IX ao XVI século**. São Paulo: Coleção da Revista de história, 1956.

GONÇALVES, Nuno da Silva. "Os jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)". **Brotéria**, Jul., 1996, Lisboa; e "Os jesuítas portugueses e a Serra Leoa (1605-1617). II. Os vários projetos de colonização e a ação missionária do P. Manuel Álvares". **Brotéria**. 1. Vol. 142, jan, 1996.

GONÇALVES, Nuno da Silva. "Os jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)". **Brotéria**, Jul., 1996, Lisboa.

GONÇALVES, Nuno da Silva. "Os jesuítas portugueses e a Serra Leoa (1605-1617). II. Os vários projetos de colonização e a ação missionária do P. Manuel Álvares". **Brotéria**. 1. Vol. 142, jan, 1996.

GREEN, Tobias. *Creolization and jewish presence in Cabo Verde, 1497-1672*. Tese de Doutoramento defendida junto a Universidade de Birmingham, Inglaterra, 2006.

GREEN, Toby. **Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa**. New York: Oxford University Press, 2012.

GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GUIMARÃES, Cecília Silva. *Produtora de açúcar e armazém de escravos: Mercados e Políticas na Ilha de São Tomé*. Dissertação de Mestrado defendida junto a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

HAIR, P. E. H. "The Abortive Portuguese Settlement of Sierra Leone, 1570-1625" In **Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: In Memoriam**. Lisboa: Academia de Marinha/Instituto de Investigação Científica Tropical. 1987. (2 vols.) Vol 1, pp. 171-208.

HAIR, P. E. H. & GAMBLE, David P. **The Discover of the River Gambia by Richard Jobson, 1623**. Londres: The Hakluyt Society, 1999.

HAIR, P. E. H. & J. D. Davies. "Sierra Leone and the Grand Duke of Tuscany". **History in Africa**, 20 (1993). pp 61-69.

HAIR, P. E. H. **Africa Encountered: European Contacts and Evidence, 1450-1700**. Aldershot: Variorum, 1997.

HAIR, Paul E. H. "Barbot, Dapper, Davity: A Critique of Sources on Sierra Leone and Cape Mount", **History in Africa**, vol. 1, 1974, pp. 25-54

HAIR, Paul E. H. **An interim and makeshift edition of André Álvares de Almada's Brief Treatise of the Rivers of Guinea [...]** 1984.

Havik Philip. **The Gendered Dynamics Of Trade And Brokerage In The Pre-Colonial Guinea Bissau Region**. Munster. LIT, 2004.

HAVIK, Peter. "A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial". *Afro-Ásia*, 27 (2002), 79-120.

HAWTHORNE, Walter, **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and Atlantic Slave Trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HAWTHORNE, Walter. **Planting Rice and Harvesting Slaves: Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900**. Portsmouth: Heinemann, 2003.

HEINTZE, Beatrix, "Translations as *as sources for African history*", **History in Africa**, vol. 11, 1984, pp. 131-161.

HEINTZE, Beatrix, "Written Sources, Oral Traditions and Oral Traditions as Written Sources: The Steep and Thorny Way to Early Angolan History", **Paideuma**, vol. 33, 1987, pp. 263-287.

HENRIQUES, Isabel Castro, "Presenças angolanas nos documentos portugueses", **Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. "Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação"**, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 27-62

HENRIQUES, Isabel Castro, **Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX**. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

HESPANHA, António Manuel. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes". In: João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – século XVII**. Coimbra: Livraria Almadina, 1994.

HEYWOOD, Linda M.. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

HORTA, José da Silva. "A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos", **O Confronto do Olhar. O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas. Séculos XV e XVI. Portugal, África, Ásia, América**, em colaboração com Luís de Albuquerque, António Luís Ferronha (coordenação) e Rui Manuel Loureiro. Lisboa, Editorial Caminho, 1991, cap. II; e em **A representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)**, separata de *Mare Liberum*, nº 2, Lisbonne, 1991, pp. 209-339, p. 233 e ss.

HORTA, José da Silva. "A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)", separata de **Mare Liberum, Revista de História dos Mares**, nº 2, 1991, pp. 209-339.

HORTA, José da Silva. "As tradições orais wolof de transmissão cabo-verdiana: a memória de *Buumi Jeleen* e dos *Njaay* na ilha de Santiago (séculos XV-XVIII)", **Les Ruses de l'historien. Essais d'Afrique et d'ailleurs en hommage à Jean Boulègue**. Paris: Karthala, 2013, pp. 31-46.

HORTA, José da Silva. "Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações", (separata) **Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 189-200.

HORTA, José da Silva. "Evidence for a Luso-African Identity in 'Portuguese' Accounts on 'Guinea of Cape Verde' (Sixteenth-Seventeenth Centuries)", **History in Africa**, vol. 27, 2000, pp. 99-130.

HORTA, José da Silva. "Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.649-675, set/dez 2013.

HORTA, José da Silva. "O Islão nos textos portugueses: Noroeste Africano (sécs. XV-XVII): das representações à História", "**O Islão na África Subariana**" — **Actas do 6º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subariana**, maio/2003. Porto: Faculdade de Letras do Port/Centro de Estudos Africanos, 2004, pp. 167-181.

HORTA, José da Silva. "Perspectivas para o Estudo da Evolução das Representações dos Africanos nas Escritas Portuguesas de Viagem: o Caso da "Guiné do Cabo Verde" (Sécs. XV-XVII)", José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues (eds.), **Representações de África e dos Africanos na História e na Cultura – Séculos XV a XXI**, Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, 2011, pp. 409-425.

HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações (1578-1684)**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011.

HORTA, José da Silva. "O nosso Guiné": representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)". In: **Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

JOHNSON, Marion. «Some Non-narrative Sources for Pre-colonial African History», **Paideuma**, nº 33, 1987, pp. 81-93.

JONES, Adam, "Decompiling Dapper: a preliminary search for evidence", **History in Africa**, vol. 17, 1990, pp. 171-209.

JONES, Adam. "The Dark Continent: A Preliminary Study of the Geographical Coverage in European Sources, 1400-1880", **Paideuma**, vol. 33, 1987, pp. 19-26.

LAW, Robin. **The Horse in West African History: The Role of the Horse in the Societies of Pre-Colonial West Africa**. Oxford: Oxford University Press. 1980.

LEISTER, Fátima. Um prefácio a povos da Guiné: o Boletim da Guiné Portuguesa (1946-1973)". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social da PUC, São Paulo, 2012.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LINEBAUGH, Peter. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, Carlos. **Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: CNCDP, 1999.

Louis Tauxier. "Le noir de Bondoukou: Koulangos-Dyolas-Abrons, etc." (1921) Apud: G. A. Beltran. "The Rivers of Guinea". **The Journal of Negro History**, Vol. 31, Nº 3, pp. 290-316. (1946). p. 294.

LOVEJOY, Paul E.. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul E.. The role of the Wangara in the economic transformation of the central Sudan in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. *The Journal of African History*. Vol. 19, nº 2 (1978), pp. 173-193. Cambridge University Press.

MANNING, Patrick. **Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades**. New York, Cambridge University Press, 1990.

MARK, Peter e José da Silva Horta, **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARK, Peter. "The evolution of 'Portuguese' Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century", **Journal of African History**, vol. 40, nº. 2, June 1999, pp. 173-191.

MARK, Peter. **"Portuguese" Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press. 2002

MARTINEZ, M. E. "The black blood of New Spain: Limpieza de Sangre, racial violence, and gendered power in early colonial Mexico". **The William and Mary Quarterly**, Third Series, Vol. 61, No. 3 (Jul., 2004), pp. 479-520.

MATOS, A. T. (org.). **Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica**. Vol. III, t. I e II. Lisboa: Estampa, 2005.

MAURO, Alessandra, "Cadamoto, Alvise da", in Luís de Albuquerque [dir.], **Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses**, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 156-157.

McINTOSH, Susan. K. e McINTOSH, Roderick. J.. "West African Prehistory (from c. 10.000 B.C. to AD 1000". **American Scientist** (1981) 69. pp. 602-613.

McINTOSH, J. Roderick, "The pulse theory: Genesis and accommodation of specialization in the Middle Niger," **Journal of African History**, vol. 34 (2), 1993, pp. 181-220.

McINTOSH, Susan Keech, "Archaeology and the Reconstruction of the African Past", in PHILIPS, cit., pp. 51-85

MEILLASSOUX, Claude. **Anthropologie de l'esclavage: le ventre de fer et d'argent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

MILLER, Joseph C. *et al.*, "Africa and World History: A Forum", **Historically Speaking**, vol. VI, nº 2, Nov.-Dez. 2004, pp. 7-30

MILLER, Joseph C.. "*Presidential Address : History and Africa/Africa and History*", **The Americal Historical Review**, vol. 104, number 1, February 1999, pp. 1-32

MOTA, Avelino Teixeira da. **A Guiné Portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. (2 volumes)

MOTA, Thiago Henrique. A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625). Dissertação de Mestrado defendida junto a Universidade Federal Fluminense. Niterói: Departamento de História, 2014.

MOTA, Thiago Henrique. A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625). Dissertação de Mestrado em História defendida junto a Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2014.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (org.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. Volume II, A Expansão Quatrocentista. Lisboa: Presença, 1998.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. "Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII". Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ.

OLIVEIRA, A. "As Concessões mercantis e a construção atlântica portuguesa". In: **Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"**. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

PARK, Mungo. **Travels in the interior district of Africa**. Realizado sob a direção da African Association nos anos de 1795, 1796 e 1797. Londres, 1799.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EdUSC, 1999.

QUINN, Charlotte A. **Mandingo Kingdoms of the Senegambia: Traditionalism, Islam, and European Expansion**. Evanston: Northwestern University Press, 1972.

QUINTINO, Fernando Rogado. "O problema da origem dos termos 'Guiné' e 'Guinéus'". **BCGP**, separata n. 78 do ano XX, Bissau, CEGP, 1965.

RIBEIRO, Francisco A. C.. **Terratenentes-mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

RIVERA, Germán Peralta. **El comercio negrero em América Latina, 1595-1640**. Lima: Editorial Universitaria, 2005.

RODNEY, Walter. **A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800**. New York: Monthly Review Press, 1980.

RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. 1973.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa. 1931. (2 volumes)

RODRIGUES, José Damião e Casimiro Rodrigues (eds.), **Representações de África e dos Africanos na História e na Cultura. Séculos XV a XXI**. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, 2011.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1978.

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. **Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)**. Dissertação Mestrado defendida junto à Universidade Federal Fluminense. Niterói: Departamento de História/PPGHIS, 2013.

SANTOS, Maria Emília Madeira & Cabral, Iva. "O nascer de uma sociedade através do morador-armador". In: **História geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT/INCCV, 2001. pp. 371-430. Volume I.

SANTOS, Maria Emília Madeira & RODRIGUES, Victor. "A feitoria-fortaleza e o comércio transcontinental da Coroa Portuguesa". In: **ALBUQUERQUE, Luís de. Portugal no Mundo**, vol. 4, pp. 237-250. Lisboa: Alfa, 1989.

SANTOS, Maria Emília Madeira. "As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a ‘fresca da Serra Leoa’". In: **Separata**, nº 206. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1988.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a ‘fresca Serra Leoa’**. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1988.

SANTOS, Vanicléia. "As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII". Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008. p.48.

SAUNDERS, A. C. De C. M.. **História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEARING, James F.. **West african slavery and Atlantic commerce: the Senegal River Valey, 1700-1860**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, António Leão Correia e. “A sociedade agrária: gentes das águas: senhores, escravos e forros”. In: Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995. pp. 275-357.

SILVA, António Leão Correia e. “Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico”. In: Maria Emília Madeira Santos (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995.

SILVA, António Leão Correia e. “Espaço, ecologia e economia interna”. In: **História Geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 2001. Volume I.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOARES, Maria João. "Para uma melhor compreensão dos lançados nos Rios da Guiné, século XVI - meados do século XVII. *Stvdia*. nº 56/57, 2000, pp 147-222.

SOARES, Maria João. “Crioulos indómitos e vadios: identidade e criouliização em Cabo Verde – séculos XVII-XVII”. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, 2 - 5 Nov, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho (org.) **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. (2ª. edição) Niterói: EdUFF, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

SWEET, James. **Recriar a África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português, 1440-1770**. Lisboa: Edições 70, 2007.

TAMARI, Tal. “Linguistic Evidence for the History of West African “Castes””, in David Conrad e Barbara Frank (eds.), **Status and Identity in West Africa. Nyamakalaw in West Africa**, Indiana U. Press, 1995.

TAUXIER, L. **Le noir de Bondoukou**. Koulangos-Dyolas-Abrons, Paris, 1921.
Tavares Ana Paula e Catarina Madeira Santos. **Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos**. Lisboa: IICT, 2002.

TAVARES, Ana Paula & SANTOS, Catarina Madeira. "Fontes escritas angolanas para a história de Angola", **Fontes & Estudos**, nºs 4-5 (Luanda: 1998-1999), pp. 87-133.

TEIXEIRA DA MOTA, Avelino. **A Guiné Portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. (2 vols);

THORNTON, John. "The correspondence of the Kongo Kings, 1614-35: Problems of Internal Written Evidence on a Central African Kingdom", **Paideuma**, vol. 33, 1987, pp. 407-421.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOMÁS, M. Isabel e Dulce Pereira (seleção e notas). **Os espaços de crioulo**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1999.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz; André Teixeira. "Negócios de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XVI". In: **Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"**. Lisboa, 2-5 Nov., 2005. (p. 9).

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. "Traite négrière entre les Îles du Cap-Vert et l'Amerique Espangnole: formation et developpement d'une route commerciale atlantique au seizième siècle". *African Economic History* (2011) vol. 39. pp 1-34.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. "Traite négrière entre les Îles du Cap-Vert et l'Amerique Espangnole: formation et developpement d'une route commerciale atlantique au seizième siècle". **African Economic History** (2011) vol. 39. pp 1-34.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. "Rotas comerciais, agentes econômicos, meios de pagamento". In: Maria Emília Madeira Santos (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995.

UZIELLI, Gustavo. **Cenni storici sulle imprese scientifiche marittime e coloniale di Ferdinando I Granduca di Toscana (1587-1609)**. Firenze: pei tipi di G. Spinelli, 1901.

VANSINA, Jan. "Historians, are Archeologists Your Siblings?", **History in Africa**, vol. 22, 1995, pp. 369-408.

VANSINA, Jan. "The Ethnographic Account as a Genre in Central Africa", **Paideuma**, nº 33, 1987, pp.433-444.

VANSINA, Jan. **Living with Africa: Reminiscences and Historiography**. Madison: University of Wisconsin Press, 1994.

VANSINA, Jan. **Oral Tradition as History**. Madison: James Currey Ltd., 1985

VELEZ, Diana Bonnett [et al.]. **La Nueva Granada Colonial**. Bogotá: Uniandes; CESO, 2005.

VENTURA, M. da G. A. **Portugueses no Peru no tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. "Os portugueses e o gentio". **O Instituto**, 43, 1896, pp. 228-233. Apud P. E. H. Hair "The Abortive Portuguese Settlement of Sierra Leone 1570-1625". In: **Africa Encountered: European Contacts and Evidence 1450-1700**. Variorum Collected Studies Series, 1997. pp. 171-208. Nota 3.

WEBB Jr, J. "The horse and the slave trade between the Western Sahara and Senegambia". **The Journal of African History**, vol. 34, N° 2 (1993), pp. 221-246.

WHEAT, David. **Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640**. University of North Carolina Press, 2016.

WHEAT, David. **The Afro-portuguese Maritime World and the Foundations of Spanish Caribbean Society, 1570-1640**. PhD Dissertation in History. Nashville: Vanderbilt University. 2009.

WRIGHT, D. "Darbo Jula: the role of Mandinka Jula Clan in the long-distance trade of the Gâmbia river and its hinterland". **African Economic History**, n° 3 (1977), pp. 33-45.

Apêndice

Essa edição do Manuscrito de Lisboa constitui uma versão atualizada do códice 297 da BNP, em Lisboa. Ela foi realizada com base na comparação deste códice com o códice 1253 da BPMP, no Porto, conforme explicado na introdução desse trabalho. Este é um trabalho em andamento que ainda deverá ser revisto e por isso não fica autorizada sua reprodução total ou parcial.

[fl. 1]

Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde feito pelo Capitão André Álvares de Almada, natural da cidade e Ilha de Cabo Verde, cursado e prático nas ditas partes

Quis escrever algumas coisas dos Rios de Guiné do Cabo Verde começando do Rio de **Sanagá** até a Serra Leoa que é o limite da Ilha de Santiago por que destas partes sei honestamente e de algumas coisas em que tive dúvidas me informei de algumas pessoas práticas e versadas nas ditas partes. Como digo, quis escrever deste Guiné não por que muitos não tivessem dele dito bem, pode ser que não tivessem tão verdadeira notícia dele como eu, por que sei muita parte dele e tratei em muitos Rios e, sem embargo disso, não deixei de me informar de algumas dúvidas; tratarei brevemente dos costumes dos negros, dos trajos e das suas armas e das guerras e do mais que nas ditas partes há. [fl. 1v]

Como entre os negros da nossa África não houve escritores, entre eles nem se usou quanto seja coisa que se possa ler, escrevendo uns aos outros, é verdade que entre eles há uns negros tidos por religiosos chamados **bixirins**. Estes escrevem em papel e em livros encadernados de quarto e meia folha mas as suas escrituras não servem senão para quem a escreve somente por que os outros as não sabem ler nem as entendem; e como há isto, não se pode saber coisas que entre entre eles passaram, por que trazem eles por histórias e como a memória dos homens não pode compreender muito, e ajuda que compreenda, não pode durar tanto que o tempo a não consuma e gaste; basta isto para não podermos saber muito deles mais que daquelas coisas que eles hoje trazem na memória e lembrança; não deixaram de passar coisas entre eles dignas de se escreverem, mas como não houve quem isto fizesse, o mesmo tempo as tornou a consumir e fazer que se esquecessem.

Como os Reinos dos negros são tantos e as linguagens que falam tão várias e costumes que em cada espaço de menos de vinte léguas há duas [fl. 2] e três nações, umas misturadas com as outras e assim se entendem uns aos outros; os Reinados deles pequenos e deles grandes sujeitos uns aos outros e com suas leis que quase vem a ser todas umas e os juramentos; como se há de tratar de muitas nações não será necessário que vamos fazendo declaração de cada uma destas, somente contando na verdade o que passa entre eles e dos tratos e outras coisas por que quase que no mais se encontram e por tanto não me parece que será necessário [ir] escrevendo de cada nação; ir fazendo prólogos por que esta declaração me pusesse ser bastante. Sem embargo que nos tratados dos Reinos e nações iremos declarando pela melhor ordem que poder ser, tudo de maneira que se escuse, como esta dito, e os que o lerem recebam de mim esta vontade, por que tomara saber muito para poder dizer muito o que disser será na verdade.

Há um costume entre estes Jalofos que se não tratou em nenum dos capítulos que é usarem de um desafio que eles chamam **gibapiba**, que é matarem-se ambos ao peguedo com um só punhal desafiando-se a pegar um do outro e levam do punhal e dando o primeiro ao outro, dá-lhe o punhal para que dê nele e assim se matam e às vezes escapam alguns; e o mesmo usam os bárbaros.

[fl. 2v]

Capítulo primeiro que trata dos negros Jalofos que são os primeiros e mais chegados a nós e dos seus costumes e leis

Os primeiros negros mais chegados a nós são os Jalofos que começam do Rio de Sanagá da banda do Sul ou Leste e vão correndo por ele acima e pelo sertão da terra até confinarem com os Fulos Galalhos, chamados cá dos nossos Guaguos, havendo de dizer Gualalhos [que] é o seu verdadeiro nome.

Este Reino dos Jalofos era muito grande e estava debaixo da obediência de um Rei muito poderoso e grande o qual era entre esta nação como Imperador e quando se falava nele se dizia Grão Jalofô. Tinham outros Reis que lhe davam obediência e pagavam tributos, mas como o tempo costuma a desfazer uns e a levantar a outros, muitas vezes de nada, assim foi isto do Império dos Jalofos, que sendo muito grande, temido e obedecido, veio o tempo a fazê-lo ser pequeno e sujeito ao Rei dos Galalhos, que é o Grão Fulo, a quem ele não temia, mas antes pelejava com ele [e] muitas vezes

e o vencia. **[fl. 3]** Desfez-se ainda que não de todo, desta maneira, segundo o contam os negros antigos daquelas partes:

Sendo este Rei muito poderoso mandou alguns capitães aos lugares beiramares daquela costa para terem conta com os governos daquele Reino que era grande; Estes capitães e governadores eram escravos e vinham a governar do **Lambaio** e os mais portos do mar. Entre estes capitães vinha um da casta dos **Bedumeis**, que é como que entre nós uma geração honrada. A este se soube dar a tão boa manha que pouco a pouco se foi fazendo senhor dos mais lugares que governava ele, e os outros adquirindo, com dádiva[s] e promessas, as vontades e amizades de muitos fidalgos e dos mais; como a corte onde estava o Rei era longe e, ainda que não fosse, não foi sabedor de nada, senão a tempo que já não pode remediar, por que este, como manhoso, não deixou lhe acudir com as dádivas e direitos reais e dessa maneira o seguiu até ver tempo e ocasião para efetuar o que tinha determinado; tendo já muita posse, se levantou com o Reino e o foi tomando por armas, **[fl. 3v]** vencendo o mesmo rei em uma batalha que com ele teve, pelo que lhe foi necessário acolher-se [n]a terra e reino do Grão Fulo e dali tornou, mas nunca pode cobrar o que era seu e tiveram seus antepassados e ele já teve; ficou nos fins do mesmo Reino perto dos Fulos encurralado dos inimigos e sujeito ao Grão Fulo o qual tomou para Imperador e defensor.

Devia ser parente deste rei [um] jalofo chamado **Bomirim Gilem**, que no tempo del Rey Dom Emanuel da gloriosa memória veio a este Reino dar obediência ao dito Rei e pedir-lhe que mandasse fazer no seu Reino uma fortaleza e por feitoria para se valer da ajuda dos nossos contra estes que lhe tinham usurpado o Reino dos seus antepassados.

Fica hoje este Reinado do Grão Jalofo por cima de **Encalhor** que e o coração daqueles Reinos dos Jalofos e dão a obediência ao Grão Fulo; quando entra algum [novo] no Reino por Rei, lhe manda o Grão Fulo o **barrete**, que é como setro. Ficou o mais mais do Reino sujeito ao **Budumel** e aos seus **[fl. 4]** descendentes, o qual se fez um grande Rei senhoreando muitas terras.

Era costume antigo entre os Jalofos de herdarem os filhos os Reinos, o qual [costume] se desfez nos Jalofos e não herdaram agora os Reinos os filhos, senão sobrinhos filhos de irmãs da parte da mãe. Segundo contam os antigos daquelas partes, [tal costume] nasceu de um Rei deste império dos Jalofos o qual veio adoecer de lepra e cobriu-se todo dela de maneira que aborrido daquela enfermidade tão

contagiosa não [a]parecia entre os seus nem deles era visto. Governava-se o Reino por um irmão seu e pelos velhos da terra os quais são mui obedecidos de todas as nações dos negros e lhes dão sempre a mão.

Estando [o] Rei retraído pela causa desta enfermidade, soube que dali tão pouca jornada estava um **caciz** Jalofo chamado naquelas partes **bixirim**, vindo ali ter de pouco tempo, tido e havido por homem de boa vida e que fazia mui ricas curas com ervas e outras coisas. Sabendo o Rei isto o mandou chamar o qual vindo diante dele e como estes **[fl. 4v]** bixirins falam sempre pela boca do inimigo do gênero humano, os quais querem que sempre lhe sacrifiquem e façam sacrifícios derramando sangue umano, seja de quem for; vendo esse caciz ao Rei da maneira que estava lhe disse que não podia ser são sem primeiro ser banhado no sangue de dois moços filhos seus e que depois de ser feito isto o curaria e seria são.

Como a saúde é sempre desejada e mais de um Rei que havia já anos que não governava nem era quase visto dos seus, e como os daquelas partes costumam ter muitas mulheres e, como são muitas, parem muitos filhos que sejam do Rei quer não, por seus estão tidos e havidos, e como tinham muitos pareceu-lhe fácil mandar degolar a dois, pois o remédio da sua saúde segundo lhe dizia o caciz estava em se banhar no sangue dos filhos, determinou de mandar pôr isto por obrar: chamou a duas mulheres mais dele principais, as quais lhe mostravam segundo lhe parecia mais amor que todas as outras, e pode ser que por vezes lhe seriam dito que se pudesse ser que elas **[fl. 5]** tomariam antes aquela enfermidade, contanto que tivesse ele saúde; e, chamando-as, lhes disse o que lhe dissera o caciz.

Elas ficaram perplexas e confusas e, estando assim, responderam ao Rei que a sua saúde dele era muito desejada; não diziam elas delas, que eram suas mulheres, mas de todo o povo que o deezejavam, mas sendo a troco de dois filhos que ainda podiam ser Reis daqueles Reinos era uma coisa muito rija em que se não podia falar por que quando elas o consentissem pela obediência e amor que lhe tinham como mulheres suas o povo sabendo isso o não consentiria e se levantaria contra ele e entregaria o Reino a seu irmão. Vendo o Rei a resposta destas mulheres nas quais tinha posta toda a sua esparança de sua saúde ficou muito enfadado e por muitos dias não quis ser visto senão de seu camareiro pequeno que o servia no paço. Sabendo isso, duas irmãs suas o foram visitar e o repreenderam por que se não deixava ver que seria causa de acabar de consumir e acabar mais depressa a sua vida, fez queixume às irmãs do que havia passado **[fl. 5v]** com as mulheres e de como lhe não queria[m] dar

e consentir que se degolassem dois filhos dele e delas para com isso ser banhado no sangue deles para com isso ter remédio de poder ser curado.

Disseram-lhe as irmãs que para ele ter saúde elas e seus filhos se matassem [matariam] e ofereceram cada uma seu filho; como naquelas partes os filhos dos irmãos são tidos por filhos de outro irmão e não chamam aos tios senão pais e os tios a eles filhos, aceitou o Rei a promessa das irmãs e o caciz não recusou a serem filhos de suas irmãs; foram degolados e ele banhado no sangue deles e daí por diante o foi curando o *caciz* aplicando os remédios com ervas e outras coisas que o demônio lhe amostrava de maneira que foi o Rei são.

E vendo-se são, consi[de]rando entre si de como as mulheres lhe não quiseram dar os filhos para a sua saúde e que bem podia ser ser não serem seus, chamou a cortes e ajuntando-se os mais principais do seu Reino e alguns Reis sujeitos a ele examinando o negócio, determinaram entre todos uma lei que até hoje [é] guardada nos mais Reinos dos Jalofos, Barbasins [fl. 6] e Mandingas, a qual foi esta que visto como os Reis tem muitas mulheres e como bem pode ser não serem todos os filhos seus e serem de outros pais e que sendo assim herdariam os Reinos alguns indevidamente não lhes pertencendo tirando a outros a que de direito pertencesse, mandavam que daí por diante não herdassem os Reinos naquelas partes os filhos dos Reis senão seus sobrinhos, filhos de suas irmãs da parte da mãe, por que estas sabidamente eram suas irmãs e seus filhos seus sobrinhos e não os filhos das suas mulheres por que bem claro mostraram as suas irmãs que o sangue se não rogava pois ofereceram o sangue dos seus filhos para sua saúde; que era o seu sangue próprio que o tornou a vir curar e sarar, por que se os filhos de suas mulheres foram [fossem] seus, não recusar[i]am elas a fazerem o que as irmãs suas fizeram.

Ficou esta sentença e lei guardada naquelas partes até hoje, tirando no Reino do Budumel que e da geração perseguidor dos **jonais**, que é geração do Grão Jalofó, [fl. 6v] para os quais foi outro **Herodes**, por que lhe não ficou desta geração os que pode haver à mão que não matasse, não perdoando a idade nenhuma e até hoje não são seguros de senão nesse pobre Reino donde ficaram jonais de que se apelida esta geração dos Reis Jalofos verdadeiros, quer dizer naquela língua homens que não neguam o que dizem.

Estes budumeis para desfazerem tudo o que tinham os Reis passados feito e as leis de tantos anos guardada, fez em sua vida a um filho seu Rei, este era bixirim não bebia vinho, folgava antes da conversão e amizade dos bixirins e menos que não a dos

nossos. Em seu tempo se foi perdendo quase o trato da mercância na sua terra com os nossos.

Residia na sua corte Lambaio, vinha muito poucas vezes abaixo aos lugares marítimos; este teve um filho em sua vida chamado **Amad Malique**; como entre eles não há nome de príncipe, senão de Reis, em sua vida o declarou por Rei de Encalhor, que é o sertão deste Reino e nele residiu sempre este Rei, o qual depois [fl. 7] da morte do pai, tendo um filho per nome **Chilao**, o declarou por Rei de Lambaio. Fica[va] governando o reinado que governava seu avô Budumel depois de fazer a seu pai Rei de Encalhor que é Lambaio e os portos do mar do Cabo Verde para **julavento** e o pai ficou governando do Cabo para o Norte, que para a parte do Sanagá e senhorea a este Amad Malique neste Rio até o porto da **Cabaceira**, que é o porto donde surgem os navios que vão ao **Resgate** e muitas léguas pelo sertão, até partir por cima pelo Reino de **Bala**, com o Reino de **Brosalo** do qual se tratara adiante.

Estes Jalofos falam a sua língua e a dos Fulos, por que há uma casta de Fulos pretos metidos entre estes Jalofos chamados **Tacurores** e, além disso, confinam com os Fulos Galalhos; eram vizinhos e andam mais do tempo juntos e alguns destes Jalofos entendem a [língua] dos mouros pela continuação de virem com cavalos a esta Costa a venderem aos Jalofos, os quais são grandes homens de cavalo, bons cavalgadores e boa gente de guerra e são os que usam a milícia bem disciplinada, nela [a]costumados [fl. 7v] a sofrerem trabalhos com muito pouco mantimentos se sustentam; bebem muito pouca água, por que há muitos negros deste sertão que em quinze e vinte dias a não bebem e quando a bebem não há de ser água pura e clara, senão por muita bebem-na misturada com leite azedo de vacas amassado o leite de maneira que fique tão ralo como a mesma água, e desta maneira a bebem ou deitada nela farinha de um milho a que chamam **maçaroca**, mantimento de mais sustância que quantos há em Guiné; é quase como o trigo e tem os negros por costume não beberem a água senão misturada com uma coisa ou com outra. Entanto que pedindo nós tantas vezes água no-la não dão senão misturada e com grande trabalhos se dá sem mistura porque se tem eles por afrontado[s] dando-a pura e clara; pelo uso de a beberem poucas vezes, estão postos nele e a bebem poucas vezes, são estes negros Jalofos os mais deles de poucas carnes, enxutos, bem dispostos e emberbecem já de muita idade.

Este Rei Jalofó, filho do Budumel, que hoje Reina no Reino de Encalhor, é chamado entre eles Grão [fl. 8] Jalofó, por que os Reis donde ele procede, depois de

se levantar contra o Grão Jalofo da casta dos jonais ficaram tomando-lhe a terra e ficaram com o mesmo apelido; é Rei poderoso, tem muita gente de pé e de cavalo e Reis que lhe dão a obediência. É Rei Jalofo mais poderoso de todos os outros, posto que hoje tenha o seu Reino dividido em duas partes, governando o seu filho Chilao a metade do Reino e ele a outra metade, ambos representam uma coisa, por que o filho, sem embargo de ter o nome de Rei, fica sendo príncipe e governa dando obediência a seu pai.

Os seus cavalos são mui domésticos em tanto que podemos dizer que são mais domados por uso e razão que pelo freio, por que se um negro destes diz ao seu cavalo que se deite, deita-se, e que se alevante, alevanta-se, e que faça medidas, fá-las. Deita-se o negro dele abaixo, como um pássaro sem ter a mão nele. Botando-se a correr vai o mesmo cavalo após deles [como] um cão e desta maneira jamais nas guerras perdem os donos os seus cavalos, salvo se os matam, por que estão quedos sobre os senhores mortos, e desta maneira **[fl. 8v]** os tomam os inimigos.

As armas que usam na paz e na guerra são seis azagaias pequenas de umas farpas e uma grande. a espada curta de até três palmos e meio, a **empunhadura chã**, sem **guarda**, trazem estas espadas ao tiracolo e facas, em lugar de adagas, de palmo e de palmo e meio, as **azagaias** pequenas despedem-nas nas brigas atirando aos inimigos ficando-lhe sempre a maior com que escaramuçam e a não a largam da mão. Não usam **arremessões** nem lanças compridas como usamos por a terra ser toda coberta de muitas árvores e eles fazerem as suas guerras entre elas. Usam outras armas de pouco custo, proveitosas para eles; tem uns panos de algodão compridos, de vinte braças ou mais, os quais trazem de maneira que fique muito torcido e este pano cingem, começando das virilhas até os peitos, muito juntos. E desta maneira armados lhes não passam as flechas, nem azagaias, trazem os seus cavalos selados e enfreados como trazem os nossos, as suas selas muito bem guarnecidas, com boas cobertas que eles mesmos fazem tem somente os **arções** traseiros e dianteiros derrubados por **[fl. 9]** detrás, por que por amor do arvoredado, nas brigas e escaramuças, se vão sempre vagueando por detrás. São muito bons homens de cavalo. Há negro que correndo mata o rosto do cavalo com sua adaga, outros que, largando laranjas, as tornam depois a recolher a cavalo; outros que correndo uma carreira direita batem por cima do pescoço do cavalo duas e tres vezes, tocando os estribos um no outro; há entre eles desafio muitas vezes e apostas de escaramuçarem um contra outro e com aquelas suas azagaias grandes, a que chamam talhas, quem cortará o **látigo** da sela ao outro sem

lhe ferir ou matar o cavalo, e ferindo ou matando, paga a valia dele e perde o pressoposto.

Usam adarguas as quais são de couros de búfalos e de touros, e de couros de elefantes muito bem curtidos; e deles as fazem muito boas e fortes e não são da feição das nossas; são redondas como **rodela**s de bom tamanho com uma **frisão** no meio como diamante em maneira de **broquel**, não tem mais de uma embraçadura como broquel, não na [fl. 9v] trazem metida no braço, senão apegada na mão pela embraçadura.

A sua gente de pé usa as mesmas armas como os de cavalo, trazem nas guerras, em seus esquadrões e campos que formam os adargueiros nas dianteiras e pelas alas, e os flecheiros metidos entre eles de maneira que ficam os adargueiros guardando-os. Usam também de flecheiros a cavalo e são mui destros no flechar e as despedem muitas vezes de duas em duas; e esta é a pior arma e a mais maligna em Guiné por que são mui peçonhentas por serem ervadas e escapam muito poucos os que são feridos com elas, salvo se o curar o mesmo inimigo que o feriu, por que assim como fazem a peçonha para suas armas, buscam o contrário a ela para se curar; os que não são curados dos mesmos correm grande risco e morrem logo; alguns escapam que os curam chupando-lhe as feridas com a boca e destes poucos e as pessoas que servem de curar aos feridos com a boca não ande ter cópula com mulheres em mentes curar o ferido por que dizem os negros que tendo cópula logo arruinam aos feridos pondo a boca nelas; outros se curam da mesma maneira tendo aos feridos metidos em fontes de água e em casa [fl. 10] por amor do grande fogo que causa a peçonha.

Na era de setenta e seis me achei no Reino de Brosalo, de que trataremos, e foi o Rei deste Reino dar um assalto na terra de outro Rei seu vizinho Jalofo para me fazer pagamento do que me devia e fez boa presa, mas flecharam-lhe muitos cavalos e eu os mandei curar com toucinho e nenhuns morreram e foram são em muito poucos dias de que foi o Rei admirado e os seus. É verdade que também mandava o Rei açoitar as mesmas feridas com um cabo de sedas de unicórnio molhado na água.

Estes jalofo's do sertão são grandes criadores de gado vacum e cabrum e são dados a isso por confinarem com os Fulos Galalhos, que é o Reino do Grão Fulo, os quais cingem aos Jalofo's e as mais nações dos negros por cima. Este Rei Galalho tem muita gente de cavalo e na sua terra há muitos cavalos e destes se provém aos Jalofo's, assim os vizinhos a estes Fulos, como os chegados à Costa do mar. E pelos muitos cavalos que tem este Rei e andam na sua corte sempre, não está em um [só] lugar o

Rei mais de três dias. E assim andam continuamente [fl. 10v] no seu Reino de lugar em lugar por amor da ervagem como pela água de que carece muito a sua terra e a dos Jalofos, e a sua mais ainda por que não há nela fontes nadies, nem Rios caudais, senão poços de que se tira com muito trabalho por serem muito altos.

E estes Fulos passam às vezes o Rio de Sanagá por o mais estreito dele umas embarcações que fazem de jangadas que entre eles é chamada **taro**, as quais passam trinta e quarenta cavalos e mais na mesma embarcação e dão em outra banda do Rio, da banda do Norte, nos **Alarves** mouros criadores e fazem neles presas e no gado e em camelos; E chamam em toda a Costa dos Jalofos a estes mouros **Alarves Benares**; e são estes em que os Fulos fazem as presas, gente desprezível e fraca.

E estes Fulos são deles homens robustos, bem dispostos, a cor avermelatada, os cabelos corredios, trazem as barbas crescidas. Usam na paz e na guerra as mesmas armas das que usam os Jalofos e os mesmos vestidos que são umas roupetas de pano de algodão brancas e pretas degoladas dos mantéus e as mangas até os cotovelos chamadas por eles [fl. 11] camisas as quais dão por cima dos joelhos meio palmo; trazem os calções quase ao mesmo modo greguesgo bem avolutados justos na perna em cima por debaixo dos joelhos e as pernas nuas; e nos pés umas **alpargatas** de couro cru.

São mui guerreiros; fazem guerra aos Jalofos seus vizinhos e saem alguns irmãos deste Grão Fulo com muita gente das suas terras a favorecerem a muitos Reis seus amigos. Usam muito a gente flecheira a cavalo, prezam-se suas pessoas falam com uma voz de papo como quem guagueja, tem muita valia o sal na terra destes, mais que nenhuma outra mercadoria, e algum que lhe vai por via dos Mandingas do Rio de Gâmbia e dos Jalofos de Sanagá; e não pode pessoa neuma comprar o sal senão o Rei ou fidalgo senhor do lugar, nem o comem todos, senão os grandes e mais mulheres e filhos. E se dá a troco dele ouro e pano e o mais que querem.

Entram estes Fulos por toda aquela terra da costa dos Jalofos, Barbasins e Mandingas com suas criações e gados; e no inverno se chegam a beira-mar, e no verão se [fl. 11v] tornam a meter pelo sertão devagar, trazendo o gado ao longo de alguns charcos d'água e aláguas que faz o inverno. E muitos destes criadores andam ao longo destes dois **fremosos** Rios, o Sanagá e o de Cantor, que é o Gâmbia, pascentando o gado ao longo deles os quais Rios ambos procedem de uma madre e entra um do outro no mar oceano setenta léguas afastados, ficando o rosto do Cabo Verde entre ambos no meio por igual medida. E fica toda a terra dos Mandingas da

banda do Norte e dos Jalofos, Barbasins e Fulos entre esse dois Rios como insulados. Os quais Rios nascendo ambos de uma madre são bem diferentes um do outro por que no de Gâmbia são as invernadas mui grandes e de grandes trovões e caem pedras de **corisco**; é muito fremoso coberto de muitas árvores; E o de Sanagá pelo contrario não chove nele senão muito pouca água e há muito poucas árvores e madeira nele. E chove tão pouco que muitas vezes falta o mantimento mas a tudo acode Deus com a sua misericórdia e dá saber [fl. 12] até a estes Fulos brutos para usarem nas suas searas e lavouras como usam os de Egipto com as crescentes do Rio Nilo por que este também cresce e depois de recolhido o Rio na madre nos campos donde chegou a crescente fazem as suas searas as quais com os vapores e umidades vem a frutificar e dar mantimento e nisto não há duvida.

Estes Fulos deste sertão vendo a um dos nossos pasmam por serem brancos sem embargo deles não serem negros.²⁶¹

Tornando ao Reino dos Jalofos, este Reinado do Budumel, por que assim se chama tomando do Rei que teve, é o maior da Costa, mais poderoso de gente e maior senhor de terras; e, sem embargo de ser poderoso, foi algumas vezes vencido dos outros Reis seus vizinhos.

Esta terra é sadia mais que todo o Guiné, corre nela muito bons ares. Há muito bons mantimentos muitas galinhas, vacas, cabras, gazelas, lebres, coelhos e outros animais grandes como veados, **corsão**, mas não tem a armadura da feição de veado com os **esgualhos**; e elefantes, onças, lobos, [fl. 12v] leões e outros muitos animais; galinhas pintadas e outras que como perdises que chamam **chocas**. Nos Rios andam garças reais, pelicanos, patos, marrecas e outras aves marinhas; mantimentos: arroz, milho maçaroca, outro milho que chamam branco, gergelim do qual fazem azeite, e há muita mantega e leite e mel que se tira pelas tocas das árvores.

Em toda esta Costa até aos Mandingas há muito boa roupa de algodão, panos pretos e brancos e de outras muitas maneiras de preço, e os tintos são tão finos que cegam aos que os vem os quais se tiram para os outros Rios adonde os não há. A tinta com que se tingem esta roupa é a mesma com que se faz o verdadeiro anil na nossa Índia Oriental, mas estes negros a fazem por diferente maneira e não em tabuletas. Recolhem as folhas destas árvorezinhas que são pequenas de altura de quatro até cinco palmos e hão de recolher estas folhas antes destas árvorezinhas darem as

²⁶¹ Fim do Cap 1 e início do cap 2 no MsP.

sementes que se dão em umas vaginhas pequenas [fl. 13] e, recolhidas as folhas, as pisam muito bem e depois de pisadas fazem uns pelouros tamanhos como de um **falcão pedreiro** e hão de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes delas para depois daí a alguns dias fazerem estes pelouros não se faz assim recolhe-se tão somente aquela quantidade de que se há de fazer naquele dia por que tanto que secam não prestam mais para isso.

E depois de feitos estes pelouros se põem a enxugar ao sol até que se seque e quando querem fazer tinta para tingirem os seus panos tomam aqueles pelouros e os quebram em pedaços e os deitam de molho em alguma coisa dentro n'água por espaço de um dia. E tirada a tinta da água a cobrem com algum pano ou folhas de árvores por cima e a deixam estar até que apodrece e cria uns bichos brancos como de carne. E estando desta maneira a põem a enxugar ao sol depois de lavada outra vez n'água e depois de bem seca a deitam em um pote grande e lhe deitam de coada dentro e tornam a cobrir o pote e está assim por espaço de [fl. 13v] alguns dias até que se faça muito fremosa com muito bom lustro. E nesta tinta nos potes por esta maneira tingem os seus panos e os fazem muito pretos como setins e azuis e todas as vezes que tiram estes panos dos potes os lavam em água quente e bolem estas tintas estando nos potes com uns paus até que alevantam acima umas **escumas** grandes com uns olhos e cor muito fremosa.

Nos mais Reinos dos Jalofo, Barbasins [e] Mandingas não podem herdar os reinos os filhos senão sobrinhos filhos de suas irmãs pela sentença e lei já dada pelo Grão Jalofo como atrás se tratou. O que sucede no Reino herda a casa e as mulheres do tio.

Estes Jalofo, Fulos e Mandingas não comem carne de porco e alguns não bebem do nosso vinho principalmente os cacizes que são os bixirins dos quais há em muita abundância nestas partes e metem em cabeça aos outros muita coisa e dizem muita mentira e há alguns deles que contam os meses como nós contamos; tem o povo grande devoção e dão muito crédito do que eles dizem e fazem muitas nóminas que dão [fl. 14] aos do povo nas quais tem muita confiança e esperança. Há outros negros entre estes que servem de adivinhadores a que chamam **Jabacouces**; estes, quando adoce algum, o vem a visitar como médico, mas não tomam o pulso aos enfermos nem lhes aplicam mezinhas nenumas que somente dizem que as feiticeiras ou feiticeiros fizeram mal aquele emfermo, não lhes parecendo que as pessoas morrem quando a hora é chegada e Deus é servido, senão que as feiticeiras as comem e fazem

sobre isso muita diligência.

Tem este Rei deste Reino de Budumel muitos portos do mar começando da banda do Sanagá correndo pela Costa até o **Sereno**; os principais é o porto **d'Ale** e a Angra do **Beziguiche** que é uma Bahia muito fremosa donde podem estar muitas naus **surtas** sem perigo do tempo por ser abrigado dos ventos. A mesma Angra é entre este ilheu e a terra firme, podem invernar os navios por ter um canal grande entre ele e a terra por onde fugiram **[fl. 14v]** já algumas vezes os Franceses às nossas galeotas.

Em este ilheu se podia fazer um forte muito bom e com pouco custo porque da banda da terra fica amurado com a rocha que a mesma natureza fez e pela do mar com pouco custo fica fortificado e hoje serve aos Ingleses e Franceses de Ribeira donde consertam as suas naus e as mais embarcações e habitam nela entanto que os negros destes portos do mar desta Costa falam muito bem francês e foram alguns à França muitas vezes. E agora depois de terem amizade com os Ingleses foram já alguns a Inglaterra aprender a língua inglesa e ver a terra por mandado do **alcaide**.

Está esta Angra quase na ponta do Cabo Verde, entre ele e o Cabo dos Mastros, mais muito chagado ao Cabo Verde, o qual está em quatorze graus e dois terços. Antigamente, o maior trato que tinham os nossos da Ilha de Santiago era para esta terra de Budumel, no tempo que nela reinava um Rei chamado **[fl. 15] Nhoquor**, muito amigo dos nossos. No tempo do qual houve tamanha fome naquela Costa, causada dos gafanhotos, que se vendiam os escravos por meio **alqueire** de milho ou feijão, e tiravam as mães de seus filhos e os vendiam a troco de mantimento dizendo que mais valia viverem ainda que cativos que não morrerem à pura fome.

E da Ilha de Santiago iam todos os anos muitos navios carregados de cavalos a este Resgate. Sucedeu neste Reino um Rei chamado **budumel bixirim** o qual não bebia vinho nem comia carne de porco. Este residia continuamente na sua corte de Lambaia, longe do porto do mar, e fazia muito maus pagamentos aos nossos, e recolhia nos seus portos os Franceses, e folgava com eles. E por essa causa deixaram os da Ilha este Resgate e hoje continuam; e está acupado dos Ingleses juntamente com os Franceses, dos quais dão despacho muitos dos nossos Portugueses e alguns estrangeiros que estão de assento no porto de **Joala**, terra dos Barbasins do Reino do **[fl. 15v] Ale Embisane**. E estes Portugueses são os que dão despacho aos Franceses e Ingleses, adquirindo-lhes os despachos de rio em rio e muitas léguas pelo sertão; e todos os anos tiram da Costa os Franceses e Ingleses mais de sessenta mil couros vacuns afora muitos couros de búfalos e gazelões e de outros animais, chamados no

Rio de Gâmbia **dacoi**, o qual dizem que é a verdadeira anta. E assim muito marfim, cera, goma, âmbar e outras coisas; e **algálias**, tratando com ferro e outras mercadoria que trazem de França e Inglaterra. E andam estes nossos portugueses lançados muito mimosos dos Ingleses, e o dia deles receberem as pagas lhe dão os Ingleses banquetes com muita música de violas de arco e outros instrumentos. E por esta causa estão os Resgates de toda esta Costa do Cabo Verde até o Rio de Gâmbia perdidos, e não tratam nele senão estes lançados com os inimigos, os quais tem companhia no Rio de São Domingos e no Rio Grande, por onde mandam o ferro [fl. 16] e o mais que hão; e deles lhe vem os despachos para despacharem aos inimigos.

E se não foram estes Portugueses **lançados** não tiveram os inimigos tanto trato em Guiné nem comércio com os negros como hoje tem. Verdade é que há muitos anos que os Franceses continuam [a vir] a esta costa [de] Porto d'Ale, mas não tinham tanto trato por que quando haviam os Resgates da mãos dos negros importava muito pouco por que quando muito tiravam destes portos seis [a] sete mil couros em um ano somente, sem as outras coisas que hoje levam por que os negros não tinham habilidade para trazerem as suas mercadorias do sertão nem de muito poucas léguas do mar para virem vender aos inimigos, e hoje atravessam estes Portugueses lançados todos os rios e terras dos negros adquirindo as mercadorias para estas naus entanto que há homem nosso que se mete pelo sertão até o reino do Grão Fulo, que são muitas léguas, e dele manda [fl. 16v] muito marfim ao Rio de Sanagá; e dá despacho a algumas naus inglesas que estão surtas na Angra. E mandam tomar a carga pelos seus **patachos** a Sanagá e vem lhes a botar os mesmos pataxos as barras de ferro no porto de Joala.

Este lançado Português se foi ao Reino do Grão Fulo por ordem do duque de **Casão**, que é um negro poderoso que habita no Rio de Gâmbia no porto chamado Casão. Este o mandou por sua ordem com gente sua ao Grão Fulo, e na sua corte se casou com uma filha sua da qual houve uma filha que tornando-se para os portos do mar lhe deu o sogro licença que a trouxesse consigo; e chama-se João Ferreira, natural do **Crato**, chamado pelos negros o **Ganagoga**, que quer dizer, na língua dos **Beafares**, homem que fala todas as línguas, como de feito as fala. E pode este homem atravessar todo o sertão do nosso Guiné, de quaisquer negros que seja, e com estas ajudas dos [fl. 17] lançados vão acrescentando neste trato os inimigos Franceses e Ingleses. E se vai de todo acabando o comércio que com eles tínhamos.

O Rei que sucedeu no Reino de Budumel por morte de seu pai é o Amad

Malique, o qual reside em Encalhor, coração daqueles Reinos dos Jalofos. E é tão mau como seu pai, por que é bixirim e não bebe vinho, nem come carne de porco. E **fazem salas como os mouros**. E por isso se meteu tanto pelo sertão, para estar lá mais perto daqueles bixirins e mouros. O filho Chilao, que fica governando os portos do mar pelas vistas que algumas vezes tem dos nossos é mais amigo deles que seu pai. Não temos ainda tratado da ordem dos juízos e juramentos destas partes mais em qualquer dos capítulos que adiante que tratam dos Reinos dos Barbasins e mais Jalofos se tratará do mais, por que todos usam a mesma coisa e costumes.

As mercadorias que trazem os nossos a estas partes são cavalos, vinhos, [fl. 17v] bretanhas, contaria da Índia, chamada fêmea, que é do tamanho dos bagos de uma romã, limpa e boa, o cano de pata, que é a mesma contaria mais comprida e não Redonda, outra do mesmo cano de pata, digo **alaquequa** redonda, maior que uma avelã, toda esta é estimada entre estes negros e o tesouro que eles tem é jóias, são desta pedraria da Índia. Valem também **Reales de Deus**, os quais correm por sertões, e algum ouro em peças, gram vinta-quatreno vermelho, marguarideta, continha de Veneza, coral, papel, búzio, o qual corre como dinheiro para os gastos. Nesta Costa se acha muito âmbar e o Rei do sertão dela tem muita quantidade dele por que sabem que é estimado e vale entre nós. E tem muita quantidade em tanto que tem dentro nos seus paços feito um modo de casa de barro, como um forno pequeno de cozer pão, e o tem cheio de âmbar [fl. 18] que lhe dão e pagam os negros dos direitos do que acham, e o tem da maneira dita em estima dizendo que é coisa que vale muito entre os brancos.

Estes Jalofos E estas outras nações da Costa comem a carne mal assada de maneira que lhe esta correndo o sangue, e a cozida, cozem-na bem, e assim o pescado que há muito bom por esta Costa. E os que não tem comércio conosco comem sujamente, por que muitas vezes cozem as aves chamuscadas com as tripas e fezes, sem depenar, e os miúdos das rezes com a bosta. Em tanto que estando um Rei comendo com um capitão nosso seu amigo, mandou o Rei vir por festa uma **coalheira** cozida a qual trazia dentro muita bosta, e comendo o Rei, com o capitão tendo asco, deitava fora a bosta e o Rei lhe disse que era parvo no que fazia, que aquilo que não era nada, que era erva. E contudo folgam muito de comerem os comeres feitos do nosso modo, e costumam os nossos, quando os vão visitar, levarem [fl. 18v] os comeres feitos do nosso modo, o qual folgão os Reis e figalgos de comerem. E há muitos deles que quando os íamos visitar mandavam dar alguns capões ou carne ha

alguns escravos nossos pra que o façam e cozam ao nosso modo, dizendo que as suas escravas não sabem cozinhar o comer para os brancos. Alguns Reis há que tem escravas muito boas cozinheiras que cozinham e fazem de comer ao nosso modo, mas, pela maior parte, os negros comem sujamente e folgam de comer o pescado o mais dele depois de podre e seco ao fumo, e a carne com bichos, e assim a cozem e a comem com os bichos.

[fl. 19]

Capítulo segundo que trata do Reino do Ale Embiçane Barbasim, que confina com este dos Jalofos Budumeis

Fica no beira-mar destes Jalofos uma casta de negros a que chamam Barbasins, que são gentios e não tem seita nenhuma de mouros; são grandes guerreiros, boa gente de cavalo e de pé. O Reino destes fica cingido por cima dos Jalofos, mas são tão belicosos que pelejam muitas vezes com os Jalofos e hão deles victória.

Este Reino dos Barbasins está repartido em dois Reinos: um chamado o Reino do Ale, que fica partindo da banda do mar da banda do Norte com o do Budumel, correndo o beira-mar a Costa o porto de Joala, que é donde residem hoje os lançados, e vai correndo pela Costa abaixo e entra ali um Riacho ao longo desta aldeia de Joala, donde podem entrar navios de até 60 **moios**; dali para o Sul começa a Barra dos Barbasins, que entra pela terra adentro como obra de 25 léguas fazendo por dentro de si algumas pernadas, ao Norte deste Rio vai correndo o Reino deste dito Rei de que vimos tratando, que é um Rei pequeno, de poucas terras, mas tão belicoso em guerras que é tido entre os outros por um dos da fama entre eles. Causa isto, além dele ser ser muito bom capitão e animoso, ter as suas terras muito cobertas de mato e bosque, nos quais se mete e dele ofende aos inimigos.

O seu conselho de guerra [fl. 19v] jamais se descobre, nem se sabe, por que quando determinam de fazer alguma guerra e tomam sobre ela conselho, ajunta-se o Rei com os do seu conselho e se metem em um bosque que está apegado com os seus paços e ali fazem uma cova de altura de três palmos, redonda e todos os do conselho se põem a roda desta com as cabeças baixas; ali praticam sobre se farão guerra ou não e, depois de todo bem examinado, e a determinação do que ande fazer tomada, tornam a cobrir a cova, e diz o Rei: "a terra não há de descobrir isto, por que fica enterrado

nela". Hão os do conselho tamanho medo de descobrirem o que ali passou, que jamais se sabe.

É a esta terra destes Barbasins e Jalofos [que] iam muitas armações dos moradores da Ilha do Cabo Verde a resgatar escravos, muita roupa branca e preta, cera, marfim e ohje não corre este Resgate por causa dos Franceses e Ingleses. O que nele corre de mercadorias são cavalos, vinhos, roupa branca e pintada da Índia, pano vermelho, baixo e alto gram bretanha, chapéus grandes brancos com seus cordões de seda ou de lã, fio vermelho e amarelo de Flandres, margarideta, continha de Veneza, contaria da Índia, alaquegua, brandil, cosouro, cano de pata e outra contaria [fl. 20] redonda do tamanho de uma avelã grande chamada entre eles **quepo**, algum estanho, cobre, Reales de Deus, os quais correm por tostões, alguma prata lavrada e ouro ao seu modo.²⁶²

Confina com este Rei outro mais poderoso em terras e Reinos, por que senhorea da banda do mar pela banda do Rio de Gâmbia, que chamam do Cantor, perto de 60 léguas; e tem três ou quatro Reis ou mais que lhe pagam **páreas** e lhe são sujeitos neste Rio de Gâmbia pela banda do Norte e, além destes, tem outros Barbasins que também lhe são sujeitos. Chamasse este Reinado principal de que tratamos Borçalo, senhorea três nações de gente, a saber Jalofos, Barbasins, Mandingas.

É também gente boa e guerreira. Usam de cavalos e são bons **gineteiros**. Usam as mesmas armas e os mesmos vestidos de que já fica dito atrás. Tem dois capitães-generais que governam estas nações: um aos Jalofos e Mandingas e outro governa aos Barbasins, assim nas guerras, como na paz. É a mais segura terra que há naquela Costa para os brancos que nenuma outra terra de Guiné; prezam-se muito os Reis dela de terem o nome e dizerem que são pais dos brancos; E que ninguém os há de agravar nem anojár na sua terra. Em tanto que [fl. 20v] estando para morrer um Rei deste Reino chamado **Lagatir Bachana**, grande amigo dos brancos e grande guerreiro, sabendo que havia de morrer daquela enfermidade, vendo sinais disto, mandou chamar a um primo seu, que lhe havia de suceder no Reino por sua morte. E vindo o outro diante dele, chamado **Bomuim**, lhe disse estas palavras: "bem sei que hei de morrer desta enfermidade, nisto não há dúvida. Cabe-te por direito o Reino, daqui digo que to entrego em paz, dou-te um aviso: que trates muito bem aos meus

²⁶² Fim do cap. 3 e início do cap. 4 no MsP.

brancos, como sempre os tratei, por que são gentes e filhos de Deus; olha que senão fizeres como te digo que me será necessário tornar cá outra vez a tomar te disto conta". Morreu este Rei desta enfermidade, sucedeu o outro a quem ele tinha entregue os brancos, e é ainda hoje vivo com receios de lhe aparecer que há o Rei morto de tornar cá outra vez ou por acosto lá²⁶³ são dos Reis daquela terra tratarem bem aos brancos, este os trata melhor ainda do que os tratava o morto.

Entre estes negros há juízos, os quais se determinam pelos Reis com os velhos, que são como desembargadores. Põem as partes suas ações e outras contrariam e dão logo as provas, e se determinam entre eles. **[fl. 21]** Quando o caso é duvidoso e não há testemunhas, usam de dois juramentos horrendos, e o tomam o autor e o réu: a um chamam o do ferro e o outro d'água. Tenho-os ambos por mui dificultosos, um e outro. O do ferro toma-se por esta maneira: trazem ali um ferreiro, ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo e tange os foles até que se faça vermelho como brasa. Diz a parte que há de tomar juramento estas palavras, "Deus sabe a verdade se eu fiz tal coisa, ou tal que se me impõem, este ferro me queime a minha língua de maneira que jamais fale", e acabante de dizer estas palavras mete-lhe o ferreiro com uma **tenaz** o ferro na mão, lançando de si mil faíscas, e a parte que disse as palavras toma a tenaz com a mão e com a língua lambe aquele ferro vermelho três vezes. E ficando livre ele e seus padrinhos escaramuçam e hão a sentença por si e ficando livres. E não ousando a tomar este juramento ficam condenados;

O da água, põem-se uma panela grande d'água no fogo pela manhã e tanto que começa a ferver, que esta aquela água pulando e saltando para cima, botam-lhe dentro uma agulha **[fl. 21v]** ou uma pedrinha que vá ao fundo. A parte que há de tomar o juramento lava as mãos com água fria e diz outras palavras semelhantes as de cima e mete a mão e tira a agulha ou a pedra três vezes. E saindo livre, sem se queimar, tem o juízo por si, e queimando-se ficam por escravos do vencedor. E muitas vezes há casos por onde fica toda uma geração cativos.

Os escravos que hão e vendem cativam em guerras e outros sentenciados em juízos. Estranham mais que todos os outros casos os feiticeiros; a estes vendem toda a sua geração, sem ficar nem a quarta. E [a] alguns feiticeiros e feiticeiras mandam arrancar os olhos.

²⁶³ Por isto, por esta razão. Interpretação livre minha, dada a semelhança com o italiano *questo*, ou seja, *este*.

Costumam os homens em todo Guiné darem o casamento e as mulheres não trazerem nada. Quem quer casar, dá ao pai da mulher ou ao tio irmão [de] seu pai, que elas tem por pai, peças de escravos e vacas e outras coisas que se tem por dinheiro entre eles, segundo a qualidade das pessoas, assim dão o dote. E quando querem que haja divórcio, torna o pai a dar o que lhe deram e fica sua filha livre para poder fazer de si o que quizer. Não tem limitação os negros de quantas mulheres hão de ter, tem-nas [fl. 22] segundo sua possibilidade e dote que tem para dar a seus pais.

Nesta terra de Brosalo, há todos os mantimentos atrás declarados e aves e animais. Uma coisa vi nesta terra de Brosalo de que me maravilhei muito que é que o Rei que Reinava naquele tempo ter virtude para curar os mordidos da cobra. E tanto que se mordida alguma pessoa logo na mesma casa faziam sinal com um **atambor**, que era sinal de estar pessoa mordida de cobra na tal casa, para que o Rei lá fosse curar, ou não podendo ir logo, mandava o seu barrete, que tinha na cabeça ou uma azaguaia sua. E diziam os negros que indo aquela peça da mão do Rei, que o mal da cobra não ia por diante. E indo o Rei a curava e sarava. Isto fazia o Rei e sarava muitas pessoas, não sei por que virtude fazia isto.

Há nesta terra e Costa dos Jalofos, desde o Reino de Sanagá até o de Gâmbia, uma nação de negros tida e havida entre eles por índios, não sei de donde procederam. É gente fremosa, principalmente as mulheres, mas eles não comem porco, são inportunos no pedir, andam [fl. 22v] de Reino em Reino com suas mulheres como cá os ciganos pedindo. Estes servem todos os ofícios, são tecelões, ferreiros, sapateiros, carpinteiros. Servem de tanger os atambores na guerra, cantando e animando aos que pelejam, trazendo-lhes à memória os feitos dos seus antepassados e com isto fazem aos outros morrerem ou vencerem nas guerras; tanger duas outras maneiras de instrumentos: umas caixas como as nossas e outras de uma só pele comprida de sete ou oito palmos. E por estes instrumentos dão aviso do que querem fazer do sinal de guerra ou fogo. E nos atambores sabem e entendem de que Reis e capitães são. Usam também estes **judeus** de umas violas de cordas e outras ao modo de harpa. Estes judeus não entram em casa dos outros, que não são judeus, nem comem, nem bebem por onde os outros bebem, e tendo cópula com outra que não seja da sua geração os vendem ou matam ambos.

E estando um dia em casa do Rei de Borçalo, na sua corte chamada **Matia**, um judeu seu muito privado andou ao longo dos paços do Rei gritando e pedido que lhe dessem alguma coisa; como eles não podem [fl. 23] entrar nas casas, andava gritando

fora e não lhe respondiam, disse estas palavras: "forte geração foi a minha, não me fizera Deus antes rato ou cão, que não judeu. Entram os ratos e os cães em casa do Rei e eu não posso entrar". Sobre isto disse muitas lástimas, mas não entrou.

Quando morrem estes judeus não os enterram Em terra como os outros negros, senão tocas de árvores; não nas havendo, dependuram-nos em árvores por que tem por erronia os outros negros que, enterrando-os como os outros, não choverá nem haverá novidade aquele ano na terra.

Os mais negros desta costa enterram-se por esta maneira: tem seus cemitérios ao longo das aldeias donde moram e, quando morrem, não nos enterram no chão como a nós, fazem um modo de madeira como um teto de uma casa sobradada e ali dentro ordenam uma barra e nela fazem uma cama em que deitam o morto coberto com seus panos brancos e pretos. E serrada a porta botam sobre aquela madeira, com pás, muita terra. E as covas de Reis que põem cinco ou seis ordens de madeira [fl. 23v] uma sobre a outra botando terra da primeira até a derradeira. E desta maneira fazem uns montes muitos altos de terra.

Oferecem a seus defuntos em potes ao longo daquelas covas; potes cheios de vinho e leite, e outros mantimentos, os quais comem as aves e bichos, e metem-se em cabeça a estes pobres que os seus defuntos comem aquilo que lhes oferessem. E quando passam ao longo dos cemitérios, saúdam aos defuntos. O **dó** que eles trazem é raparem as cabeças e não criarem cabelos em **mentres** dura o **nojo**. Os **choros** duram muitos dias ajuntam muitos mantimentos, muita carne e vinho. E os que hão de vir ao choro trazem também de comer e, juntos, uma velha ou velho começa em voz alta a louvar e dizer os feitos do defunto. E nos fins dão todos grandes hurros, todos com vozes mal-formadas; dura isto por espaço de alguns dias em mentes dura o mantimento; todo aquele ano está a cova do defunto coberta por cima com pano branco e no cabo do ano torna a haver outra junta de mantimentos, e tornam a renovar o choro. E no cabo já dos dias dele fazem grandes festas de bailes ao som de seus atambores E **atabales** - chamam a isto tirar o dó. As mulheres [fl. 24] andam vestidas de uns panos pretos muito finos e os cabelos trançados, trazem ao pescoço os ramais de contas da nossa Índia, que é o seu ouro e cano de pata que eles tem por tesouro; trazem por cima da cabeça uns panos pretos que lhes fica servindo de mantos. Andam com um passo e **meneio** muito quieto, principalmente as Rainhas. É costume nesta partes, Encontrando-se duas pessoas, falar um ao outro as mulheres postas de joelhos e o mais velho beija a mão ao moço primeiro e depois lhe beija o

moço a sua. Ao Rei fala-se desta maneira: os seus escravos estão diante nus da cintura para cima, com as camisas fora e, quando hão de falar ao Rei, fazem três continências; a primeira inclinando a cabeça e a segunda mais e alargando de si as armas, e a segunda, digo a terceira, debruçado de todo no chão botando terra por cima da cabeça por reverência. E se a não bota por cima da cabeça vai-a tomando com a mão e botando pela ilhargá ao longo da cabeça. E assim o fazem todos; os que costumam andar na corte, E [a]parecem todos os dias diante do Rei não se debruçam como os que vem de fora, todavia põem-se de **[fl. 24v]** joelhos diante dele, com os joelhos ambos em terra e tocam as mãos no chão e põem na cabeça, que é sinal de obediência.

Estes Reis dos Jalofos, Barbasins e Mandingas comem diante da sua gente a vista de todos. Este Rei de Brosalo, de cujo Reinado imos tratando costumava mandar fazer de comer muito bem feito à nossa guisa por cozinheiras que para isso tem estando na sua sala o comer, que é costume trazerem-lhe suas mulheres, comia com os fidalgos, metendo a mão uma vez no prato por comprimento. Passando isso, se recolhia dentro na outra câmara e ali lhe estendiam uma esteira com uma **alcátifa** por cima e toalhas de mesa e lhe traziam de comer. E antes de comer mandava chamar os brancos que ficavam na sala, e comia com eles assentado, mãos por mão. E isto usavam sempre os Reis deste Reino de Brosalo e assim o do Ale.

Todos estes Reis tem alcaides que são os que recebem suas dádivas, e compram as coisas que são necessárias aos Reis. Tem capitães-generais **[fl. 25]** a que chamam **Jagarafes**; aos capitães dos lugares chamam **Farbas** e aos estribeiros-mores chamam **Bigeos**, e aos moços da câmara, **Buquineques**. Quando sai o Rei algumas vezes fora vão mui acompanhados de muita gente de cavalo os quais hão de ir sempre correndo até o lugar para onde vão.

Fazem nestas partes vinho a seu uso de milho que é como cerveja, tão boa como ela, mas não é de tanta dura, embebeda como o vinho, de uma fruta que é como codornos, cheiram muito bem, mas não despede ao comer o caroço e o vinho desta fruta é branco, estando em **mosto** ferve como o nosso vinho, também embebeda e fazem dele **arrobe** bom. Há poucas frutas; há uma a que chamam **tambacumba** que são do tamanho de uma pêra parda, tem melhor cheiro que sabor e os caroços desta fruta lhes servem de amêndoas, por que os quebram e tiram o miolo de dentro que é muito bom. Há **tambarindo**, **farrobas** e umas **cabaças** que são compridas e por dentro estão cheias uma farinha branca, a qual tem em si um azedo. E os caroços

destas cabaças são pretos. As árvores que as dão são mui grandes, altas e grossas, o pau em si é mole. Há outras árvores muito grandes e altas às quais não dão fruto nenum, dão umas cabaças compridas e pequenas cheias de algodão por dentro, o qual tem cor de seda e é [fl. 25v] em si brando este algodão, o qual misturam com o verdadeiro algodão e o fião e fazem uns panos como rajados que parecem de seda. Destas árvores, que também são moles, fazem os negros as suas embarcações, a que eles chamam almadias, em que embarcam muitas vezes duzentas pessoas de guerra. Mas nesta Costa as não fazem tamanhas como no Rio de Gâmbia e o Rio Grande e os Bijagós, por que os Jalofos não fazem guerra por mar.

Estes negros se circuncidam de idade de quinze anos e mais, por que sem o serem não podem casar. E por este respeito se circuncidam e, quando estão circuncidados, não os vê ninguém senão o cirurgião que serve de fazer aquele officio. Estão metidos em um bosque, ali lhes levam de comer moças donzelas, as quais os não veem, põem o comer que levam em certo lugar e eles o vem ali tomar. E tornam a trazer no mesmo lugar depois de comerem as vasilhas. Gastam o tempo depois que estão sem dores em jogos e danças e outros passatempos a seu modo. E se alguma pessoa por desastre vai dar adonde eles estão, corre grande risco, por que eles lhe dão muitas pancadas de maneira que algumas vezes morrem delas. Depois de sãos, se saem e podem casar e ter mulheres, exercitar as armas.

As mulheres usam doutra [fl. 26] coisa, já também direi, que além de consentirem que lhe cortem as carnes para lhe fazerem uns lavores pelo corpo e pelo rosto, também tem muitas, por galantaria, terem beiços grandes e para isso os picam com umas espinhas muito agudas os de baixo principalmente. E quando fazem isto, também se emboscam no mato em mentes não estão de todo sãs e trazem nos beiços uns paus pequenos posto no beiço de cima e no de baixo para que o façam deitar para baixo. E, em mentes não estão sãos, os huntam com mantega crua misturada com pós de carvão para os fazerem pretos. E quando estão metidas no bosque tratam também mal às pessoas que vão ter com elas. E as [que] usam desta galantaria são mais Barbasins que não Jalofas.

Estas nações de que tratamos e assim os Mandingas em parte parecem que usam da seita de Mafamede, por que os seus bixirins, que são os religiosos fazem salas como os mouros, mas nenuma destas nações, vindo a terra de cristãos, duvidam a receber o batismo, mais antes o pedem e ficam muito bons cristãos. E alguns se vem por suas vontades das suas terras para as nossas a serem cristãos. Devia Sua

Majestade de mandar que estes tais fossem favorecidos para que fossem partes de virem outros

Juram estes negros comumente "por vida de El Rey" e quando bocejam ou dão espirros nomeiam os nomes dos Reis que então governam. E há um juramento que se chama **socano** que o não podem jurar senão os Reis e fidalgos e os plebeus não.

[fl. 26v]

Capítulo terceiro que trata do Reino de Gâmbia, chamado por outro nome o de Cantor, que é o Reino dos Mandingas mui grande em si, como se dirá

Este Rio de Gâmbia está cinco léguas da Barra do Rio dos Barbasins. É mui fácil a entrada dele, sem perigo, por que fica sendo a entrada como uma enseada, ficando a julavento dele o Cabo de Santa Maria, que é terra dos mesmos Mandingas e a **barlavento** umas ilhas alagadiças delas, e delas não, que ficam entre a Barra dos Barbasins e esta de Gâmbia, que se chamam as Ilhas do **Jubander** e outra por entre elas, um Rio pequeno que se chama de Lagos que vai dar no Rio dos Barbasins perto dos paços del Rei de Brosalo, chamado os paços **Guanjal**.

Este Rio de Gâmbia é todo povoado de negros Mandingas de uma banda e da outra. E o Rei de Brosalo senhorea desta banda deste Rio da banda do Norte perto de 50 léguas ou mais, tem Reis seus vassallos que lhe dão obediência e pagam páreas; verdade é que algumas vezes se alevantam contra ele na sucessão de algum Rei por morte d'outro que se mete por forra no Reino. Este Rio, além de ser em si muito fremoso e largo, por que há nele muitas Ilhas, muito fremosas, cobertas de muito arvoredos, nas quais ilhas é muita casa [fl. 27] de muitas aves, a saber, garças reais e das outras, muitas rolas, pombas, muitas marrecas, muitas gangas e flamingos, que são uns pássros do tamanho das gangas, muitos patos, grandes pretos, os quais tem uns esporões nas pontas das asas.

Estas ilhas, há delas de duas léguas e de três e de menos. O Rio em si é doce no Verão como trinta léguas do mar e no Inverno quando há venidas fica sendo doce oito ou dez léguas do mar. É Rio de grande trato de escravos, de roupa de algodão, que há muito nele, branca e preta, e algodão, muita cera, ainda que estes negros não façam colmeias, são tantas as abelhas e o mato tanto por este respeito há muito mel e cera; e há muito marfim, mais que em nenum outro Rio de Guiné, por que acontece muitas vezes indo as embarcações pelo rio e verem bandos de elefantes em terra como

de vacas e encontram muitas vezes os navios com bandos deles que passam o Rio de uma parte para a outra. E assim, se vê em terra bandos de búfalos e gazelas e outros animais chamados pela língua dos negros dacoí, quase do tamanho dos búfalos, o qual dizem que é a verdadeira **anta**.

É mui abundoso este Rio, de muitos mantimentos de arroz e milho maçaroca e as mais das povoações dele estão perto do Rio, por amor do trato que tem com os brancos. E há aldeias muito bem assentadas ao longo do [fl. 27v] Rio, de muitas casas e muita gente. As casas são delas de **taipa**, redondas, cobertas por cima de palha, e delas de palmeira, e outras não são de taipa, senão de palha. São mui guerreiros negros estes e nesta há mais armas que em nenhuma outra dos negros, por que como há nela **ferro**, que eles fundem, fazem muitas armas de azagaias, dardos, facas e muita flecha. E a erva dos Mandingas é a mais peçonhenta que todas as outras, por que vimos no porto de Casão terem os negros com os nossos uma briga séria às nove ou dez horas do dia, na qual houve morte de parte a parte; depois de recolhidos a horas de **véspera**, querendo dar sepultura aos mortos, os que estavam feridos de flechas ervadas não puderam ser levados de donde estavam mortos, por que era tão fina a erva de peçonha que estavam já os corpos corruptos, por que apegando por um braço, se despedia do corpo, e de uma perna, da mesma maneira; não houve remédio senão fazerem as covas ali donde estavam mortos e botá-los dentro nelas, tal é a erva destes negros.

São pela maior parte deles mui atraíoados, toda a banda do Sul deste Rio são maus, prezam-se de matarem brancos e tomarem navios, como já [fl. 28] fizeram a alguns; nem se pode ir a este Reino, digo Rio, senão em navios que levem boa gente e bem armados. E é necessário ter sempre boa vigilância nos negros, por que nunca fazem a sua, senão à traição. Há algumas fortalezas de guerra chamada pelos seus nomes, são duas ao longo do Rio ou esteiros, fortes de madeira muito forte fincada, com suas guaritas, baluartes praças de armas, nos quais pelejam e flecham; fazem também um **betume** como **breu**, que cozem em panelas e no tempo de dar o assalto os inimigos a eles lhes deitam aquelas [panelas] de breu com que os fazem retirar; fazem os seus fortes como está dito ao longo do Rio ou esteiro por causa de água e das suas embarcações, que trazem para darem nos outros lugares e assim roubam os que passam por aquelas partes estando eles de guerra.

Há ao longo deste Rio assim em uma banda como da outra muitas aldeias de Fulos as quais habitam por estas partes, deixando as suas terras por casa do pasto e

água de que tem necessidade para as suas criações. E por este respeito, há muita vacaria ao longo deste Rio; há mui fremosas campinas, chamadas por eles **lalas**, nas quais andam sempre cobertas de muita caça, assim de aves como de **[fl. 28v]** animais. Há muito pescado nele e se matam algumas vezes solhos. Há laguartos muito grandes que tomam muitas vezes pessoas e vacas e levam a comer às suas covas, mas tem tal qualidade, que no alto do Rio não pode tomar, nem fazer mal a coisa nenhuma, em lugar donde não possa fincar o rabo no chão, por que não no fincando, não tem forças para nada e não correm risco as coisas, senão ao longo da praia, onde há pouca altura. E há tantos neste Rio e fazem tanto dano que usam os negros nas povoações donde moram fazerem dentro no Rio circuito ao modo de **sebe**, que lhe fique em lugar de muralha para beberem o gado seguro e lavarem e tomarem a água por que doutra maneira correm muito risco.

Há muitos Reis por este Rio acima, por uma banda e outra quase de espaço de vinte léguas e de menos um do outro, e há outros de grandes terras, e há imparadores entre eles a quem chamam **Farim**. Os vestidos, armas e juramentos, fazem como o fazem os Jalofos e Barbasins; os escravos que hão e vendem, cativam em gueras e em juízos e furtos, porque os vão furtar de **[fl. 29]** uma parte a outra e são grandes ladrões. E vendem muitos escravos desta maneira **defende-se** que se não compre negros furtados a estes negros; viu-se já em Guiné, neste Rio e no Rio Grande, trazerem a vender alguns escravos aos brancos e eles por respeito de o defenderem os não compraram e os que traziam e vinham vender, por não serem descobertos, os mataram em terra.

Nesta terra dos Mandingas há mais casizes chamados bixirins por elas do que há em todo outro Guiné, porque tem estes negros três casas principais como entre nós conventos, de grandes religião entre eles, nas quais residem os os religiosos e os que aprendem para esse efeito. A primeira é na boca daquele Rio, de grande veneração entre eles, por que vêem o Mar Oceano, que dizem que é uma coisa grande. A segunda casa ficará dali a 70 léguas ao longo do Rio em um passo que ali faz o Rio estreito e faz três pernadas para algumas partes insulando ali a terra, e chama-se o lugar Malor. Fica a terceira casa, também de grande devoção e religião, desta segunda casa 50 léguas, em uma aldeia uma légua do Rio pela terra adentro, chamada Sutoco. O maior destes religiosos, como entre nós o **Provincial [fl. 29v]** ou outra dignidade maior, chamam eles **Alemame** e trazem anel como bispo. E todas estas três casas estão da banda Norte do Rio; escrevem em livros encadernados, como já fica dito, nos

quais dizem muitas mentiras e dá o demônio ouvido aos outros para os ouvirem e crerem. Andam estes casizes magros e debilitados das suas abstinências e jejuns e manjares, não comem coisa morta por mão de pessoa que não seja religiosa, trazem vestidos compridos, por cima capas e **farragoilos** de **baetas** ou baetas e chapéus grandes pretos e brancos, que lhes levam os brancos; fazem suas salas para o oriente postos os rostos, e antes de a fazerem lavam primeiro as partes inferiores e depois o rosto. Rezam juntos uma vozaria alta, como muitos clérigos em coro e no cabo acabam com **Ala-arabi** e **Ala-mimi**. Tem suas mulheres, que trazem consigo, assim os que estão nestas casas, como os que estão fora delas.

As mercadorias que neste Rio valem o principal é o vinho, por que morrem por ele, chamam-lhe **dolo**, cavalos, roupa branca da Índia, contaria da Índia, como na Costa, contaria de Veneza, contaria margarideta, grossa e delgada, continha de veneza, fio vermelho, pano vermelho, búzio, cravo, finalmente tudo o que vale neste Rio **[fl. 30]** 120 léguas da Barra, nesta derradeira casa destes religiosos há trato douro, que trazem ali em cáfilas certos mercadadores Mandingas que também são religiosos e fazem salas como os outros; este ouro que aqui trazem vem o mais dele em pó e dele em peças. É muito fino. Estes mercadores são mui entendidos nos pesos, trazem balanças muitos sutis, machetados os braços de prata e cordões de **retrós**. Trazem os escritórios pequenos de couros crus, sem fechos, e nas gavetas trazem os pesos que é de latão da feição de dados, e às balanças trazem outro peso maior de **arrátel** de latão da feição de uma maçã de espada; trazem o ouro em atilhos e trapos, e em canos de penas de aves grossas e de ossos de gatos escondidos pelos vestidos, trazem-no desta maneira por que passam por muitos Reinos e põem muitos dias nos caminhos. E são roubados muitas vezes, sem embargo de trazerem capitães de guarda as cáfilas segundo **Massão**. A cáfila [tem mais] de mil flecheiros de guarda e demais cópia e menos; principalmente deve ir para este Resgate d'ouro são manilhas de cobre nas quais me parece que se não ganha nada **[fl. 30v]** e se há ganho não deve de ser muito porque dão por um arrátel d'ouro 10440, digo mil e quatrocentos e quarenta manilhas, nas mais ganhão bem que são cano de pata que é uma pedraria comprida que vem da Índia, em brandil, papel e todas as mais que ficam atrás nomeadas tirando cavalos e vinhos, por que estes mercadores o não bebem, e assim bacias de barbear, caldeirões pequenos de arrátel e demais de arrátel.

Indo eu a este Resgate no ano de 79 porque algumas pessoas punham em dúvida se estes mercadores vinham por ordem do Turco a resgatar esta manilha de

cobre para fundição de artilharia; especulei e informei-me bem dos mercadores donde iam fazer este Resgate deste ouro e para o que queriam lá as manilhas, vim a saber de certa sabedoria que as manilhas lhes servem para ornamento e arreo das suas pessoas e as trazem nos braços e pernas. E em tanta estima as tem e em mais do que cá temos as de ouro, e não usam do ouro por que o não estimam pelo haver muito nas suas terras, e sem falta nenhuma vem este ouro e o que vai a Tembocutum das Serras de Sofala, em estes negros fazem a sua veniaga com os cafres e esta é a verdade; e não há outra coisa e [n]o máximo levam ao Reino **[fl. 31]** do Galalho, chamado por nos Gago, e ao Grão Fulo. E o que me fiz certificar mais de como não queriam a manilha senão para ornamento de as trazerem foi porque das que levei se quebraram como mil manilhas em pedaços e cometendo eu ao capitão da guarda daquela cáfila que as comprasse disse-me que não serviam; dizendo-lhes que lhe daria duas quebradas por uma, respondeu-me que lhe desse dez por uma, as não tomaria porque lhe não serviam e as não queriam senão sãs, para as trazerem, por onde me desenganei da suspeita que tinha.

Estes mercadores põem mais de seis meses em suas viagens, mas como são negros e fleumáticos não é de espantar não porem muito mais tempo; fazem as suas viagens por uma estrada [que] fica cingindo a todos os negros do nosso Guiné por cima e vão por uma ordem de um Imperador dos negros a que todos os negros deste Guiné de que imos tratando dão obediência, que se chama **Mandimansa**, não visto até hoje de nenhum branco e tanto que o nomeiam este nome de Rei logo se descobrem os negros. Tão obedecido é por que mais duzentas léguas ou trezentas obedecem o seu nome e descobrem as cabeças.

Neste Resgate deixei entoncez cinco **arrobas** e oito arrateis d'ouro **[fl. 31v]** que havia vindo naquela cáfila, por não ter mercadorias com que o Resgatar. Deve de estar este Resgate quase perdido por que há mais de oito anos que a ele não foi navio nenhum e estes mercadores devem de correr com os do Tumbucutum vendo que lhes falta os Resgates. Neste Resgate vão ter alguns mouros e levam ouro com que Resgatam a troco de algumas **alinófiás** de barro vidradas e pano vermelho e alguns Reales se os acham; os vestidos destes mercadores são umas camisas compridas que lhes dá por baixo do joelho e os colos degolados, as mangas até os cotovelos e os calções compridos ficando-lhes até os fundilhos apegados quase um palmo debaixo do joelho. E trazem nas cabeças barretes vermelhos muito altos a que eles chamam **turquimas**, parece pelos haverem dos turcos, e alguns trazem chapéus pretos e suas

espadas a tiracolo curtas e facas que lhes servem de adagas. Não bebem vinho, comem passas e figos passados e todas a fruta de açúcar.

Os soldados que vem de guarda com estes mercadores trazem os mesmos vestidos com muitas plumas de aves pelas camisas e barretes; trazem mais arcos e coldres de flechas, as flechas curtas [fl. 32] e os arcos pequenos, mas despedem bem as flechas.²⁶⁴

Na entrada deste Rio vai sendo a terra **chã**, mas toda coberta de mangues muito altos e grossos e outro arvoredado de paus muito bons adamascados e vermelhos que lá chamam de carvão. E estes mangues chegam até donde chega a maré d'água salgada, e ali acaba, fica descobrindo os campos que chamam naquela terra lalas, e as mais fremosas são da banda do Norte donde se podiam fazer fremosos canaviais de açúcar e se regariam com o mesmo Rio com **montante** e **jusante**. E dali donde se descobrem estas campinas que se chama **Balangar**, começa de ir correndo para cima ao longo delas um monte que fica como muro destes campos. E vai correndo este monte mais de cem léguas para cima. E quanto mais acima ,pelo Rio vai sendo o monte mais alto, correndo ao longo dele espaço de menos de quarto de légua. É isto da banda do Norte. Da banda do Sul, há alguns redondos, mas não correm, nem cingem o Rio como da banda do Norte.

Deste porto do Resgate do ouro pode ir um navio ainda por ele acima quatro marés e não pode passar avante por causa de uma rocha que impede o passo [fl. 32v] e cai a água do alto. E dizem os negros que, se fizesem em cima outra embarcação, bem poderiam ir por ele acima três, digo, muitas léguas.

Neste Rio há ferro, nascido da própria terra, que eles fundem e fazem uns ferros de comprimento de um palmo, e vai sendo no começo de dois dedos e meio e em cima fica de dois dedos de largo. Este ferro levam-no para o Rio de São Domingos e ao Rio Grande. Há nele prata ao parecer boa e os negros fazem dela manilhas e anéis, mas os nossos ourives não fazem dela boa obra como coisa que tem em si alguma mistura de alguma liga por que quebra a prata.

Não deixarei de dizer deste Rio uma coisa grande que vi em um passo que se chama dos Fulos, sendo este Rio mui grande e furiozo e alto e de boa largura, veio com guerra tanta cópia de Fulos que cobria todas aquelas lalas. Sujeitaram os Mandingas por aquela parte por onde vieram determinando de passar este exército à

²⁶⁴ Início do cap. 6 no MsP.

outra banda do Rio, não havendo embarcações para isso, sendo ali o Rio de uma légua ou mais, o entulharam de pedras de maneira que passou todo este exército, ainda afirmam [fl. 33] muitos que era tanta cópia de gente que não foi necessário mais que trazer cada soldado uma pedra. Mas seja como for eles entupiram o Rio e passou todo o exército e bagagem que era mui grande, por que traziam muitos camelos, burros, muita soma de vacas, com que iam marchando. E entre as vacas iam os flecheiros, flechando. Quando queriam fazer alto, falando-lhes pela língua, estavam quedas, quando queriam que marchassem, falando marchavam. Traziam enxames de abelhas que também largavam contra os inimigos correndo o vento contra elas; foi este exército espantoso, nunca visto outro tamanho campo entre aquelas nações destruindo e assolando tudo, passando pela terra dos Mandingas, Casangas, Banhuns e Buramos, que eram mais de cem léguas de terra até chegar ao Rio Grande, terra dos Beafares adonde foram os Fulos **rotos** e vencidos. Pode haver isto cento e vinte anos.

O passo por onde passaram veio depois a venida do Rio d'água do monte e rompeu o Rio da banda do Sul bem ao longo da terra. E fica ali lugar por onde passam os navios costeando bem [fl. 33v] com a terra em tanto que tocam os navios com as vergas nas árvores e fica o mais seco, mas coberto d'água. Chama-se este Passo o dos Fulos, está por cima de **Lame** quase doze léguas. E passei já por ele duas vezes.

Outra coisa vi neste Rio que também não deixarei de dizer e bem o pudera justificar por instrumento público com pessoas que foram comigo nesta viagem, e é que indo deste **Passo dos Fulos** pelo Rio acima vinham dar conosco esquadrões de **monos** tamanhos como **lebréus** de uma cor ruiva não **asafroados** senão quase vermelha; em cada esquadrão destes vinha um mono a cavalo em cima de outro como um homem. E este que assim vinha a cavalo não era dos maiores nem dos menores; diziam os negros da mesma terra que aquele que vinha a cavalo era Rei ou capitão daquela esquadra, falavam-lhe os negros, respondião com uma voz grossa mal formada como quem pronunciava algumas palavras. E em todas as esquadras com que demos senpre vinha um só a cavalo como fica dito

Há neste Rio muitos cavalos marinhos, os quais saem a passear em terra, de todas as cores como são os cavalos nas cores não há que dizer e nos rinchos a serem cavalos. E nas orelhas mais tem feição do corpo [fl. 34] como de boi, e as mãos curtas e tão curtas que os negros, nos seus arrozais, para que os não comam e destruam fazem uns tapumes de madeira muito baixa e não podem estes cavalos passar por cima por serem muito curtos das mãos como fica dito. E tem unhas das mãos e dos

pés repartidas em duas partes, como [a] dos bois, e cabeça curta como a do boi; os dentes grandes de palmo e demais e menos tortos, os quais dizem que prestam para a enfermidade das **almorreimas**; alguns dizem que as unhas destes animais para a mesma enfermidade são mais saudáveis que os dentes, e a unha esquerda melhor que a direita; os negros matam muitos cavalos destes nos seus arrozais e lhe comem a carne. E os matam por duas vias assim por lhe comerem a sua lavoura de mantimentos como para os comerem. A carne é branca vi-a mas nunca a comi. Para dentro nos Rios é donde estão algumas paridas, correm as embarcações pequenas risco, como barcas e almadias, por que as acometem. E tanto que os filhos podem andar saem também a passear em terra.

Este Reino dos Mandingas e mui grande por que corre por Rio acima de Gâmbia que é navegavel mais de cento e cinquenta léguas por ele acima. E ainda passam avante e se metem pelo sertão pela banda do Norte até confinarem com os Jalofos. E pela banda do nordeste **[fl. 34v]** com os Fulos. E do nordeste, digo do lesnordeste com os Beafares por cima. E da banda de leste com os Casangas e Banhuns. Fica[m] no topo deste Rio dois **Farins**, que são imperadores entre os negros: da banda do Norte, donde se Resgata o ouro, o Farim de Olimansa, a quem damos dádivas; E da banda de leste o Farim Cabo, a quem também damos alguma dádiva. Este é já Beafar e Mandinga misturado. Estende[m-se por] tanta [terra] estes Mandingas, que vão cingindo os Beafares por cima como diremos ao dinte.

O principal Resgate que corre entre eles do que não temos ainda dito é a **cola**, fruto que nasce em árvore e não há estas colas senão nos limites da Serra Leoa. E nascem em **ouriços**²⁶⁵ como castanhas. E é tão estimado entre os negros que todos os mais deles a querem e compram e a levam até aos mouros; dão por ela todas as coisas de mercadorias que em Guiné há, a saber, escravos, roupa de algodão, branca e preta, ouro, mantimentos e todo o mais que por ela quiserem. Em este Rio de Gâmbia vale mais que em todos os outros de Guiné e usam estes negros dela como na nossa Índia do **betele**, por que com uma cola, que é como uma castanha, caminha um negro todo o dia comendo nela e bebendo d'água. E tem-na por medicina para o fígado e o urinar. **[fl. 35]** E também usamos dela para o mesmo efeito, mas os negros fazem muito mais conta dela do que nós fazemos; e tendo dor de cabeça a mastigam E untam as fontes com o seu bagaço; tem-se de um ano para o outro e mais tempo se a quiserem ter

²⁶⁵ No documento, *erisos*.

enfolhadas com umas folhas largas de umas árvores que chamam **cabopas** metidas em uns certos compridos que lá chamam **coligas**, que leva cada um duas mil colas e menos. Quer Deus que não haja desta fruta no outro Guiné senão no limite da Serra Leoa como está dito para que tivesse a valia que tem para remédio de muitos nem como as semearem nas outras partes jamais fortificam, ainda que nasceram algumas árvores destas.

Há no Rio Grande uma coleira e em São Domingos outra que dão colas em outro Guiné não há como esta dito nem estas não dão que baste[m] para os da aldeia donde estão por que os negros continuamente andam a comer nela.

Há neste Rio na entrada dele até sessenta léguas almadias muito grandes de guerra e tais que já cometeram algumas lanchas de Franceses e as tomaram usando de umas mantas de pau grossas que guardam pelouros de mosquetes e espinguardas nas proas. E desta maneira investem co[ntra] as embarcações e tomaram alguns navios nossos. E de sessenta léguas para cima vão faltando, e quanto mais acima [fl. 35v] as não há por causa de os negros não serem bons marinheiros, e por não terem varadouros para vararem as suas almadias; pela terra lá em cima ser alta de uma banda e doutra, [e] não haver praia donde a varem e se houveram fizeram muito mal as embarcações que lá vão, por que são todos os negros da banda do Sul e leste como está dito muito maus e atraíçoados. Tem este Rio três passos indo por ele acima: o primeiro chama-se o de Malor; o segundo, o dos Fulos de que já tratamos; o terceiro, o de **Janguemangue**, que é lá perto do Resgate d'ouro.

Fazem muito sal os Mandingas que levam para este Rio acima a vender que vale muito porque de sessenta léguas deste Rio para cima o não há nem fazem senão donde chega a água salgada. E o levam em almadias pelo Rio acima; [há] esta feitoria do sal em uma aldeia uma légua do porto de Casão chamada **Onla onla**, ali o tem os negros pelo sertão até o Grão Fulo e pelo mar até donde pode[m] ir.

E nas cento e vinte léguas deste Rio chega a maré e vira o navio a montante e jusante. E quando vem as venidas, que é no fim do mês de junho, não podem os navios esparar no porto do Resgate do ouro, por que cresce tanto a água que não a podem esperar, não há amarras que tenham. E daí a sessenta léguas que é porto de Casão. [fl. 36]

No mês de agosto, quando é a força da venida do Rio, não viram os navios a montante. Os negros fazem suas lavouras dos arrozais no mês de maio por diante, estão os arrozos debaixo da água mais de três meses, por que a crescente do Rio alaga

todas aquelas lalas desdo mês de julho até novembro. E daquelas lalas alagadiças tiram os negros os arrozés e os transpõem em outras lalas mais enxutas, donde dão logo mantimento.

Há neste Rio muita madeira e se podiam fazer muitas Embarcações, assim de remos como navios de alto bordo. E há na **Ilha de Cabopa** muita madeira, paus muito grandes que servem de mastos para navios de muito bom porte das quais serram para tabuados todos estes negros Mandingas e os Jalofos e Barbasins e Fulos trazem nas cabeças umas capuças brancas listradas ao modo de diademas e falando uns com os outros se descobrem como nós.

Aqui entra um esteiro por onde podem entrar navios de até sessenta **moios** por cima do porto de um Farim chamado **Jaroale** da banda do Sul como dez léguas da Barra pelo Rio acima o qual entra até a terra dos Banhuns chamado[s] **Bambara** no qual se Resgata muito algodão, cera e marfim.

Este Rio antigamente era o mais proveitoso que havia em Guiné por que com cinco ou seis coisas diferentes uma das outras se comprava um escravo, hoje está tudo alterado e caro [com] **[fl. 36v]** respeito aos brancos que tudo tem furado e contaminado, não há aldeia ao beira-mar, nem pelo sertão muitas léguas, donde não haja brancos lançados adquirindo os despachos para Ingleses e Franceses, em tanto que já não estimam os negros os brancos, e dizem que são tão importunos como moscas no leite e ainda que caia uma e morra não deixam as outras de vir; por que acontece matarem brancos neste Rio e nem por isso se escaramuçam os outros. E antes de os haver, estava este Rio mais pacífico do que hoje é. E vinham os negros a venderem Roupa e mantimentos dentro nos navios. Há neste Rio **canafístula** boa e com a raiz dela se curam e tem por erronia que comendo a mesma canafistula lhe morrerão suas mães.

Capítulo quarto que trata dos Arriatas, Falupos, Casangas, Banhuns e Papeis, chamados por outro nome Buramos

Saindo deste Rio de Gâmbia está o Cabo de Santa Maria, o qual está em treze graus e meio, quase na entrada deste dito Rio. É uma terra não alta manchada de alguns lanções amarelos e manchas que faz a própria terra arvorada de algumas árvores. Noroeste dele em fundo de quatro e cinco **braças** estão uns Baixos chamados também de Santa Ana (sic) de arrecifes de pedra; do Cabo Verde a este Cabo de Santa

Maria se corre a Costa Noroeste-Sueste. [fl. 37] Em toda a Costa não há outros Baixos, senão a de Joala, a qual não arrebenta senão com muito mar, e passam alguns navios entre ela e a terra dos Barbasins, que estão na boca daquela Barra, a qual é fácil a entrada e depois destes estão estes que estão neste Cabo que de maravilha tem os navios que fazer com eles por que lhes manda o **Regimento** que não passem das sete braças para a terra salvo indo demandar às Barras para entrar correndo deste cabo para o Sul ainda são os negros dele ainda Mandigas e chamam por ali **Cobomansa**.

Resgata-se arroz, cera, mas já vão sendo os negros como bravos e deste Cabo até [a] entrada da Barra de São Domingos estão estes negros por amansar. E estes negros deste Cabo até a Barra, digo, os Baixos de São Pedro estão os Arriatas, os quais deles falam Mandinga e deles a língua dos Falupos. Estes negros Arriatas não se circuncidam como os mais; estão naquela beira-mar cingidos por cima dos Mandingas e Banhuns pelo sertão, ocupam-se nas suas searas e pescarias, e tem por ofício estas coisas; não tem tratos de escravos por que não tem comércio com os brancos.

E dos Baixos de São Pedro para baixo começam os Falupos, que é outra nação de negros, os quais se entendem com os negros Papeis e do Cabo de Santa Maria ao Cabo Roxo, o qual está em doze graus a vinte e cinco léguas e quase uma légua deste Cabo Roxo, o qual é escavado e raso como fucinho de boi uma légua dele, como está dito, [fl. 37v] começa a Barra de **Casamansa**, a **barlavento** do dito Cabo para o Norte. E entrando por ela dentro, na entrada estão os Falupos de uma banda e outra, aos quais os Mandingas dão que fazer e desenquietam por que armam almadias de guerra no Rio de Gâmbia mui fremosos e botando por ele fora correm a Costa de longo do Cabo de Santa Maria para o Roxo e dão nos Arriatas e Falupos que vivem ao longo dessa Costa. E quanto começaram esta conquista e guerra cativavam muita gente, por que os tomavam em **magotes** e juntas ao longo das praias ou Riachos em companhias, comendo peixe ou ostras e cativando uma quadrilha a outra não fugia nem se defendia. O uso disto os fez já terem melhor conhecimento por que pelejam e se defendem e matam e cativam aos inimigos.

Entrando por esta Barra de Casamansa dentro ao Norte do dito Rio vão correndo negros a que chamam **Jabundos**, os quais falam a língua dos Banhuns e se entendem com eles e com os Casangas e Mandingas. E da banda do Sul vai correndo a terra de **Ziguinchor**, que são Banhuns, na qual há trato de cera e escravos.

Nesta Barra há mais de vinte cinco anos que não Entram navios por causa da guerra dos negros que tendo em cima guerra com o Rei de Casamansa determinaram

de lhe defender a entrada do seu Rio, e assim o fizeram e tomaram nela à entrada alguns navios nossos, por ser [fl. 38] o Rio muito estreito e ajuntarem estes negros muitas almadias que acometem os navios; e por este respeito senão servem nem entram por este Rio de Casamansa, senão por via de São Domingos, como adiante se tratará.

A estes negros Falupos matavam todos os brancos que tomavam a entrada daquele Rio de São Domingos, que está deste Cabo Roxo para dentro, de alguns navios que se perdiam ali. E são tão bons pilotos que em um navio saindo fora do canal já o sabem e se anda arriado e surge de noite os vem acometer e cortar-lhe as amarras para que dêem à costa. E acometem muitas vezes de noite a pelejar e de dia. Já hoje deram em venderem os que tomam já os não matam e vão comprar a estes que cativam a própria terra dos negros. E se correrem com estes negros vir-se-ão amansar de todo e haverá grande trato, por que nesta terra há muitas vacas e acodirão escravos.

E como entre estes negros não há venderem ainda negros senão muito poucos crescerão tanto que ocuparão também a terra da banda do Sul da Entrada do Rio de São Domingos, chamado **Putamo**, e quase que vão tendo comércio com os nossos do Rio de São Domingos pela entrada de um esteiro que ali faz o Rio chamado **Timis**. E vão tirando dele muitos escravos e vacas que é o principal Resgate daquele Rio para os Bijagos.

Estes negros Falupos andam nus como os Buramos, com umas peles de cabra ou de palma que eles fazem que trazem em lugar de calças que lhes não cobrem nada; as suas [fl. 38v] flechas não são ervadas e em lugar de ferro lhes põem umas espinhas de um peixe chamado bagre.²⁶⁶

Por cima destes negros vão os Banhuns do Ziguinchor e por cima destes os Casangas, os quais se entendem uns aos outros os Casangas aos Banhuns sem embargo que os Casangas andam vestidos diferentemente por que se vestem à maneira dos Jalofos e Mandingas dos quais ficam cingidos por cima. Em esta terra dos Casangas corre também alguma roupa e usam cavalos, mas poucos, porque alguns que tem, se levam da Ilha do Cabo Verde ou da terra dos Jalofos ou Mandingas, os quais andam contínuos na corte deste Rei, principalmente daqueles religiosos chamados entre eles bixirins, dizendo mil mentiras aos negros e fazendo-lhes crer muitas coisas.

²⁶⁶ Início do cap. 8 MsP.

Ali veio ter um bixirim principal das três casas que no Rio de Gâmbia há chamado Alemane; este falava muitas vezes com o Rei e quando este Rei queria saber alguma coisa do que faria o seu inimigo que era um Rei que estava da banda de Casamansa chamado Bambara, tomava um moço doutra nação com que se eles não entendiam de muitas léguas dali; e este caciz escrevia na testa deste moço umas letras e mandava-lhe pôr uma bacia d'água de diante e o moço estava vendo naquela bacia e não sabendo a língua do caciz tanto que lhe escrevia as letras na testa E mandava ver naquela água [fl. 39] falavam ambos e respondeu um ao outro as perguntas que lhe fazia e tanto que deixava de ver na bacia não se entendiam. E com todas estas cerimônias, dizia o negro caciz ao Rei que venceria ao inimigo.

Este Rei se passou a terra do outro com seu Exército em lanchas, e em alguns navios nossos, e almadias suas e posto em campo em ordem de guerra andava este religioso com umas varinhas nas mãos como que governava o exército e prometia ao Rei vitória que a teria deram os inimigos neles e os desbarataram. E correu o religioso grande risco e o negro Rei depois dizia o cão do religioso, que a desordem dos negros os desbaratara, foi-se [a] caminho da sua terra com muitas dádivas que lhe deu o Rei e lhe deixou um familiar metido dentro em um vazo de barro com a boca muito bem tapada; dava este familiar resposta a tudo o que lhe o Rei perguntava.

Os juízos desta terra dos Casangas fazem-se como na Costa, de que já tratamos, diante do Rei ou Senhor da terra com alguns velhos que servem como desembargadores. E logo dão ali as sentenças as partes alegam as suas razões e dão testemunhos verbalmente, logo sem haver **dilação**. [fl. 39v] E quando há dúvida e a prova não é bastante, nem na há dá-se juramento, mas diferente do modo que se dá na Costa, chamado entre eles a água vermelha; trazem uma água, é vermelha em si, pisada de cortiças de algumas árvores e desfeitas em água ou que tenham sumo que baste a deitar tanta cópia d'água que baste para este mister e a trazem em uma panela metida dentro em um cesto. E vem logo parecendo coisa mal assombrada. E esta água dão as partes e aquele que primeiro vomita fica livre; muitos morrem tomando esta água. E são aquelas pessoas que quer o Rei, se é rica e tem que lhe apanhar, dá aviso ao que dá os juramentos que não escapem de morrer tal pessoa ou tal; traz este que dá esta água no dedo polegar uma peçonha muito fina, que despacha em poucas horas. E vai dando esta água primeiro aquelas pessoas que não querem que morram, por não terem que apanhar delas e tanto e tanto que a de dar aos que lhe tem dito o Rei que morra, em secreto mete o dedo dentro, e em metendo diz a outro que a tome e fica a

água tão peçonhenta que morre em poucas horas. E ficam homicidas e condenados e perdem as fazendas. E há casos por onde as gerações também ficam cativas do Rei e [fl. 40] se vendem; parece que esta água que da sua natureza é asqueirosa porque causa vômitos.

Nesta terra destes mesmos Casangas há uma lei posta pelos Reis para serem de que haver rendas e é que, quando morre algum, antes de o enterrarem, depois de posto em uns paus que lhes servem de tumba coberta com panos negros em ombros de negros, tangem muitos instrumentos de atambores, trombetas de marfim, buzinas e andam estes que trazem este morto às costas, escaramuçando de uma parte para a outra com tanta fúria e ímpeto, que parece que andam os demônios metidos neles a que chamam Jabacouce, este fala com o morto e lhe faz pergunta que diga a quem o matara. E andando estes que o trazem às costas com grande fúria e ímpeto, como está dito, de uma parte para a outra, se dão em alguma pessoa e estão quedos, esse dizem que o matou que é outro ardil como o da água mandado também pelo Rei. E senão dão em alguma pessoa, dizem que morreu da sua enfermidade, e quando dão em algum este fica homicida, prendem-no por feiticeiro e o vendem e a geração toda sem ficar nenhum.

Duram os seus choros muitos dias trazendo muitos mantimento com que se faz aqueles funerais a poder do comer e juntamente chorarem como já fica dito se faz na Costa. E o mesmo usam no tirar do dó, [fl. 40v] com comeres e beberem e bailes ao som dos atambores e trombetas; usam isto os Casangas, Banhuns e Papeis, assim nos choros como em juízos e na cerimônia de perguntar aos mortos quem os matara e [n]os enterramentos.

Há também neste Reino de Casamansa outra lei mui proveitosa para o Rei que a pessoa que cair da palmeira e morrer hão por feiticeiro; dão logo os oficiais del Rei na sua casa e lhe tomam tudo, até as mulheres, filhos e parentes e os vendem. Há nesta terra muitas palmeiras e como os negros são amigos do vinho e o não há senão destas palmeiras de que tiram a **sura** e outro vinho que fazem de milho como cerveja, pela maior parte andam sempre tirando a sura das palmeiras das quais caem e perdem as vidas e as fazendas e parentes não tendo dever com as leis tão proveitosas para o Rei.

E estando Eu nesta terra no ano de 70 em casa do Rei esparando por um pagamento que me devia o qual me não fazia não por lhe faltar escravos senão por me deter acertou de cair um negro de uma palmeira de que morreu o pobre apanharam da

sua geração perto de quarenta pessoas entre homens e mulheres com que me [fl. 41] satisfez o Rei.

Quando come este Rei em público ou bebe não o vêm os circunstantes, por que se cobre com uns panos brancos, que ficam servindo como cortinas e corrediças; dentro das suas casas comem com alguns brancos. Em esta terra havia um Rei chamado **Masatamba** o qual comia em mesa alta de **Engonsos** com toalhas brancas ao nosso uso. E o comer da mesma maneira assentado em cadeira de estado; em público diante dos seus come cuberto como fica dito. E ali lhe trazem suas mulheres muitas gamelas grandes que levam muitas delas doze e treze alqueires de mantimento cozido com grandes postas de carne dentro; e apresentando ao Rei estas gamelas toma elas salva dos mantimentos se estão bem guizados e reparte aquelas gamelas por os fidalgos que o acompanham ajuntando dez, doze, segundo o tamanho do vaso e estes se metem dentro em um bosque dentro do qual estão os paços e em muito breve espaço as despejam; destruídos os mantimentos recolhe-se o Rei a jantar ou sear com os brancos, se os tem na sua corte; jamais com o Masatamba depois de ser Rei comeu negro nenhum, nem seus irmãos, nem filhos. Cavalgam os Reis desta terra algumas vezes em cavalos e as mais das vezes [fl. 41v] em bois sendo a jornada perto; o Rei que entra no Reinado quando esta vago e é eleito pelo capitão dos escravos do Rei passado. Herdam aqui irmãos, sobrinhos, filhos de irmãos e os filhos dos Reis e ainda que haja muitos príncipes e haja um mais velho a quem pertença o Reino, é Rei aquele a quem o capitão dos escravos acerta de dar a obediência. Alguns entram por força no Reinado e estes que assim entram, entram logo nos paços reais. E os que entram em paz, obedecido por todos, há uma lei nesta terra que ande estar um ano metido dentro naquele bosque, ali lhe dão o necessário os que governam; passante o termo o recolhem para os paços e é obedecido e temido altissimamente.

A terra é segura para os brancos; a coisa que se nela perde na mesma hora o sabe o Rei e o dá ao seu dono salvo se o não quer fazer; estes negros e todos os mais fazem aos seus mortos uns oferecimentos de mantimentos cozidos e vinhos, como já fica dito.

Neste Reino não bebem vinho em ajuntamento e afora dele que não ofereçam algum pouco aos matos, derramando algum pelo chão, [fl. 42] dizendo algumas palavras ao modo de oração funeral. Os seus ídolos a que reverenciam é uns paus fincados no chão debaixo de alguma árvore grande e sombria com as cabeças tortas para cima; estes paus juntos, amarrados, É o seu ídolo, aqueles chamam **chinas**. E

Reverenciam oferecendo-lhes vinhos da sua sura, embarrando-os e caiando-os com papas de farinha de arroz e milho e com o sangue de vacas, cabras e de outros animais. Quando fazem as suas searas põem ao longo delas alguns paus destes fincados no chão para as guardar, parecendo-lhes que tem poder o pau para isso.

Costumam nas guerras cortarem o membro viril aos mortos e às vezes aos vencidos. O trato desta terra é vinhos, cavalos, poucos algodões, tintas, ferro, contaria da india vestidos bons para o Rei, algumas peças de prata e ouro. Tira-se dele escravos, marfim, cera, esses criam as abelhas em colmeias que as fazem de maneira de canastras de palha embarradas com bosta de bois e as põem em árvores dependuradas. E há árvore que tem mais de duzentas colmeias juntas. [fl. 42v] Também entra algodão nesta terra dos Casangas, que vem ter ao Rio de São Domingos por jugo que doutra banda do Rio de casa mansa nos fins dele da terra dos Mandingas.

O Rei de Casamansa é poderoso sobre os Banhuns por que os sujeita e vence, e sem embargo disso dá obediência a um Farim chamado **Cabo** que fica como Imperador, por que fica no sertão deste. E o farim dá a outro que fica sobre ele e desta maneira vão dar uns aos outros obediência até irem dar ao Mandimansa que é Imperador dos negros do nosso Guiné do Cabo Verde. E bem pode ser que também lhe obedeçam os do Congo e Angola.²⁶⁷

Do cabo Roxo para dentro, o qual está em doze graus para dentro que é para a banda do Sul dele, vão correndo os Falupos de que já tratamos, os quais correm até confinarem com os Buramos pela banda do Norte e do Sul do Rio chamado São Domingos. E este Reino dos Buramos com que confinam é muito grande. A primeira povoação sua com que temos comércio chama-se Cacheu, tem a povoação [fl. 43] ao longo do Rio chamado Farim o qual corre ao longo dele e vaza pelo mesmo canal chamado São Domingos. As casas da dita povoação são de taipa, redondas, palhoças com grandes cercas e muitas casarias por dentro de cada cerca, que a fazem os negros segundo a posse de cada um. E esta taipa é de um barro branco tão bom como cal. E por cima são todas cobertas de folhas dos **sibes**, que é as folhas com que fazem os **balaies** que cá vem.

Antigamente habitavam com estes negros na mesma aldeia muitos brancos debaixo da palavra e guarda dos seus hóspedes. E eram mui vexados assim deles

²⁶⁷ Início do cap. 9 no MsP.

como de outros que do sertão vinham. E houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebiam. De três anos [para cá], a esta parte estão os brancos lançados em aldeia sobre si fortes que antes querendo eles fazer muito dano aos negros os quais estão ao longo do Rio entre a aldeia dos negros e o mar e ali fizeram uma força sem ajuda de S. Majestade. E a fortificaram de alguma artilharia que para isso buscaram, com a qual [fl. 43v] defendem a entrada aos Ingleses e Franceses a tomarem os navio como de antes faziam.

E o autor de se fazer este forte e aldeia foi um **Manoel Lopes Cardoso**, vizinho da Ilha de Santiago o qual, por indústria, houve licença do Rei da terra, chamado **Chapala**, para fazer no dito sítio o dito forte, dizendo que era para defender aos inimigos [de] tomarem os navios no seu porto. E depois de feito e posta a artilharia nele disse que era necessário casas para alguns brancos estarem para o defenderem e guardarem a artilharia. E desta maneira foi fazendo no mesmo lugar casas donde se passaram todos os brancos que na dita aldeia entre os negros estavam, e hoje estão desafrontados dos negros; os quais achando-se enganados, no ano de 1590 ordenaram uma guerra e vieram sobre o forte como des mil negros; e durou a guerra como três dias, nos quais foram mortos muitos negros que, vendo que não podiam tomar a povoação dos nossos, se tornaram outra vez a fazerem-se amigos.

Nesta aldeia dos [fl. 44] nossos há quaresma em que se confessam de setecentas pessoas para cima, entre brancos e seus escravos cristãos. E sem embargo de estarem assim juntos como não há justiça sem a quem mais pode, não me espanto de nada por que não sei donde a há hoje. Os nossos que estão nesta aldeia tem tratos para outros Rios e para a Costa adonde vão e mandam tratar com os Franceses e Ingleses, mandando os ditos couros, marfim, cera, a qual hoje lhes é defeza pelo bispo do Cabo Verde, por que levavam aos ditos Franceses e Ingleses quanta cera achavam, em tanto que quase nenhuma ia à Ilha [de Santiago] nem se achavam para o culto divino.

O principal Resgate deste Rio de São Domingos cá assim se chama é algodão, panos triada que é uma maneira de mano de algodão como **tren** de que fazem as velas e ferro, vinho para os negros e todo o mais de roupa de linho, vestidos, calçados que se a ele levam e para os brancos lancados também se gasta contaria da Índia.

Há nesta terra de Cacheu, nesta primeira aldeia, dois Reis: um a que chamam de **Mompatas**, que é como dizemos governador daquele [fl. 44v] lugar; e outro chamado Chapala, que fica sendo maior Rei que o primeiro. Esta terra dos Buramos,

por outro nome Papeis, é mui grande por que corre por aquele Rio de Farim acima muitas léguas e saindo pela Barra fora, como trataremos, corre outra muitas léguas toda a terra de uma banda e outra povoada destes negros os quais tem muitos Reis, uns mais poderosos que outros.

Os seus vestidos é andarem nus com uma pele de cabra cingidos, que escassamente lhe cobrem as vergonhas, ou das folhas de palmas feito outro modo como a pele. As armas de que usam são facas, azagaias, flechas, mas não são negros muito guerreiros. Os mesmos Reis des terras tem muitos vestidos que lhe nos levamos, os quais de maravilha vestem, salvo se vão a falar com algum branco ou a visitar o feitor ou capitão de algum navio. E saindo dali logo se metem nas suas peles e se untão de azeite.

Este Rei Chapala, desta aldeia e reino de Cacheu, algumas vezes achando-se na nossa povoação quando dizem missa está a ela com muita quietação, [fl. 45] e faz todas as cerimônias que nós fazemos estando à missa, como é estar de joelhos, bater nos peitos, fazer mesura a seu tempo; tudo isto faz e estranha muito algum branco se, estando à missa, fala com outro, e ali o reprende dizendo que é mínimo pois fala naquele tempo.

Este Rei, o dia do Natal, dizendo o padre que ali estava entonces missa, lhe ofereceu na oferta uma escrava moça muito boa e fremosa; tenho para mim que se não convertem muitos gentios destes por falta de não haver quem lhes instrua e declare a nossa lei e doutrina, por que eles não tem seita mais que serem idólatras. Pasmavam estes negros quando na nossa povoação vem nas **quintas-feiras das indulgências** fazerem aquela procissão em que vão algumas insígnias da Paixão e alguns penitentes. E hoje há negro[s] gentio[s] da terra que mandam os seus filhos a doutrina[r] com os escravos dos usos os brancos, que quando ali vai algum clérigo a visitar, faz como fazia o **Padre João Pinto**, Etíope, a quem S. Majestade mandou às ditas partes para conversão dos gentios delas; e certo que se [fl. 45v] vivera não deixara de fazer fruto e serviço a nosso Senhor por sem embargo de ser preto vivia mui exenplamente que é coisa que se requer nas ditas partes; e os brancos todos lhe faziam muita cortesia; em tanto que se estava o feitor do dito Rio assentado em uma cadeira tanto que o via se alevantava dela logo e lha dava, com verem os negros isto, por que tem naquelas partes o feitor por um senhor muito grande vendo fazer isto a um clérigo preto, pasmavam os negros e diziam que não havia coisa como o Deus dos brancos que aquele padre que falava com ele que ainda que era preto que todavia os brancos

tinham muita conta com ele; o bispo da Ilha de Santiago cuidando que o padre lhe apoquentasse a sua chancelaria, por que costuma mandar lá visitar todos os anos, assim neste Rio de São Domingos como nos mais as quais visitações não vemos fazer mais fruto que na sua chancelaria somentes que se acrescenta e se lhe vai dobrando; cada vez mais estão os mesmos lançados de contínuo no mesmo pecado sem se apartarem dele nem se virem para suas mulheres - cuidando como [fl. 46] digo, o bispo que pela razão do clérigo se lhe diminuiria a chancelaria o mandou suspender e que não usasse dar suas ordens e se fosse logo [a] caminho da Ilha de Santiago, o qual como obedeceu e se foi e falando com o Bispo perguntando-lhe quem o mandara ir a Guiné, respondeu o padre que quem mandara ir o dito bispo à Ilha, o mandara a ele, que era S. Majestade; basta que o teve suspenso e mandou que se livrasse e quis lhe formar culpas dizendo todos em geral que a não tinha, andando o clérigo neste seu livramento faleceu. Tratei deste clérigo por que disse atrás que à míngua de os não haver entendidos nas ditas partes, senão convertiam muita parte dos gentios.

Estes negros fazem o mesmo juízo como os Casangas, com água vermelha, e perguntam aos mortos quando morrem quem os matara, como já fica dito que se faz em Casamansa. Acodem nesta terra dos Buramos muitos escravos e se metem os nossos brancos pela terra a dentro, e de Reino em Reino adquirindo e buscando Resgates.

Há nela muito mantimento de arroz, milho maçaroca, carne de vaca, por que há muitas nestas partes, também estimam os Reis caes dafilar e os tem por estado e para esse mister [fl. 46v] os tem e muitas vezes nas suas festas e banquetes os comem.

Esta aldeia de Cacheu é a mais sadia daquele Rio de São Domingos, por que fica situada no mais largo do Rio, terra descoberta donde corre o ar e não é tão enfermo como é **Buguendo** e **Sarar**.

Indo por este Rio acima de Farim [a] caminho do nordeste faz um braço o Rio que vai ter a Buguendo que é a terra dos **Banhuns**, que ficam ali naquele estreito correndo até confinar com os **Casangas**, cercados de uma banda e outra quase dos **Buramos**. E nesta aldeia de Buguendo era antigamente o lugar donde habitavam os nossos brancos, não por ser sadio, senão pelo muito trato que nele havia, assim de escravos como de mantimentos. E estes negros Banhuns andam vestidos com camisas como os Casangas e trazem uns panos cingidos e deles calções; usam paus ao modo de maças de armas com umas quinas com que nas brigas dão [a]os inimigos nas cabeças de maneira que os matam ou atiram as pernas. E esta arma é a principal de

que se eles prezam. E das mesmas usam os Casangas, os quais se entendem [fl. 47] com os Banhuns, e os Banhuns com os Buramos porque sempre andam misturados nas suas terras tratando em feiras que fazem com suas mercadorias. Usam os Banhuns o mesmo juramento da água vermelha como os Casangas e Buramos E perguntam aos mortos também quem os matara como fazem os atrás ja dito[s].

Há nesta terra muito mantimento de milho, arroz, muitas vacas, cabras e galinhas; marfim, cera, mel, tem vinho que eles fazem de milho como cerveja e sura, que tiram das palmeiras. As mercadorias que nela valem nossas é algodão, panos de algodão, teadas do mesmo, tintas do Rio do Nuno, vinho, ferro, alguns cavalos, por que mais destes negros Buramos, Casangas e Beafares cavalgam em bois que para isso tem mansos com as ventas furadas de parte a parte por onde trazem um cordel que lhes servem de freio.

E sendo esta terra desta maneira de muito trato os negros eram tão desasolutos e tratavam tão mal aos brancos que senão tinha por honrado o negro que não dava bofetadas e pancadas aos brancos; havia alguns de casa do rei, uns chamados Reinaldos, outros Roldaes que quando vinham [fl. 47v] abaixo vinha[m] passando palavra aos outros negros que eles traziam em companhia dizendo: "lá vem Reinaldo", tanto que os pobres brancos ouviam falar em Reinaldos logo lhe aparelhavam o que lhe haviam de dar, senão a pancada era tanta que os deixavam feridos e escalavrados. E na metade da hora do dia os capeavam, tomando-lhes os chapéus e as roupetas e muitas vezes os despiam.

Haverá como dez anos que se passaram estes brancos por ordem de **Francisco de Andrade**, Sargento-mor da cidade de Santiago, que por mandado do governador dela, Gaspar de Andrade, foi às ditas partes e vendo o mau tratamento que os negros faziam aos brancos se concertou com o Rei de Casamansa, o Masatamba, para passar os brancos que estavam nesta aldeia de Buguendo a um porto do dito Rei que está indo pelo Rio de Farim acima e faz ali um braço pequeno que vai dar na primeira terra deste Rei, chamada Sarar, na qual fizeram uma aldeia a que puseram nome aldeia de São Felipe, por amor de Sua Majestade, por haver muito pouco [fl. 48] tempo que tinha tomado posse destes Reinos.

A aldeia de Buguendo era muito enferma; morria nela muita gente; esta de São felipe não é também sadia, mas é muito segura e tem boas águas, por que há algumas Ribeiras de muito boa água ali. Daí a **Brencamar**, que é a corte do Rei Masatamba, a jornada [é] de um dia.

Já que falamos tantas vezes em marfim com razão será que digamos como se matam os elefantes em algumas partes desse nosso Guiné.

Na costa os matam os negros pelejando com eles as zaguaiadas como podem deles a cavalo e deles a pé. E dizem os negros na costa que dando os elefantes um urro que logo esta quedo o cavalo como coisa pasmada; que seja isto verdade ou não eles o dizem.

Em Gâmbia se matam da mesma maneira. Entanto que achando-me no Rio de Cantor no ano da Africa matou o Farim de Olimansa mais de doze elefantes em menos de um mês.

Os Casangas os matam por diferente maneira: tendo o negro sabido donde está alguma árvore com o fruto que os [fl. 48v] elefantes vão comer, fazem em cima dela uma estância segura de paus donde se põem. E tem em cima um madeiro de bom peso, de comprimento de dez palmos, de grossura de duas mãos juntas, o qual tem em uma ponta um buraco segundo a grosura do ferro que ali mete[m], que é um ferro de comprimento de palmo e meio na ponta de quase mais de palmo de largura dois dedos e donde se há de meter naquele madeira roliço. E este ferro tem-no muito bem ervado. E estando em cima tanto que vêem algum elefante debaixo da árvore a comer do fruto que que cai, dela mete[m] o ferro no buraco do pau que é folgado. E de cima o despedem com força. E com o peso do pau, dá no Elefante e em dando, toma aquele animal uma grande carreira, cai a tranca no chão, fica o ferro ervado preguado nele, o negro que está em cima da árvore tanto que o elefante corre aquela carreira bota-se da árvore abaixo e foge para outra parte, por que logo torna o elefante ali e atira com a tromba com muitos pedaços de pau a árvore e se embravece muito mais logo lhe dá o veneno no coração e sentindo-se mal mete-se pelo mato dentro e [fl. 49] vai morrer, por aí acode o negro caçador após o rastro do sangue dar com ele. E tanto que o acha, faz a saber aos Officiaes del Rei e dão para el Rei as mãos e pés do elefante, a outra carne comem-[n]a eles; e se aproveitam do marfim e vendem muitos dentes demais de quintal - estes muitas vezes ficam no lugar donde matam os Elefantes e levam os de menos peso.

Estes Casangas e Banhuns se entendem como os Portugueses E Castelhanos e o Rei de Casamansa é mais poderoso que os Banhuns e os sujeita.

Os Casangas andam vestidos como os Jalofos e mandingas de que já tratamos; usam nas guerras azagaias, flechas e **mandugos** que são uns paus feitiços de que já tratamos.

Há outros negros da mesma nação dos Banhuns chamados **Chãos**. Estes são mais homens de guerra que estes outros que vivem em Buguendo e por aquele distrito até Casamansa, por que estes Chãos vivem da banda do Norte da terra de Buguendo e vem pelo mesmo esteiro abaixo em umas almadias a dar assaltos na terra destes outros, de dia e de noite; a sua terra destes chama-se **Bichanguor**, tem Rei amigo dos brancos e estão seguros. Na sua terra tira-se dela escravos e mantimentos e o mais que se tira dos Banhuns de [fl. 49v] Buguendo; há muito boa água Ribeira que corre, bom monte para conserto dos navios. Deste Rio de São Domingos se tiram os mais escravos que de nenhum outro Guiné porque há nele estas nações: Buramos, que é Reino muito grande; e Banhuns, Casangas, Falupos, Jabundos e Arriatas. Todas estas nações saem deste Rio por que acode por terra e por mar, ali compram-se estes escravos a negros os homens brancos lançados que habitam neste Rio a troco de algodão, panos, treada, ferro, vinhos. E estes homens lançados vendem aos que levam por preço em que se consertam a tantos cruzados por escravo e no pagamento que lhe fazem vão dando o quintal de algodão a tantos cruzados e o pano a outro tanto, E por esses preços de cruzados eram a cópia do preço por que se consertam.

Os negros tem seus tratos uns com os outros e tem feiras adonde acodem em cada semana. E se faz todos os dias da semana uma vez. E não é em certo dia porque se nesta semana foi em quinta-feira, a outra há de ser quarta, vão correndo para trás com os dias. Na Costa é em certo dia e não se muda, que é às quartas-feiras e sextas. Nestas feiras [fl. 50] vendem mantimentos vacas, cabras, escravos, roupa que ha na terra.

Os negros Banhuns e Buramos destes lugares, Buguendo e Cacheu, pelo muito uso que sempre tiveram com os nossos, falam muito bem a língua portuguesa os que moram nestas aldeias. E assim são muito maus como já temos dito. É costume os Reis terem muitas mulheres e todos os fidalgos tendo filhas as oferecem ao Rei para serem suas mulheres e depois de ter ajuntamento com elas e estarem alguns dias na corte se tornam para casa de seus pais e andam as mais que eles querem e lhes parecem bem e por isso tem muitos filhos e também os ajudam a fazer muitos fidalgos, que na corte andam.

No Reino de Casamansa, por me festejar o Rei, deu um dia de comer a seus filhos no paço e seriam como setenta ou mais. E m'os amostrou dizendo que eram seus filhos todos aqueles, e respondi que folgava muito de o saber, mas não é de crer que um só homem fosse [pai de] tantos filhos senão que lhos ajudam a fazer como está dito; seja como for ele os tem por esses e as mulheres são tantas que

tampouco as conhece o Rei, por que vi a este mesmo Rei de Casamansa vir lhe falar uma mulher sua e trazer-lhe o comer como elas costumam e ele não na [fl. 50v] conheceu até lhe ela dar um sinal que dizia ter ela em uma perna e o Rei viu o sinal e foi verdade ser ela sua mulher e a aceitou por essa. Nesta terra dos Banhuns há uma pimenta que trepa pelas árvores como hera e dão em cachinhos como a flor da uva quando está abrindo para tomar o cacho. E chama-se esta pimenta naquelas partes **mantulilha**, queima como pimenta e tem pé como açafraão; há outra que chamam **malagueta** que dão em umas árvores grandes em cachos e ela em si é comprida e tem uns caroços dentro redondos muito pequenos; estimam-na os negros para suas medicinas para a dor de barriga e frialdade, frita[m] esta malagueta em azeite de palma e no nosso é muito mais medicinal para coisa de frio. Há poucas frutas, a principal e melhor he uma fruta redonda do tamanho de um limão chamada Mompata que [é] da cor de uma pêra parda e muito doce e boa, tem dentro um caroço grande; fazem os negros também desta mesma fruta vinho. Há muita farroba e cabaças das que dão aquela farinha branca, das que já tratamos. Há bananas que é muito boa fruta.

Neste Rio há muito bom pescado e boas ostras que continuamente [fl. 51] andam os negros vendendo pelas portas dos brancos e assim as galinhas e todos os mantimentos estes negros Banhuns principalmente são mui entendidos e servem aos nossos assim homens como mulheres e vão com eles a outros Rios por **grumetes** ganhando **soldo** tão seguramente como se fosse **nados** e criados entre nós com muita segurança.

Afora o juramento que se dá da água vermelha, quando se fazem alguns furtos ou há alguns juízos, há outro juramento que juram os Reis e senhores sobre guardar as leis e foros que põem e para serem certificados que guardarão a lei posta sem haver falta, fazem um juramento no qual comem carne de cão e o sangue dele oferecem ao seu Ídolo, chamado naquelas partes **china** e deitam no Rio dois frangos ou os que querem atados pelas pernas com uma pedra para que vão ao fundo. E feito o juramento com esta solenidade ficam seguros todos de se guardar a lei posta pelo Rei ou aquilo que eles pediram. E muitas vezes quando neste Rio estavam os nossos aposentados nas aldeias com os negros juntamente, não se seguravam sem o Rei fazer primeiro este juramento, o qual fazia todos os anos; estes [fl. 51v] juramentos fazem os Banhuns, Buramos, chamados por outro nome Papeis e os Chãos, que todas estas nações estão misturadas chamo juntas por que se entendem umas com as outras, mas as terras estão divididas e os Reinados.

Esta Barra deste Rio de São Domingos é mui trabalhosa a entrada dela e se os bancos de fraudes se não mudaram pior Barra é esta que não os bancos por que tem muitos baixos E parseis que inda que se não mudem dão muito enfadamento aos que nela entram; tem três canais a saber: o grande, o qual entrando por ele, fica abaixo do **Falulo** a leste e o canal do sudueste o qual entrando por ele fica a baixo do Falulo ao noroeste, e o dos **Caravelões** que para haverem de entrar nele vão demandar as ilhitas pondo-se uma légua ao **socario** delas para o Norte vão demandar os baixos do Norte; tem mais outro canal afora os três que se chama de Afonso de Rião, que é entre os baixos do Norte e a praia das vacas que é a terra dos Falupos.

Saindo desta barra de São Domingos, dão nas Ilhotas de fora que são três pequenas despovoadas, mui achegadas a terra firme dos Papeis está um porto donde tomam muitas vezes os mais dos nossos navios assi a ida como a vinda [fl. 52] [ao] porto. E se apercebem d'água e mantimentos. Estes negros tem Rei e são da mesma nação dos de São Domingos; andam vestidos da mesma maneira como os outros, com as peles de cabras ou de palmas que a fazem da maneira das peles e trazem-nas em lugar de calças e quando acham alguma cabra pintada oferecem a pele dela ao Rei para calças; não trazem mais vestidos e andam nus e o mesmo [o] Rei, ainda que tenha muitos vestidos ao nosso modo; tem para negros boas casas de taipas ou **adobes** redondas cobertas por cima das folhas dos **sibes** a que chamam na nossa Índia oriental **olas**. E são grandes e boas e com tantas portas e eepartidas de maneira que ficam sendo mais labirinto que casas. E fazem-nas desta maneira por respeito de uma nação de negros que estão a entrada desta Barra do Rio Grande de frente destes negros a que chamam Bijagós de que ao diante trataremos. E dão tanto que fazer a estes negros que continuamente se vigiam de noite e de dia.

Passando as Ilhetas por espaço de seis ou sete léguas está o porto de **Busis** o qual também tem Rei e é da mesma nação dos das Ilhetas e do Rio de São Domingos; usam as mesmas armas e os mesmos vestidos que são as peles sem embargo que o Rei deste lugar tem mui ricos vestidos nossos, mas usa poucas vezes deles, tem muitas peças de prata [fl. 52v] lavradas, as quais tem por estado; fez-se este negro Rei mau e tem mortos em sua terra alguns dos nossos e tomadas algumas embarcações.

Os negros desta terra e todos os mais Buramos e Papeis, que todos são de uma nação, limam os dentes de cima e debaixo por galantaria; É boa gente preta e fremeosa, não tem mais que aquele dezar dos dentes limados e as negras terem algumas delas os peitos muito grandes, parece que o causa o malhar dos mantimentos naqueles seus

pilões. Um costume tem as mulheres destas parte destes papeis que ao meu parecer aprovo por bom e se pudesse ser bom fora que é para que as mulheres não sejam parleiras nem comilonas em amanhecendo enchem as mulheres as bocas de cinza e desta maneira andam trabalhando e fazendo todo o serviço sem falarem umas com as outras, somente lançarem as mãos naquelas coisas que tem para fazer.

As mulheres andam vestidas com uns panos que lhe dá pelos joelhos, todo o mais trazem nu. As moças donzelas, assim Buramas como Banhuns, andam despidas somente trazem por diante um paninho de comprimento de um palmo com que cobrem as vergonhas e assim andam até se casarem. E tanto que se casam, andam vestidas como as outras. [fl. 53]

Os negros andam metidos nas suas searas e trabalhos, fazendo casas, tirando o vinho das palmeiras, tratando de uns Reinos para outros com vacas, panos, ferro, que é mercadoria que corre entre eles por que hão os escravos; passante esta terra de Busis entra outro Reinado chamado **Canhagutos**, que são da mesma nação e guardam as mesmas leis e costumes e usam as mesmas armas e vestidos.

Nesta terra entra um Rio chamado de Catarina, o qual na entrada da Barra parece pequeno, mas entrando por ele vai alargando e de cada vez sendo maior, não esta descoberto, dizem que vai dar em umas alagoas e que há nele muita Riqueza; foi já por ele acima um parente meu três dias e de cada vez iam descobrindo mais. É a terra toda coberta de arvoredos e viam algumas almadias grandes que atravessava[m] o Rio de uma banda a outra com o temor das quais não faltou quem deitasse a água na pólvora, e por esse Respeito se tornou; está isto por descobrir como estão outras muitas coisas hoje em Guiné; passando os Canhagutos vai correndo a terra dos **Bissaus**, que são os Papeis que ficam ao longo deste Rio Grande adonde se Recolhem muitos navios nossos fugindo dos Ingleses E Franceses.

O Rei destes Bissaus [fl. 53v] é muito amigo nosso. Resgata-se na sua terra escravos, vacas, que é o trato que se leva dali para os Bijagós; está também esteiro de **Baboqua**, que é na terra dos mesmos Papeis adonde se recolhem os nossos navios.

Estes negros todos Buramos Papeis Bissaus que correm ao longo deste Rio Grande ao Norte dele todos são perseguidos dos Bijagós que continuamente dão assaltos na terra destes e cativam e matam muita gente sempre e vão dar dentro no Rio de São Domingos que é perto de vinte léguas das suas Ilhas. Acabando a terra dos Buramos entra o estreito dos Balantas, que são uns negros como bravos; tem comércio com os Beafares e Buramos, comunicam nas suas feiras, são negros

emperrados, os grandes trabalhosamente querem ver os brancos, nem serem seus escravos; estes negros proveem a terra dos Beafares de alguns mantimentos arroz e inhames. Vai este Rio ter a **Degola** que é terra dos Mandingas que vão por cima cingindo essas outras nações E vem dar neste Rio e tem comércio por ele e grande trato os Beafares - estão ali misturados e [fl. 54] entra de Gâmbia que é terra dos Mandingas muita roupa de algodão, preta e branca, e muita teada e escravos e a principal mercadoria que aqui corre são colas, nomeadas já algumas vezes, fruto que vem da Serra Leoa - levam a este trato tudo o que levam a Gâmbia: papel, fio vermelho, pano vermelho, contaria da Índia.

Esta navegação é perigosa por causa da água de **Macaréu** que é encher-se este Rio lá em cima com três marés somente estando a maré vazia dando três marés fica prea mar e antes de virem estes marés se ouve roncar um grande espaço, antes de chegarem e mete[m] medo às pessoas que nunca viram isso e correm as embarcações grande risco, mas já os pilotos daquelas embarcações sabem as conjunções e as tomam de maneira que não perigam. Algumas caravelas nossas que algumas vezes lá acertam de ir no passar quando dá a água do Macaréu usam desta maneira tem algumas sondorezas E amarras gustadas [sic] umas nas outras e estão prestes com elas E o navio surto E há amarra na mão tanto que dão aquelas mares largão ha amarra e vai o navio sobre aquelas marés para dentro alijando muito depressa as amarras. E desta maneira [fl. 54v] passam sem perigo por que se estivessem com a amarra habitada não deixariam de sossobrarem. E desta maneira passa e algumas vezes são acometidas as embarcações pequenas dos peixes cavalos.

As almadias que por ali navegam são grande e há muitas delas que levam mais de cem pessoas e vacas e muitas mercadorias.

Capítulo quinto que trata dos Bijagós, Beafares, das suas leis, costumes vestidos e armas, e de todo o mais que nestas partes há

Este Rio Grande começa a sua bocaina ou entrada nas Ilhas, terra dos Buramos, o qual tem da banda do Sul umas Ilhas chamadas dos Bijagós, delas habitadas e delas despovoadas, frescas, cobertas de muito arvoredos e muitas águas. E são estas as Ilhas: a Ilha Roxa, Bonabo, Orango, Xoga, Farangue, Huno, a Ilha Fremosa, Curete, a Carraxa, Grão Camona, a Ilha do Meio, a dos Cavalos, a do **Polão**, a dos **Fanados**, o Ilhéu dos Papagaios, a Ilha das Galinhas, a Ilha de Matambole, que

fica apegada com a terra firme da banda de leste, chamada [fl. 55] **Ilha dos Escravos**.

As mais destas Ilhas senhoream os Bijagós, tirando a Ilha das Galinhas, que é terra de Beafares, e habitam nela e tem Rei os quais tem amizade com os Bijagós, mas no mar pelejam se se encontram.

Estes Bijagós habitam nestas Ilhas nomeadas chamadas per alguns as Ilhas de Boão e por outros as do **Infante**; as quais parece que deviam ser antigamente terra firme e toda uma com a dos Beafares, e que o mar as cortaria, de maneira que ficaram En tantas Ilhas como são, e se perderia aquela linguagem que dantes tinham dos Beafares, e vieram a tomar a que hoje tem.

Estes negros são mui guerreiros. Continuamente andam em guerras, dando assaltos na terra dos Buramos e Beafares, e tem tal costume que no mar encontrando-se [os] de uma Ilha com os da outra pelejam, bem pode ser o pai contra o filho e o filho contra o pai; não há Rei entre eles senão fidalgos, a quem obedecem, senhores das Ilhas povoadas. E em uma Ilha há dois fidalgos e três que moram. E fazem suas povoações ao longo do mar, e ali estão aposentados com os seus parentes, e estes dão obediência ao mais velho. E destes lugares saem a dar e fazer os assaltos em [fl. 55v] suas almadias por mar, como já está dito. Os homens não fazem outro exercício senão o das armas; são grandes **Rodeleiros**, a principal arma que trazem são azagaias a que eles chamam **canicos**, que são de dois palmos de ferro roliço e na ponta tem como o ferro de uma gineta nossa; as suas adarguas são de palha e suas espadas, as quais são mais tortas que foices, mas são ervadas e em lugar de ferro lhes põem umas espinhas de um pescado chamado bagre.

Estes negros fazem dois ou três exercícios somentes, que é limpar as armas e ir pelejar, tirar o vinho das palmeiras e fazer suas embarcações. E as mulheres fazem as casas e as searas, pescam e mariscam, e fazem todo o mais serviço que fazem os homens em outras partes.

Estes negros andam nus não trazem mais que uma maneira de calças que eles fazem de folhas de palmeiras que escassamente lhes cobrem suas vergonhas, as quais calças servem mais de os **peiar** que de vestido. Falam com os demônios quando hão de ir fazer guerra [fl. 56] e os invocam. E de maneira que lhes parece assim se contrafazem untandosse com **almagre** e gesso e põem muita penas de aves pelas cabeças metidas entre os cabelos, que os trazem trançados, e com cabos de cavalos dependurados do pescoço por detrás das costas com muitos cascavéis, vão parecendo

os mesmos demônios. E dessa maneira vão a guerra. No mar, como fica dito, pelejam com todos, mas tanto que tomam terra não há briga, dizem que são amigos e hóspedes e ficam seguros. E antes disto fazem primeiro esta cerimônia: entrando algum navio nosso em qualquer dos portos das Ilhas ditas, vem o fidalgo da terra ao mar na sua almada ao bordo, dizem-lhe que aquele navio é seu, tomam o cabo da **driça** e dão-lhe na sua mão; feito isto, trás ele da terra uma cabra ou capão, matam-[no], sangrando-o com uma faca e toma um pequeno de sangue e unta ao senhorio do navio nos pés e põem-lhe a coisa morta nos peitos. Fazendo-se esta cerimônia fica tudo seguro não há [fl. 56v] que temer, salvo se forem das outras Ilhas.

Resgata[m]-se nestas Ilhas muitos escravos Beafares e Papeis que eles cativam em guerras, e alguns da mesma nação, que eles vendem, mas destes negros não são bons senão pequenos. Estes são seguros criando-se entre nós bons e leais a seus senhores. Mas os grandes, assim negros, como negras, não são bons por que morrem cada vez que querem, ainda que estejam muito bons e são, por que cada vez que querem morrem; tomam o fôlego e morrem. E nisto não há dúvida nenhuma. E assim se Resgata muito mantimento de milho e arroz de casca e ma[n]ca[r]ras, que é um mantimento redondo, e tem o sabor de favas. E dá-se este mantimento debaixo do chão semeando-se um grão e nasce a erva e faz-se em uma moitazinha baixa de um palmo e em baixo nas raízes dá muitas favas, daquelas metidas em umas **baginhas** [vaginha]. E desta maneira se dá este mantimento e se recolhe muito naquelas Ilhas. E há outros mantimentos e frutas. Acha-se muito âmbar entre elas que entram por aqueles canais [fl. 57] como foi a quantidade que achou **Francisco Barroso** no ano de 69, do qual se não soube aproveitar.

As mercadorias nossas que correm nestas Ilhas [são] pano vermelho, cobre, vacas, bezerros de um ano a que chamam gibosos, rabos de cavalos, alguma margarideta grossa, bacias de latão grandes como pratos de aguar [as] mãos e bacias de barbear. Posto que para lá levem vacas, há muitas nas mesmas Ilhas, e sem embargo de as haver, compram-nas continuamente, por que matam muitas nos seus choros e festas.

As mulheres andam despidas da cinta para cima, trazem um modo de saia feitas de folhas de palma que bem podiam servir de verdugadas às nossas portuguesas, e estas saias não dão senão pelos joelhos. As mulheres paridas trazem os filhos nos braços atados em umas correias de couro cru que as ajuda a sustentar e ter as crianças.

Estas Ilhas são todas muito fremosas e frescas, de muita caça, assim de animais como de aves, e a principal de todas é a chamada Roxa, a tal que foi cobiçada dos nossos, sobre a qual [fl. 57v] foram já conquistadores por mandado do Infante; da Ilha de Santiago [foram] Gomes Baleeiro e Gomes Pacheco, o qual era das Ilhas de Baixo, e outros muitos a conquistar a Ilha Roxa, como fica dito. E por desordem dos nossos foram desbaratados dos negros e mortos os capitães-mores e muita gente da Ilha de Santiago, e alguns das Ilhas que foram com Gomes Pacheco. Ficaram estes negros tão bravios que passaram muitos anos sem quererem ter nenhum comércio conosco. E se alguns navios dos nossos davam à costa naquelas Ilhas matavam os nossos que tomavam até que o tempo os tornou a terem comércio conosco. Mas até hoje, perdendo-se algum navio nosso, cativam aos que tomam e os tornam a vender a nós mesmos, que os imos lá Resgatar por pouco preço.

Os negros Bijagós são mui pretos, deles gentis homens, tem bons dentes e não furam as orelhas, as mulheres sim. E há alguns mal asombrados. Há nestas ilhas papagaios pardos bons, há muito azeite de palma e há uns coquinhos pequenos que dão [n]as palmeiras que se chamam naquelas partes **chabros**, que tem dentro mantimento do [fl. 58] tamanho de uma avelã.²⁶⁸

O Rio Grande começa da ponta de **Bolama**, que fica passando o passo da Ilha das Arcas [MsP p.93: "Areias"], que é uma Ilha alagadiça quase de uma légua, arborada de mangues e **tarafes** e outras árvores. Entrando por este passo para dentro, há de ser com um quarto de água vazia, indo a demandar às coroas de Bissegue para que tome a água do canal grande de montante para que vá para dentro, e saindo para fora deste passo hão de ir com dois terços de água de montante, para que acabante de passar o passo dê n'água de jusante do Rio do Bonabo, que é o que vaza pelo longo da terra dos Papeis. Por aquele canal, chamado o Rio Grande.

Corre neste passo da Ilha das Arcas a água mui rijamente, nem se pode manejar aqui contra água por que corre tão rija, assim de montante como de jusante, por que entra por todos os canais destas Ilhas que ficam defronte e vem com tanto ímpeto que se não pode navegar contra a jusante.

Começa a terra dos Beafares como fica dito da ponta de Bolama, que é uma ponta d'arrecifes de pedra, entre os quais há [fl. 58v] alguns surgidouros, e logo adiante da ponta estão umas praias brancas de areia que se chamam as prainhas,

²⁶⁸ Início do cap 11 no Msp.

donde também surgem os navios bem perto da terra, por ser limpa, por que indo por este meio Rio não se acha fundo por ser muito **alcantilado** o Rio, e muitas vezes vão os navios vararem em terra por causa de não acharem fundo para surgirem, passando as coroas de Bissegue e uma baixa que fica da banda de leste chegada à terra dos Beafares, chamada Bissegue. E esta baixa chama-se à honra do **Monteiro** e as coroas, de que já tratamos, fica[m] no meio deste Rio vindo da ponta de Bolama para dentro. E vindo de fora para passar o passo da Ilha das Arcas anse de por uma légua desta Ilha. E dali hão de vir demandar às coroas por fundo de quatro brasas de area, por que indo por muito fundo não [fl. 59] é boa navegação por que vão chegados à baixa de Pêro Álvares, que fica da banda do Ilhéu dos Papagaios e de baixa maré aparece como um batel grande virado de quilha. Por isso indo por muito fundo não é boa navegação, por que corre risco [de]dar nesta baixa e ao mar dela.

Vão correndo as Ilhas dos Bijagós ate dar na Ilha Roxa que he a derradeira indo para dentro as quais ficam na Entrada deste Rio defronte como muro daquela entrada; entre elas navegam navios pequenos por causa dos **alfaques** e baixos, por que dão muitas vezes em fundo de vinte braças. E logo outra **prumada** é em quatro e a outra em cinco. Por este canal do Rio Grande, indo por ele acima, ficam de uma banda e doutra a terra dos Beafares, nação de negros muito bem asombrados dos rostos assim mulheres como homens. Faz este Rio duas pernadas; a primeira vai ter a **Guinala**, terra dos mesmos Beafares, fica da banda do Norte da mesma pernada outra terra dos mesmos Beafares chamada **Mompara**, e da banda de leste da mesma pernada outra chamada **Bixiloli**. Estas terras são de fidalgos os quais tem tanta posse como o mesmo Rei, e contudo lhe dão a obediência e ficam estes como duques. Estes três fidalgos, o de **Balole** e Mompara e de Bixiloli, são, como digo, as suas terras ducados ou condados.

Neste Reino dos Beafares há [fl. 59v] muitos Reis, por que a sua terra é muito grande em si e no Reino de Guinala, que é a primeira pernada, anda o Reinado em duas gerações: na dos fidalgos e na dos plebeus. Há tempos que herdram os fidalgos e entram no Reinado e há tempos que herdram os plebeus, ferreiros ou sapateiros. E sabem os que governam quando cabe a qualquer destas gerações e entra[m] no Reinado sem guerra, nem dissensões, por que não elegend para haver de ser Rei senão um muito velho, nunca os fazem mancebos. E estes velhos vivendo muito os matam, e não os podem matar senão dentro nos seus paços, a que eles chamam **brugo**. E muitas vezes os Reis quando se vêem já muito velhos, e vêem que se lhe vai chegando a

hora, dissimulam e dizem que querem ir ao porto a folgar com os brancos. E quando se torna mete-se em casa de seu alcaide e está ali e não se quer sair dela nem recolher-se a seus paços. E se deixam ali estar até morrerem. E fazem-nos fugir para a casa do alcaide alguns criados e criadas, seus privados [fl. 60] e mulheres, por que quando morre o Rei que o enterram, matam e enterram com ele alguns destes, até o cavalo. E dizem que tem necessidade de levar tudo isto para que o sirvam na outra vida.

E tanto que o Rei morre ou está mal, fogem estes seus privados que receiam que os mandem com o Rei para o seivirem; o mesmo fazem alguns fidalgos que também levam criados para os servirem na outra vida. Os Reis que se não saem dos paços para a casa do alcaide, como fica dito, se vive[m] muito os matam, não as punhaladas senão afogados. E como são muito velhos, há pouco trabalho para os acabarem e matarem. E isto se usa em alguns Reinos destes Beafares, em outros não.

Nesta terra se enterram os defuntos com grande aparato, coisa que se pode ver por que vão acompanhando aquele morto ao som de uns atambores muita gente. E vai diante grão cópia de soldados que vão escaramusando ao som dos atambores que vão toquando. E os que levam o morto caminham apresados até o lugar donde lhe fazem pergunta que diga quem o matou. [Os Beafares] tem grandes leis e juízos, [fl. 60v] usam a água vermelha de que já tratamos; os velhos sentenciam as causas com os fidalgos e senhores das terras verbalmente e a pessoa condenada fazem-lhe uma risca, e se não sai dela sem primeiro cumprir a sentença que contra ele foi dada.

A lei entre eles acerca do adultério [é] que quem falar às mulheres dos Reis na matéria de adular que fique a culpa cometida. E à[s] dos fidalgos apegando delas para isso e à[s] dos plebeus tendo cópula com elas. E sem embargo destas leis são mui devassas e fazem cada dia adultério aos maridos. E usam os adúlteros de uma **treita** que é não terem cópulas com elas em casa, senão no campo, por que depois demandando o marido da mulher e acusando-o pelo adultério, diz o adúltero aos juizes que lhe perguntem adonde o fez com sua mulher; se foi no campo jamais o dizem por que tem per grande infâmia, e dizem que são animais, e não asinalando lugar donde foi a culpa cometida ficam os acusados livres por sentença dos juizes.

Os negros Beafares são grandes ladrões, furtam escravos, [fl. 61] vacas e tudo o que acham; gente vadia o mais do tempo. Há falta de mantimentos neste Rio, [mesmo] chovendo nele muita água, mas são os negros tão preguiçosos que lhes não dá mais que folgarem e furtarem, sameam muito pouco mantimento e o mais dele o comem em verde; sendo a terra aparelhada para dar muito e todo o mais que nela

samearem, assim pão como vinho; o Rio é de grande trato e é um dos dois principais que há hoje no nosso Guiné, que é este e o de São Domingos. Acodem neste muitos escravos, Beafares e Mandingas, por via de Degola, Nalus, Bijagós e Buramos. As mercadorias que nele correm principais são: panos de algodão e teadas do mesmo algodão e alguns cavalos, vinhos, ferro para suas lavouras, vacas da própria terra e bezerros de um ano.

Os negros andam vestidos em umas camiza compridas que lhes dá quase pelos joelhos e uns panos cingidos que lhe dão por debaixo dos joelhos. E debaixo destes panos trazem numas peles de cabra curtidas sem cabelos. E muitos andam sem as camisas nem panos somente com as peles; usam estas armas: espadas e **[fl. 61v]** flechas, mais que azagaias. E são ervadas e trazem umas flechas grandes com uns ferros como **quadrelos** das bestas antigas de Portugal. E não traz um negro mais que duas flechas [dessas] no seu coldre. E das outras trazem muitas.

São grandes flecheiros; aconteceu já no no Rio Grande [de] andarem os negros brigando e passar por ali uma negra com a criança no **bambo**, que é trazê-la às costas, deram na criança com uma flecha grande das que eles chamam **maxaxa**, que é ao modo de quadrelo e a passaram de parte a parte com a mãe juntamente; trazem facas, afora as espadas com as quais acometem a um homem com uma espada.

As mulheres andam vestidas com uns panos curtos que lhes dá pelos joelhos. As mosas donzelas andam nuas e não trazem mais que uns paninhos por diante do tamanho de um palmo com que cobrem as suas vergonhas e o mais trazem descoberto. E assim andam até que conversam homens. Emtonces andam vestidas como as outras.

Entre estes mesmos negros andam outros muitos que sabem falar a nossa língua portuguesa. E andam vestidos ao nosso **[fl. 62]** modo e assim muitas negras ladinas chamadas tangomãs, por que servem aos lançados que para aquelas partes andam. E estas negras vão com seus amos de uns Rios para os outros e à Ilha de Santiago e à outras partes, mas não o fazem os nossos sem primeiro haver licença de seus pais ou tios irmãos dos pais, por que em todo Guiné se tem os tios por pais de seus sobrinhos, filhos de seus irmãos.

A terra dos Beafares é sadia em si principalmente Guinala, por que fica descoberta e desabafada dos matos; há bons mantimentos: pescados, galinhas, as carnes boas, assim de vaca, como de cabra, muitos inhames e outros legumes.

Usam estes negros de uns instrumentos de pau de comprimento de cinco palmos e seis e de menos; cavado por dentro ao comprido com as cabaças ambas inteiras, aberto por uma ilhargá de largura de dois dedos. E o pau em si tão delgado que não fica tendo mais grossura em si que de um dedo. E tange-se posto sobre uns paus de altura de três e quatro palmos, e no chão tangendo neles com uns paus pequenos. E são tão altissimamente [fl. 62v] que se ouvem duas e três léguas. E passam de uns palavra aos outros e avisos, como tocando arma ou sinal de outra qualquer coisa. E chamando a qualquer negro por ele acode aonde quer que está; os mais dos fidalgos e senhores tem em suas casas estes instrumentos e avisam por eles. E dizem o que querem. Se acertam fugir alguns escravos aos nossos vão dar conta disso ao senhor da terra e lhe levam uma botija de vinho ou outra qualquer coisa, não faz mais o fidalgo que tocar aquele instrumento apelida-se logo a terra toda de maneira que não escapam os escravos e os tomam.

Todos os negros de Guiné usam estes instrumentos chamado entre eles **bambalos**, tirando os Mandingas, Barbasins, Jalofos e Fulos e todos os mais negros que correm do Rio de Gâmbia para o Norte, assim os de beira-mar, como os do sertão, por que estes usam os atambores e atabaques. Também usam estes Beafares de um instrumento músico que quase arremedam [fl. 63] as nossas **charamelas** e se consertam e se soubessem cantar o canto d'órgão, se concertariam bem. E chamam aos que os tangem **jabundanes**, usam de trombetas de marfim e outros instrumentos e chocalhos ao seu modo, deles todos os mais dos negros deste Rio.

Os fidalgos trazem um anel de ferro no dedo grande e no do meio trazem um chocalho de ferro para a banda de dentro. E falando de quando em quando vão dando naqueles chocalhos. E quando vão querem brigar, dão dos chocalhos e levam das espadas e dizem "ha ja ia", que é dizer na sua língua: "hoje se há de acabar tudo". E nas brigas sempre há entre eles quem cante e traga à memória os feitos e proesas do seu capitão e dos seus antepasados.

Usam pouco cavalgarem em cavalos, os Reis e alguns fidalgos o fazem não muitas vezes, o mais é em vacas e bois que para isso tem mansos com as ventas furadas nas quais trazem uns córdeis ao modo de freio. E andam nestas vacas e bois muitas jornadas e tem muito bons passeios.

Há muitos Reis pelo sertão destes Beafares da mesma nação os quais guardam os mesmos [fl. 63v] costumes e leis. E há mais de dez Reis nestes Reinos dos Beafares. E os do sertão ficam sendo superiores aos mais chegados ao mar. E sobre

estes Beafares fica um Farim que entre eles é como Imperador, chamado Farim Cabo ao qual dão obediência os Mandingas do Rio do Cantor e estes Beafares. Por toda esta terra dos Beafares há muitos negros Mandingas que atravessam por todas estas terras, mercadores tratantes e destes bixirins-cacizes, os quais andam dizendo mil mentiras e dando nóminas a estes gentios.

Não deixarei de dizer o que aconteceu a um caciz destes no Reino de Casamansa no tempo do Rei Masatamba amigo nosso. E foi que se veio ao rei e lhe apresentou uma nómina muito bem guarnecida dizendo que a trouxesse por que jamais trazendo a seria ferido com arma nenhuma por ordem dos nossos, mandou o Rei por a nómina no pescoço ao caciz que lha trouxe e atiraram-lhe com uma azaguaia a qual lha não desviou e foi passado de parte a parte e morreu logo.

Nem todos estes desenganos [fl. 64] e outros que cada dia vem, bastam para os desenganarem, falam pela boca do diabo que lhes diz mil mentiras entre tantas quantas diz de mentiras acaba de sair alguma verdade, e por aquela lhe dão tanto crédito que mais não pode ser.

Tornando a este Rio Grande, os negros e negras dele são mui importunos no pedir. E pedem tanto ate que enfadam, em lhes dizendo "**malaco**" se vão, quer dizer naquele língua "sapo", que eles tem por grande mal. E com isto se armam os nossos para livrarem das suas inportunações.

Há nesta terra umas aves grandes que se querem parecer com perus, mas não se encrespam como eles, nem lhes cai a crista abaixo: são como as fêmeas. A estas aves por leis do Reino não se podem matar nem ninguém as mata por que há grandes penas postas sobre isso; tem por **erronia** aquela geração e nação de Beafares em dizerem que são estas aves as almas dos seus antepasados, não há negro nenhum que as bula.

Os nossos algumas vezes achando-as em lugares escusos donde não sejam vistos dos negros os matam e comem. Além destas aves, não consentem matar as aves que pousam nas árvores que tem ao longo e a [fl. 64v] porta das suas casas sem licença do dono da casa por que dizem que são seus hóspedes. Há outras aves grandes pretas que tem umas plumas brancas mais Ricas entre as pernas e debaixo das penas pretas.

Fazem nesta terra de Guinala ha maior feira que se faz em toda a terra dos negros que se chama de **Bijorre**, na qual se ajuntam mais de doze mil negros e negras, os mais fremosos que há em todo Guiné. E vendem tudo o que naquela terra

há e das circunstâncias vendem-se escravos, roupas, mantimentos, vacas, ouro que há algum neste Rio e fino. e muitas vezes há grandes brigas e se matam muitos negros por que se embebedam com o vinho de milho que é como cerveja. Esta feira vai diminuindo um dia para trás como em de Casamansa, nela se faz justiça dos homicídios os que não de morrer.

Os porteiros que andam diante do Rei em lugar de canas trazem umas pás de ferro quase de palmo e meio de largo na ponta e em baixo estreita com cabos de quatro palmos de ferro rolisso, muito luzidio. E estes porteiros servem de algozes e com [fl. 65] aquelas pás cortam as cabeças dos que condenados. São e chamam a estes oficiais **manchoides**, traz [o Rei] sua guarda de flecheiros quando vai fora e muitas vezes vai com muito pouca companhia.

E ainda que andam entre esta gente Mandingas, cacizes, são gentios estes Beafares, seguem a sua gentildade e não põem dúvida a serem cristãos. E se fazem cristãos na própria sua terra assim negros como negras os que servem aos nossos. E andam com eles dos quais está a terra povoada de muitos que nela habitam, dele aposentados ao longo do Rio no Porto da Cruz, que é em Guinala, a par de uma força pequena que ali fizeram para guarda e defesa dos navios, por que ali os vinham tomar os Franceses. E deles estão metidos pelo sertão entre os negros espalhados por muitas partes.

Antigamente não estavam os nossos neste Rio como agora estão, estavam aposentados em casa de fidalgos nas quais estavam seguros, por que os guardavam seus hóspedes e seus irmãos, parentes e filhos. E estavam afastados uns dos outros por que estes Beafares não tem as suas casas aldeadas e juntas como as outras nações, senão afastadas umas das outras algum [fl. 65v] espaço aposentados em grandes casas de taipa cobertas de palha. E ali estão aposentados os fidalgos com suas mulheres, filhos e gente, como cá em quintas, e chamam a estas casas **apolônias**. E estando desta maneira afastadas umas das outras, adquiriam os nossos mais escravos e mais baratos. E eles mais seguros por que os hóspedes com que moravam tinham obrigação de os guardar, como já fica dito. Mas hoje estando os nossos aposentados juntos ao longo da força tem aos negros por inimigos e dizem que estão os nossos na sua terra por força. E, depois que se fez esta força e se aposentaram os nossos a par dela, matam os negros mais brancos do que soía a ser dantes e lhes custam escravos muito mais caros do que custavam dantes; causa também isto os muitos navios e gente que

acodem de cá levam as quais estão abatidas e o preço dos escravos [é] alterado custando um escravo neste tempo por preço com que dantes se faziam três e quatro.

Quando os nossos estavam aposentados nas apolônias dos fidalgos resgatavam os escravos baratos a troco [fl. 66] de vacas e dos gibosos que são bezerros de um ano e demais. E sobre as vacas punham alguns panos ou **signas**, que são certas varas de teada que corre entre os negros por cruzados. E desta maneira com muito pouco faziam os escravos. Tudo está hoje diferente. E por tempos correndo como agora corre viram os escravos a custar quase tanto como na Ilha de Santiago costumam. E mais nos juízos que fazem dão sentenças com que ficam os homicidas escravos dos que fizeram o delito e chamam as sentenças "cuspir" dizendo o fidalgo de tal parte tem já "cuspidido" que tem tal pessoa razão, que é como dizer tal senhor da terra tem dado sentença por tal pessoa.

Dos mantimentos que há na terra, que é arroz fundo, que é um mantimento muito miúdo, com areia do qual se não faz farinha e assim como é o cozem e comem. É bom mantimento, há milho maçaroca, nomeado aqui muitas vezes, que é o melhor mantimento de todos, tem tanta sustância como pão e dele se faz uns bolos do tamanho de rodela e da grossura de uma **pataca**. E amassam duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde, para se comer quente este pão. A farinha deste milho é parda em si, mas é muito boa. Fosse este pão em umas tigelas de barro muito largas [fl. 66v] as quais servem de forno e nelas se cozem estes bolos de cada vez um, por que não cabem mais. Do arroz e milho branco fazem o mesmo pão mas não é tão bom. Há muitas galinhas, boa carne de vaca e cabra, bom pescado, muita caça de aves e animais.

Nesta mesma pernada de Guinala vai um esteiro metendo-se pela terra um bom espaço e vai dar em um lugar dos mesmos Beafares que é como ducado entre eles chamado **Biam**, no qual habitam muitos dos nossos e se iam despachar alguns navios e corriam muitos escravos por ele. Hoje não está tão bom de trato como de antes estava, estes Beafares se circunsisam como os outros de que já tratamos, com as mesmas cerimônias.

Neste mesmo Rio vai prosseguindo e fazendo seu caminho ao Nordeste e passando a primeira ponta vindo da pernada da Guinala da banda de Leste, chamada **Anqui**, vai correndo a terra de **Biguba**, que é outro Reino dos mesmos Beafares. Grande jornada que se anda em uma maré em uma barca bem equipada de remos. Estes são da mesma nação, mas tem outra ordem no herdar do Reino, por que o não

herdam senão fidalgos parentes de Reis, [fl. 67] aos quais chamam **jagras**. E muitas vezes sobre o herdar do Reino há muitas guerras e disensões. Quando nesta terra de Biguba morre o Rei é como em Roma o papa por que se acolhem logo os nossos todos ao mar aos navios e fazendas e mercadorias ao mar por que em morrendo dão logo estes jagras pelas casas dos brancos e os roubam e não aquietam senão depois de haver Rei. Há um costume ruim em todo o Guiné, tirando o Rio de São Domingos, por que em todos os mais se os nossos se não recolhem, estando enfermos, ao mar para que morram nos navios e morrendo em terra, os Reis dela lhes herdam as fazendas.

Agora no porto de Guinala por amor do forte não há isso por que estão os nossos aposentados. E adoecendo algum em outras partes deste Rio os trazem a esta povoação ou os recolhem ao mar como está dito por lhe segurarem as fazendas.

Esta terra é boa, acodem muitos escravos da mesma terra e de Bissegue que é doutra banda do Rio da banda de Leste; são também Beafares e confinam pelo sertão com os Nalus, os quais acodem muitos a esta terra por via dos Beafares [fl. 67v] que tem trato na terra destes Nalus.

Esta terra é toda coberta de muitos matos e arvoredos, chove nela muito; dão grandes trovões, caem muitas pedras de corisco; usa nosso senhor com estes gentios de sua misericórdia grandemente, por que lhes da água em abundança e muitos temporais. E o inverno com tanta temperança que não pode mais ser, por que ainda que chova muita água, logo faz e se torna o tempo sereno e bom. E desta maneira cria a terra muito. E ainda que esteja o tempo claro, arma-se uma nuvemzinha pequena, vai-se fazendo maior, quando se não precatão começam de roncar os trovões, dá um grande pé de vento e antes de dar há de calmar o outro que ventava de antes e dando o vento dura por espaço de um quarto de hora ou mais e deixa-se descarregar tanta água que não há podê-la esperar tanto que chove logo cessa o vento. E dura a água uma hora ou duas, torna a esclarecer tudo e fazer sol. E por isso tem boas novidades estes negros, mas não deixam de terem erronias e ritos [fl. 68] por que alguns Reis destes Beafares que Reinando defendem que não fassam lavouras de arrozes por muitos anos por dizer que causara fazendo-se morrer muita gente. E outras vezes fazer-se de outros mantimentos pelo mesmo.

Usam os mais dos negros de vinho de milho e do da palma, os quais vinhos e[m]bebedão, mais ainda o do milho que o da palma. Nesta terra por causa de grande mato andam muitas onças, leões e de noite arrebatam algumas pessoas, matam-se no

sertão dele[s] elefantes e da outra banda de **Bissegue**. E muitas vezes atravessam os elefantes este Rio de uma banda à outra. E não deixarei de dizer aqui o que aconteceu a um **Roque Lopes de Castel Branco**, natural da Ilha de Santiago, o qual indo por este Rio abaixo em uma barca passaram dois elefantes da terra de Bissegue para a de Biguba a nado. Ele os foi seguindo com a barca e chegando perto se botou a nado com uma faca grande nas mãos se pôs sobre um deles e lhe foi dando com a faca e abrindo e com a fúria do ferir e o sangue do mesmo elefante e pela faca não ter empunhadura lhe correu a mão pelo gume sem ele sentir e se [fl. 68v] feriu de maneira que ficou aleijado de três dedos da mão direita. E com a matizada que fizeram os da barca acodiram muitos negros ao longo do Rio e ajudaram a matar o elefante em que ele ia por que se envazou o elefante na vaza E ali o acabaram de matar. E o outro elefante se foi. Era este Roque Lopes de Castel Branco tão valente homem e esforçado nas armas que o chamaram os negros daquelas partes "sopro canta", que quer dizer "raio".

Fica acima deste porto de Biguba outro chamado Balola; Reinado também dos mesmos Beafares os quais guardam as leis e costumes dos outros. Estão nesta terra muita gente nossa lançadas em terra por ela ser pacífica e quieta e acodir a ela muito resgate, assim de escravos, que aqui custam mais baratos que Em Guinala, e haver muitos mantimentos, por serem estes negros dados mais a lavoura que os debaixo. Fica sobre este Reinado de Balola pelo sertão outros Reis da mesma nação.

Neste porto de Balola há bom varadouro, consertam-se nele navios [fl. 69] e assim [como no] porto de Biguba e Guinala. Nesta terra dos Beafares há muito boas águas **nadíveis** como é a fonte de **Berenala** em Guinala que é de mui rica água, e as de Biguba e Balola.

Correndo por este mesmo Rio da banda de Leste são todos Beafares e há muitos Reis, os quais guardam as suas terras os mesmos costumes destes outros Beafares e usam as mesmas armas e vestidos. E vão estes Beafares correndo ao beiramar deste Rio até dar na ponta defronte da Ilha de **Matambole**. Fica esta ponta da terra firme cortada como Ilha e moram nela os negros que foram fugindo aos nossos e aos mesmos negros e se vieram ajuntar nesta parte tantos que povoarão ali e estão alevantados.

Esta terra dos Beafares da banda de Leste pelo sertão dela partem com os Nalus como fica dito. Nestas partes há frutas que os negros comem e se mantém dela que são **mompatazes** de que já tratamos e ameixas que se querem aparecer com as

nossas mas diferente no sabor. E há muita farroba e cabaças que dão as farinhas brancas e **foles** que é um fruto como pêras pardas redondas, tem uns caroços redondos tamanhos como avelãs e são azedas. [fl. 69v] E há outro fruto que chamam **maníulos** e são amarelos e do tamanho de um limão galego e de ameixas, alguns cheiram bem, são medicinais, aplacam o sangue; dá-se a água desfeito nele estes maníulos com açúcar em lugar de enxaropes; as árvores que dão este fruto são grandes, mas o pau em si é muito mole e tem a casca dura e grossa. E as mesmas folhas destas árvores são medicinais, cozidas em água servem de dar banhos aos enfermos. Há uvas bravas e tem os bagos quase como as nossas. Há neste Rio muitas canas de Bengala, mas não nas sabem consertar, e muitas rotas. E destas canas e rotas fazem os nossos que lá andam lançados amarras para os seus navios. Há muita madeira, paus de cores vermelhos e adamascados e amarelos, e outra muita madeira. E as canas que na nossa Índia oriental chamam **bambus**.

Neste Rio andam muitas almadias mui grandes em que andam muitos negros ladrões que lá pela língua da terra chamam **guampizas**. São como bandoleiros, continuamente andam neste ofício, furtam escravos que trazem a vender aos navios. [fl. 70] E se os não comprão matam-nos. E tem por costume estes negros e todos os mais que vendem negros furtados quando os vendem dão-lhe[s] a beber vinho ou comer alguma coisa que lhes dão a conta do mesmo negro que vendem. E dão-lhe[s] a comer ou a beber do vinho por que dizem que ficam desencarregados da consciência por que o mesmo vendido ajudou a comer o seu dinheiro. E são tão sagazes estes Beafares que se vem algum **bisonho do sertão**, fingem que os querem agasalhar, e os Recolhem em suas casas e tendo-as nelas alguns dias lhe metem em cabeça que tem nos navios amigos e que os hão de ir visitar e folgar com eles. E indo aos navios os vendem.

Neste Rio Grande há outro fruto que dão umas árvorezinhas pequenas o qual fruto chamam pela língua da terra **manguanaio** quando está em flor tem um cheiro mui suave Este fruto não no podem apanhar pessoa nenhuma senão todos em geral juntos, porque se algum o acerta de apanhar antes de ser de tempo pelo mesmo caso o vendem por que não se pode apanhar senão depois de ser madura, que manda o Senhor da terra apregoar que todos de então por diante apanhem todos igualmente, [fl. 70v] tem na estes negros por mantimento também.

Há neste Rio uns peixes grandes como tubarões a que chamam **sardas** muito ruins, os quais tem na boca três ordens de dentes; acometem altissimamente as pessoas estando na água e as matam.

São estes Beafares muito amigos de cola e daqui corre a mesma cola para Degola em cáfilas e almadias que forçadamente hão de passar por elas. Há muitos bichos bons como são ginetas que aparecem na cor aos gatos d'algália e saninhas, que são pequenas e tem uns rabos²⁶⁹ arrepiados de muitos cabelos e alevantando o rabo para cima ficam cobertas com o mesmo rabo. Há porcos espin[ho]s e gatos d'algália e todos os mais animais que há nas outras partes.

Capítulo sexto que trata dos Nalus, Cocolins e Bagas, dos seus costumes e vestidos

Passando a ponta da Ilha dos Escravos começa a terra dos **Nalus**, a qual tem um Rio pequeno, no qual não podem entrar navios [fl. 71] grandes de mais porte que de até secenta **moios**. Estes Nalus vão cingindo por uma ala aos Beafares da terra de Bissegue pelo sertão dela e vai correndo ao longo dela até se emparelharem por cima das cabeças dos Beafares. E estes negros, posto que são muito vizinhos dos Beafares, são mui diferentes na linguagem e no traje e no mais. E são quase como bravos, andam despídos, trazem umas peles vestidas, em que trazem as vergonhas, partes delas cobertas e parte descobertas; por que trazem as naturas os homens metidas debaixo de umas correias largas, com que se atacam, e os bolsos dependurados de fora, parece que pelos não molestarem; andam muito justos naquele modo de calças; trazem os narizes furados na ponta dele entre uma venta; e a outra fazem muitos labores pelas pernas e pescoço. É gente brava, também morrem de pressa, ainda que não tão depressa como os Bijagós; Pasmam quando vêem os brancos, mas depois de os acostumarem se fazem bons e servisais. Não temos ainda com eles comércio descoberto como com [fl. 71v] os outros, por que escravos que deles nos vem resgatam-se por via dos de **Balola** e Bissegue, por alguns negros que se entendem com eles.

Vendem estes Nalus escravos esteiras finas marfim, mas os dentes pequenos por que não podem trazer os grandes. Nesta terra destes negros se matam muitos

²⁶⁹ No documento, *cabos*.

elefantes em grande maneira e quase que duvido a [dizer] por aqui o modo como se matam, por que duvidarão os que o lerem, façam o que quiserem. É verdade e por isso o digo:

Estes negros, não sei por que arte, se metem debaixo dos elefantes com umas azagaias metidas em uma haste de pau ou ferro, quase de largura de um palmo e meio, dão-lhe com aquela arma uma vez ou as que podem e acolhem-se; começa o elefante de correr a uma e a outra parte. E vão-lhe caindo as tripas delgadas. E com as mãos e pés as vai trilhando e quebrando até que morrem, depois vai o negro pelo Rastro do sangue dar com ele morto, desfazem-no e dão ao Rei o que tem dali que são as mãos e pés e a tromba, o mais comem-na eles.

Perguntando algumas vezes a alguns negros como se metem debaixo [fl. 72] daquele animal tamanho e tão espantoso, respondem que comem **mezinha** para isso, seja como for, eles o fazem.

[N]a Barra destes vales e Rio, o major trato e a mercadoria nossa que mais vale é o chumbo e a se levar em barretas pequenas. E a troco dele se faz muito marfim. E há dentes de mais de quintal. Há muitos anos que lá não foram navios nossos, por que há muitos homens que se lhes dá pouco danarem quantos Rios e resgates há em Guiné; foi a este Rio um navio há muitos anos de homens que não eram da Ilha de Santiago, nem sabiam os costumes daquelas partes; bisonhos estes entraram nesta barra e resgataram muito marfim a troco de bem pouco. E os negros os não estranharam e foram muitos ao bordo. E estes, por cobiça de uma dúzia de negros que tomaram, danaram este resgate de maneira que há muitos anos que não vão a ele como não vão a outros muitos donde fizeram o mesmo.

Há nesta terra muitos búfalos e todos os mais animais que há nos outros Rios, tirando cavalos, que eles nunca viram; muito guado *vacum*. E são grandes criadores estes negros. [fl. 72v] Há uma erronia entre eles que é dizerem que tem suas almas metidas em animais como em onças, leões e todos os mais animais bravos e ferozes. E que, morrendo o animal, morrem eles. Não tenho isto por verdade que isto assim seja que morram eles morrendo o animal donde dizem que tem metida a sua alma, mas eles o tem por erronia e estão nisto muito crentes; parece que o demônio ordena isto de maneira que ho creiam. E já me aconteceu perguntar a alguns desta geração: "vem cá, adonde tinhas metida na tua terra a sua alma?" E Responde-me: "em um leão", ou no outro animal. E tornei-lhe a perguntar: "E agora donde a tens?" E Respondeu-me: "agora não por que vim a terra de brancos e sou cristão, ficou tudo na minha terra".

Dizem que são estes nas suas terras grandes feiticeiros. São bons e seguros os moços e moças, por que os grandes antes de se fazerem conosco são mui riscozos e morrem como os Bijagós.

A terra destes Nalus é mui grande e dela pode haver muito Resgate assim de escravos, como marfim, mas está por amansar [fl. 73] e não temos com eles comércio, salvo por via dos Beafares, como está dito. Nos Entram alguns escravos de Balola e Bissegue, como esta dito.

Acabante este Nalus entra o Rio do Nuno, terra dos Bagas e Cocolins, os quais tem trato no beira-mar conosco. Faz esta terra um Rio, a barra é algum tanto perigosa por amor da baixa que tem à entrada.

Estes negros andam vestidos como os Sapes de camisas e **bragas**. As camisas degoladas e as mangas até os cotovelos .E por bragas trazem uns panetes e deles calções. E se entendem com os Sapes ainda que estejam longe uns dos outros como os Portugueses e Espanhóis. Os Nalus que ficam atrás de que já tratamos e os Bagas, que são estes deste Rio do Nuno, e os Cocolins, que ficam ao sertão destes, todos se entendem.

O principal Resgate deste Rio são tintas; não são como as da Costa de que já tratamos que se fazem do mesmo do que se faz o verdadeiro anil. Estas deste Rio são diferentes, por que são árvores como dizermos hera, e vão [fl. 73v] atrependo pelas outras árvores. E tem as folhas largas e os negros no tempo apanham estas folhas e as pisam. E fazem uns pães como de açúcar, assim grandes, enfolhados com folhas de **cabopa**, que são umas folhas largas. E vem [a]os nossos navios a carregarem-se destas tintas que é um grande trato para o Rio de São Domingos. E já nos outros anos governando a Rainha Dona Catarina, que esta em glória se mandou carregar e trazer a esta cidade uma caravela destas tintas para a experimentaram. Não sei de que modo a acharam, mas sei que da Ilha de Santiago se levou por muitas vezes a tinta que se nela faz a Sevilha e a Cádiz, e a acharam boa, por que é da erva com que se faz o verdadeiro anil, o qual se faz já na mesma Ilha e Eu o sei fazer. E ho ano passado de 92, vindo da mesma Ilha de Santiago uma caravela nossa a qual foi tomada dos Ingleses e nela acharam um barril de anil em tabuletas, ao qual festejaram muito. E nesta Ilhas [de Cabo Verde] se pode fazer muito anil [fl. 74] por haver nela muita quantidade desta erva de que se faz. E a boa é a mais chegada ao mar.

Deixo de falar nesta erva que há na Ilha de Santiago de que se faz o anil e torno ao Rio do Nuno, de que vou tratando: esta tinta que dele se tira leva-se para o

Rio de São Domingos e nele se gasta na própria terra dos Buramos e Banhuns. E se leva a Casamansa e é muito bom resgate, por que dela se fazem escravos e mantimentos e todo o mais resgate. E as vendem inteiras e em pedaços. E corre como moeda entre nós para os gastos. Tingem com esta tinta e a preparam ao modo como se faz na Costa, de que já tratamos. Tira-se deste Rio muito marfim, por que matam os negros dele muitos elefantes da maneira que os matam os Nalus.

Estes Bagas são mui atraídoados, folgão estranhamente de matarem os nossos quando se desmandam pela terra a irem mercadejar e **chatinar**. E se sentem que é homem de sua pessoa, não no acometem, e quando o fazem há de ser à traição. E em os matando, cortam-lhe as cabeças e dançam com elas, e escaramuçam, [fl. 74v] e ficam cavaleiros. E depois as cozem e tiram a carne toda e, limpas da carne e miolos, bebem por ela servindo-lhes de **púcaro**, nisto não há dúvida. E quantos mais vasos destes tiver um negro em sua casa, mais honrado é. E hão de entender que não hão de ser somente de brancos, senão de qualquer pessoas que eles possam matar.

Suas armas são umas azagaias de uns ferros largos como partazanas; usam espadas e flechas e umas **adargas** de palha mui fortes, as quais molhadas guardam uma azaguaiada e uma flecha, e ainda que são de palha são boas e parecem bem por que ainda que tenham nome de palha não são de palha porque são armadas de umas vergas de pau de boa grossura e tecidas por fora com **rota**. E são mui fortes e deitam no meio um diamante de obra de um palmo. Tem suas almadias que navegam de uma parte para a outra e de Rio em Rio, ao longo da terra.

O principal trato desta terra que lhe nos levamos he sal, bacias [fl. 75] de latão, estanho, cobre, ferro, chasinas de cabras, carne de porco, pano vermelho, búzio grosso. E ainda que estes Bagas matem aos nossos como se tem dito não faltam nesta terra lançados que nela habitem e andem a resgatar com eles, por que os guardam os seus hóspedes. E quando hão de fazer alguma jornada por terra ajuntam-se de camarada quatro ou cinco e desta maneira vão seguros, e se metem pela terra.

Nas Ribeiras desta terra há prata e por negligência nossa e não entendermos de conhecimento de minas as não temos descobertas. Na entrada deste Rio de Nuno há margaritas. Neste Rio esteve um ourives chamado fulano daraujo, este tinha achado ao longo destas Ribeiras deste Rio do Nuno umas betas de prata e se metia em um bosque ao longo da mesma Ribeira com seus cadilhos e foles. E ali fundia a prata e misturava com outros metais e fazia manilhas que vendia aos mesmos negros. E não ouzava fazer isto em casa por que não fosse descoberto depois, dando a este próprio

um medo e imaginação que se os negros viessem [fl. 75v] a sentir e saber como ele fazia aquelas manilhas do próprio metal que achava na sua terra deles lhe arguiriam e diriam que com a coisa da própria sua terra fazia aquelas manilhas e as vendia a eles. E que por isso o matariam. Deu nele tamanho medo que se acolheu para o Rio Grande, terra dos Beafares, donde morreu sem descobrir e amostrar as betas que tinha achadas, as quais ainda hoje se as buscarem se acharão.

Estes negros vão correndo até o Cabo da Verga, donde começam os Sapes, mas todos se entendem como já fica dito. Não vendem neste Rio negros, parece que não deram nisso como os outros, mas antes compram. Os mantimentos que nele há é [são] arroz, milho, muitos animais que matam, muito pescado muitas vezes, vinho das palmeiras.

Está o Rio da Furna, que é destes mesmos **Bagas**, no qual há também tintas, mas não são tão boa[s], nem tão grandes, como as do Rio de Nuno. As melhores são as que trazem os Sosos, que confinam pelo sertão com os Bagas e por cima destes [fl. 76] descem deste sertão a estes Rios, uma nação de negros a que chamam **putazes** em cafilas de mil e de dois mil homens e vem a comprar sal a troco de roupa branca, vestidos, algum ouro e armas de flechas. E no beira-mar destes Bagas se coze o sal.

Neste Rio da Furna há muita quantidade de arroz que ali vão comprar os nossos navios e o levam a vender às partes donde o não há. Este Rio vaza tanto que ficam os navios em seco em vaza solta, que não podem vir os negros a eles nem os nossos saírem em terra. E corre ao longo do Cabo da Verga da banda do Norte. E quando enche é com água que se chama de **Macaréu**, e com dois ou três mares fica a maré cheia; os quais mares quando vem, vem roncando e com ímpeto, como já temos dito do Rio de Degola. Perden-se neste e corre risco as almadias e outras embarcações pequenas.

Também matam aos nossos pela mesma maneira dos outros Bagas dos do Rio do Nuno. E lhes servem as cabeças de vasos para beberem. [fl. 76v] Os juramentos dos Nalus, Bagas e Cocolins dão-se²⁷⁰ como se dá nas terras dos Sapes. Sobre alguns casos dão juramentos à justiça pondo a mão sobre as partes, digo sobre as cabeças das partes que o recebem, mas quando é duvidoso e não há certeza e suspeitam em alguma pessoas, dão o juramento da água quente como se faz na Costa. E o tomam muitas pessoas, e o que se queima, esse é o culpado entre eles.

²⁷⁰ No documento, *dace*.

Capítulo sétimo que trata do Reino dos Sapes, que começa do Cabo de Verga, que está de nove graus e dois terços até os Baixos de Santa Ana, que estão em sete graus, dos seus costumes, tratos, guerras e outras coisas

Dobrando este Cabo da Verga, correndo para baixo dele, entra outro Rio que se chama o Rio das Pedras, grande e fremoso, o qual Rio se parte e se divide em muitos esteiros. E vai fazendo a terra firme em Ilhas que se chamam dos **Cagasas**; daqui começam os Reinos dos Sapes [fl. 77] e neste Rio ainda chegam os Bagas. E há outra nação que chamam **Tagunchos** e **Sapes** e todos se entendem e comunicam. Nestas Ilhas de Cagasas se acha muito âmbar, há muita cera, marfim e escravos, que já vendem os negros da própria terra.

A este reino desciam da Serra que fica sobre os portos do mar uma nação de negros chamados Putazes e outros Sosos a resgatar sal com tintas, panos e vestidos feitos camisas e bragas, que traziam dos Fulos, que ficam cingindo todas as nações dos negros por cima. E trazem mais outra palha que serve de tinta a que chamam pela língua da terra **maroque**. E os brancos e negros da terra o compram e levam a vender aos Rios da Bagarabomba e Toto, e Bala e mais Rios que vão da Serra Leoa para o Sul. E por causa do medo dos Sumbas, de que se tratará ao diante, mudaram os Putazes este trato aos Rios do Nuno e Furna e deixaram Cagasas.

Nesta terra, além do resgate que já tratamos, se resgata algum ouro. Os negros dela [fl. 77v] andam vestidos com suas camisas compridas e bragas, e trazem suas azagaias, espadas e flechas. E as mulheres andam vestidas com seus panos. O resgate que se [leva] a este Rio são panos de algodão, roupa preta da Índia, panos de Reis, barretes vermelhos, gabões pretos para os príncipes, chapéus velhos tintos e novos, **alaquequa** e **brandil** da Índia, continha de veneza, trombetas bastardas, bacias de latão.

Os costumes destes negros é [são] quando às suas casas chegam algumas pessoa[s] que vem aí ter, ou para estar ou passar, em chegando antes de tratar da sua vinda a primeira coisa com que [os] agasalham é meterem-no em uma casa e darem-lhe água quente com que se lavem; e depois de lavados e tornando-se vestir se vem ao aposento donde está o senhor da pousada; e assentado com suas cortesias diz ao que vem e se há de estar alguns dias na terra, manda o dono da casa vir todas as suas mulheres, nas quais lhe manda que escolha [fl. 78] a que melhor lhe parecer. E a que

escolhe, essa tem obrigação de o servir, todo o tempo que aí estiver, de todo o serviço; por que não tenha razão o hóspede de lhe tomar nenhuma das outras mulheres. E por isso lhe dá aquela e se lhe acerta de tomar alguma das outras, fica obrigado às suas leis, que é perderem os bens que tiver[em] e esta mulher que ele escolhe posto que se ele vá para qualquer parte cada vez que tornar a dita casa fica com a mesma obrigação que de antes tinha de o servir. E a obrigação que tem o hóspede para contentar a essa mulher que lhe foi dada é dar-lhe de vestir, que é um pano de algodão ou mantas e uma braça de pano branco da Índia ou de algodão, que fica servindo de cinta. E os filhos que fazem os hóspedes nas mulheres que assim lhes dão ficam sendo filhos do mesmo Senhor da casa, como os outros. E se acerta de ser branco, dão-no ao pai que o leve.

O governo e juízos destas nações dos Sapes é terem na sua aldeia e lugares uma casa grande em que pouse o Rei da terra na qual tem um **alpendre** redondo [fl. 78v] e grande a que chamam **funcos**, no qual tem um assento como cá nas casas das audiências. Tem junto deste funco um aposento que se corre pelas do Rei com porta no mesmo funco armada de sua tapeçaria, que são esteiras de cores, por cima e por baixo. Neste aposento se ajunta o Rei com os **solatequis**, que são pessoas principais do Reino em segredo e para administrar justiça às partes. Vindo o Rei ao funco, se põem no tribunal alto, ficam os solatequis mais abaixo dele, assentados de uma banda e da outra. E neste alpendre aparecem as partes que hão de requerer justiça. E para seus advogados saem uns a que chamam **arões**, vestidos com umas máscaras das mais feras figuras que eles podem inventar, com invenções de pena e chocalhos, com suas azagaias nas mãos em que se encostam para proporem as razões das partes. E fala um, acabado fala outro, e assim vão correndo e requerendo a justiça das partes até que por razões vencerem uns aos outros. [fl. 79] E a causa do virem estes advogados assim mascarados é por que não tenham vergonha e **empacho** de não falarem no tribunal diante do Rei. E no fim das suas razões dão sentença o Rei com os solatequis e logo publicamente se faz execução na parte condenada; se é causa cível, ali manda trazer as penas em que é condenada sem se dali sair. E desta maneira concluem seus juízos. Os feiticeiros, matam-nos e cortam-lhes as cabeças e botam os seus corpos fora da aldeia. E os que estão condenados à morte, vendem-nos às pessoas que os vem comprar para os matarem e serem cavaleiros, por que é costume entre eles quem mata nas guerras ou em brigas ficarem cavaleiros e escaramuçam com as cabeças dos mortos. E alguns que ainda não alcançaram estas honras por suas pessoas, compram

aos condenados por pouco preço, que não passam de cinco e seis cruzados d'ouro, e os matam e ficam honrados.

Costumavam estes negros fazerem suas guerras sem ajuda dos vizinhos como ao diante se tratará na guerra dos Sumbas.

[fl. 79v]

Capítulo oitavo que trata de como alevantam o Rei no Reino dos Sapes, as cerimônias com que o alevantam e como fazem os solatequis, que são fidalgos

Nesta terra dos Sapes herdam os Reinos os filhos e irmãos, parentes mais chegados ao Rei. E há esta ordem entre eles: tanto que morre o Rei, depois de morto e feito os funerais, logo dão em casa de quem há de herdar, se não entrar por guerra o Rei, e o amarram muito bem e lhe dão muitos açoites na Casa Real donde é levado.

E, depois de açoitado, o desamarram e ficam todos muito quietos como que não hão feito nada. E o lavão e vestem-no com vestiduras Reais, suas camisas, bragas, barrete vermelho e uma arma chamada **queto**, que serve como bastão, a qual lhe metem na mão que lhe serve de cetro. E o levam à casa principal, que se chama o funco que é dentro nos paços donde estão juntos os principais do povo, e faz [fl. 80] um daqueles principais solatequis mais antigos a prática dizendo ao Rei que por direito lhe cabe herdar o Reino por morte de seu pai ou irmão e como quem há de governar [o] Reino é necessário que faça justiça mui reta às partes, que por isso começam com ele primeiro para que ele assim administre aos outros castigando a quem merecer castigo e gualardoando a quem bem servir. Acabante de se fazer a prática, metem-lhe na mão a arma chamada queto, que é o cetro com que se cortam as cabeças aos condenados. E todos os Reis da Serra trazem estas armas nas mãos, que são as divisas Reais. Fazendo-se esta cerimônia fica [o] Rei obedecido e temido dos seus.

Os solateques que são os fidalgos, quando o Rei os põem nesse título e dignidade que cada um merece, e nesta forma que vão ao funco que é a sala Real donde se julga na qual os assentam em um assento de pau redondo lavrado que lhes servem de cadeira. E ali trazem uma fresura de cabra com que dá o mesmo Rei pelas queixadas dos solateques e nos pés, ficando os rostos e pés untados daquele sangue, [fl. 80v] e deitam, em cima do sangue, farinha de arroz e lhe põem o Rei um barrete vermelho na cabeça. E feitas estas cerimônias fica sendo solateque, que é dignidade

como conselho del Rey e fidalgo, com a qual dignidade fica podendo estar aos conselhos e juízos, e tem neles suas **espórtulas** dos condenados. E achando-se em outro qualquer Reino, ainda que não seja no seu, fica usando de suas liberdades e privilégios como se fora na sua própria terra.

Estes negros em suas aldeias tem metido em cabeça ao povo miúdo que em certos dias do ano sai o seu demônio que eles tem por deus, a que chamam a **Contubéria**. E antes de sair apregoam pela aldeia que todos fechem suas portas e que não apareça pessoa nenhuma pelas ruas, porque sai ho demônio a passear por elas, pelo que se recolhem e se fecham. E não é outra coisa este demônio e Contubéria senão o Rei com os solateques e fidalgos, os quais vão nus com um pau furado a modo de bomba, no qual vão tangendo como em uma [fl. 81] trombeta, e faz um estrondo grande e eles com paus e chocalhos fazendo grande matinada pelas ruas e aldeia. E se ladra algum cão ou coisa viva em alguma casa os de dentro hão lhe de deitar logo a coisa para que eles a matem. E se acertam de achar alguma pessoa que vem de fora, sem saber do pregão, o matam a poder de pancadas, salvo se o Rei lhe acode lançando-se em cima dela e pondo-lhe o seu barrete na cabeça, com o qual é feito [e] fica sendo solatequi e podendo ver e entrar nesta Contubéria.

Tem por ordem nos Reinos terem uma casa grande apartada das outras a que chamam casa da religião, da qual é guarda um fidalgo velho tido e havido entre eles por homem de boa vida. Nesta casa se recolhem todas as moças donzelas daquela aldeia ou lugar, e ali estão por tempo de um ano ou mais, doutrinadas pelo velho. E ali lhes mandam de comer todos os dias seus pais, mas não as vêem nem falam com elas. E estes velhos mudam[m] o nome a estas donzelas pondo-lhe[s] outros diferentes dos que dantes tinha[m]. E quando saem é todas juntas em coros, muito bem vestidas a seu modo, pelas aldeias nos **arifais**, que é praça, em que bailam ao som de uns instrumentos, chamado **bambalos** [fl. 81v] de que já tratamos, e tem destes instrumentos pequenos e grandes que tangendo todos juntos se concertam. E nestas danças e bailes vem os pais e mães a verem suas filhas. E os fidalgos e homens mancebos que ali acodem, vendo-as, as pedem para mulheres e dão os casamentos a seus pais e pagam alguma coisa ao velho que as teve em guarda, e chamam a estas recolhidas **mendas**, como entre nos freiras.

O costume dos seus enterramentos é enterrarem-nos dentro das suas próprias casas, vestidos, com ouro pelas orelhas [e] narizes, que para isso as tem furadas, como

já está dito, e manilhas nas mãos. E as orelheiras²⁷¹ que levam são **masucos** chamados assim naquelas partes deles de vinte e trinta cruzados **[fl. 82]** e de menos. Os choros fazem-nos segundo a qualidade das pessoas e pela ordem que já fica tratado ajuntando muitos mantimentos, comendo e folgando. E fazem este choro no **arifal** que é na praça. Os Reis se enterram fora da aldeia ao longo da estrada, por que dizem que como é pessoa Real e administrou justiça às partes que se não hão de enterrar senão em lugar e parte donde todos o vejam. E lhe fazem um modo de casa de palha por cima da cova.

Estes negros se circuncisam sendo mínimos antes dos oito dias.

Estes negros Sapes começam do Cabo da Verga até os Baixos de Santa Ana, que está em sete graus e a oitenta léguas de costa do Cabo da Verga até estes Baixos em que se começa a costa da Malagueta. Em este Reino dos Sapes etsão estas nações de gentes, a saber: Bagas; Tagunchos; Sapes; Bolões, os quais comem carne humana; Temenes; Limbas; Itales; Jalungas, e todos estes se entendem uns aos outros. E por todas estas oitenta léguas da costa vai outra nação **[fl. 82v]** de negros a que chamam Sosos e Putazes pelo sertão e montanhas cingindo a todas estas. E por cima destes Sosos e Putazes, que ficam cingindo as nações ditas como muro, habitam os Fulos, os que começam do Rio e Ribeira de Sanagá correndo por cima de todos os negros nomeados.

E tem trato os Fulos com os Sosos, e a roupa que se traz dos Sosos aos Sapes vem dos Fulos e desse ouro dos Sosos abaixo a comprar sal e há tão pouco que não basta para os do sertão. E há algumas nações e gentes que o não vêem, nem o comem, como na terra dos Limbos, que de nenhuma maneira o há; vem a outras partes e o comem principalmente em poder dos brancos, logo imehão E morem deles.

Há nestas oitenta léguas e limites da Serra Leoa muitos Rios caudais, que correm ao mar do Sertão, mui frescos; por que vão os navios, por eles acima muitas léguas, cobertos de muitas árvores e povoados de uma banda e da outra, **[fl. 83]** em aldeias, a que descem muitos resgates; e os principais Rios são os seguintes: o Rio das Redras, o de Capor, o de Tambacira, o de Macamala, onde está a Serra de Cristal, o de Calenchecafu, o dos Calus, o dos Cases, o do Taguarim, o do Mitombo, que corre ao longo da Serra Leoa; faço esta declaração para os que não viram este Rio Tagarim

²⁷¹ Msp: **arrecadas**.

e Mitombo, por que o do Tagarim corre ao longo da Serra Leoa ficando o Rio Taguarim do Norte e a Serra ao sul.

O Rio de Bangué corta a Serra por outra banda, de maneira que com pouco trabalho se pode acabar de cortar, porque dali passam os negros as suas embarcações por terra vazando-as ao Rio de Tagarim e cortando-a ficará a Serra, digo, a ponta da Serra que é o Cabo Ledo em Ilha.

O Rio de Calenchecafu cerca a Serra de Cristal pela banda do Sul e o Rio de Tambacira vai dar ao pé dela pela outra banda. O Rio de Toto, o qual tem muitas laranjeiras e a Barra é toda de vasa solta e vão os navios por ela à vela.

O Rio de Tangleque, o Rio de Butibum, o Rio das Alianças, todos estes Rios [fl. 83v] são mui frescos, de muitas árvores e de muitos palmares, muitas laranjeiras. E há nestas partes o pau do Brasil, de que fazem as tintas e chama-se [a cama], como dizem que dá sete tintas e a derradeira é parda e há esta madeira no Rio de Bagarabomba.

Há canas de açúcar, algodão, malagueta, a qual se dá em umas árvorezinhas pequenas como bananeiras, em uns capuchos ao pé da árvore há **mantubilha**, que é outra maneira de malagueta, a qual queima e tinge como açafraão. E nestas partes se podem fazer muitas embarcações, por que há muita madeira e boa para isso. Há muito mantimento de arroz, limpo e de casca, milho que chamam branco e muita cera, marfim, e colas, que é o principal eesgate para o Rio de Gâmbia e Degola, a qual se dá em árvores. Há ferro da própria terra, ouro, que também se resgata nestas partes.

Do Cabo da Verga vinte e cinco léguas para o sul estão uns ídolos que são três Ilhas uma delas povoada. E tem Rei, é terra montanhosa, coberta de árvore de palmares e outras [fl. 84] árvores e Ribeiras d'água; dela vão os negros fazer suas searas às outras Ilhas despovoadas. Chamam-se ídolos por que quando foram a primeira vez ali ter, acharam uns ídolos de pau que tinham os negros a que reverenciavam, chamados por eles *chinas*.

De fronte do Rio de Sasse está outra Ilha que se chamam Tamara. De fronte do Cabo Ledo, que é a ponta da Serra Leoa, estão duas Ilhas que chamam as Ilhas Bravas, frescas, às quais tem muitas águas, laranjas, cidras, limões, canas de açúcar, bananas, muitos palmares, dos quais tiram a sura os negros, que é o seu vinho. São Ilhas pequenas. Esta Serra Leoa passando o mar dela ouve[-se] grandes roncós; parece que deve de ser o mar da mesma costa que dando em Serra soa o eco e o ouvem os

que passam de largo, porque os que estão em terra não ouvem nada. E deve de ser na verdade o mar, como fica dito.

Daquela costa dos Baixos de Santa Ana, nos quais há umas Ilhas que chamam as do Toto, eram antigamente povoadas e hoje o estarão por que foram despovoadas por causa dos **Sumbas**, as quais são frescas de arvoredos. E nestes baixos se acharam muitas vezes em ostras algumas [fl. 84v] pérolas; destas Ilhas de Toto e Baixos de Santa Ana para a terra firme está uma Ilha que se chama de **Tansente**, de doze léguas de comprida e dez de largo, fresca, de muitas árvores que dão as colas e palmares, muito arroz e milho. E fica esta Ilha na Entrada dos Rios de Butibum e Alianças.

Nestas partes ditas há muitos animais como elefantes, leões, onças, lobos, búfalos, gazelas e vacas não nas há por que os negros destas partes as não criam e algumas que ali vem ter é por via dos Fulos. Fica[m] pelo sertão destes Sapes os **Conchos**, com que se entendem, terra donde há muito ouro e desse ao beira-mar desta costa toda. E são negros que se entendem uns com os outros.

Estas oitenta léguas da costa é [são] a melhor coisa que tem Guiné e de mais resgate e de menos custo. Antigamente os homens pobres não iam a outro Rio nenhum senão a este por que com pouco **cabedal** se aproveitavam muito e andaram muitos navios na carreira da Ilha de Santiago para esta Serra e dos Rios de São Domingos e Rio Grande [fl. 85] os da Ilha ha Resguatarem escravos, cera, marfim e outras coisas. E os dos Rios iam a resgatar colas e mantimentos para virem vender aos outros Rios. A principal mercadoria que hoje vale nela é o sal e as mais que já atrás fica[m] dita[s].

Nesta Serra Leoa há uma casta de monos que não há em outro Guiné chamados **Daria**, os quais não tem rabos e se não tivessem cabelos podíamos dizer que eram humanos como nós, por que nas mais afeições há pouca diferença; andam em pé e tem tal discrição alguns, que acertam de os tomarem em pequenos e criados em casa que vão catar água ao Rio e atrás em uma vasilha à cabeça; mas tem tal qualidade que em chegando à porta da pousada lhe hão de acodir depressa e tomar-lhe a vasilha da cabeça, por que não fazendo isto a deitam no chão e se põem a chorar com grandes gritos. Malham nos pilões dos negros os mantimentos como pessoalmente uma pessoa; são baixos, do corpo grossos, de boas pernas e bons braços, são amigos da conversação, [fl. 85v] das moças, e se acham algumas desencaminhadas e sós, as apanham e levam consigo. E lhes fazem muito mimo ao seu modo. E há outros muitos bichos e animais de estima, muitas aves de toda a sorte.

Estes negros não são tão belicosos como os mais do Rio Grande para barlavento. São covardes os mais deles. Há alguns que são homens de sua pessoa e estes da nação dos Limbas e dos Jalungas que até hoje não puderam os Sumbas de todo senhoreá-los, por que fazem suas habitações debaixo do chão, e indo os inimigos contra eles, tendo aviso queimam a sua aldeia e se recolhem nas habitações que tem feitas. E recolhendo-se o inimigo, saem delas e lhes dão na retaguarda. E lhes fazem com isso muito nojo.

Os mais são dados a prazeres e festas que continuada[mente] tem, pela terra ser muito abundante de todo. E não usavam nem exercitavam as armas, como as outras nações.

Costumam os desta nação a comerem o comer muito quente, de maneira que vai o comer queimando. Isto usam agora depois de conquistados dos Manes de quem podemos dizer que são agora os mesmos Sapes; e dizem [fl. 86] que usam este modo de comer o comer quente por amor do exercício da guerra, por que dizem que não andem estar esparando o comer que se esfrie. Esta gente que antigamente era apoucada em si e fraca para as coisas da guerra, hoje os que há pela continuação dos Manes e o uso que continuamente tem das armas se fizeram grandes soldados.

Esta nação é mui engenhosa, tomam mais depressa tudo quanto lhes ensinam, melhor que todas as nações dos negros; são as negras muito serviçais e limpas. Limam os homens e mulheres os dentes dianteiros, assim os debaixo como os de cima.

Capítulo nono que trata dos Sumbas, chamados entre eles Manes, de como vieram, das guerras que fizeram e de como residem agora na Serra Leoa e seus limites.

Estando a Serra Leoa quieta e os seus moradores [fl. 86v] contentes por que, se havia alguma terra boa entre os negros do nosso Guiné do Cabo Verde era esta, abundante de todas as coisas. E os que iam a Guiné não indo a ela não se tinham por **vistos** naquelas partes como entre nós hoje Itália, França e Alemanha; assim os que conquistavam aquelas partes e tratavam não se tinham por vistos senão depois de a verem, por que além de ser muito abundante de tudo e ter muitas coisas boas, era abrigo e refúgio para muitos, por que indo a ela com nada, se alevantavam os homens. Parece que por alguns pecados ocultos desta nação, ainda que gentios, quis o fazedor

das coisas castigá-los de maneira que ficassem mais abatidos que todas as outras nações de Guiné. E para isso se possa dizer o não quis mandar fazer por outros senão pela própria natureza deles, por que ainda que não são da própria nação, quando a ela chegaram já se entendiam uns aos outros. Não quis que viessem os caribes das Índias, nem o gentio do Brasil, por que posto que sejam bárbaros, são de diferente cor, nem quis mandar animais ferozes com que os pudera bem castigar, senão dos seus próprios da sua natureza, pretos como eles. Para que fosse o [fl. 87] espanto maior estes quando já chegaram a terra destes Sapes se entendiam uns aos outros, como está dito.

Esta nação destes negros que vieram sobre estes outros com guerra chamam-lhe todos vulgarmente Sumbas. Hoje não há certeza de donde começou a origem deles, nem quem saiba de donde começaram a marchar com o seu exército, por que até agora, que há quarenta anos ou mais que conquistam a Serra Leoa, não viram os Sapes mais que a vanguarda deste exército. E a sua Retaguarda até hoje não é chegada.

Dizem o Sapes antigos que de cem em cem anos vem estas nações de negros a sua terra, digo, a esta terra com guerra; devem de falar nisto verdade. E pelo que imos conjecturando parece-me que é verdade o que dizem estes negros, por que da Era de 50 por diante entraram estes negros neste Guiné com maior ímpeto e ferocidade que jamais se vio em nação nenhuma. Por que se os **numantinos** chegaram a comer carne humana, foi por se verem com um cerco muito largo e lhes faltarem o mantimento e ser lhes necessário comerem carne humana dos inimigos que matavam, a estes não lhes faltavam [fl. 87v] mantimentos nem tinham cerco de muitos anos. Mas parece-me que por ferocidade e temeridade a faziam comer à soldadesca que traziam, por que os próprios Manes a não comem.

Torno ao que dizem os desta nação que de cem em cem anos vem esta guerra a estas partes, por que quando já vieram estes Sumbas nesta terra havia nação de negros que já comiam carne humana, que parece deviam de ficar doutra guerra como esta que já tiveram, por que há perto de quarenta anos que começaram a conquistar esta terra. E como a acharam boa fizeram alto nela e habitam e são moradores dela. E passaram palavra a retaguarda que não marchasse[m] avante por que tinham a terra por sua e dela mandam os direitos reais que eles chamam na língua da terra **marefe**. E hoje não comem já carne humana senão muito poucos, nem se nomeiam por Sumbas, senão Manes. E já vulgarmente é chamado de todos Sapes.

Podem[m] por tempos não cumprirem estes Reis que habitam e povoam esta terra com mandarem as páreas e os direitos reais aos Reis e capitães que atrás vinham, e tornarem a marchar para estas partes com outro exército, [fl. 88] e com a mesma gente e que venham comer a estes que já esquecidos do como que começaram. E já tidos por Sapes que fique sendo verdade como eles dizem vir esta guerra de cem em cem anos, seja como for, entrou este espantoso exército na terra dos Sapes, comendo os vivos e desenterrando os mortos.

Não se certificam, como já disse, donde viessem mas o mais que se sabe deles é que se levantaram entre os negros de alguma corda que vai cingindo uns aos outros como muros.

Quanto a mim tenho que procederam dos negros de Mandimansa, por que falam a mesma língua que estes Sumbas falam, e senão é a mesma, trazem os mesmos vestidos e armas como estes trazem sem haver diferença nenhuma mais que no comer de carne humana.

Mandimansa é Imperador dos negros, como já fica dito, por que ouvindo os mais negros do nosso Guiné o nome de Mandimansa, se descobrem todos.

As armas dos Sumbas e Mandimansas são uns arcos curtos e as flechas pequenas. E as fazem desta maneira por que dizem que as suas flechas por serem pequenas e o arco dos inimigos grande não pode[m] [fl. 88v] as suas armas servir aos inimigos, por que as não podem sacudir, nem lançar com força; eles nos seus arcos servem-se das flechas dos inimigos por serem mais compridas que as suas. As adargas que trazem são de verga de pau e rota muito bem tecida, forte e grandes que ficam cobrindo a um homem todo; as espadas curtas; e faca em lugar de adaga e outra faca atada no bucho do braço esquerdo. Em as guerras trazem dois coldres hataguados de flechas. A sua erva é peçonhenta mas não a cozem doutras ervas como nas outras partes, é do leite de uma árvore que é tão fina peçonhenta em si, que só o leite basta.

Os vestidos são umas roupetas de pano de algodão que comumente chamam eles camisas, dão por cima dos joelhos, as mangas largas até os cotovelos e os seus calções chegam quase até baixo. E trazem os fundilhos mais de um palmo por debaixo dos joelhos. E estes calções largos e as camisas grandes trazem muitas plumas de penas de aves pelas camisas e nos barretes.

Estes negros vieram com aquele exército espantoso atravessando por cima do Reino de Congo das quais partes traziam consigo negros que comiam carne umana; não deixariam de ter encontros com outros muitos por que vieram atravessando [fl.

89] por cima da Mina e pela Costa da Malagueta; em tanto que trouxeram em sua companhia da Costa da Malegueta dois homens nossos: um branco de Alentejo, por nome Francisco Vaz e um preto por nome **Paulo Palha**, os quais se perderam na Costa da Malagueta em um Galeão nosso. E vinham vistidos como os mesmos Sumbas e traziam as mesmas armas; vinham servindo de soldados até que vieram dar na Serra donde acharam gente nossa para os quais se foram. E daí se foram para a Ilha de Santiago.

Há se de entender que por onde passava este exército levava muita gente das terras por onde pasavam, os quais vinham servindo de soldados. E estes eram os que comiam [carne humana], como já temos dito.

Queriam dizer que o principal capitão deste exército que era uma mulher, e afirmavam ser assim. Seja o que for, a sua retaguarda tanto que eles chegaram a esta Serra não marchou mais para a Serra; se é mulher ou não, não se sabe, mas eles chamam a esse general que fica atrás: mestre. **[fl. 89v]** E a esse e aos demais capitães que ficaram atrás mandam o marefe, que são os seus direitos reais, como fica dito.

Tenho para mim que se estes negros deram com tanto ímpeto e fúria como deram neste Reino dos Sapes que não ficaram atrás por onde eles passaram nenhuma nação de negros; se eles fizeram e levaram o modo que cá levaram; mas como fica dito parece que permitia Deus castigar-se esta nação dos Sapes, por que despovoaram muitas aldeias antigas, assolando tudo. E quando os Sapes viam que sua sepultura deles havia de ser os mesmos inimigos que com ele pelejavam, pasmavam todos de maneira que com pouco trabalho assolavam tudo.

Estes negros não partiram da sua terra com tão grande exército como cá chegaram, pelo caminho o foram reformando das outras nações por onde passavam. Tinham esta ordem: [d]os povos que tomaram, logo a gente que consigo traziam, comiam os principais, como Reis, fidalgos e governadores e a mais gente deixavam alguns mancebos que iam disciplinando ao seu modo. E os faziam muito bons soldados, **[fl. 90]** governados polos Manes, os quais não comem carne nem nunca a comerão; prezam-se de falarem com a voz grossa e espantosa e mandam dar a estes que assim trazem a comer carne humana, os quais com o uso do tempo se foram fazendo mestres no negócio de a comerem.

Vinham comendo, como fica dito, os que cativavam e matavam e desenterravam os mortos por causa do haver que achavam nas sepulturas, por que, como esta dito, é costume dos Sapes emterrarem aos mortos com as jóias que tem de

ouro, a saber: manilhas nos braços e nas orelhas, masucos de trinta cruzados e de mais preços; e nos narizes outra invenção [MsP: como copos de brida].

Costumavam os que governavam este exército, chegando sobre um lugar, mandarem embaixadores aos governadores ou ao Rei com algumas roupetas e calções ao seu modo, de presente, e um coldre largo, adargua e azaguaia; finalmente que lhes mandavam a mostra das armas que traziam dizendo que lhes ofereciam os vestidos em sinal de amizade. E quando não quisessem lhes davam sinal [fl. 90v] e a mostra das armas com que os haviam de vencer, quando se eles não quisessem dar, e que traziam muita gente cujos estômagos haviam de ser as suas sepulturas. Basta que se não sabiam os pobres determinar de que lei nem jurisdição fossem, por que se se davam não deixavam de os comerem e se pelejavam, desbaratavam-nos e comiam-nos.

Houve entre estas nações de Sapes muita covardia, por que com serem tantos que povoaram mais de oitenta léguas de costa a beira-mar e muitas pelo sertão, nunca foram para se ajuntarem e pelejarem com os inimigos. Não usaram de nada, parece que devia ser de serem pouco exercitados nas armas, porque chegando-se o inimigo a algum lugar ou aldeia, mandando estes pedir socorro aos vizinhos, respondiam que pelejassem e defendessem, e que, quando chegassem a eles, eles pelejariam. E por esta desordem os foram destruindo de maneira que se despovoaram muitas aldeias destruídas e queimadas, com mortes dos seus moradores, consumidos e comidos; destes outros deixavam o que tinham e se embarcavam com os nossos, que andavam [fl. 91] como aves, que muitas vezes quando se queima algum bosque anda ao longo dele esperando que saia alguma coisa para se ensevar nela. Assim andavam os nossos com caravelas pequenas e outras embarcações ao longo dos esteiros e Rios, perto do Exército inimigo, nas quais se embarcavam muitos dos [que] vinham fugindo da fúria dos inimigos. E os levavam e cativavam. E iam logo vender a madre dos Rios aos navios grandes que não podiam chegar donde eles chegavam.

Verem isto os que o viram foi o maior espetáculo que se podia ver, por que este exército, como não trazia mantimentos mais que para os Manes, por que os mais soldados não deixavam de comer o mesmo mantimento de milho e arroz, mas a carne que comiam era humana. E assim havia açougues de pessoas como de animais, tanto que faltava que comer, os traziam e matavam como se fossem vacas ou carneiros.

Vendiam os Sumbas alguns dos que tomavam por pouco preço; diziam eles que lhes não davam nada por que se os [fl. 91v] não comprassem, eles os comeriam. Os mesmos cativos apegavam dos nossos e rogavam que por amor de Deus os

comprassem; davam muitas vezes por um cinto um escravo ou por um barrete vermelho ou por um pano que então valia na Ilha menos de dois tostões.

E antes desta gente verem os nossos, vieram dar uma noite ao longo de um Rio adonde cortava uma embarcação nossa esperando por alguns entrados, que assim chamavam aos que vinham fugindo dos Sumbas, e estava nesta embarcação um homem tangendo de noite muito bem por uma flauta. E ouvindo os negros inimigos a flauta, se vieram chegando até ao longo do Rio e mandaram brados aos da embarcação e perguntaram que era aquilo que soava, se era coisa dos seus ou da terra. Responderam que aquilo fazia um homem que ali estava. Perguntaram se o venderiam. Responderam que sim e perguntaram quantos escravos dariam por ele. Responderam que cem escravos, chegaram logo a prometer cinquenta negros. Zombaram os nossos dizendo que aquele era branco e que os brancos se não vendiam. [fl. 92]

Capítulo décimo, que trata de algumas guerras que tiveram estes Manes, chamados Sumbas com os Bolões e Sosos

Como fica dito já, os Manes traziam no seu exército muita gente das nações por onde passavam e sujeitavam, por que comendo a uns, traziam os outros no seu exército comendo carne humana para meterem pavor e espanto aos que conquistavam das nações por onde passavam, por dois respeitos, assim por meterem medo, como por causa do mantimento. E esta gente que traziam eram os que comiam carne humana e não os Manes, como já está dito, mas como vinham todos juntos chamavam-nos vulgarmente uns e outros Sumbas, que quer dizer gente que come carne humana; e vulgarmente traziam os Sapes este adágio **suma fumo cachim**, que quer dizer na sua língua "gente que come carne de graça, sem lhe custar dinheiro".

O primeiro encontro que teve esta gente saindo da Costa da Malagueta entrando pelos Baixos de Santa Ana, que é a primeira terra dos Sapes, donde se começa vindo por aquela Costa da Malagueta, vinham os capitães [fl. 92v] uns a beira-mar, outros pelo sertão. E por esta ordem iam marchando e vinham conquistando a beira-mar um capitão chamado **Macarico** com boa gente, os quais entraram pelas Ilhas de todo e destruíram a Ilha de Tausente, a qual estava povoada. Uns se embarcavam com os nossos que andavam da maneira que já fica dito, outros eram comidos dos mesmos inimigos; tiveram estes dianteiros com um Rei dos Bolões,

que ainda me parece que eram a[s] relíquias de outros que já antigamente vieram naquelas partes. Este Rei se esforçou mui animosamente, ajuntou os seus e lhes pôs diante o risco em que estavam de serem comidos e que melhor era morrerem como homens que deixarem-se vencer como mulheres.

Ajuntou os seus e esperou aos inimigos. E teve com eles uma briga mui travada na qual matou o Rei Bolão ao capitão Macarico. E posto que houve aquela vitória não ousou a esperar o fim dela ao diante por que vinham outros capitães marchando na retaguarda daquele primeiro. E vendo que lhe não acudiam os mais Reis seus vizinhos, determinou de se entregar. E quis antes entregar-se aos nossos que aos inimigos, tendo neles confiança [fl. 93] que, ainda que os cativassem, os não comeriam. Embarcou-se com muita gente e mulheres suas às quais foram pelos nossos vendidos, todos tirando o Rei, que por des[en]cargos de consciência da pessoa com que se ele embarcou que o mandou a Misericórdia da Ilha de Santiago de esmola. Não sabendo ela o sucesso de como passara, o negro Rei foi vendido, o qual servia a seu senhor não como quem havia sido Rei, senão como quem fora toda sua vida escravo, servindo muito bem e com muita paciência, sem se queixar da sua desventura. E se batizou e foi chamado Pedro. E veio a esta cidade e tornando a Ilha, governando-a António Velho Tinoco deu liberdade a muitos desta nação que se haviam embarcados com os nossos. E este jamais se quis por a direito, dizendo que pois chegara a ser escravo, que queria servir todos os nossos que andavam ao longo daqueles Rios e praias esperando a esta gente que se embarcavam e os vendiam. Vimos a muitos deles serem prósperos, mas depois morreram pobres e deixaram muito pouco a seus filhos.

Morto o capitão Macarico, não o comeram os do seu exército, como faziam aos que tomavam. [fl. 93v] Enterraram-no e fizeram-lhe os funerais ao seu modo. E veio uma irmã sua e mulheres com muita gente de guerra por mar, desembarcando-se foram em ordem de guerra marchando ao som dos bambalos. Neste choro mataram-se alguns animais para os Manes, mas para os mais do exército mataram em lugar dos animais muita gente das que traziam cativa. Neste choro fez esta sua irmã uma coisa horrenda e fineza grande, que foi tirar de uma faca grande que trazia na cinta e pondo o dedo mínimo da mão esquerda sobre um **cepo**, o cortou dizendo que por sentimento e memória de seu irmão haviam as suas mulheres de fazerem o mesmo; algumas o fizeram e outras não, e ficaram tidas em pouca estima daqueles capitães Manes.

Depois da morte deste capitão entraram outros capitães e foram destruindo toda a terra dos Sapes de maneira que em muitas partes se não achava gente, por que uns eram embarcados e outros comidos. Cada um buscava o seu remédio e donde se acolhessem.

Estes Manes eram grandes homens de guerra, adonde iam acometer tanto que se punham em parte donde se haviam de alojar e dar batalha, se entrincheiravam e se fortificavam ao seu modo, a que eles chamam **atabancar**. [fl. 94] Basta parece e foi permissão divina virem estes negros de tão longe a esta terra ainda que por onde passaram foram fazendo dano, não foi com total ruína, como foi nesta terra. E achando-a boa, se não quiseram sair dela e a senhorearam. E estão de assento nela como já disse.

Não deixaram nestes **recontros** a comerem alguns dos nossos que às vezes tomavam em tanto que estando quatro ou cinco companheiros presos tinham-nos apartados de dois em dois. E tiravam da companhia deles um, dizendo que o mudavam para outra parte, e o mataram e cozeram a carne. E no caldo dela arroz mandaram dar de comer do próprio arroz aos outros que estavam apartados, acertou de vir debaixo dele um dedo e foram comendo e o acharam e conheceram que era do companheiro que eles apartaram, por que era o dedo em si aleijado e o conheceram; ficaram muito tristes, esperando pela hora de cada um deles. Quis Deus que se livrassem da prisão e fогissem. [MsP: cap 18]

Tinham estes Manes conquistada muita terra desta, assolada [e] destruída de maneira que punham espanto nos que a viam, por que estava quase despovoada com o temor do exército destes inimigos que tudo tinham senhoreado, parecendo-lhes que não [fl. 94v] acometeriam coisa que a não senhoreassem e arrasassem com aqueles seus animais brutos cujos peitos eram sepulturas dos vencidos, tendo senhoreado as nações dos Sapes do beira-mar, ficavam-lhe os Sosos, que ficam cingindo estas nações por cima, como já se disse, determinaram de os conquistar. Mandaram-lhes embaixadores com os presentes acostumados dos vestidos e armas. Vistas as armas - eram todas umas sem falta[r] nenhuma nem diferença. Mandaram-lhe os Sosos as suas dizendo que se os quisessem por amigos que eles seriam seus e se comunicariam e correriam seus tratos como de antes sempre fizeram, mas que de outra maneira não consentiriam entrarem pelas suas terras, que eles lhe não iam tomar a que eles tinham conquistada, nem tomadas a seus donos. Vendo os Manes esta resposta, determinaram de ir contra eles e fizeram grande aparato e percebimento e petrechos

de guerra. E levaram em sua companhia muita gente das que ja tinham sujeita. E afirmam muitos que iriam mais de quarenta mil homens, em tanto que foi com eles um homem nosso por nome Salvador Homem da Costa, com três escopetas de que eles faziam muita conta.

Tendo os Sosos [fl. 95] dado a resposta e vendo que não tornavam os Manes a mandar-lhe outra, começaram de aperceber e ajuntar gente. E tendo uma cópia grande e juntamente os Fulos com que[m] confinam. E sendo exército que lhes parecia bastante para se defenderem dos inimigos e ofenderem, foram marchando com seus descobridores e **atalaias**, sabendo que vinham os inimigos há poucas jornadas, lhes botaram diante algumas **mangas**, os quais levavam vacas que matavam e coziavam em panelas muito grandes nas quais deitavam peçonha. E tanto que descobriam os inimigos fingiam que fugiam com medo deles, e deixavam o comer os quais vindo se encenavam nele e se fartavam. E iam morrendo desta maneira poucos e poucos que vieram a ser depois muitos.

Sem embargo dos Manes serem muitos confiados pelas muitas vitórias que tinham alcançado nestas partes, e serem gente que costumavam a ir buscar os inimigos a suas próprias casas, tiveram nesta conquista dos Sosos uma desconfiança, não sei por que causa, ou se seria pela gente que traziam serem soldados feitos dos que tinham tomados nesta própria terra dos Sapes e não serem todos Manes, ou por algum sinal [fl. 95v] que como **agoureiros** tomaram de alguma coisa que viram. Seja o que for, passando um Rio o seu exército depois de terem entrado pela terra dos Sosos, tendo novas de como vinham marchando, mandaram os capitães e governadores do exército fazer alto, e se entrincheiraram muito bem. E se deixaram estar ali ficando, o Rio servindo lhes também de muro, mandaram descobrir os inimigos, os quais também tinham feito o mesmo.

Mas sabendo que não marchavam avante os Manes, os vieram os Sosos buscar, mui bem ordenados, até se pôr um campo perto do outro, e se fortificaram. E ao outro dia depois do sol fora começaram os capitães Sosos a desalojar a sua gente e pô-la em ordem de batalha. E tendo-a toda posta e prestes, fez o Rei uma **prática** a todos por muitos **farautes**, por que costumam os Reis naquelas partes falarem com uma só pessoa ainda que saiba a língua e se entenda com ela, não falam senão por farautes. E hão de falar alto que entendam e ouçam todos, principalmente estando em juízo. E como era em campo e com muita gente, fez a prática aos Capitães e oficiais da guerra juntos, dizendo:

- Até agora não tiveram estes Sumbas quem os resistisse, e foram comendo carne [fl. 96] sem lhes custar dinheiro, de tantos quantos mantaram. E destruíram toda esta terra, como o sabeis, dentro das suas próprias casas e portas adonde costumam a terem os senhores das pousadas força. E estes não tiveram e se deixaram destruir por gente estrangeira. Cuidam estes Sumbas que, assim como fizeram a estes vis, nos farão a nós. E pela experiência que tenho de vós outros esforçados capitães, ainda que não estou já embaraçado com eles, estou prometendo que teremos vitória, ainda que não tivéramos em nossa ajuda e favor os esforçados e valentes Fulos, cujas guerras e vitórias bem nos é notória, temos a justiça por nós, por que estes nos vem acometer e buscar dentro das nossas terras para nos cativarem, comerem e venderem, assim a nós, como às nossas mulheres e filhos. Se há entre nós algum que o seu coração lhe diz que não peleje, daqui lhe dou licença que se torne e vá acompanhar as mulheres.

Dizia o Rei estas palavras com muita coragem e esforço, estando armado das suas armas, acostumadas, encostado sobre um arco que tinha como bastão.

Acabante de fazer esta prática e ter a certeza de [fl. 96v] todos que não tornariam a suas casas vencidos, senão mortos, mandou tocar instrumentos militares, ao som dos quais começaram a marchar para o campo inimigo, os quais vendo-os vir estando fortificados se deixaram estar como gente que já temia o fim e sucesso que depois tiveram sem se quererem sair ao encontro dos Sosos que lhes representavam a batalha. Somente deitaram algumas mangas de gente que fossem acometer aos Sosos pelas alas, e assim o fizeram, mas eles jamais se desordenaram com todos os acometimentos e foram marchando em compasso todos à uma. Vinham na dianteira deste campo sete homens de cavalo, os quais cavalos eram pequenos como **quartãos** selados e enfreados. E estes traziam capilhares e deviam ser Fulos, sem falta, e cascaveis grandes.

E vindo todos juntos no compasso que traziam, vindo o seu exército muito bem ordenado, trazendo os adargueiros de diante e pelas alas, e a gente flecheira no meio. Trazendo esta ordem, estando pertos, deram todos juntos arremetida e assalto, impondo os de cavalo a mão na atabanca, que assim chamam naquela língua "trincheiras", foram rotas.

Hão de entender que da parte [fl. 97] dos Manes não deixaram de pelejar mui esforçadamente, por que eram muitos, mas a outra eram mui animosa e não traziam mistura de outras nações, senão a dos Fulos somente, que é gente muito esforçada. E sabiam que lhes importava porem toda a força nesta batalha, por que se de uma vez

fossem vencidos, jamais tinham segurança nenhuma e se destruiria toda a sua terra, mulheres e filhos. E naquela Vitória estava a segurança deles E os Manes ainda que fossem vencidos eram senhores das terras que tinham ganhadas e conquistadas às quais tinham por moradas e vinham fazer guerra com a gente da mesma terra que com eles andavam.

Estes Manes, como gente que sempre depois de entrarem nestas partes e na Costa da Malagueta e conquistarem o beira-mar, se embarcavam e desembarcavam. Eram bons marinheiros e nadadores. E sendo rotos, se passaram a nado, principalmente os Bolões e Temenes que traziam no seu exército, e foram mortos muitos. Os Sosos, como costumados a passarem muitas vezes aquele Rio no tempo em que tinham seus tratos e sabiam os vãos, sem se desordenarem passaram e foram em seguimento dos inimigos e mataram muitos deles e cativaram, por que diziam **[fl. 97v]** os negros que nesta guerra foram que não escaparam dela senão homens muito esforçados e ligeiros, por que tanto que chegavam a algum lugar e querendo tomar algum alento, davam os Sosos neles e os cativavam e matavam, afirmou o nosso **Salvador Homem da Costa**, que se achou nesta batalha da parte dos Manes, o qual levava as três escopetas, as quais carregava um escravo seu e serrava as que não tivera tempo para disparar, depois de darem os inimigos arremetida mais que para disparar uma só vez. E que como sabia a terra, depois de rota a trincheiraa se acolhera e se emboscara e dessa maneira se salvou.

Foi esta maior [de]rota que tiveram os Manes depois que partiram da sua terra e não conquistaram mais os Sosos. Basta que quando falavam nela os Sapes, Bolões, Temenes e outras nações que levaram neste desbarate, punham as mãos na boca fazendo grandes espantos.

Estes Sosos deixaram o trato que tinham antigamente nesta terra e se passaram ao Rio do Nuno, mas já tornam a terem comércio na terra, por que estes Manes são como naturis e os mais que há hoje são nados nela, como a acharam boa fizeram nela a sua morada. E ainda há alguns capitães que vieram em companhia **[fl. 98]** dos outros. E o principal Rei que há hoje nesta Serra é dos vindos nesta guerra, chamado **Farma** Rei de **Mitombo**. E há outros Reis Manes que residem nos reinados que antigamente eram dos Sapes. E já hoje há guerras entre eles sobre os Reinados.

É costume entre eles quando hão de matar algum vassalo seu, há de ser a tempo que lhe vem dar a obediência e falar. Por que o costume que há entre eles de falarem aos seus maiores é porem-se de joelhos com eles ambos em terra e irem

pondo as mãos em terra, como quem se quer deitar de bruços. E estando desta maneira, põem o cotovelo direito no chão e dizem esta palavra "**atuao**", que quer dizer naquela língua "aqui estou senhor à vossa obediência". Responde o Rei "**anamati**" que quer dizer "venhais embora". E se o hão de matar há de ser em pondo o cotovelo no chão antes de o Rei o responder. E tanto que lhe responde logo se tem por seguro.

E costumam quando querem fazer gente para alguma guerra, sai o Rei fora da aldeia [fl. 98v] e manda fazer uma casa sobradada de madeira alta donde se põem em um **rocio**, chamado por eles arifal, que quer dizer "praça". E estando ali se vem os capitães dos lugares apresentar com as suas companhias, postos em ponto de guerra. E vem estes capitães muito medrosos, tremendo por que não sabem se os matarão no dar da obediência. E tanto que lhes responde o Rei, ficam seguros e alevantam-se muito alegres e escaramuçam de uma parte para outra. E por esta ordem se apresentam os capitães e apresentados tomam por **lista** toda a gente que trazem até ter a cópia que parece ao Rei e capitães ser a necessaria para a guerra que determinam fazer. E nunca acometem aos inimigos senão em conjunção de lua nova.

Estes Sapes que habitavam esta Serra Leoa e seus limites era[m] gente franca e covarde. E depois que entraram nela os Manes, os que hoje há são gente de guerra e se fizeram mui esforçados debaixo da disciplina dos Manes, que são bons capitães, e tem muitas guerras uns contra [fl. 99] os outros; cercam lugares, aldeias, e se descercam os cercados. E tem já alguns Reis destas partes em suas atabancas artilharia, e há negro Mane muito bom bombardeiro e alguns escopeteiros. E quando há guerra entre eles, se fortificam e acertam nos seus fortes artilharia e folgam de ter gente nossa escopeteira e compram escopetas foram sempre inimigos nas suas terras de Franceses e Ingleses. E tiveram brigas com um capitão Inglês chamado **Jernaques**. E o **barão** quando andou alevantado, pelejou nesta Serra com o Rei **Sasena**, o qual se fortificou e teve na sua aldeia e fortaleza muita gente nossa e eesistiram mui fortemente aos Ingleses, os quais foram dali com perda de gente e de algumas embarcações.

Este capitão Sasena fazia muita honra e mercês ao seu modo aos bons soldados Portugueses que com eles se acharam. Estes negros jamais terão amizade com estas nações de Ingleses, nem Franceses, que lhes consinta fazerem [fl. 99v] na sua terra trato nenhum como na terra dos Jalofos, salvo se forem induzidos pelos

nossos lançados que andam nessas partes, por que sempre tiveram ódio formado a estas nações de Franceses e Inglezes.

[MsP 19]

Esta terra é tão abundante de tudo e abastada, de muitos mantimentos, muito fresca, de muitas Ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas de açúcar e de muitos palmares; muita madeira excelente e em tanta quantidade que nela se podem fazer muitas embarcações da maneira que quiserem.

E é tal e com esta acabo por que senão pode dizer o muito que nela há que ouvi por muitas vezes dizerem homens muito velhos na Ilha de Santiago, donde sou natural e eles eram moradores que tinham nela mulheres e filhos que para nenhuma parte se iriam, salvo se mandasse Sua Majestade povoar a Serra Leoa; que para ele se iriam de muito boa mente e deixariam tudo quanto nela tinham e segundo hoje esta [fl. 100] cansada a Ilha de muitos trabalhos que há padecido que, se Sua Majestade mandar povoar esta Serra Leoa, que os moradores e vizinhos da Ilha a deixarão e se passarão todos a ela, por que me lembrava muito poucos anos que poderá haver como doze ou treze que fui eleito na dita Ilha pelo povo dela para vir tratar com Sua Majestade sobre se povoar a Serra e eles se passarem a ela. Governando o doutor Gaspar d'Andrade a Ilha, tratando com ele este negócio, em segredo me disse que cumpria ao serviço de Sua Majestade estar eu na Ilha para o seu serviço e não se falar por entonces neste negócio da Serra, por quanto se houvesse efeito, dezamparariam a Ilha.

Hoje está esta terra tão boa donde não falta nada à porta quase desamparada de nós por que, já pela continuação dos Franceses e Inglezes, da Ilha não armam navios para ela. E segundo tudo vai **afraquano** perece-me [fl. 100v] que cada vez irão menos às ditas partes. E de uma só coisa me dá muita pena: tendo nós isto à porta, o deixamos para irmos buscar outras empresas duvidosas e trabalhosas. Povoando-se esta Serra, não deixaria de resultar muito serviço e proveito à fazenda de Sua Majestade, por que nela se fazia um trato tão grosso como o do Brasil, pela viagem ser muito breve, assim [na] ida como vi[n]da. E guardaria e defenderia dos estrangeiros. E dela podiam correr para a Costa de Malagueta com o mesmo trato.

Mas hoje não vejo senão leis postas contra nós, por que nos defendem que não vão à Costa da Malagueta, nem da Serra para baixo, sob pena de perdimento de navio e fazenda e mais penas crimes. E com isto estão tirando o remédio aos vasalos e naturais e ficam as terras sem serem domadas nem amansadas por nós. E além disto

serem conquistadas dos inimigos Franceses e Ingleses que, sem embargo das leis e penas postas, eles são os que vão às [fl. 101] ditas partes e delas tiram muito proveito. Por que não farão os vassallos de S. Majestade o que fazem estes inimigos que bem podiam ir com despachos à Costa da Malagueta a regatar e do que trouxecem pagariam os direitos à fazenda de Sua Majestade. E o mesmo ao Rio de Sanagá, nas quais partes tem os inimigos mais comércio que nós, por que me dói ver isto, defender-nos a nós e as portas estarem abertas para os inimigos e de seus tratos nas ditas partes não receberem estes reinos nenhuns proveitos, mas antes perda.

Proveja Deus em tudo pela sua santa misericórdia, por que já que vemos quase a maior parte da Europa apeçonhutada de muitas seitas luterana[s], pode ser que povoando-se alguma parte desta África dos negros, que se aumente nela a sua Santa Fé. E que disto resulte muito serviço seu. E que se salvem muitas almas destes gentios, os quais ainda que em suas terras sigam muitas gentilidades e ritos, vindo à nossa eles mesmos pedem o batismo. E com isto dou fim a este tratado por que se não pode dizer tudo.

FIM.

Obs: Ao fim do Tratado, está recopiado, com caligrafia diferente do restante, o prólogo do mesmo e a seguir também estão anotadas algumas observações sobre a leitura em três outras caligrafias distintas, do fôlio 101v ao 110v.